ANTROPOLOGIA
HOJE

Karina Biondi

JUNTO E MISTURADO

UMA ETNOGRAFIA DO PCC

2ª edição ampliada

MELHOR LIVRO DO ANO
Association for Political and Legal Anthropology
2017

TERCEIRO NOME

Karina Biondi

JUNTO E MISTURADO

uma etnografia do PCC

2ª edição ampliada

gramma

TERCEIRO NOME

Editora Terceiro Nome
Direção
Mary Lou Paris

Preparação de texto
Bruno Salerno Rodrigues e Estevão Azevedo

Revisão
Luciana Araujo e Lila Zanetti

Projeto gráfico, diagramação e capa
Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD

B615j
Biondi, Karina

Junto e misturado: uma etnografia do PCC / Karina Biondi. - 2. ed. ampl. - São Paulo : Terceiro Nome, 2018.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7816-209-2

1. Crime organizado. 2. Primeiro Comando da Capital – PCC. I. Título.

2018-747

CDD 364.106
CDU 343.341

Índice para catálogo sistemático:
1. Crime organizado 364.106
2. Crime organizado 343.341

Copyright © Karina Biondi, 2018

Reservados todos os direitos desta edição. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade dos autores e

não necessariamente refletem a opinião dos editores.

EDITORA GRAMMA
Rua da Quitanda, 67/301
Centro – Rio de Janeiro (RJ) – 20011-030
fone/fax 55 21 2224 1469
www.gramma.com.br

EDITORA TERCEIRO NOME
Rua Prof. Laerte Ramos de Carvalho, 159
Bela Vista – São Paulo (SP) – 01325-030
www.terceironome.com.br
contato@terceironome.com.br
vendas: info@wmfmartinsfontes.com.br

SUMÁRIO

Nota à segunda edição

Nota à versão em inglês do livro Junto e misturado
John F. Collins

Apresentação
Jorge Mattar Villela

Introdução

1 – O PCC
1.1. Territorialidades
1.2. Composições

2 – A Política nas Faculdades
2.1. Posições políticas
2.2. Exercício político
2.3. Igualdade e exercício político
2.4. Teoria política

3 – A política da imanência
3.1. Projetos, acasos, estratégias, improvisos
3.2. Vontades, apetites e disposições

4 – A política da transcendência
4.1. A desindividualização para a construção da transcendência

4.2. A transcendência como componente para a desterritorialização

Considerações Finais

Referências Bibliográficas

Posfácio

Glossário de Termos Nativos

Todos os nomes e apelidos de detentos, ex-detentos e suas companheiras citados neste livro, exceto os que foram extraídos de conteúdos amplamente divulgados na imprensa, são ficcionais e foram inventados pela autora.

ANTROPOLOGIA
HOJE

UMA NOVA ETAPA

Seguindo a proposta de experiências etnográficas inovadoras do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP – LabNAU –, a Coleção Antropologia Hoje, que já publicou mais de 30 títulos com a Editora Terceiro Nome, estabelece uma nova parceria com a Editora Gramma. Com esta iniciativa, pretendemos dar continuidade ao já reconhecido trabalho da Terceiro Nome apostando, agora, em um novo modelo editorial que alia qualidade, sustentabilidade e baixo custo. O experimento que propomos é a edição, a um só tempo, de textos na forma de e-book e de impressão em papel sob demanda, democratizando assim as possibilidades de publicação tanto para jovens autores como para renomados pesquisadores. Por meio desta nova parceria, levaremos adiante o projeto da Antropologia Hoje de divulgação de trabalhos, ensaios e resultados de pesquisas etnográficas inéditas na nossa área de trabalho e reflexão. A participação da Gramma na Coleção junto com o NAU e a Terceiro Nome coincide com a ampliação e diversificação do Conselho Editorial, incluindo pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras.

Conselho Editorial José Guilherme Cantor Magnani (diretor) – NAU/USP
Luis Felipe Kojima Hirano (vice-diretor) – UFG
Cláudia Fonseca – UFRGS

Deise Lucy Oliveira Montardo – UFAM

Elisete Schwade – UFRN

Luiz Henrique Toledo – UFSCar

Renata Menezes – MN/UFRJ

Ronaldo Almeida – Unicamp/Cebrap

Para minha família.

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

As dificuldades foram enormes, os obstáculos, imensos, mas o *Junto e misturado* chegou à sua segunda edição. Quando tudo começou, eu não imaginava que minha pesquisa daria um mestrado e, muito menos, um livro. Sua repercussão, nesse sentido, foi surpreendente – e não para de me surpreender. *Junto e misturado* recebeu resenhas, motivou convites para palestras, entrevistas e comentários na mídia; sua primeira edição teve reimpressões esgotadas e, o que é motivo de grande orgulho para mim, passou a ser indicado na bibliografia de cursos de graduação e pós-graduação pelo Brasil.

Mas ele repercutiu também em outros lugares do mundo, inicialmente por meio de resenhas e algumas menções em trabalhos de colegas estrangeiros, e posteriormente quando foi traduzido para o inglês e publicado em 2016 pela University of North Carolina Press com o título *Sharing This Walk: an Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil*. Se a publicação em inglês já permite alcançar um número muito maior de leitores, o que ocorreu em seguida coloca o *Junto e Misturado* em outro patamar: no final de 2017, em Washington, sua versão em inglês recebeu o Prêmio de Melhor Livro do Ano da Association for Political and Legal Anthropology

(APLA), uma seção da American Anthropological Association (AAA), fundada em 1902. Esse reconhecimento no exterior repercutiu também no Brasil e serviu de incentivo para a publicação da segunda edição do livro.

Nesta edição, *Junto e misturado* ganha uma nova capa, um texto de orelha assinado pelo professor José Guilherme Magnani (USP), a tradução do texto de apresentação escrito pelo professor John Collins (City University of New York) para a versão em inglês e um posfácio que de certa maneira antecipa algumas das questões tratadas em profundidade em meu segundo livro, *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*, também publicado na Coleção Antropologia Hoje pela Editora Terceiro Nome.

Como os iniciados no tema haverão de notar, alguns dos termos utilizados no *Junto e misturado* e constantes no Glossário caíram em desuso ou tiveram seus sentidos modificados. Isso não é de surpreender, dado que o vocabulário utilizado pelos meus interlocutores responde a reflexões acionadas incessantemente sobre as condições com as quais se deparam. No próprio livro menciono essa indissociabilidade e registro algumas das mudanças de vocabulário notadas entre os anos 2005 e 2008, período em que a pesquisa foi realizada. Tendo isso em vista, mesmo ciente de que parte do vocabulário usado aqui está desatualizado, optei por mantê-lo. Afinal, ele responde às reflexões acionadas pelos presos a respeito das situações e condições que viviam na época, como registradas no livro. Essas mesmas reflexões e o vocabulário delas resultante acionaram muitas das minhas análises, de modo que sua atualização exigiria outras descrições, outras análises e, em última instância, outro livro.

Por fim, gostaria de reiterar aqui os agradecimentos que fiz na primeira edição àqueles que estiveram *lado-a-lado* comigo nesta longa *caminhada*, cada qual ao seu modo, com velocidade e alcance singulares, mas todos participantes ativos no processo de construção deste livro. Colegas e professores do PPGAS/UFSCar, Ana Claudia Marques, Antonio Rafael Barbosa, José Guilherme Magnani, Adalton Marques, Messias Basques, meu muito obrigada! Meus mais profundos agradecimentos a John Collins, que além de tradutor do livro foi grande incentivador e o maior responsável pela sua publicação em inglês. Jorge Villela, obrigada pela orientação, pela parceria e, sobretudo, por ter me imaginado onde eu mesma nunca havia me imaginado. Devo agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que viabilizou esta pesquisa com a concessão de uma bolsa de mestrado, e aos meus interlocutores e suas guerreiras, que me rendem tanto o que escrever. Se cheguei até aqui, contudo, foi porque tive o apoio, o incentivo e o companheirismo de minha mãe, meu pai (*in memorian*), minha irmã e minhas filhas, a quem sou grata eternamente. Mas nada disso teria sido possível sem o apoio incondicional de meu marido, por quem caminhei.

Karina Biondi

São Luís, maio de 2018

NOTA À VERSÃO EM INGLÊS DO LIVRO *JUNTO E MISTURADO*

John F. Collins[a]

tradução de Marcelo Brandão Cipolla

Com mais de 620 mil cidadãos cumprindo pena ou aguardando julgamento por delitos penais, o Brasil só perde para os Estados Unidos, China e Rússia no número de encarcerados. Em 1990, no entanto, a população carcerária brasileira era de cerca de 90 mil pessoas, o que significa que, naquela época, a democracia mais populosa da América Latina tinha um dos índices de encarceramento mais baixos das Américas e até do mundo, especialmente em comparação com outras sociedades e países igualmente colonizados, grandes, industrializados e economicamente desiguais que amargaram em determinadas épocas o domínio de governos autoritários[1]. O Brasil, portanto, parece representar um paradoxo

para o senso comum das ciências sociais, na medida em que, ao longo das primeiras décadas do novo milênio, um número cada vez maior de cidadãos foi para a cadeia ao mesmo tempo em que as exportações se expandiam em ritmo acelerado, os trabalhadores aproveitavam o crédito barato para consumir num ritmo que superava em muito o das décadas anteriores, os indicadores

socioeconômicos registravam um declínio pequeno, mas significativo, da desigualdade, e amplos programas sociais, que iam desde a concessão de auxílio alimentar às famílias pobres até esforços de ação afirmativa num sistema universitário em franca expansão ganhavam impulso sob os governos de Luís Inácio Lula da Silva, ex-líder operário e presidente do Partido dos Trabalhadores, e de sua sucessora Dilma Rousseff. Como e por que, portanto, nessa década e meia que antecedeu a reviravolta política e econômica que redundou no questionável *impeachment* da presidente Rousseff, em 2016, a população carcerária do Brasil – um país envolvido num profundo processo de redemocratização, em expansão econômica e cada vez mais comprometido com a justiça social, com o respaldo de um presidente de esquerda – aumentou quase sete vezes?

Os que buscam a explicação dessa espiral crescente da taxa de encarceramento no Brasil podem, se quiserem, voltar sua atenção para as mudanças no código penal instituídas na década de 1990 em resposta aos programas lançados pelos Estados Unidos para combater o narcotráfico em todo o hemisfério ocidental, ou para a descriminalização da posse de pequenas quantidades de maconha, em 2006, que parece ter estimulado a polícia a acusar de tráfico os consumidores recém-descriminalizados.[2] Pode-se também mencionar modificações nos índices e na distribuição espacial da criminalidade, o aperfeiçoamento das técnicas de policiamento e novas iniciativas de segurança pública; e pode-se defender a tese de que os esquadrões da morte foram deixando de operar na mesma medida em que uma força policial mais bem paga e bem treinada agora se encarrega de fazer com que um número maior de delinquentes realmente chegue à delegacia e seja entregue à tutela do poder judiciário, em vez de enfrentar o extermínio nas ruas ou

permanecer esquecidos nas celas dos distritos policiais – muitas vezes à margem de qualquer contagem ou reconhecimento oficial.

Com efeito, muitas autoridades e jornalistas chegaram a apresentar um ou mais desses argumentos para explicar as mudanças nos índices de criminalidade e encarceramento no Brasil. Por outro lado, é possível que essas explicações estejam completamente erradas. Pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, os assassinatos extrajudiciais atribuídos à polícia aumentaram no período que antecedeu os Jogos Olímpicos de 2016; e o secretário de segurança do estado de São Paulo recentemente proibiu a polícia de proporcionar primeiros socorros às vítimas no local do crime, pois esses "primeiros socorros" eram utilizados com frequência para encobrir tiros disparados pela polícia ou até para forjar provas.[3] O que não se pode negar, contudo, é que o aumento maciço da taxa de encarceramento acompanhou as iniciativas democráticas e a expansão (bastante significativa, pelo menos no que se refere aos indicadores econômicos) do consumo e da economia brasileira que, lastreada nos recursos naturais do país, ocorreu nos últimos quinze anos.

Será que, como intelectuais brasileiros vêm afirmando há muito no que se refere à ascensão de uma moderna ordem política democrática-liberal atlântica a partir do século XIX, as perspectivas oferecidas por um Brasil onde "a ciência política acha um limite na testa do capanga"[4] tornam visíveis os pressupostos e convicções ideológicas que sustentam a teoria democrática e a fé no desenvolvimentismo existente em outros lugares?[5] Ou será que poderíamos observar, de modo bastante simples, que uma economia capitalista superaquecida tem potencial para dar origem a graves conflitos que obrigam alguns agentes estatais e extraestatais

a se valerem cada vez mais do encarceramento para pôr em movimento uma economia restritiva?

A antropóloga Karina Biondi não opta por nenhum desses caminhos ao escrever *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*, um estudo etnográfico da vida e da política nas prisões de São Paulo, o estado mais populoso do Brasil e o mais importante na economia brasileira. Ao contrário, nesse trabalho incrivelmente arguto e extraordinariamente pessoal, ao mesmo tempo em que estrutura um relato que abarca toda a primeira década do século XXI a fim de acompanhar a detenção de um de seus entes mais queridos, Karina descreve a influência, a motilidade iconoclasta e as tensões constitutivas entre igualdade e hierarquia – ou o que ela, seguindo Gilles Deleuze e Félix Guattari, descreve como "imanência" e "transcendência" – envolvidas no surgimento, ao longo da década de 1990, da força política e da lábil coletividade chamada Primeiro Comando da Capital (PCC).

De maneira geral, Karina evita o uso de quaisquer estatísticas que descrevam formalmente o PCC. Além disso, recusa-se a aceitar as explicações bastante superficiais de documentos oficiais e canais de notícias que se referem ao PCC como uma "organização criminosa", explicações essas que são apresentadas quer por jornalistas fascinados por essa constituição, quer por agentes do Estado e da sociedade civil para quem o PCC é motivo de profunda preocupação. Ao contrário, examina atentamente, numa perspectiva etnográfica, o funcionamento cotidiano e a extraordinária fluidez do PCC, bem como suas materializações estratégicas. Mas não busca reconciliar tendências concorrentes ou contradições flagrantes. Antes, leva a sério as afirmações e a prática dos presidiários e passa a repensar o modo como entende os conceitos de

“organização” e transformação moral, contestando tanto uma ciência social que prefere se basear em estatísticas acerca de associações políticas concebidas como aglutinações de agentes individuais quanto as interpretações purificadoras e unilaterais, que com tanta frequência acompanham esses pressupostos introduzidos sorrateiramente nos trabalhos antropológicos. Ao contrário dessas tentativas de explicar por meio de uma simplificação inadequada, Karina nos oferece uma “descrição analítica” por meio da qual acompanha numerosos fios narrativos, ou conexões virtuais e afinidades inesperadas, sem reduzir esses fenômenos a uma única explicação, a um único plano analítico ou a uma única representação de uma realidade profunda subjacente que ela esteja autorizada a interpretar.

Essa antropologia mais simétrica, baseada na rejeição de interpretações externas às práticas verificadas em trabalho de campo, levanta uma questão potencialmente mais significativa do que a própria explicação da curiosa ascensão do PCC ao longo da década de 1990 – uma questão, portanto, menos fácil de responder diante do apelo ao aperfeiçoamento das iniciativas policiais e das estatísticas e ao mapeamento das relações de causa e efeito no contexto de um crescimento ou acumulação de atos individuais: o que é uma comunidade democrática? Como ela surge? E como pode ser estimulada a crescer em relação às necessidades reais de seus membros e daqueles que vivem e trabalham ao redor deles? Além disso, e com a mesma importância: que tipo de ciência social está qualificada para mapear os meandros de tal coletividade, assim como seu funcionamento internamente diferenciado?

Os leitores talvez se perturbem ao ver o tradutor apelando à democracia para prefaciar a versão em língua inglesa de uma

etnografia do PCC, grupo que muitos comentadores veem como uma quadrilha de presidiários e uma violenta organização criminosa. Quero deixar claro: pensar no PCC e na luta democrática não implica em deixar de notar – como ressalta o antropólogo Jorge Villela em seu prefácio à primeira edição brasileira de *Junto e misturado* – que um grande número de presidiários que participaram da pesquisa de Karina são homens condenados por crimes graves, muitas vezes violentos. Tampouco implica celebrar, ou mesmo naturalizar e explicar, os atos ilegais ou os próprios membros do PCC como "bandidos sociais" ou "rebeldes primitivos", cujas transgressões fariam sentido à luz de formas políticas e econômicas específicas, como fez Eric Hobsbawm ao discutir os fora-da-lei do Nordeste brasileiro do século XIX.[6] Mas implica sim observar de modo atento e aberto, na qualidade de etnógrafos, o modo como prisioneiros sujeitos a um regime carcerário brutal desenvolvem formas comuns para enunciar sua vontade política e organizar sua vida cotidiana – a "caminhada" (*walk*) a que se refere o título da versão inglesa –, formas essas que, segundo Karina, reduziram drasticamente os índices de homicídio em São Paulo, tanto dentro como fora da prisão. Mas, ainda segundo Karina, o PCC não se limitou a reduzir os homicídios. Liberto da obrigação de se lastrear em territórios específicos, transformou-se numa entidade metamórfica responsável pela articulação de uma série de impulsos democratizantes que, segundo sugere a pesquisa, são tipicamente encobertos ou até ativamente reprimidos pelas atividades normais dos Estados modernos e dos especialistas em ciências sociais a eles associados.

Analisar o PCC em relação a impulsos democratizantes que se concretizam nos espaços violentos da prisão e às tentativas de presidiários de contrapor-se ao Estado ao mesmo tempo em que se

apropriam de certas tecnologias deste e as redirecionam, é tentar compreender como homens acusados de transgredir a lei – ou até de viver à margem da lei e da sociedade, sendo comumente chamados no Brasil de *marginais*, um termo revelador – participam de uma associação rizomática cujo desinteresse caracteristicamente moderno de apego ao território e a uma hierarquia estável lhes permite reivindicar seus direitos legais e trabalhar para inibir abusos num sistema carcerário constituído por múltiplas instituições prisionais bastante diferentes entre si. Segundo Karina, os detentos associados ao PCC realizam assim seus processos e manobras de desindividualização não como se constituíssem um poder paralelo ou uma cópia do Estado e de suas categorias, imperativos e preconceitos, mas, antes, na relação com um ethos radicalmente libertário ligado àquilo que os leitores deste livro virão a reconhecer como "Crime" e como uma hermética e vibrante "caminhada". No entanto, para conservar sua existência e eficácia, esse ethos e as disposições a ele associadas, baseadas em múltiplas manifestações de sintonia, ou precisamente na multiplicidade de envolvimentos que deram origem ao título do livro em português – *Junto e misturado* – exige também que os participantes recorram de maneira mais específica àquilo que pode assumir a aparência de uma temível hierarquia ou fixidez de posições sociais, além da imposição de desejos sobre os mais fracos.

Essa interação entre intensidades acumuladas, ou um campo virtual que assume a forma das condições necessárias para a atualização da experiência, é o que leva Karina – baseando-se especialmente na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari – a argumentar que as práticas cotidianas da prisão que visam à preservação da igualdade dão origem mesmo assim a uma espécie de pretensão transcendente que entifica o PCC como a organização hierárquica

temível e sanguinária identificada pela maioria dos comentadores no Brasil[7]. No entanto, aquilo que aparece como transcendência é sempre composto levando-se em conta uma crítica imanente, na forma de “debates” muitas vezes estilizados e conduzidos por regras específicas de decoro e produção de provas que ocorrem entre os presidiários. Essa crítica, por sua vez, enreda as hierarquias do PCC em afirmações de igualdade. Esses jogos de imanência e transcendência que, segundo Karina, dão realidade ao PCC acenam para a situação teórica e para a novidade tanto do próprio PCC quanto do livro *Junto e misturado*.

Para ser bem sucedida, uma etnografia depende tipicamente de que o pesquisador penetre nas práticas e visões de mundo daqueles com quem interage e, em certo sentido, as assimile. O Brasil de hoje é um polo de inovação etnográfica, um espaço intelectual vital que continua a produzir não somente dados para os investigadores de metrópoles, mas também posturas práticas e teóricas que desafiam os pressupostos e as pretensões de autoridade especialista – frequentemente não examinadas – por parte dos cientistas sociais que trabalham na América do Norte e na Europa. *Junto e misturado*, sendo o primeiro livro de uma antropóloga brasileira e destacando-se pela criatividade e pela qualidade da pesquisa, tipifica esse trabalho etnográfico contemporâneo e alarga ainda mais seus limites. Karina rejeita os modelos binários de estrutura e agência e os desgastados pronunciamentos sobre um conjunto indiferenciado de relações chamado “sociedade”, que ainda atuam como coringa para um número demasiado grande de explicações nas ciências sociais. Ao invés disso, referindo-se em parte a uma releitura criativa das obras de Deleuze e Guattari, Bruno Latour, Eduardo Viveiros de Castro, Claude Lévi-Strauss, Pierre Clastres, Jacques Monod e Marilyn Strathern – e, acima de tudo, à riqueza de seu

material etnográfico –, ela apresenta um caminho concreto, claro e (às vezes) dolorosamente etnográfico, que nos permite explorar formas democráticas de vida. E essas formas de vida são produzidas no lugar onde menos seria de se esperar que ocorressem, ou seja, nos presídios de São Paulo.

Um elemento-chave dessa caminhada, ou seja, dessa situação vivida e em certa medida partilhada pela etnógrafa e seus supostos "nativos", é a transformação, que é, de diversas maneiras, um dado fundamental do relato de Karina. No nível mais básico, a introdução, os quatro capítulos, a conclusão e o posfácio preparado posteriormente para a edição em língua inglesa descrevem a ascensão e as reverberações de uma ética que emerge em relação aos esforços cotidianos de sobreviver dentro da prisão. Essa luta ocorre dentro de um sistema carcerário no qual, antes da ascensão do PCC, os detentos muitas vezes obrigavam seus colegas menos poderosos a pagar pelo direito de dormir numa cela, de conservar sua integridade física e até de sobreviver. Karina detalha o modo pelo qual, no meio de tanta violência sofrida por homens acusados de cometer delitos ou já condenados por tê-los cometido, surgem críticas internas e "disposições". Estas provocam certos tipos de oposição e formas móveis ou escorregadias de coesão entre os prisioneiros. Mas esse posicionamento ético, como assinala Jorge Villela em relação aos impulsos democráticos do PCC no prefácio deste livro, não é um embate frontal ou uma espécie de negação resoluta por parte de uma força que assume sua forma em função daquilo que a oprime; nem tampouco pode ser simplificadamente definido como uma tentativa intencional de apenas modular, de maneira aperfeiçoada, as formas de disciplina e preconceito que oprimem os prisioneiros ou são por eles representadas como ilegítimas.

As transformações ativadas e vividas pelos membros – ou melhor, pelos participantes – do PCC com quem Karina realizou sua pesquisa etnográfica não são as mutações que produzem os presidiários dóceis ou os cidadãos autopoliciadores descritos nos termos do olhar panóptico postulado no *Vigiar e punir* de Michel Foucault. Mais semelhantes aos membros do Exército Republicano Irlandês detidos em instituições britânicas e descritos por Allen Feldman em *Formations of Violence*, os "irmãos" (detentos batizados no PCC) que impulsionam o relato de Karina desafiam todas as expectativas acerca de quem são e quem deveriam ser. Como as figuras descritas por Friedrich Nietzsche em *Além do bem e do mal*, esses detentos que compõem o famigerado PCC são muito mais que o reflexo invertido do bom cidadão. Mas tampouco são humildes sofredores: como participantes da realidade chamada "Crime", que Karina apresenta em cores vivas em seu livro, os detentos que correm lado-a-lado com o PCC são especialistas em transformação, camuflagem e improviso, qualidades que Karina analisa por meio de conceitos e categorias "nativas", tais como as de "ideias", "ritmos" e "repercussões".

Como agentes de transformação, os homens revelam a importância das perspectivas e, assim, o fato de que, vistos sob uma certa luz ou diante de uma situação aparentemente dada, os membros do PCC não são nem trapaceiros contumazes nem infratores perigosos que se situam fora da sociedade. Podemos, em vez disso, entender os *irmãos* como expressões iconoclastas e ativadores de impulsos básicos que estão presentes em todos nós, ainda que de modos diferentes. O modo como essas intensidades se ativam é em parte função de como encaramos decisões difíceis, momentos marcantes de medo e de imprevisibilidade, longos períodos de tédio ou inexplicáveis viradas do destino, além dos sonoros filamentos

semióticos que compõem tanto o PCC como a vida cotidiana nos presídios de São Paulo. Perspectiva, portanto, é tudo.

A preocupação com a diferença enquanto condição ontológica é decisiva não somente para o texto etnográfico de Karina e sua conceitualização do trabalho de campo conduzido em presídios e no interior de redes sem uma fronteira territorial ou um fundamento contextualizante bem definidos, mas também para sua identidade como pesquisadora e como pessoa. Sem entrar demais no modo como a autora se posiciona e se situa ao formular seu relato, prefiguro aqui sua introdução e alerto o leitor para o fato de que sua "inserção" involuntária neste campo de estudos a obrigou a repensar suas próprias cristalizações cambiantes e mutáveis como pessoa e como esposa. Os esforços por ela envidados nesse sentido evidenciam a artificialidade – e, ouso dizer, as ideias incompletas e insatisfatórias que a acompanham – de uma antropologia conduzida por pesquisadores que escolhem seu próximo projeto buscando um assunto que lhes "interessa" ou que traga em si a promessa de confirmar ou mesmo promover uma orientação política pré-existente.

O projeto não foi um luxo a que Karina se deu, pois ela necessariamente partilhou de uma caminhada difícil para escrever este livro. Sua análise constitui uma etnografia mais pragmática e menos optativa. Sua "pesquisa" não foi somente um meio para descobrir ou explicar algo; foi também um elemento essencial de sua vida, que emanou dessa vida mesma e não de questões que podem parecer interessantes para um observador relativamente distante, mas não tocam diretamente nem surgem materialmente da situação do próprio antropólogo em mundos emaranhados e não convenientemente distantes.

Em *Junto e misturado*, Karina nunca se põe como uma especialista encarregada de representar pessoas supostamente incapazes de falar por si mesmas. Ao contrário, relembra e caminha junto com os detentos e seus familiares, com os quais aprendeu a interagir em função das disposições corpóreas e afetivas que se espera de – ou, melhor dizendo, necessariamente cultivadas por – uma mulher que visita um presídio do PCC. Jogada numa situação que não desejava nem esperava, Karina reflete assim os processos disciplinares e as transformações – correlatas, mas tantas vezes inesperadas ou mesmo surpreendentes – sofridas pelos próprios detentos.

Respeitada por detentos cujos hábitos cotidianos tanto contribuem para a constituição do PCC, e tratada às vezes como criminosa pelos carcereiros, policiais militares e pessoas “de fora” que relacionam o PCC e todos aqueles cujas vidas são por ele tocadas ao crime organizado, Karina aparece alternadamente como uma figura forte, admirada e até transcendente em sua aparente cristalização como o que certas pessoas mencionadas no livro entendem erroneamente como uma líder. Em outros momentos, ela vacila ou se vê sem ação. E essa oscilação entre transcendência e imanência é uma imagem metonímica dos movimentos – ou ritmos e ideias – experimentados e manifestados por aqueles que Karina pesquisa.

O PCC descrito por Karina Biondi não é estruturado por indivíduos carismáticos. Ele se organiza em consequência de tensões entre a construção desses indivíduos e das funções políticas que eles desempenham, por um lado, e uma agitação imanente que inviabiliza as estruturas hierárquicas que os cientistas sociais tipicamente associam a líderes carismáticos, por outro. As contradições entre as duas posições compõem o espaço a partir do

qual Karina enuncia o texto que o leitor tem em mãos; e as contradições que geram a produção acadêmica de Karina são também a gênese do PCC e a fonte de seu poder político contínuo.

Entendido desta forma, o PCC, por mais que nasça da violência da prisão e das atividades de seus participantes, não é nem uma imagem espelhada da “sociedade” brasileira, nem uma organização paralela a ser erroneamente reconhecida como cópia de um original qualquer. É apenas uma expressão diferente das forças expressas de modo mais direto nas abordagens insustentavelmente simplistas do bem, do mal e da negociação da socialidade enfrentadas por todos os agentes aparentemente envolvidos naquilo que os antropólogos, por costume, denominam “sociedade”.

a John F. Collins é professor associado do Queens College e CUNY Graduate Center. Ele foi editor e tradutor de *Sharing This Walk: An Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil*, a versão em inglês deste *Junto e misturado* publicada pela University of North Carolina Press, que gentilmente autorizou a publicação do texto em português.

1 Ver o *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias* de 2014, no endereço http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf, acessado pela última vez em 1º de maio de 2018.

2 Boiteux e Padua. 2013. *A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da atual política no Brasil. Rio de Janeiro: TNI*; Gay, Robert. 2015. *Bruno: Conversation with a Brazilian Drug Dealer.* Durham, N. C.: Duke University Press.

3 Ver Amnesty International, "Brazil: 'Trigger Happy' Military Police Kill Hundreds as Rio Prepares for Olympic Countdown", https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/08/brazil-trigger-happy-military-police-kill-hundreds-as-rio-prepares-for-olympic-countdown/; e *Economist*, "Serial Killing", 20 de março de 2014, https://www.economist.com/blogs/americasview/2014/03/police-violence-brazil. Sobre as relações contemporâneas entre a polícia como mantenedora da ordem pública e a polícia como assassina daqueles que parecem perturbar essa ordem no Rio de Janeiro, ver James Armour Young, "The Murder Rate is Down in Rio — But Its Cops Continue to Kill", *Vice News*, 20 de janeiro de 2016, https://news.vice.com/article/the-murder-rate-is-down-in-rio-but-its-cops-continue-to-kill.

4 Machado de Assis. *Obras completas*, v.4, p.10 *apud* Costa, Emilia Viotti da. 1999. *Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo:* Editora da UNESP.

5 Schwarz, Roberto. 1977. *As ideias fora do lugar*. Companhia das Letras.

6 Hobsbawm, Eric John. 2010 [1969] *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra.

7 Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. 1980. *Mille Plateaux.* Paris: Minuit..

APRESENTAÇÃO

Jorge Mattar Villela[a]

Junto e misturado é um livro de antropologia. É uma etnografia. A primeira etnografia escrita sobre o Primeiro Comando da Capital, o PCC. E como muitos dos livros científicos que interessam, mesmo sem abrir mão de um estilo marcado severamente pela formação antropológica da autora, este pode ser lido por pessoas de qualquer formação. Porque seu tema interessa a todos nós, sejamos ou não especialistas da área, interessados direta ou indiretamente no tema. Porque sua leitura permite que penetremos no tema por caminhos diferentes. A despeito do modo pelo qual entremos no livro, ele nos dirá muitas coisas, várias delas surpreendentes.

Este livro nos fala do universo incógnito do ambiente carcerário, da indignidade sob a qual é mantida uma enorme quantidade de pessoas (os presos) no estado de São Paulo e que, ao longo dos anos, desencadeou um processo político que resultou numa das formações coletivas de maior impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas.

Junto e misturado parece-me relevante para um público amplo porque um de seus temas centrais, embora talvez jamais mencione a palavra, é democracia; possivelmente a palavra que mais devesse nos interessar atualmente, em torno da qual devêssemos refletir

mais detidamente. Mas não, é claro, esta democracia de baixa intensidade, frequência e densidade, de exigência minimalista baseada apenas nas liberdades de voto e de expressão individual. Ele fala de democracia, à maneira da filósofa Isabelle Stengers, quer dizer, da constituição de determinadas lutas, tocadas por formações coletivas emergentes nos dias atuais[1]. Conforme-Stengers, muitas pessoas estiveram durante muito tempo submetidas aos saberes científicos, jurídicos, policiais; foram consideradas incapazes de conduzir suas próprias lutas, de constituir saberes sobre os temas que a elas interessava diretamente. Mas também as suas próprias lutas, as suas pautas de reivindicações foram consideradas indignas da nossa atenção, foram desqualificadas. Se assim foi para os usuários de drogas ilegais e para os portadores do vírus HIV (exemplos de Stengers), assim é ainda para os usuários de serviços de saúde mental e para os presidiários. Pois, é preciso lembrar, o PCC surgiu, entre muitos outros motivos, em torno de uma reivindicação legalista: o cumprimento da Lei de Execuções Penais. Lutas com reivindicações legítimas, portanto, e que deveriam ser levadas a sério numa sociedade democrática. Porque, para retomar Stengers, será necessário que já não haja “grupos reais” cujos saberes e práticas a eles ligados sejam negligenciados, quando se pretende criar uma democracia intensa, frequente e densa.

Como entender essa ideia de grupos (ou agrupamentos) reais, esse conceito partilhado por Isabelle Stengers e Tobie Nathan? Aos grupos reais não se opõem os fictícios, os falsos ou os irreais. Opõem-se os “grupos naturais”, forjados pelas estatísticas, fabricados pelos dados biológicos etc. Para citar um exemplo bem conhecido por todos, uma turma escolar não é um grupo real, mas um grupo natural. Ele é formado a partir de faixas etárias, de ordens

alfabéticas. Todos sabemos que no interior de uma turma, o grupo natural, formam-se grupos reais: esses agrupamentos que os pais, os psicólogos e os educadores esforçam-se para destruir e que recebem o nome pejorativo de “panela”. Um Estado nacional tampouco é um grupo real, é um grupo natural e no seu interior formam-se agrupamentos reais que os diversos poderes e legislações esforçam-se para desbaratar. As classificações etiológicas e nosológicas dos usuários da saúde mental são grupos naturais, mas nunca são grupos reais. Mesmo uma família, agrupamento natural, pode eventualmente não ser um grupo real. Assim ocorre com a população de um presídio ou a população carcerária de um estado ou de um país. Esta atividade que é o PCC forma grupos reais, mas apenas no sentido esquematicamente definido neste parágrafo. Pois, veremos no decorrer da leitura de *Junto e misturado*, é difícil chamá-lo relaxadamente de grupo.

Um dos méritos do trabalho de Karina Biondi é sua fiel obediência ao princípio da irredução, capacitando-nos a ver vários e não apenas um PCC, diferentes movimentos, volições e tensões no seu interior, cancelando a possibilidade de o vermos como uma “organização”, uma empresa, um organograma. Já voltarei a este ponto.

Haveremos de lembrar decerto, e este livro jamais negligencia este aspecto, que o PCC é um coletivo formado por homens que cometeram crimes, muitos deles graves. Este escrito não é, portanto, redentor nem mistificador. Ele não responde, ainda, a uma tentativa escolar de determinar (as determinações e o Terceiro Excluído foram postos de lado neste escrito que obedece ao princípio da irredução, como vimos) se essa formação coletiva responde ou não a interesses políticos. Pois a etnografia a seguir

deixa claro que se trata de uma experiência política, sem enunciar, contudo, um único vaticínio. Uma experiência tão original que se esconde dos olhos e ouvidos menos atentos. Se é uma experiência política democrática ou antidemocrática, não custa lembrar, não é tarefa da autora avaliar. Sua tarefa, a mais rica, ela a realizou: produzir para nós uma descrição analítica desta experiência livre de juízos de valor. Não lhe era legítimo, como antropóloga, asseverar e nem sequer postular um problema que não aflige aqueles que foram a sua fonte dos dados da pesquisa.

Será preciso, portanto, fazer um par de solicitações: que se descontraiam os punhos cerrados, que se embainhem os dedos em riste; o livro que se segue não é uma apologética, Karina Biondi não é uma antropóloga militante, o relato que elaborou não é internalista. Nem Biondi, nem seu principal colaborador de pesquisa são membros do PCC. Karina Biondi, portanto, não faz parte deste tipo de antropólogos que são conhecidos pela palavra inglesa "*halfie*", quer dizer, que têm um pé no seu objeto e outro na antropologia, assim como as feministas que estudam gênero, os negros que estudam negros, os ricos que estudam ricos, os usuários de drogas que estudam drogados (a despeito das vantagens teórico-metodológicas que a antropologia *halfie* pode eventualmente trazer para a disciplina). Como se verá logo na pungente introdução de *Junto e misturado*, o PCC apenas atravessou a vida da autora durante o lapso de alguns anos e assim seria se ela não o tivesse tomado como objeto empírico de sua pesquisa de mestrado, da qual este livro é resultado e, a partir de 2009, de sua tese de doutorado.

Nada disso quer dizer que o livro que se segue seja neutro. Ele é um escrito político, por diversas razões. Primeiramente porque *Junto e misturado* enfrenta o desafio de conferir inteligibilidade a um

mundo obscuro e escondido. O mais oculto dos mundos: a vida numa destas “instituições austeras”, como chamou o filosofo Michel Foucault as instituições disciplinares[2]. Mas se trata de uma tarefa um pouco mais complexa do que a de etnografar a existência carcerária. Trata-se de descrever analiticamente o funcionamento de um maquinismo ainda desconhecido de todos nós porque de difícil apreensão e em estado de variação contínua; que é alvo da preocupação de diversas autoridades políticas, jurídicas, policiais e acadêmicas; fonte da preocupação de milhões de cidadãos paulistas e brasileiros que recebem notícias deste coletivo por meio da imprensa – mesmo que o seu nome seja objeto de restrição por parte dos órgãos de segurança pública do estado de São Paulo.

Mas *Junto e misturado* é um escrito político ainda porque, assim como fazem os antropólogos desde há muito tempo, procura dar voz e legitimidade ao que fazem e pensam aqueles que são os alvos de suas pesquisas; procura não os colocar na posição submissa de objetos de pesquisa cujos anseios e saberes seriam frutos da ignorância, da irracionalidade, da brutalidade e da superstição. No entanto, parece-me que *Junto e misturado* vai ainda mais longe ao dar um tratamento pluralista aos sujeitos que pesquisa e ao tema geral do trabalho. Ao longo das páginas, vemos que uns e outro são sempre vários, diversos, plurais, nunca únicos e jamais sozinhos, para usar a expressão do etnopsiquiatra Tobie Nathan[3].

Junto e misturado é um escrito político, enfim, porque procura descrever analiticamente uma experiência política, que é a do PCC carcerário nos dias que correm. Uma experiência que não é precisamente a estatal, a contraestatal e nem ainda uma síntese das duas. Não é nem bem a ausência e nem a preeminência de hierarquia. Esse é o sentido das complexas e criativas relações que

Karina Biondi provoca ao lançar mão dos conceitos filosóficos de imanência e transcendência. Um imanentismo que recorre frequentemente a uma transcendência que o garante como tal e que simultaneamente ganha existência no seio da imanência. Ninguém pode ser mais que ninguém, não há os que ordenam e os que assentem. A inexistência de mando e de obediência não é garantida pela boa vontade dos membros do PCC e nem pelos decretos de um tirano. Não é, portanto, o fruto do pacto e nem da lei. Ela é o resultado instável de um conjunto indefinido e variável de enunciados a serem mobilizados e transformados todas as vezes que as puras relações de poder imanentes a seu próprio campo são ameaçadas, todas as vezes que alguém pretende comandar, dar ordens, apoderar-se da vontade e dos desígnios de um outro encarcerado. Não obstante, é uma exigência da vida cotidiana o esforço pela conquista do seu espaço existencial no interior da cela, nas relações diárias com os outros irmãos. É recomendável evitar ser comandado e evitar comandar. É igualmente recomendável evitar que se produza no ambiente carcerário, enfim, uma hierarquia totalizante e transcendente. E, paradoxalmente, é à faceta transcendência do PCC que se recorre para evitar estes dois acontecimentos. Não teremos alternativa a não ser a de seguir a etnografia de Karina Biondi e admitir que existe, em perpétua comunicação e ressonância, um PCC-transcendência e um PCC-imanência. Essa é a paradoxal experiência política que nos forçará a abrir mão de dois importantes imperativos da filosofia ocidental: a não-contradição e o Terceiro Excluído. Será preciso abrir mão da não-contradição porque, como ocorre geralmente, o PCC pode ter certas características e outras que são exatamente o seu oposto. Assim, por exemplo, ele é hierárquico e não hierárquico. Será necessário abrir mão do princípio do terceiro excluído porque, além

de ser uma coisa, de não ser o seu contrário, ele é ainda diversas coisas mais.

Nesse sentido, para além de desvencilhar-se de diversos vícios conceituais, *Junto e misturado* impõe uma reflexão delicada para todos os que fazem antropologia: como encarar os problemas de ordem moral quando se estudam fenômenos ou agrupamentos cuja atividade atinge o coração do nosso sistema moral fundado e refundado, para empregar a expressão do sinólogo François Jullien, desde há trezentos anos?[4] Eixo central das preocupações da antropologia da moral ou das moralidades, as hesitações e temores acerca do relativismo moral são deixadas de lado na etnografia de Karina Biondi. O problema do relativismo moral sequer é colocado e sua falta não é sentida porque durante todo o texto convivemos com esta curiosa força ética rígida, antes voluntária do que coercitiva que induz a uma conduta específica: o *proceder*.

Como funciona o PCC em ambiente carcerário? Esta é a pergunta que *Junto e misturado* procura responder por meio do estilo etnográfico, apanágio que é da disciplina antropológica.

E o que a etnografia elaborada por Karina Biondi faz aparecer? Livrando-se de uma série de vícios nocionais ou conceituais (o modelo estatal, o modelo empresarial, o modelo do organismo, o de sociedade, o de cultura), faz surgir lentamente um objeto inteiramente novo e cuja definição é complicada (esta complexidade que toda etnografia digna do nome realça no lugar de varrer para baixo dos tapetes dos grandes conceitos ou submeter e recontextualizar as práticas existenciais que descreve “nos termos do ‘coletivo de pensamento’ do analista”[5]). Não se trata exatamente de sociedade, de um grupo, de um feixe de relações interindividuais e, finalmente, não se trata de uma organização. E eis que surge

outra vez a exigência do descarte do terceiro excluído e da não-contradição. Pois, ao mesmo tempo que não é exatamente uma sociedade, os colaboradores de pesquisa de Karina Biondi não cessam de invocar essa noção; ao mesmo tempo que não é um grupo, formam-se incessantes agrupamentos nas celas, nos presídios; ao mesmo tempo em que não entretecem relações interindividuais, buscam *parceiros* para efetuarem os seus *corres* e as suas *caminhadas*.

Segundo a etnografia de Karina Biondi, o PCC é uma espécie de figura sem contorno, semelhante a alguns quadros do pintor inglês William Turner, cujas formas desmancham-se continuamente. A figura do PCC parece oscilar constantemente entre o pré e o pós-formal; agrupamento sem grupo, ligações não individuais, sociedade sem coerção nem social; sujeitos formados nas relações imanentes entre si e na transcendência que elabora suas palavras e suas condutas e que, simultaneamente, é conformada por eles próprios nas suas relações e nos seus confrontos.

Livrando-se da perspectiva juralista que durante tantos anos ocupou o campo de visão da antropologia, e cujas primeiras críticas devemos ao antropólogo Edmund Leach, Karina Biondi mostra que o funcionamento do PCC (se é mesmo que depois de lermos *Junto e misturado* ainda podemos seguir falando serenamente do PCC, assim, no singular[6]) não obedece ao esquema que surge de um código que prepara, estabelece, estimula ou coage um determinado comportamento e que vota àqueles que o transgridem um conjunto de sanções negativas e aos que o obedecem um lote de bonificações[7]. Karina Biondi, deste modo, associa-se a este movimento que se desvencilha do par código-comportamento. O esquema do PCC adequa-se melhor à imagem de um fio que junta

recomendações a uma conduta voluntária em cujo exterior não aguardam as punições legais, mas *consequências*. Um esquema que se assemelha menos ao do código legal do que ao da dietética: não há punição no horizonte dos que se alimentam inadequadamente. Ninguém vai preso por comer gorduras, açúcares e carboidratos em excesso. Há apenas consequências: uma série de doenças, por exemplo, sem que se tenha a certeza de que elas se abaterão efetiva e igualmente sobre todos os gulosos. Assim é na experiência política do PCC: não há punições, há *consequências*. E, a menos que queiramos voltar à atividade escolar de contradizer o que nos mostram, o que dizem e o que fazem aqueles entre quem decidimos estudar, será preciso levar a sério a modificação das palavras; porque não se trata apenas de um trocadilho e nem de um disfarce. Uma das inúmeras virtudes da etnografia que se segue é a de permitir-nos explorar as diferentes facetas, significados e eficácias da terminologia nativa, como se diz em antropologia. Ao invés de procurar contradizê-la, Biondi investe sobre ela a fim de entregar-nos tudo do que ela é capaz para conferir maior inteligibilidade ao tema a que se dedicou. Por outras, e poucas palavras, trata-se de uma verdadeira etnografia.

E, não custa lembrar, conferir inteligibilidade nunca implica simplificar. Muito pelo contrário, tornar inteligível é substituir uma ideia inadequada de simplicidade por uma descrição analítica que nos entrega o PCC em toda a sua complexidade inapreensível desde o ponto de vista jurídico-policial, que é o que tivemos até o momento. É substituir as perguntas modestas cujas soluções nunca passam de modestos vaticínios (É político? Não é político? É bom? É mau? É justo? É injusto?) pela crueza da etnografia, pelo trabalho exaustivo dos significados, pela demonstração das relações e das forças em jogo.

Quase ao fim desta apresentação, cuja brevidade deve-se à vontade de entregar aos leitores o excelente texto de Karina Biondi, gostaria de acrescentar um último aspecto, aquele que em primeiro lugar os leitores encontrarão em *Junto e misturado*: a inserção de Karina Biondi em seu campo de pesquisa. A poderosa e impactante introdução, cativante decerto aos que lemos o trabalho, arremessa-nos impiedosamente em seu universo de pesquisa, na dureza de suas condições de trabalho, na existência crua do ambiente carcerário. Mas também é essa introdução que nos permite compreender de onde vieram e que tratamento receberam os dados que Biondi recolheu para escrever a dissertação de mestrado que se transformou neste livro. Este relato de campo é ao mesmo tempo a emocionante preparação para o que virá e a exposição metodológica da pesquisa.

Finalmente, *Junto e misturado* é uma inovação em diversos sentidos: na metodologia de pesquisa porque seus dados são provenientes de uma inserção em campo original; no conteúdo da descrição analítica que promove, mostrando uma faceta desconhecida de um coletivo de que muito se tem falado. Ao contrário de se fixar em exercícios escolares de desvendar o que há por trás do discurso dos encarcerados, a autora optou por revelar-lhes os funcionamentos e as eficácias internas; ao invés de denunciar-lhes as mentiras e os logros, descreveu-lhes as engrenagens; ao invés de ajustá-los a conceitos *prét-à-porter* (e quando emprega conceitos exógenos ao cotidiano do PCC carcerário é obrigada a retorcê-los em proveito de seu campo, rejeitando aplicá-los a ele), levou às últimas consequências analíticas a sua forma e o seu conteúdo, enfim, os seus usos. Mas *Junto e misturado* é ainda original porque leva a sério uma experiência política, original em si mesma, produzida em meio e

exigida por um modo de existência insuportável que costumamos ignorar, referendar ou demandar o recrudescimento.

[a] Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar.

1 Isabelle Stengers. *Sciences et pouvoirs.* Paris: La Découvert, 1997.

2 *Surveiller et Punir*. Paris: Gallimard, 1975.

3 Em colaboração com Isabelle Stengers, *Medecins et sorciers*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Ronde, 1995.

4 François Jullien, *Fundar a moral*.

5 Viveiros de Castro, E. *Métaphysiques canibales*. Paris: PUF, 2009.

6 Falar do PCC no singular exige precisamente abrir mão da sua singularidade que é a multiplicidade.

7 *Pul Eliya*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Mas devemo-la também, e com abrangência muito maior que a do campo exclusivo da antropologia, a Michel Foucault (“Les Mailles du pouvoir”. In: *Dits et écrits*. Paris: Gallimard. 1994. Vol. IV).

INTRODUÇÃO

> Estou na borda desta multidão, na periferia; mas pertenço a ela, a ela estou ligado por uma extremidade de meu corpo, uma mão ou um pé. Sei que esta periferia é o meu único lugar possível, eu morreria se me deixasse levar ao centro da confusão, mas também, certamente, se eu abandonasse a multidão. Não é fácil conservar minha posição...
>
> Gilles Deleuze e Félix Guattari

As principais avenidas de São Paulo nunca estão desertas. Meu carro é apenas um entre tantos a transitar pela Avenida Jornalista Roberto Marinho na madrugada de sexta-feira para sábado. Não posso enumerar os motivos que levam as pessoas a ganhar as ruas durante a madrugada, mas um deles conheço bem: é o *dia de visita*[1] nas cadeias. À minha direita, reconheço essa motivação em duas mulheres que dividem o peso de uma grande sacola, provavelmente cheia de alimentos a serem entregues ao parente preso.

Eu nunca havia notado esse tipo de movimentação antes da prisão do meu marido, no início de 2003, quando iniciei esta pesquisa.

Foram quase seis anos de pesquisa pouco ortodoxa, que partiu de uma inserção involuntária e cuja ida a campo era geralmente indissociável do *dia de visita*. As coisas não me foram todas dadas a conhecer em períodos delimitados, em segmentos da pesquisa de campo passíveis de serem descritos. Muitas me passaram despercebidas, outras sem importância ou relevância, a ponto de eu sequer me preocupar em tomar nota. Em muitas das visitas, voltei para casa sem ter o que registrar em meu caderno de campo. “Hoje não fiz campo” – pensava. Mas, tempos depois, ao vivenciar outras experiências, situações ocorridas em alguns daqueles dias eram requisitadas a se unir a novas informações e compor dados importantes para a pesquisa. Aquelas informações ganhavam, então, visibilidade e importância, pois eram fundamentais à elucidação do que estava acontecendo.

Concebo meu trabalho de campo como um processo, fragmentário e sempre parcial. Muitas das reflexões presentes nesse livro são fruto de experiências diversas, vivenciadas ao longo de seis anos, em várias unidades prisionais e também fora delas, reunidas, contudo, com vistas a conferir alguma inteligibilidade a determinados acontecimentos. São um emaranhado, cujas linhas se cruzam, se unem, se distanciam, se perdem, mas no qual cada uma delas traz ao momento vivido elementos de experiências em tempos e locais diversos. Elas são convidadas a compor este presente; são fragmentos de formações passadas atraídos para se acoplar à experiência em ato, conferindo-lhe uma configuração singular, impossível de existir não fosse por tal mecanismo.

Certamente, é esta maneira assistemática de trabalho de campo que me permite vislumbrar a existência também assistemática de meu objeto de pesquisa: o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Essa coletividade, também chamada de *Comando*, *Partido*, *Quinze*, *Família* (sendo este último termo mais recente; só apareceu em meu trabalho de campo em 2007), teve sua origem nas prisões paulistas no início da década de 1990 e hoje está presente em aproximadamente 90% das instituições penais[2], bem como na maior parte das zonas urbanas do estado[3].

A fim de ilustrar o processo de conhecimento que permeará todo este livro, convido os leitores a me acompanharem neste *dia de visita*, escrito para este trabalho a partir de fragmentos de diversos *dias de visita* e somado a outros tantos que, como verão, compõem essas experiências. A partir do compósito de várias visitas, apresentarei as reflexões metodológicas que tais experiências requerem e que perpassarão todo o trabalho.

• • •

São duas horas da manhã quando chego à frente do Centro de Detenção Provisória (CDP) da Vila Independência, zona leste da cidade de São Paulo. Avisto muitas pessoas, mulheres em sua grande maioria, no entorno do portão da instituição. Muitas dormem em colchões, dentro de seus carros ou em barracas armadas ao longo das calçadas ou embaixo do viaduto, do outro lado da rua. Aproximo-me de algumas mulheres que estão conversando e pergunto quem está distribuindo a senha. Elas apontam para um local próximo à entrada da prisão, um pequeno espaço coberto, próximo ao sanitário público. Pergunto, ali, pela senha e pedem que eu acorde Joana. Sem jeito, constrangida por ter que tirá-la de seu sono, disse que esperaria que ela acordasse. Mas logo me alertaram: “Se você não chamar, outra vai. Fica moscando[4] aí que você perde seu lugar”.

Chamei Joana por duas ou três vezes e ela finalmente acordou. Com os olhos pequenos, espremidos de sono, perguntou meu nome, o *raio*[5] e a cela onde estava meu marido, anotou essas informações em um caderno, procurou os papéis numerados e me deu uma senha: número 239. Não pude acreditar: eram ainda duas horas da manhã e 238 pessoas já haviam chegado antes de mim! Soubera que as trinta primeiras senhas foram distribuídas na quinta-feira e que suas portadoras estavam na frente do CDP desde aquele dia. Fiz (mentalmente) uma estimativa do tempo que levaria para entrar no CDP. Sem dúvida, a espera seria longa. Outra mulher que acabara de pegar a senha reclamou em voz alta: “Isso aqui tá cada dia mais cheio. Eles prendem, prendem, e não querem saber de soltar”. Trocamos algumas palavras. Ela comparou aquele CDP às outras instituições pelas quais seu marido passara. As transferências de presos, de uma cadeia para outra, são tão frequentes que permitem que presos e visitantes possam desenhar quadros comparativos entre as instituições.

Já no interior de meu carro, lembrei que cada uma das cadeias que visitei possuía uma dinâmica própria de funcionamento que incluía particularidades no procedimento de revista dos visitantes, na lista de alimentos proibidos, na relação da documentação necessária para confeccionar a “carteirinha de visitante”. O tempo de espera para entrada na cadeia também variava. O CDP da Vila Independência era, sem dúvida, um dos mais demorados.

Eram seis horas e os primeiros raios de sol batiam no vidro do carro. Decidi comprar um copo de café de um comerciante que também vendia sacolas, mantimentos, lanches, cigarros, além de alugar barracas de camping perto de seu balcão improvisado sob o viaduto. As mulheres que haviam alugado as barracas já se

arrumavam para o encontro que lhes aguardava. Umas ajudavam as outras nos penteados e maquiagens.

Aproximei-me do portão do CDP. Às sete horas em ponto, Joana, empunhando caderno e caneta, começou a organizar a fila preferencial, composta por mulheres grávidas ou com crianças de até dois anos de idade que haviam pegado a senha para essa fila. Em seguida, iniciou a chamada da outra fila, em ritmo bastante acelerado. A pessoa que estava com a senha de número cinco não compareceu na primeira vez em que foi chamada, por número e nome (consultados no caderno). Foi o suficiente para que Joana fizesse uma advertência a todos os presentes:

> Prestem atenção! Eu não ganho nada por estar organizando essa bagaça. Pediram minha ajuda e estou aqui, porque essa fila, até semana passada, tava uma zona. A pessoa que tava nessa responsa abandonou o barco e pediram pra eu tomar conta. Vocês têm que ter consciência que se eu tô aqui é pro bem de vocês, pra não rolar patifaria aqui na fila. Então, vou chamar os números e vocês já fiquem perto pra pegar o lugar na fila. Não vou ficar esperando ninguém![6]

Lembrei que, de fato, aquela fila era bem menos organizada antes do aparecimento de Joana. Não tive acesso ao modo pelo qual são escolhidas as pessoas que cuidam da fila, mas estas mulheres não são vistas pelas visitantes como portadoras de poderes instaurados ou impostos sobre elas; seu desempenho na organização da fila, em conquistar o respeito e a colaboração das visitantes, depende somente de suas habilidades.

Meu marido, mesmo sem ser membro do PCC, viveu intensamente seu funcionamento, pois durante todo o seu período de detenção ficou em *cadeias do Comando*[7]. Como veremos no decorrer do livro, a dinâmica do PCC abrange não só seus membros, mas todos os presos que cumprem pena em seus territórios. Por conseguinte, era

preocupação de meu marido conduzir sua vida prisional de uma maneira condizente à ética do PCC e, por conseguinte, me orientar a respeito de como agir nos *dias de visita*. Assim, ele sempre recomendou enfaticamente que eu respeitasse a ordem da fila e as outras visitantes, pois se eu *desse mancada*[8] a *cobrança* viria para ele, ou seja, ele sofreria *consequências*[9] por não ter *instruído* sua *visita* adequadamente. Embora essa sistemática fosse bem conhecida pela grande maioria das visitantes e recorrentemente acionada em diversas situações, as coisas não se passavam como se houvesse uma convenção que seria respeitada por todos. As mulheres não se surpreendiam com atitudes em desacordo com o recomendado, ou melhor, o comportamento ideal não era o esperado. Juntamente com as recomendações para respeitar as *colegas*[10], eram orientadas a não confiar em ninguém, a não guardar nenhum objeto para outras mulheres, a não descuidar do *jumbo*[11], a não fazer favores, a não guardar lugar na fila, pois existiriam pessoas mal-intencionadas que poderiam furtar seus pertences, usá-las para descumprir a ordem da fila ou para tentar enviar drogas ilícitas ao interior da prisão. Contaram-me vários casos semelhantes ao da senhora idosa que deixou uma mulher cuidando de suas sacolas enquanto comprava cigarros. Essa mulher, sabendo que o filho da senhora estava preso no mesmo *raio* onde se encontrava seu companheiro, colocou drogas no interior da sacola. Quando a senhora passou pela revista, os agentes prisionais encontraram substâncias ilícitas dentro de sua sacola e prenderam-na em flagrante por tráfico de drogas. Alertavam-me que, se isso acontecesse comigo, de nada adiantaria argumentar, junto às autoridades prisionais, que a droga encontrada não era minha.

Dessa forma, embora haja uma orientação de respeito às outras visitantes, é altamente recomendado não confiar e não esperar respeito das demais. Ou seja, se por um lado espera-se que todos respeitem a fila, por outro, espera-se que não se confie na intenção de respeito alheia, pois “sempre tem alguém querendo ser mais do que os outros”. Joana estava nervosa novamente, desta vez com uma mulher que dizia sempre pegar a senha 65 e que, portanto, esse número seria dela e não de quem o portava naquela ocasião. Joana disse que ninguém é dono de número nenhum, que se as coisas funcionavam assim antes, com ela seria diferente: a fila seria formada de acordo com a ordem de chegada. A reclamante ameaçou ligar para seu marido, dizendo que ele era *faxina*[12] de um dos *raios* e que Joana seria *cobrada* por seu erro. Joana desafiou a mulher a ligar, dizendo nada temer, pois estava “agindo pelo certo” e que, além do mais, se o fizesse, seu marido é que acabaria sendo *cobrado*:

> Tem mulher que quer ser mais malandra que o marido preso e acaba prejudicando a caminhada[13] dele. Mas, olha, eu já tenho dez anos de porta de cadeia e vou falar uma coisa: a mulher é o espelho do homem que visita. Quando a mulher é sem futuro, pode apostar que o marido dela também é.[14]

Joana, então, adiantou-se e telefonou ao preso que, segundo ela, estaria responsável pela fila. Disse que ele ofereceu todo o apoio às suas decisões e que, se alguém tivesse alguma queixa a fazer sobre a organização da fila, que a fizesse aos presos a quem visitavam, os quais deveriam *passar a caminhada*[15] ao *faxina* do *raio* que, por sua vez, deveria transmitir a queixa àquele preso que estaria responsável pela fila:

> Olha, pediram pra eu tomar conta da fila aqui e eu estou, na maior boa vontade. Mas a coisa tem que andar no meu ritmo. Comigo só pega fila preferencial quem estiver com crianças de até dois anos e grávidas. Se

> alguém estiver se sentindo prejudicada, passa a caminhada lá dentro, explica toda a situação que o pessoal vai discutir essa fita e, se for o caso, depois vai me passar o nome da pessoa que pode ir pra fila preferencial.

Em cinco anos de visita, eu nunca ouvira falar de algum preso que fosse responsável pela fila. Achei estranho e pensei tratar-se de uma novidade. Mas, em todas as cadeias que visitei, eram as próprias visitantes que decidiam os critérios para fila preferencial. Lembro que, em outro CDP, uma idosa foi reclamar com o funcionário da instituição seu direito de ser atendida com prioridade. Ele respondeu: “Se suas colegas deixarem, eu te passo na frente, mas a gente aqui não se mete na organização de vocês. Você tem que reclamar é com elas”.

Ouvi, então, uma *colega* que já formava a fila para visita no domingo dizer: “Ê, Joana! Tá colocando a fila do sábado no mesmo ritmo que a nossa!”. De fato, é comum ouvir os presos dizerem que “cada cadeia tem um ritmo”; mas aquele comentário chamava atenção para uma diferenciação entre as filas e, indiretamente, entre os *raios*[16].

Finalmente Joana chamou meu número. Entreguei minha senha a ela e ocupei meu lugar na fila. Confirmei a numeração da pessoa que estava à minha frente e a da que estava atrás. Sim, estava na posição correta. Comentamos sobre o aumento, a cada semana, do número de pessoas visitando aquela unidade prisional e especulamos sobre alguns dos possíveis motivos deste aumento: crescimento da população carcerária, lentidão das revistas, final de ano. Conversamos, como de praxe, sobre a situação processual dos presos que estávamos visitando.

Enquanto as *colegas* contavam suas histórias, eu pensava em quantos relatos já ouvira durante as várias visitas que realizara; uma

infinidade de histórias, com milhares de nomes, rostos, gestos, vidas, cada qual tão singular que, de fato, seria impossível falar “do” nativo. Como, então, chamar essa multidão? Qualquer termo que eu use para me referir a ela traz consigo o risco de reduzi-la a um conjunto homogêneo. Nietzsche já nos alertava para essa questão:

> Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono destas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial (Nietzsche, 2000: 56).

Assim, consciente de que “a palavra e o conceito não são, em princípio, ‘verdadeiros’” (Velho, 2007: 159), sinto-me autorizada a falar de “presos”, de “prisioneiros” e de “irmãos”, como uma estratégia discursiva utilizada para referir-me a toda essa variedade que não se reduz a semelhanças, a identidades, mas que estão *sintonizados* na mesma *caminhada*.

Ao mesmo tempo em que meus interlocutores dizem fazer parte da mesma *caminhada*, o que corresponde a compartilhar um rumo, lembram que cada um tem ou faz a sua. *Caminhada* é também um termo utilizado para se referir a uma situação, mas que ainda implica movimento e inclui a própria maneira pela qual se lida com esta situação. O alcance e a densidade dessa *caminhada* variam conforme as experiências vivenciadas por eles e a forma pela qual tecem suas relações, constroem sua reputação, traçam suas estratégias, demonstram sua disposição. No caso das companheiras dos presos, a qualidade de sua *caminhada* está relacionada à sua dedicação ao marido. A *caminhada* de Sandra,

uma das mulheres com quem eu conversava, passou a ser o assunto do momento na fila das *visitas*:

> Já faz oito anos que estou na caminhada, mas meu marido tá preso há onze anos. Quando conheci Roberto, ele já estava preso. Na época, eu visitava meu irmão, que também tirou uns dias[17]. Vixe! Conheço um monte de cadeia, já... Aí comecei a visitar ele e casamos. Depois, ele foi pra rua... ficamos juntos, mas um mês depois caiu outro B.O. e ele foi preso de novo.

A conversa foi interrompida quando os portões do CDP se abriram para a saída de um caminhão da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), um *bonde*[18] que estaria transferindo alguns presos para outra unidade prisional. Muitas mulheres se aproximaram do portão para olhar o caminhão de perto, na vã tentativa de saber quem estava sendo transferido. Uma *colega* que estava ao meu lado afirmou ser grande a chance de seu marido estar nesse *bonde*, pois ele havia pedido transferência para outra unidade onde teria chances de progressão de pena, inviáveis dentro de um CDP[19]. Disse-me que, embora essa mudança fosse em benefício de seu marido, estava muito nervosa por imaginar que ele poderia estar naquele caminhão: “Eles sofrem tanto lá dentro...”. Respondi que sabia disso, posto que tinha ouvido muitos presos reclamarem das condições nas quais são transportados, seja de uma unidade prisional para outra, seja para audiências ou julgamentos. Nesses dias, de trinta a quarenta presos são algemados uns aos outros com as mãos invertidas (o punho direito de um preso é algemado ao punho esquerdo de quem está à sua esquerda) e colocados no caminhão. Lá dentro, não existe lugar para todos se sentarem, nem entrada de luz ou ar. Os prisioneiros dizem que o que entra ali, e essa é a reclamação mais recorrente, é a fumaça do diesel do caminhão. Os presos transportados dificilmente estão indo para o mesmo local e, por isso, o itinerário

inclui quantas paradas forem necessárias para levar cada um deles ao seu destino. Isso torna a viagem mais longa e aumenta o mal estar causado pela fumaça, a falta de ar e o movimento do veículo. Muitos presos vomitam, urinam e defecam. Alguns chegam a desmaiar.

Algumas *colegas* começam a chorar diante da possibilidade de seu parente estar no *bonde*. O motivo do choro não era tanto porque a transferência impossibilitaria a visita naquele dia, mas pelas condições a que seus parentes seriam submetidos caso estivessem naquele caminhão. Enquanto o veículo passava pela entrada da unidade prisional, abrindo caminho entre as mulheres que o cercavam, muitas gritavam os nomes de seus parentes, na tentativa de saber se eram eles que seriam transportados. Após quase meia hora, um funcionário afixou na parede da portaria a relação dos presos transferidos. Muitas pessoas se amontoavam à frente da lista para ver se encontravam os nomes de seus parentes. Quem encontrou, buscou mais informações junto aos funcionários do CDP: para onde teriam ido? Os agentes prisionais pediram que telefonassem na segunda-feira seguinte para obterem essa informação. Essas mulheres voltaram para suas casas, levando consigo os alimentos que haviam preparado.

O *bonde* foi motivo para que a fila ficasse parada durante quase uma hora. Já era meio-dia quando cheguei ao primeiro guichê, no qual tinha que apresentar meus documentos e receber um carimbo com o número do *raio* em meu braço esquerdo. O funcionário, como de costume, não respondeu ao meu “bom dia”. Eu também não me esforçava em estabelecer nenhum diálogo, pois isso seria mal visto pelas *colegas* e poderia gerar suspeita de delações ou de “estar do lado deles”. Meus diálogos com os agentes prisionais eram sempre

rápidos, concernentes ao próprio processo de entrada para visita. Nunca adotei uma postura de enfrentamento, mesmo diante de atitudes que avaliei como provocativas. Quando, por exemplo, não me deixaram entrar na cadeia com a roupa que, até a semana anterior, era permitida, preferi trocar a roupa a tentar reverter a proibição. Enquanto algumas *colegas* adotavam postura semelhante à minha, outras defendiam que não podíamos *pagar simpatia*[20] aos funcionários. Seja como for, as condições de minha pesquisa de campo não permitiram o acesso aos funcionários para além do estritamente necessário à entrada na unidade.

Como não levei alimentos, pude seguir diretamente para a fila da revista íntima, não sem passar pelos olhares reprovadores das *colegas*, que fazem sempre questão de levar potes e mais potes de comida aos seus parentes. O horário de chegada para visitação e a quantidade e qualidade dos alimentos levados são, para essas mulheres, indicativos da dedicação ao preso a que visitam. Quando visitava em São Bernardo do Campo (SP), uma *colega* chegou a me propor que chegássemos à unidade no dia anterior para pegar as primeiras senhas: “assim você vai ser a primeira a entrar no *raio*. Primeira não, primeira sou eu! Você vai ser a segunda!”.

Cerca de quarenta minutos se passaram até que, após passar pelo detector de metais, fui chamada à cabine onde ocorreria a revista íntima. Como de praxe, me despi completamente, entreguei as roupas à funcionária e aguardei suas instruções. Ela pediu para que eu me agachasse três vezes, mantendo-me agachada na terceira vez, e tossisse. Assim o fiz e, então, ela pediu que inclinasse o tronco para trás, encostando-o na parede, e continuasse a tossir. Espremendo os olhos, disse: “não estou conseguindo enxergar lá dentro” e deitou-se no chão na tentativa de conseguir um melhor

ângulo de visão. Essa atitude me surpreendeu, nunca havia acontecido isso. Na maioria das prisões, basta que tiremos a roupa, agachemos, abramos a boca, mexamos nos cabelos. No CDP da Vila Independência pediam também que tossíssemos, mas nunca nenhuma funcionária se esforçou tanto para “enxergar lá dentro” a ponto de deitar-se no chão.

– Vai, tosse!
– Cof, cof, cof...
– Estranho... Não tá dando pra ver... Abre aí!
– Como?
– Abre com as mãos, pra eu olhar lá dentro.
– Assim?
– É.

Sentia-me muito constrangida com aquilo, mas não havia nada que eu pudesse fazer para contornar a situação. Lembrei-me de uma garota que se sentiu envergonhada durante a revista íntima em sua primeira visita, desistiu de entrar e deixou a unidade. A funcionária que a examinava seguiu a garota até a rua, enquanto gritava:

> Você pensa que sou trouxa? Sei que você tem droga aí dentro de você! Quem você pensa que é? Acha que pode desistir? Ah... É porque sabe que vai cair [a droga], né? Volta aqui e enfrenta a revista, que eu te pego e você não sai mais da cadeia!

A funcionária que me revistava decidiu chamar as outras agentes prisionais para me ver. Juntaram-se as cinco à frente da cabine e pediram para tossir novamente. Ainda agachada, obedeci. Após conversarem entre elas, a funcionária que me examinava, nitidamente contrariada, balançando a cabeça negativamente, liberou-me: “vai, se veste!”.

Eu já não conseguia conter as lágrimas que escorriam pelo meu rosto. Naquele dia, consegui entender o que os presos chamavam

de *humilhação*, sentimento ligado a uma sensação de impotência misturada com revolta que pode levar ao ódio. Atravessei o pátio e os portões que me separavam do *raio* onde faria a visita. A última porta pela qual eu deveria passar encontrava-se num grande corredor, chamado pelos presos de *radial*, com quatro portas de cada lado, isoladas umas das outras por portões de grades, trancados com enormes cadeados. Cada uma das portas dava acesso a um *raio*; no total eram oito *raios*, cada um com oito celas. Aquele era o *dia de visita* para os *raios* pares, situados ao meu lado direito, e domingo seria o *dia de visita* para os *raios* ímpares, todos à minha esquerda.

O funcionário encarregado de abrir a porta do *raio* onde eu faria minha visita, ao ver-me chorar, perguntou: “O que aconteceu? Alguém te maltratou?”. Balancei a cabeça negativamente. “Se você teve algum problema, fala que a gente vê o que faz”, disse ele. Entrei na *gaiola*, um espaço cercado por grades que antecedia o acesso ao pátio do *raio*. Os presos, ao ouvirem a abertura da porta do *raio*, lançam seus olhares à *gaiola*, em busca de um rosto conhecido entre as visitantes. Quando não encontram, retomam rapidamente suas atividades – jogo de dominó, baralho, caminhada, conversas, cantorias –, pois olhar para a *visita* de outro preso constitui uma falta grave. Algumas mulheres que visitavam pela primeira vez perguntavam como encontrar seu parente “lá dentro”. A resposta, minha e das *colegas*, era a mesma:

> Não precisa se preocupar. É ele quem vai te encontrar. Quando abrir a porta, fique parada que ele vem até você. Não pega bem uma visita ficar andando sozinha pelo raio. Mas fique tranquila porque é impressionante como eles nos acham rápido. E também é impressionante como, com tanto preso lá dentro, a gente consegue achar rápido o que a gente visita.

Como sempre, em questão de instantes localizei com os olhos meu marido, que já havia me visto e caminhava em direção à *gaiola*. O sorriso de alegria ao me ver logo foi substituído por uma expressão de preocupação. Abraçamo-nos e ele me perguntou o que acontecera, por que eu estava chorando. Não era a primeira vez que sentira vontade de chorar após a revista, mas, tal como as outras mulheres, sempre me contive a fim de não levar preocupações ao meu marido. Daquela vez, não pude evitar as lágrimas. Contei a ele que a revista tinha sido difícil. Dois presos se aproximaram, tocaram no ombro de meu marido e, de costas para mim, um deles falou algo no ouvido dele. Raramente um preso conversa com a *visita* de outro preso. Além de não olhar e não dirigir palavras, existe todo um cuidado corporal ao lidar com as visitantes e este era o motivo daquele preso dar as costas para mim. O que, em outros ambientes, pode demonstrar uma falta de respeito, ali era sinal de respeito extremo, pois o que o preso evitava era direcionar seus órgãos genitais para a *senhora*[21] de outro preso. Na impossibilidade de se dispor de costas para a *visita* de um *companheiro*, os presos se posicionam de lado. Diálogos só são travados em casos muito específicos, mesmo assim, geralmente, mediados pelo preso que está recebendo a visitante. Eu não podia, para minha pesquisa, circular pelo *raio* e conversar livremente com outros presos, pois eu era *visita* de um deles e devia me comportar conforme o que era esperado de uma visitante.

Não é exagero afirmar que minha pesquisa só foi possível devido à preciosa colaboração de meu marido. Em todos os trabalhos de campo que realizei em unidades prisionais, foi ele quem iniciou as conversas que travei com meus interlocutores. Sem essa mediação, eu nunca os acessaria. Quando tinha interesse por um ou outro assunto, expunha-o ao meu marido e ele, então, na minha

presença, começava a falar com outros presos sobre esse assunto. Só então, com o diálogo já em andamento, ele me introduzia na conversa. Mesmo com essa mediação, era mantida uma formalidade, evidenciada pelo cuidado com a postura corporal e oral. Não convém atribuir a essas relações a qualidade de “artificial”. As relações entre os visitantes e os presos, especificamente, eram reais o suficiente para produzirem efeitos muito concretos, mas também por se mostrarem efeito de outras relações, igualmente concretas, de uma política que passara a operar nas prisões de São Paulo durante a década de 1990 com o surgimento do PCC, cuja abordagem será iniciada a partir do capítulo 1. Quanto aos efeitos produzidos, eles são diretamente relacionados ao que se deixou de produzir ao atualizá-los. Ao policiar o corpo e a fala perante a mulher de outro, o preso evita uma possível acusação de *talarico* (como são chamados os homens que assediam as companheiras de presos) e, com isso, de ter sua vida ameaçada[22].

Naquele dia, não precisei solicitar ao meu marido que iniciasse qualquer interlocução; ele falou algo perto do ouvido do outro preso e este me perguntou: “Os funcionários oprimiram a senhora?”. Respondi que “eles tinham pegado pesado na revista”. Não convinha oferecer detalhes. O outro preso exclamou: “Esses vermes!”, e prosseguiu, “estamos reunindo reclamações pra depois chegar junto pra resolver esse problema”. “É isso mesmo, irmão” – meu marido se despediu deles e seguimos para a cela. Ele disse-me que eu não era a única, que outras mulheres também haviam chegado chorando ao *raio* e que os *irmãos*[23] tentariam uma solução para o que consideravam um abuso por parte da equipe de funcionários. Lembramos a atuação dos *irmãos* no CDP de São Bernardo quando enfrentaram o mesmo tipo de problema. Assim

que souberam do primeiro caso de *humilhação*, solicitaram uma reunião junto ao diretor geral da instituição:

> Senhor, estamos aqui por causa de umas coisas deselegantes que estão acontecendo nos dias de visita. O bagulho é o seguinte, nós somos bandidos, nós já estamos cumprindo pena. Nossos familiares não têm nada a ver com o que fizemos e não precisam ser castigados. Se fosse a mãe do senhor que tivesse que ficar de quatro, abrir as pernas pros outros olharem, o senhor ia gostar? Não? Então não mexa com nossos familiares. O respeito tem que ser mútuo, senhor. Nós estamos aí na frente pra resolver os problemas do dia-a-dia da cadeia. Dentro do Comando temos a nossa disciplina. Agora, se o senhor faltar com o respeito para com nossos familiares e familiares de companheiros, se algum dia o funcionário entrar lá dentro pra fazer a tranca e um malandro revoltado com essas situações aí, cheio de cadeia pra tirar, grudar ele pelo pescoço, não vou poder fazer nada, senhor... É lamentável. Então... É respeitar para ser respeitado. O respeito que temos pelo senhor tem que haver conosco também. Então a revista funciona assim: tira a roupa, agacha três vezes e já era. Não precisa mais do que isso, entendeu?

A caminho da cela, reparei que muitos dos presos que vi na última visita não estavam mais naquele pátio. Em compensação, via muitos rostos novos. Cada *raio* possui cerca de quatrocentos prisioneiros e conta com alta fluidez dessa população. A cada semana eu me deparava com pessoas diferentes, pois praticamente todos os dias presos saem e chegam à unidade prisional. Esse era um dos fatores que tornava impraticável a tentativa de colocar todos a par de minha pesquisa. Além do mais, uma postura de pesquisadora – seja lá qual for essa postura – é absolutamente inadequada em *dias de visita*, quando as atenções e preocupações são voltadas para o encontro entre presos e seus visitantes e tudo o que o cerca. Interromper esses encontros seria considerado uma falta de respeito. Cabia a mim observar, ouvir, sentir, experimentar cada um dos *dias de visita* e aproveitar as raras ocasiões nas quais estabelecia conversações com outros presos, além do meu marido.

Sempre contei com seu incondicional apoio para minha pesquisa, seu esforço em trazer as novidades que surgiam e seu engajamento em colocar-me em contato com os demais presos, em tornar possíveis esses diálogos. Em suma, esta pesquisa não teria sido viabilizada sem o apoio de meu marido ao meu trabalho e sua dedicação em agir sempre com respeito à etiqueta local.

Durante as quatro horas de visita, conversamos sobre muitas coisas, principalmente a respeito de um assunto que o preocupava bastante. Um jovem, que morava na mesma cela que ele, havia contraído dívida, não pagou e *pediu seguro*, ou seja, recorreu à administração da prisão para protegê-lo dos demais presos, afirmando que sua vida corria risco. Como de praxe, os funcionários encaminharam-no ao *seguro*, espaço destinado a presos cujas vidas sofrem ameaça se permanecerem no *convívio* com os outros[24]. O problema era que este jovem estava para receber uma televisão que chegaria recheada com três aparelhos celulares destinados a outros detentos. Levantou-se, então, a hipótese de ele denunciar esse plano à administração do CDP. No que concerne ao meu marido, o que o afligia era o fato de ter sido ele quem havia apresentado o jovem aos (pretensos) futuros donos dos aparelhos celulares. Ademais, havia sido ele quem, por conhecê-lo *da rua*, convidara o rapaz a morar naquela cela. Em um convite como este, considera-se que o preso está *dando a palavra* pelo outro, ou seja, está endossando sua conduta, sua postura, seu *proceder*. Seria ele também o responsável por ter oferecido as instruções básicas sobre a vida na prisão, que inclui, entre outras coisas, as recomendações quanto a contração de dívidas e as sanções previstas em caso de delação. Meu marido já tinha mentalmente construídas todas as defesas que porventura tivesse que acionar caso houvesse algum *debate* para resolver esse problema.

Ao ouvir o toque da sirene, nos despedimos. Desejei sucesso no eventual *debate*. Soube, dias depois, que meu marido conseguiu contornar a situação e provar que estava agindo *pelo certo*. Os detalhes da solução deste problema eu só viria a conhecer dali a duas semanas, na próxima visita.

Quando a antropóloga é visita

Como procurei demonstrar acima, uma ida a campo muitas vezes não se encerra em si mesma, pois é composta por muitas outras experiências, observações, tempos e espaços que são chamados a conferir àquele momento alguma inteligibilidade. Em outras palavras, a compreensão da experiência vivida depende muitas vezes de sua mistura com experiências passadas. A trajetória desta pesquisa permite enxergar meu trabalho de campo não como um período limitado de tempo num espaço determinado, mas como o estabelecimento de conexões que extrapolam os limites do tempo e do espaço do campo.

Vimos que a impossibilidade de acesso a todos os presos do *raio* e a alta rotatividade da população do CDP inviabilizavam a comunicação aos detentos no que tangia a existência de minha pesquisa. Para os presos, eu era uma *visita* como outra qualquer e somente me era oferecido ver aquilo que aos demais visitantes também era permitido. A diferença entre mim e as outras *colegas* não aparecia no local da pesquisa (e da visitação), mas se estabelecia na posterior escrita do que me era dado a conhecer.

Mesmo assim, temia sofrer retaliações por escrever sobre assuntos que, eventualmente, não poderiam ser expostos a um público mais amplo. Em minha primeira pesquisa, realizada durante a graduação[25], uma das principais preocupações eram os perigos

envolvidos na divulgação de informações do universo prisional; ficava apreensiva com a possibilidade de ser considerada *cagueta*[26] e por isso sofrer retaliações que poderiam colocar minha vida em risco. Logo, tive a preocupação de mergulhar no universo prisional para utilizar as lógicas nativas a fim de encontrar um meio que possibilitasse a pesquisa e evitasse sanções decorrentes da divulgação dos dados ali coletados. A solução para esse problema veio com o conhecimento de um sistema classificatório utilizado pelos presos, segundo o qual *irmão* é o membro *batizado* do PCC; *primo* é o preso que vive em *cadeias do PCC*, mas que não é seu membro *batizado*; *coisa* é o inimigo, usado tanto para os presos de outras facções quanto para funcionários da segurança pública. Quem não é do *Crime*, não é *irmão*, *primo* ou *coisa*, recebe a denominação pejorativa de *Zé Povinho*[27]. Nesse sentido, a condição de *Zé Povinho* me conferia um lugar fora da lógica do PCC e, portanto, me isentaria de obedecer aos seus imperativos, que poderiam me impedir de publicar os resultados da pesquisa. Longe de ser absoluto, tal posicionamento tinha mais um caráter argumentativo, que poderia ser lançado em caso de necessidade. Durante a realização daquela pesquisa, nunca precisei assumir esta condição de *Zé Povinho* perante meus interlocutores, pois ninguém questionou minha pesquisa, mesmo porque ela transcorreu no anonimato; ninguém, nem o corpo de funcionários da instituição, tampouco os presos, sabiam de sua existência.

Após a publicação deste trabalho (Biondi, 2006a), a utilização da taxonomia nativa como argumentação que dava suporte à execução da pesquisa me pareceu um tanto frágil, em primeiro lugar, porque percebi que as categorias adotadas pelos presos não eram tão rígidas quanto eu acreditara serem; a maioria delas era avaliada contextualmente e frequentemente manipulada. Notei que

justamente pela sua exterioridade e decorrente isenção no sistema normativo do PCC, o *Zé Povinho* costuma ser associado também a delatores potenciais, pois são tais pessoas (que não são do *Crime*) que costumam evocar os sistemas de segurança e justiça para dar conta dos criminosos, provocando sua prisão e/ou condenação[28]. Em segundo lugar, houve uma mudança significativa do meu objeto de pesquisa. Agora eu não me ocuparia mais da etnografia de uma instituição, mas da existência do PCC.

Achei prudente tentar alguma forma de autorização dos nativos para realizar minha pesquisa, o que me levaria a uma negociação com *irmãos*, membros do PCC. O problema é que essa negociação poderia me colocar numa posição delicada frente à Justiça, para a qual o PCC é uma organização criminosa e quem com ela dialoga poderia estar em associação ao crime. Mais do que isso, dar voz ao nativo, ação tão presente nas práticas antropológicas, pode ser interpretado como "apologia ao crime", previsto no Código Penal Brasileiro. Mas, certa de que a "dedicação em compreender tudo o que se passa em tais processos não se pode confundir com a sua apologia" (Marques e Villela, 2005) ou, mais ainda, que "recusar o consenso moral não significa fazer apologia [ao crime], mas alimentar a controvérsia em busca de alternativas consequentes que levem em conta a afirmação eticamente sustentada da pluralidade imanente dos modos de existência" (Vargas, 2006), encorajei-me a iniciar um diálogo com alguns presos sobre a possibilidade da continuidade da pesquisa. Esse processo de negociação foi dado como encerrado quando do envio de um exemplar da publicação para que eles próprios pudessem ler e se posicionar. Para minha surpresa, e pondo fim a minha apreensão, a recepção do trabalho foi muito boa ("a senhora entende mais de cadeia do que muitos caras aqui!"), e meus leitores presos pareceram ter se convencido

de que está longe dos meus objetivos apurar crimes ou delatar pessoas. Foi assim que obtive o *aval* de alguns *irmãos* para a continuidade de minha pesquisa.

A autorização dos nativos para a realização da pesquisa, entretanto, não me eximia da condição de *visita* e da decorrente necessidade de compartilhamento de alguns códigos e da obediência a várias regras de etiqueta. Vimos que tal condição implica adotar uma postura condizente com o que é esperado de uma mulher que visita seu parente preso. Durante a pesquisa, aprendi que, embora a visita guarde certa exterioridade em relação à categoria “presos”, isso não a exime da necessidade de conhecer e obedecer às mesmas coordenadas que os orientam. Afinal, como mencionei acima, uma vez que *instruir a visita é obrigação do preso*, qualquer falta por ela cometida pode resultar em *cobrança* ao preso a quem visita. Isso me conferia, simultaneamente, uma posição de pertencimento e não-pertencimento. Valendo-me desta posição, procurei apreender práticas nativas sem deixar de constituir, eu mesma, uma faceta do objeto estudado – a *visita*, importante componente deste coletivo. A dinâmica de inserção em campo descrita acima me impôs algumas condições que deviam ser consideradas, posto que existe uma série de observâncias que entram em operação nos *dias de visita*. Em primeiro lugar, deveria conhecer e obedecer algumas regras de etiqueta e procurar me comportar de acordo com o que é esperado de uma visitante. Em segundo lugar, era tratada pelos presos como *visita* de um deles, o que me conferia, de modo concomitante, um certo pertencimento e, paradoxalmente, uma invisibilidade decorrente deste mesmo pertencimento. O respeito pela *visita* é um dos principais imperativos nas prisões sob influência do PCC, principalmente quando aliado à interdição das mulheres. Por exemplo, quando uma visitante passa por um corredor onde estão

outros presos, estes devem virar-se defronte à parede para não olhá-la diretamente; não é recomendável a visitante entregar objetos em mãos para outros presos que não sejam o visitado; conversas descompromissadas são evitadas ao máximo. A questão de gênero, neste caso, interfere diretamente nessas (não-)relações, pois a mulher é tida, entre os presos, como sua posse. Tais tipos de impedimento, no entanto, não deixam de constituir uma expressão da (re)presentação que o objeto de pesquisa faz de si mesmo[29]. Nesse sentido, a subjetividade possibilita apreender a latência, o não-dito, as contradições, necessários à compreensão do funcionamento social (Marques, 2002). Além disso, os cinco anos de pesquisa de campo proporcionaram um material etnográfico relativamente extenso, e o tempo de campo foi (e é) fundamental, sobretudo, para a aproximação necessária que permite conseguir ler as entrelinhas do que é e do que não é dito, e que constituem as relações que tecem as tramas do PCC[30].

Minha inserção como visita, como alguém que conhece a prisão “de dentro”, me confere uma posição privilegiada para me aproximar desse coletivo, seja dentro ou fora das prisões, pois compartilho a gramática de sentimentos e valores éticos e morais que só os “de dentro” conhecem. No *Mundão*[31], posso me aproximar de pessoas que compartilham da minha *caminhada* (parentes de presos), bem como de ex-detentos ou de quem vive em regiões sob influência do *Partido*, estabelecendo com estes interlocutores conversas sobre o PCC ou sobre as relações que o cercam e constituem, sem que haja a desconfiança de que eu possa incriminar ou discriminar quem está se manifestando[32]. Isso fica mais nítido quando, em ambientes externos à prisão, seja junto a ex-presidiários e familiares de presos, seja junto a moradores de periferia, revelo minha condição de “mulher de preso”: passo a ser tratada com maior proximidade e

menor desconfiança do que quando me apresento como “pesquisadora”.

Vemos assim que a inserção em campo na condição de visita, associada à questão de gênero, impõe algumas interdições e limitações à pesquisa, mas confere a oportunidade de elaborar reflexões a partir de acontecimentos nos quais a própria antropóloga, de alguma forma, estava envolvida. Tomando de empréstimo as palavras de Wacquant, tal forma de inserção adquire um caráter de experimentação, pois:

> [É] a necessidade de compreender e dominar plenamente uma experiência transformadora que eu não desejara nem previra, e que por muito tempo permaneceu confusa e obscura para mim, que me levou a tematizar a necessidade de uma sociologia não somente do corpo, no sentido de objeto (o inglês fala “*of the body*”), mas também a partir do próprio corpo como instrumento de investigação e vetor de conhecimento (“*from the body*”) (2002: 12)

Nesse sentido, a própria autorização da minha pesquisa já é por si só reveladora, pois rompe com a ideia presente no senso comum acerca da estrutura hierárquica do PCC. Para ter minha pesquisa autorizada pelo *Comando*, não foi necessário passar por diversas instâncias hierárquicas ou discussões entre todos os seus membros. Bastou que um deles autorizasse[33], pois todos e cada um de seus membros falam em nome do *Comando*. Não obstante, ainda que os demais simplesmente não tenham, necessariamente, conhecimento da pesquisa, caso eu fosse questionada, poderia dizer que tal ou qual *irmão* me concedeu o *aval*. Com isso, a responsabilidade pela autorização é deste *irmão*, que, como todos os demais, tem o poder e a prerrogativa de falar pelo PCC[34].

A interação decorrente dessa inserção, se por um lado possibilitou que eu visse e ouvisse coisas dificilmente reveladas a estranhos,

por outro lado muitas vezes me sugou para o meio das relações que eu desejava observar, e restou a mim fazer dessa "'participação' um instrumento de conhecimento" (Favret-Saada, 2005: 157), a partir da qual vejo e ouço coisas que jamais são dadas "a um etnógrafo assistir" (id., 160). Afectada desde o princípio, sigo as recomendações de Favret-Saada e procuro transformar essa afecção em um dispositivo metodológico que traz rendimentos para a pesquisa na medida em que permite "elaborar um certo saber posteriormente" (2005: 157).

Problemas

Já na primeira etnografia que elaborei a respeito de um CDP, era muito difícil afirmar que o que estava sendo relatado dizia respeito estritamente àquela instituição. Das ações mais amplas ou gerais às mais particulares ou específicas, todas elas referiam-se, direta ou indiretamente, ao PCC. Inquietava-me ver o PCC sendo produzido e reproduzido no interior de uma instituição que não era considerada (nem pela imprensa, nem pelo poder público, e nem tampouco pelos que ali estavam presos) seu núcleo de comando. Eu estaria me enganando se dissesse que era ali o local do PCC, mas também não podia afirmar que ele não estava localizado naquele CDP. Não podia nem mesmo dizer que todos aqueles que atuavam no sentido de produzir e reproduzir sua existência naquela prisão eram seus membros. Tal questão ficou ainda mais evidente quando perguntei a um interlocutor sobre a existência do PCC nas unidades da FEBEM[35], que abrigam menores infratores. Sua resposta foi veemente:

> – O que? PCC mirim? Não, isso não existe.
> – Mas então nas FEBEMs os caras não seguem nenhuma orientação do Comando?

– Veja bem: eles respondem ao Comando, mas menor não é batizado.

Esse breve diálogo revelou que o PCC pode estar presente mesmo onde ele está ausente, ou seja, onde não encontramos seus membros. Tal perspectiva desafiava não só as informações veiculadas na mídia, mas também os modelos oferecidos pelas teorias antropológicas clássicas. Foi o contato com obras que colocavam em questão conceitos como os de sociedade, cultura, grupo, indivíduo (Latour, 2005; Toren, 1996; Strathern, 1996; Wagner, 1981) que me ofereceu ferramentas para trabalhar a questão da localização do PCC.

A classificação dos presos em membros e não-membros do PCC, embora constitua uma alternativa metodológica válida, conduziria à ideia de grupo isolado. Com isso, eu estaria desprezando uma complexa trama de relações travadas por diversos atores sociais, a partir da qual esse agrupamento emerge e na qual ele se insere. Deixaríamos de lado, assim, uma parte substancial do que se pode entender por PCC. Como alternativa a esse problema de reduzir o objeto de pesquisa, busquei colocar em questão a noção do PCC enquanto conjunto de pessoas, em consonância com recomendações de Latour (2005), Strathern (1996) e Toren (1996) – conceber alternativas ao conceito de “sociedade” como a soma de suas partes (os indivíduos), ou como uma força transcendente que forneceria uma moldura para seus integrantes. Tal perspectiva propõe traçar os caminhos dos nativos, em vez de estabilizar o fluxo de relações existentes em suas coletividades. Por conseguinte, o social passa a ser considerado não mais a explicação dessas relações, mas o que deve ser explicado, constituído, “inventado” (Wagner, 1981).

Em debate promovido por Tim Ingold (1996) sobre a obsolescência do conceito de “sociedade”, Strathern e Toren defenderam que a “sociedade”, cuja noção está relacionada às ideias de localização e de unidade, não está nem nos indivíduos nem acima deles. Assim, negam a existência de uma entidade superior (sociedade) que forneceria uma moldura para quem nela nasce e propõem pensar um esquema de fluxos e forças de relações sociais (socialidades) que se apresentam nas manifestações cotidianas. Peel (1996), um de seus opositores, lembra que, a despeito do uso teórico da palavra sociedade por antropólogos, diversas populações utilizam-na para as mais variadas finalidades, e que isso impossibilitaria descartá-la. De fato, os presos falam da *sociedade* para se referirem ao fora; não só o exterior da prisão, mas o fora do *Crime*[36]. Para os presos, *sociedade* é o *Zé Povinho*, é o *Sistema*, é quem julga e encarcera, mas também são os alvos dos crimes. Todavia, independentemente dos diversos usos dessa palavra, a questão central colocada por Strathern e Toren é a utilização de conceitos que pressupõem a existência de transcendências – sejam elas chamadas de sociedade, cultura, língua ou grupo – que são tratadas como *a priori*, como entidades autônomas exteriores aos indivíduos. Para as autoras, “sociedade” seria tão somente uma das formas conceituais manifestas da tradição de transcendência do pensamento Ocidental, e é esta tradição de pensamento que consideram problemática para pensar as relações sociais produtoras e constituintes da existência humana.

Nessa perspectiva, pensar o PCC como “sociedade” (ou grupo) implicaria já, de antemão, defini-lo ou caracterizá-lo como uma unidade localizável, delimitável, formada por um conjunto de membros que seriam moldados por uma força que lhes é exterior e coercitiva. Por outro lado, pensá-lo na chave da “socialidade” me

leva a descartar qualquer *a priori*, qualquer coisa que antecedesse, ao pré-configurar, delimitar e constranger, o fenômeno estudado. Ao mesmo tempo, essa perspectiva recusa causas deterministas e explicações externas às práticas verificadas em trabalho de campo, soluções que seriam capazes de homogeneizar e conferir uma unidade à diversidade encontrada no PCC. Nesse sentido, o empreendimento é no sentido de realizar uma descrição das práticas e fluxos observados em trabalho de campo, de maneira a não obstruí-los, interrompê-los ou eclipsá-los. A desativação do conceito de "sociedade" e a adoção de "socialidade" não são, portanto, apenas uma troca de expressões; é uma escolha metodológica que implica diferentes abordagens e, consequentemente, formas – e potências – de análise.

Embora eu aceite a recomendação de Latour (2005) – de seguir os nativos e não deixar a análise ser interrompida por conceitos prontos –, por me oferecer poderosas ferramentas para dar conta das inconstâncias e instabilidades, das associações e dissociações que constituem o que se chama PCC, aprisionar o Partido em sua "teoria do ator-rede" poderia fazer-me cair na mesma armadilha evitada pelo autor, justamente porque essa teoria implica a superação do conceito de sociedade, de cultura ou de grupo como forças superiores que modelam os indivíduos que os compõem. Entretanto, meu trabalho de campo revelou a existência de um modelo de transcendência na dinâmica do PCC. Embora os presos não se vejam dentro do que consideram *sociedade*, não considerem fazer parte dela, em suma, embora façam um uso singular da palavra *sociedade*, eles não estão livres da tradição de pensamento de transcendência, que aparece aqui sob outras denominações: PCC, *Crime*, *Comando*. Como veremos no decorrer deste livro, é possível notar que meus interlocutores concebem o PCC como um

poder transcendente capaz de exercer o controle sobre seus participantes.

Sendo assim, “seguir os nativos” me levou a considerar a ideia de um PCC-superior, que determinaria as relações locais. Por conseguinte, questionar a eficácia do conceito de “sociedade” e recusar a abordagem de forças transcendentes implicaria fechar os olhos aos seus usos nativos. Não se trata somente dos usos apontados por Peel (1996), em que populações utilizam o conceito de “sociedade” como instrumento para suas lutas políticas, mas da influência da tradição de pensamento Ocidental nas teorias nativas. Este é um caso no qual as recomendações feitas por essa sociologia pós-social (assim chamada por pretender superar o conceito de sociedade) proposta por Latour esbarram em problemas colocados pelos nativos, um caso no qual a recusa do conceito de sociedade, cultura ou grupo como forças superiores (que modelariam indivíduos que os comporiam) não condiz com a teoria nativa e poderia resultar na interrupção da análise, armadilha que é evitada pela sociologia pós-social. O problema é que conceitos e teorias, quaisquer que sejam, são “agenciamentos coletivos de enunciação”[37] frequentemente utilizados como ferramentas para sobrecodificação de outros agenciamentos[38], ou seja, como algo que impõe ao objeto de análise uma forma estranha à ele. Noutras palavras, aquela velha caixa de ferramentas da antropologia é potencialmente uma estrutura sobrecodificadora capaz de aparar todas as arestas que esboçam uma expansão em um rumo ainda não determinado, linhas de fuga que são sufocadas por seleções arbitrárias elaboradas a partir dos instrumentos de análise do observador. Como, então, pensar a prática antropológica sem suas sedutoras caixas de ferramentas, sejam elas as já consagradas teorias clássicas, sejam as mais atuais, como a teoria do ator-rede?

Uma saída para esse problema é não decalcar teorias (sejam as clássicas, sejam as contemporâneas), mas criar mapas (Deleuze e Guattari, 1995a)[39] a partir dos desafios colocados pelo próprio objeto de pesquisa. Nessa linha, meu objetivo passou a ser procurar entender o modo pelo qual as transcendências são construídas, bem como sua eficácia. Trata-se de permitir pensar o transcendente sem considerá-lo anterior, preeminente; pensar essa força exterior valorizando a imanência, as potências de si como produtos e produtoras de um PCC transcendente. O desafio é observar na instância local, cotidiana, nas relações mais sutis e casuais travadas entre os interlocutores, como acontece a produção de tal figura, e em que medida essa força atua como exterior. Em suma, o que proponho é uma antropologia imanentista sobre uma construção nativa de transcendência. Se afirmo que o PCC exerce alguma influência sobre a prisão, não é porque o considero uma força anterior que exerce um poder sobre os presos, ditando o que devem ou não fazer, mas sim o nome de uma instância mais ampla que está sendo construída e operada localmente: uma produção local de uma transcendência que, por sua vez, também tem agência, também é produtora das relações travadas entre os prisioneiros.

Assim, mesmo que a tradição de transcendência do pensamento Ocidental atravesse os *irmãos*, que se esforçam para construir um PCC idealmente estável e coeso, uma totalidade, uma força exterior que exerça coerção sobre os indivíduos, opto pelo conceito de "socialidade" (Strathern, 1996), que permite valorizar a diversidade do meu objeto, oferecendo maior potência às minhas análises. E, para não cair na tentação de oferecer interpretações teóricas que deslegitimam os conceitos nativos, tratando-os como crença (Viveiros de Castro, 2002), encaro a ideia de um PCC-grupo, de um PCC-estrutura, de um PCC-totalidade como um objetivo que os

irmãos buscam alcançar, que tentam construir. Pois, se sozinhos nada podem, seu objetivo é associar-se e buscar a estabilidade de suas associações, mesmo que para tanto seja preciso criar uma figura da transcendência: o PCC.

Para o observador, analisar a estabilidade implica investigar por que tal formação teve êxito, enquanto analisar a instabilidade é pensar as circunstâncias que promoveram mudanças, bem como as virtualidades que pairam e ameaçam a frágil estabilidade. Partindo desse enfoque, privilegiar a instabilidade na análise não tem nada a ver com seguir ou não os *irmãos*, nem com minar seu desejo de estabilidade, de criação de um grupo.

Opor “sociedade” a “socialidade”, estabilidade a instabilidade pode ser infrutífero. Não se trata simplesmente de opor rizoma e raiz, imanência e transcendência, pois, como lembram Deleuze e Guattari (1995a), existem formações arborescentes em rizomas e formações rizomáticas em raízes[40]. Se minha primeira pesquisa (Biondi, 2006a) teve as raízes como foco, meu objetivo agora é valorizar o rizoma e captar a forma pela qual a “socialidade” existente mediante o PCC é construída. O desafio que se impõe é mapeá-lo sem, no entanto, esquecer que as formações arborescentes persistem no interior do universo prisional. Fugir desses dualismos não implica necessariamente ocultá-los ou negá-los. Tê-los como um ponto de partida não caracteriza a análise como dualista se deixarmos que eles sejam dissolvidos na medida em que o movimento pendular entre um termo e outro faça escapar linhas de fuga para todos os lados, esvaziando as extremidades. As dicotomias só são dissolvidas se a análise não for abruptamente interrompida, se ela mantiver o pêndulo em movimento e considerar

as associações que se fazem para os lados, que escapam da relação entre os dois extremos tomados inicialmente.

Para dissolver as dicotomias, conto, sobretudo, com meu objeto de pesquisa, o universo prisional, que possui um movimento peculiar para trabalhar suas formações arborescentes, inventando incansavelmente mecanismos de repressão de uma autoridade que teima em subsistir[41]. Talvez esta seja uma tentativa de suprimir o surgimento de uma força que reproduziria em pequena escala, com todas as adequações necessárias para tanto, o poder estatal. Portanto, não se trata somente do imanente produzindo o transcendente, mas dessas duas (não) instâncias em relação tensa e conflituosa[42]. Talvez estejamos diante de uma coletividade que, excluída do convívio em *sociedade* (objetivo da prisão), produz tentativas incessantes de negar o *Estado*[43] que a isola, mas que não se desvencilha de certa ideia de transcendência que oferece as condições para a atualização de poderes tipicamente estatais. Se seu objetivo é a consolidação de um grupo, o sucesso nessa empreitada é o totalitarismo do qual busca fugir. Mas não dá tempo de produzir raiz ou mesmo de formar bulbo[44]: quando se aproxima do objetivo, ele se desfaz. E é esse pêndulo entre a imanência da agência e a transcendência dos modelos, ou melhor, essa mútua penetração, que será tratado neste trabalho.

Capítulos

A elaboração deste trabalho enfrentou algumas dificuldades que podem ainda não estar inteiramente superadas, mas que resultaram em escolhas teóricas, metodológicas e na própria forma de construção do trabalho. Uma delas foi o estabelecimento da ordem do que será escrito; ao tentar traçar uma linha de desenvolvimento do texto, percebia que todas as linhas que eu elegia como iniciais careciam de algo que as antecederia e, também, acabavam convergindo com outras linhas. Não encontrava nenhum início ideal que pudesse preparar o terreno para a vinda do que seguiria. Qualquer linha era resultado ou decorrente de outras, que acabavam ora convergindo, ora se afastando na medida em que se prolongavam. Não é à toa que a expressão *junto e misturado*, que na concepção nativa remete a uma potencialização da noção de integração, serve também como título deste trabalho. Pois para além dos nativos dizerem-se e atuarem no sentido de se manter *juntos e misturados*, também não é clara a fronteira entre imanência e transcendência nesta coletividade. Ambas interagem construindo-se mutuamente e trazem nesta associação outros elementos igualmente imbricados que só podem ser dissociados ficcionalmente.

Embora essa dificuldade possa já ser um resultado positivo da tentativa de me livrar de apriorismos, procurei transpô-la ao apresentar no primeiro capítulo – “O PCC” – uma breve história do PCC, além dos personagens e territórios que farão parte do enredo que se seguirá. Esse capítulo abordará o processo de constituição do *irmão*, desde as aptidões necessárias para tal posição até seu *batismo* no PCC, e a maneira pela qual fazem seus territórios.

A atuação dessas composições no território prisional, particularmente as relações de comando e de liderança, é o foco principal do capítulo 2 – “A política nas *Faculdades*”. Nesse capítulo, apresentarei as posições políticas que colocam em operação práticas orientadas por teorias nativas que buscam uma coerência entre essas práticas políticas e o princípio da *Igualdade*, evitando o exercício de poder de uns sobre outros.

Nessa forma política, improviso e estratégia se fundem na execução do projeto. “A política da imanência” – tema do capítulo 3 – permite apurar o modo como a racionalidade dos intervenientes atua em situações cujo controle lhes escapa e as *disciplinas* são lábeis. Veremos como suas *disposições* funcionam como motores que permitem a coexistência e interação de projetos, manipulações, acasos, estratégias, torções, improvisos.

Essa constituição aparentemente frágil ganha estabilidade em sua forma transcendente, produtora e produto da imanência. O modo pelo qual processos de desindividualização operam na personificação de uma força que ganha autonomia e superioridade sobre seus produtores ou, de outro modo, como essa força transcendente permite a existência dos processos de desindividualização, será descrito no capítulo 4 – “A política da transcendência”. A eficácia da criação da força chamada de PCC é evidenciada se considerarmos que é ela que torna possível a ocorrência de sucessivos processos de desterritorialização, concomitantes aos fenômenos de desindividualização. Em outras palavras, é tal força que sustenta a existência dessa coletividade sem um vínculo territorial estável. Este capítulo tratará também das dinâmicas segundo as quais uma política operada localmente pode ser direcionada para a construção de uma transcendência, para a

composição de uma figura da imaginação, que tem a concretude de uma máquina cujo motor é a busca pela liberdade e a resistência a forças de assujeitamento e, por isso, evita a constituição de um poder nos moldes estatais.

1 Palavras grafadas em itálico referem-se a termos nativos, com exceção das expressões em idioma estrangeiro. Os termos e expressões mais recorrentes foram reunidos em glossário, ao final do livro.

2 O estado de São Paulo conta atualmente com 147 unidades prisionais, vinculadas à Secretaria de Administração Penitenciária, que abrigam cerca de 150 mil presos (fonte: www.sap.sp.gov.br). A presença do PCC nessas unidades não é confirmada oficialmente pelo Governo do Estado de São Paulo. O número apontado acima é fruto de estimativas elaboradas por prisioneiros, ex-prisioneiros, visitantes, alguns jornalistas e operadores do Direito.

3 Com relação à presença do PCC em áreas urbanas, ver Biondi (2006) e Feltran (2007; 2008).

4 *Moscar*, neste caso, é o mesmo que vacilar.

5 Para meus interlocutores, *raio* é o mesmo que pavilhão, construção que, como procuro mostrar em um croqui de um CDP esboçado ao final do livro, reúne determinado número de celas que não têm contato com as celas dos outros *raios*.

6 As citações de falas nativas que aparecem neste trabalho são registros posteriores daquilo que acessei em trabalho de campo (as exceções serão indicadas quando aparecerem). Como não utilizei qualquer instrumento de gravação, a reprodução das falas expressa o que retive na memória. Esses textos, contudo, passaram por uma revisão da linguagem nativa, feita por Francisco Lopes de Magalhães Filho.

7 Esta é uma categoria nativa, que não se opõe à gestão das cadeias pela Secretaria de Administração Penitenciária. Exemplo disso é o caso de um preso recém-transferido, que perguntou a um agente prisional se a instituição à qual acabara de chegar era do PCC. O funcionário, interpretando essa pergunta como uma afronta, disse que naquela cadeia quem mandava eram os agentes prisionais e a Direção. O preso, percebendo o mal-entendido, explicou a ele que reconhecia sua autoridade, mas gostaria de saber se, internamente, a instituição era orientada pelas diretrizes do PCC ou de outros coletivos prisionais. A transferência de um preso de uma cadeia para outra é um momento de extrema tensão, pois seu envio para uma prisão comandada por presos de outras facções pode implicar sua morte. Por isso, essa informação é muito importante para todo preso recém-transferido.

8 *Dar mancada*, neste caso, é agir de maneira inconveniente, em desacordo com as recomendações, com a etiqueta, com o que é esperado naquela situação.

9 Para meus interlocutores, a *cobrança* é uma das *consequências* possíveis dos seus atos. A distinção entre *cobrança* e punição, bem como a sistemática das *consequências*, será analisada no capítulo 2.3.

10 *Colegas* são pessoas que também visitam parentes nas cadeias.

11 *Jumbo* diz respeito ao conjunto de itens levados pelas visitantes aos prisioneiros. Pode ser composto por mantimentos, produtos de limpeza, medicamentos, materiais para artesanato e o que mais for permitido pela instituição.

12 *Faxina* é o nome de uma cela que abriga presos, também chamados de *faxina*, que exercem um série de funções políticas junto aos presos da unidade prisional. O capítulo 2 tratará mais detidamente desta categoria.

13 *Caminhada*, neste caso, diz respeito ao histórico do prisioneiro, particularmente no que concerne à construção de sua reputação.

14 A relação entre os prisioneiros e suas companheiras será tratada no capítulo 4.1.

15 *Passar a caminhada*, nestas circunstâncias, equivale a fornecer a informação.

16 As diferenças de *ritmo* estão relacionadas ao modo de gestão da prisão pelos prisioneiros, que será abordado adiante, no capítulo 2.2.

17 *Tirar uns dias*, para meus interlocutores, é o mesmo que cumprir pena.

18 Neste caso, *bonde* é o caminhão que transporta presos entre uma instituição e outra.

19 A diferenciação entre os tipos de instituições prisionais de São Paulo será tratada no capítulo 1.

20 *Pagar simpatia*, neste caso, corresponde a querer agradar.

21 Os prisioneiros costumam se referir às visitantes de outros presos como *senhoras*, em uma demonstração de respeito. *Senhor*, por outro lado, é um termo utilizado exclusivamente para se dirigir a funcionários das prisões. Por isso, chamar um preso de *senhor* tem caráter ofensivo.

22 Essa é a pena aos *talaricos*. No entanto, não é possível generalizar essa prescrição (como nenhuma outra concernente a esse universo) como uma regra geral. Colhi um relato de um ex-*irmão* (ex-membro do PCC) que fora *excluído* do *Partido* por ter matado o homem que assediara sua esposa sem pedir *aval* do *Comando* para a execução (pois todo e qualquer assassinato, dentro ou fora da cadeia, teria que ser avaliado anteriormente). Em outro caso, o *talarico* fora preso na mesma unidade do preso traído. Este último pediu para que os *irmãos* tomassem as devidas providências. Após uma reunião, os *irmãos* decidiram que fariam a execução do *talarico* se o preso assumisse o assassinato. No entanto, o preso se negou a assumi-lo pois, segundo ele, seu delito era pequeno, sua pena era curta, e um homicídio daria a ele muitos anos de pena em regime privativo de liberdade. Diante disso, os *irmãos* se eximiram da responsabilidade pela falta do *talarico*, argumentando que, "se o próprio interessado não quer segurar o B.O., não é justo que ninguém faça isso por ele". Assim, *talarico* e preso traído passaram a cumprir pena juntos, na mesma unidade prisional.

23 Como veremos a partir do primeiro capítulo, os *irmãos* desempenham um papel central na política operada entre os prisioneiros.

24 O capítulo 1.2 abordará mais detidamente a questão do *seguro* e *convívio*.

25 Sob a orientação do Prof. Dr. José Guilherme Magnani, no curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo.

26 Derivado de alcaguete, *cagueta* é um termo utilizado pelos prisioneiros para se referir aos delatores.

27 Este sistema será aprofundado no capítulo 2.

28 Gabriel Feltran, em comunicação pessoal, alertou-me que o a categoria *Zé Povinho* é ainda mais plástica. Disse que costuma ser usada por seus interlocutores para se referirem a pessoas fofoqueiras, que se preocupam com a vida alheia. De fato, esta característica também aparece entre meus interlocutores, principalmente quando dizem que o *Zé Povinho* é aquele que fica "pousado na ideia dos outros", ou seja, que se dedica a se informar sobre a vida alheia.

29 A importância de considerar o silêncio, os não-ditos e os não-acontecimentos como revelações que a pesquisa de campo traz é trabalhada por Leirner (1997).

30 Eu diria que o trabalho de campo de longa duração contribui para, nos termos de Herzfeld (1997), acessar a “intimidade cultural” da população estudada.

31 Termo nativo para designar o local da liberdade, a *rua*, as *pistas*. Em suma, o espaço extra-prisional.

32 Mesmo que esses interlocutores não sejam criminosos, eles tendem a temer sua criminalização, em função do estigma que lhes é atribuído devido a sua proximidade com o preso ou a sua posição social.

33 Não sem dividir a decisão com ao menos mais um *irmão*, para que não seja acusado de “tomar atitude isolada”. Este aspecto será abordado adiante, no capítulo 2.3. Por ora, cabe enfatizar que o compartilhamento das decisões é um dispositivo que pretende evitar formações hierárquicas.

34 Até onde pude saber, um *irmão* conhece apenas a minoria dos demais *irmãos*. Quando surge a necessidade de localizar algum *irmão* que não conheça, aciona-se uma busca em rede que percorre as relações interpessoais até que se encontre o *irmão* procurado. Este aspecto será apurado adiante, no capítulo 1.1.

35 Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, extinta no final de 2006 com a criação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA).

36 Conceito nativo utilizado não só para fazer referência aos atores que praticam crimes, mas também a uma ética e a uma conduta prescrita. O conceito de “Mundo do Crime” foi explorado em profundidade por Ramalho (1979).

37 Para Deleuze e Guattari, “agenciamentos coletivos de enunciação” são regimes de signos, formas de expressão, “transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos” (1995b: 29) que, embora estejam em “pressuposição recíproca”, “não têm qualquer relação de correspondência simbólica ou de causalidade linear” (id., 98) com os conteúdos, que são da ordem dos “agenciamentos maquínicos de corpos”.

38 É certo que Deleuze e Guattari afirmam que seus conceitos (rizomática, esquizoanálise, estratoanálise, pragmática, micropolítica) são linhas (“sistemas de números ligados a esta ou àquela dimensão das multiplicidades”) e que não reconhecem sua cientificidade ou ideologia, mas somente agenciamentos: “O que existe são os agenciamentos maquínicos de desejo assim como os agenciamentos coletivos de enunciação” (1995a: 34). Os autores estão, no

entanto, tratando desses conceitos, que funcionam como método para a multiplicidade, e não de conceitos ou modelos dualistas que evocam formas arborescentes e sobrecodificam o rizoma, ou seja, estruturam, organizam, neutralizam, estabilizam, essencializam as multiplicidades.

39 Segundo Deleuze e Guattari, o mapa constrói. Ele "é aberto, é conectável em todas as dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente" (1995a: 22), enquanto o decalque "já não reproduz senão ele mesmo quando crê reproduzir outra coisa. [...] Ele injeta redundâncias e as propaga." (id., 23).

40 Rizoma é um conceito criado por Deleuze e Guattari para abordar multiplicidades, formas não hierárquicas nas quais "qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo" (1995a: 15). Talvez a figura mais conhecida de um rizoma seja a grama; seja qual for o ponto em que é cortada, a grama se repõe, crescendo pelo meio. Não há, na grama, um órgão central, do qual dependeria toda a sua formação. Raiz, por sua vez, é a figura das formas hierárquicas e dos sistemas centrados, a referência à "lei do Uno que se torna dois, depois dois que se tornam quatro... A lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz" (id., 13). Os autores enfatizam, contudo, que nem rizoma nem raiz são encontradas em suas formas puras: "Existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes" (id., 31).

41 Como veremos no decorrer deste trabalho, mesmo a produção de um PCC-transcendência é um mecanismo que visa desfazer certas formações arborescentes.

42 Jullien faz uma discussão sobre a "lógica da imanência" no pensamento do I Ching, dominado por uma "lógica de emparelhamento que permite um funcionamento bipolar e da qual decorre *sponte sua* uma interação contínua", e que tem como objetivo "revelar a coerência interna aos processos" (1997:18). Jullien mostra como a "capacidade processiva" (da ordem da experiência) se "enterra" (se esquivando de nossa compreensão) no "funcionamento", e como o pensamento chinês dá conta da coexistência e da passagem de um ao outro, afirmando que a "transcendência dessa dimensão de invisível [espírito], com relação ao plano humano, corresponde apenas ao caráter total (e, portanto, absoluto) dessa pura imanência" (id., 215).

43 O termo *Estado* é aqui intercambiável por *sociedade*, em sua concepção nativa.

44 Nos termos de Deleuze e Guattari (1995a), o bulbo, apesar de estar ligado ao rizoma, é a imagem de uma estabilização.

1
O PCC

> Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balance, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado.
>
> Riobaldo, por Guimarães Rosa

A Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo, foi inaugurada na década de 1920 como um presídio-modelo, com capacidade para abrigar 1.200 homens (Cancelli, 2005: 150). Ao longo de sua história, chegou a abrigar quase 8 mil presos e ser considerado o maior presídio da América Latina. Em 1992, um episódio daria início a processos que tiveram importantes consequências no universo prisional paulista. Uma intervenção policial com o propósito de dar fim à rebelião instaurada no Pavilhão 9 resultou na morte de 111 detentos, no que ficaria conhecido como “Massacre do Carandiru”[45].

Esse acontecimento teve ampla repercussão internacional e chegou a colocar o país no banco dos réus na Corte Interamericana, da Organização dos Estados Americanos. No plano político, motivou a criação da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)[46], à qual foi atribuída a responsabilidade de elaborar projetos para a desativação da Casa de Detenção.

Entre o “Massacre” e a desativação do presídio, em 2002, o universo prisional sofreu grandes transformações, decorrentes de processos simultâneos que transcorriam independentemente, mas que se tocavam a todo momento. O primeiro é o crescimento vertiginoso da população carcerária do Estado de São Paulo[47], que em 1992 totalizava cerca de 52 mil presos distribuídos em 43 unidades prisionais e, ao final de 2002, subiu para quase 110 mil[48] em cerca de oitenta unidades[49].

Esse crescimento, contudo, ocorreu sem suscitar grandes alardes e o principal motivo para a discrição está relacionado ao segundo processo responsável pelas transformações das prisões após o “Massacre”: a desativação das carceragens das Cadeias Públicas e Distritos Policiais[50] concomitantemente à construção de prisões no interior do Estado ou, quando na Grande São Paulo, em áreas mais afastadas dos centros. Se por um lado o número de vagas das novas prisões possibilitava reunir uma quantidade maior de presos do que nas carceragens, por outro, a diversificação de suas localizações permitiu diminuir a concentração de prisioneiros nos grandes centros urbanos. Essa pulverização evitou o impacto visual que o crescimento da população carcerária poderia causar, camuflando a política de encarceramento em massa colocada em prática pelo Estado paulista. Entretanto, a instituição de maior visibilidade entre todas as prisões paulistas mantinha-se de pé. A

desativação da Casa de Detenção foi retardada em função da carência de vagas no sistema prisional, que se mantinha pelo crescimento da população carcerária, desproporcionalmente superior ao número de vagas criadas com a construção de novas unidades. Ela só ocorreu após a instituição ser considerada o centro de articulação da chamada “megarrebelião”, quando, em fevereiro de 2001, 29 prisões se rebelaram simultaneamente, ação que envolveu cerca de 28 mil presos (cf. Salla, 2007: 82).

A “megarrebelião” de 2001 foi a primeira grande ação do Primeiro Comando da Capital (PCC), cujo nascimento e crescimento ocorreram silenciosa e imperceptivelmente para a grande maioria da população do Estado. O nascimento do PCC constitui o terceiro processo responsável pelas transformações do universo prisional ocorridas após o “Massacre”[51].

A desativação do Carandiru pode ser considerada um acontecimento que, longe de marcar o fim destes três processos – crescimento da população carcerária, transferência dessa população para prisões construídas longe dos grandes centros e surgimento do PCC –, reúne-os em um ponto de convergência. A partir daí, os passageiros do metrô de São Paulo não mais avistaram detentos nas janelas de suas celas, as unidades prisionais deixaram de ser cenário do cotidiano da maioria dos paulistanos, delegacias não mais abrigavam presos que ofereciam perigo aos seus vizinhos. Por mais que o número de presos aumentasse, eles não estavam mais sob os olhos da população paulistana. A mudança das prisões, das regiões centrais para as periféricas e, em seguida, para as cidades mais longínquas do interior paulista, também fez do PCC um fenômeno distante. Mesmo

que atuasse igualmente nas periferias das cidades, tratava-se sempre de áreas de atuação longínquas.

• • •

Não é possível afirmar com precisão a data e as circunstâncias do surgimento do PCC. No decorrer da minha pesquisa, coletei diferentes versões sobre sua fundação: que teria sido em 1989, na Casa de Detenção do Carandiru; em 1991, em Araraquara; que se originou de outros grupos prisionais chamados Serpente Negra ou Guerreiros de David; ou que sua origem se deu em uma partida de futebol. Uma dessas versões, contudo, se consolidou no meio carcerário, em detrimento das demais, tão logo fora publicada no livro de Jozino (2004) que, meses após o lançamento, já circulava no interior das prisões. Não possuo material suficiente para tratar dos embates que ocorreram entre essas versões até que uma se consolidasse, mas me surpreendeu a rapidez com a qual os presos abandonaram as versões que (pré-)existiam e passaram a aderir e tomar como única a versão publicada. Tudo se passou como se as outras versões nunca tivessem existido e como se a que passara a vigorar tivesse sido sempre a única existente. Esse não foi o único caso de “amnésia coletiva”, expressão que criei para me referir às ocasiões em que debates intensos e fervilhantes, de uma hora para outra, por motivos tão diversos quanto as razões que os desencadeavam, eram encerrados, ou melhor, deixavam de ser travados, como se nunca tivessem existido.

Uma dessas ocasiões foi justamente a polêmica gerada pelo livro de Jozino em torno de eventuais delações nele contidas. Logo que foi lançado, um preso citado pelo autor afirmou que um dos crimes relatados no livro ainda não havia sido julgado e, por isso, não seria

correto registrá-lo como seu responsável. Em suma, este preso via Jozino como um delator. Três anos após o lançamento, tive contato com outras pessoas que disseram conhecer Jozino e ter contribuído para a elaboração da obra. Elas afirmavam que Jozino não estaria correndo risco algum, pois não delatara nada em seu livro. Essas pessoas disseram que tudo o que foi publicado havia sido autorizado pelos protagonistas. Seja como for, foi grande sua repercussão no universo prisional, e isso ajudou na divulgação do mito de origem publicado.

De acordo com essa versão, o PCC nasceu em 31 de agosto de 1993 por ocasião de um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando do Capital, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do país. A briga entre as equipes resultou na morte de dois integrantes do Comando Caipira. Para se protegerem dos castigos de funcionários da instituição, geralmente na forma de espancamentos, os jogadores do PCC firmaram um pacto no qual a punição de um dos integrantes do time enfrentaria a reação de todos os demais membros do time (Barros: 2006).

Logo, os oito fundadores passaram a contar com apoio de outros presos. Mizael, um dos fundadores, redigiu um estatuto, no qual expressava a intenção de se organizarem para tentar evitar os maus tratos que diziam sofrer no sistema penitenciário e, ao mesmo tempo, regular as relações entre os presos, para que os maus tratos não partissem deles próprios. A orientação era a de que tinham de se unir (pois, afinal, compartilhavam uma mesma situação) para então reivindicar o que consideravam um tratamento digno no sistema carcerário. Em seguida, mulheres de alguns desses presos

se reuniam na Câmara Municipal de São Paulo para discutir as condições do cárcere[52].

A criação do PCC é vista por muitos presos como o fim de um tempo no qual imperava uma guerra de todos contra todos, onde a ordem vigente era “cada um por si” e “o mais forte vence”. Até então, as agressões físicas eram bastante comuns, “qualquer banalidade era motivo para ir pra decisão na faca”[53]. As violências sexuais também eram bastante recorrentes; para evitá-las, muitas vezes não havia outra saída senão aniquilar o agressor e adicionar um homicídio à sua pena. Os prisioneiros se apoderavam dos bens disponíveis, desde um rolo de papel higiênico até a cela, para vendê-los àqueles que não conseguiam conquistá-los à força. As transformações ocorridas após o aparecimento do PCC são confirmadas pelo Pastor Adair:

> Eu não faço apologia do crime, mas antes de existir o PCC, os presos sofriam muito. Sofriam porque eram quadrilhas rivais. E existia muita extorquição, estupro, mortes banais. Mas quando eu conheci, no ano de 88[54], o Partido, eu como Pastor... Eu comecei a observar o meio deles trabalhar, e vi que a cadeia mudou. O xadrez que você tinha que comprar, hoje em dia você não compra mais, estupro não existe mais na cadeia, aquelas mortes banais não existe mais. Então observa-se que houve uma mudança. [...] Pra mim só tem feito o bem. (Sacramento, 2003)

Por isso, quando perguntei a um preso que passou mais de trinta anos de sua vida na cadeia se houve alguma mudança após o surgimento do PCC, ele abriu um sorriso e me disse, com os olhos brilhando: “Ah... o Partido! Com o Partido a nossa situação melhorou muito, não tem comparação”. A proposta do PCC, que envolvia uma mudança na ética dentro das prisões, era sedutora, motivo pelo qual rapidamente conquistou adesões dentro e fora das prisões. Apesar do sucesso no meio carcerário, a invisibilidade do PCC era também

decorrente da postura do Poder Público diante do PCC. Sua primeira reação foi ocultá-lo, negar sua existência. No final de 1995, a repórter Fátima Souza levou ao ar uma entrevista com o líder de uma rebelião ocorrida em uma das prisões de Hortolândia, cidade próxima a Campinas, interior do Estado de São Paulo. O prisioneiro declarava pertencer “a uma fraternidade, um comando que se espalhou pelas cadeias” para “lutar contra as injustiças, contra o sistema carcerário [...], contra o judiciário [...] e pelos nossos direitos” (Souza, 2007: 9). As autoridades prontamente desmentiram o preso e transferiram-no para uma cadeia “mais segura”. Na ocasião, o nome do *Comando* ainda não fora revelado. Somente em 1997 a sigla PCC veio a público, em matéria da mesma repórter. Mais uma vez, o governo desmentiu. Sobre o PCC, João Benedito de Azevedo Marques, então secretário de Administração Penitenciária, declarou: “Uma ficção, uma bobagem. Balela. Estou absolutamente convencido disso. Sou secretário há quase dois anos e nunca vi qualquer manifestação desse grupo” (id., 16).

Em setembro de 1997, durante uma rebelião em um presídio no interior paulista, o secretário finalmente presenciou uma manifestação do grupo: enquanto concedia entrevista coletiva, uma bandeira com a sigla do *Comando* fora estendida pelos presos rebelados. Mesmo assim, foi somente em 1999, após o resgate de presos de uma delegacia, que o governo do Estado solicitou à polícia uma investigação. Ao término das investigações, no final de 2000, a polícia já tinha convicção da força do PCC, mas o governo continuou a tratá-lo como um pequeno grupo de presos, sem expressão e com pouca influência dentro das cadeias. Mesmo assim, decidiu transferir suas lideranças para prisões de outros Estados. Se o plano era enfraquecer o *Comando*, o resultado foi o inverso: as transferências possibilitaram a expansão do PCC para

outros Estados e a aliança com outras facções, especialmente com o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro.

Mas a consolidação do *Comando* nas prisões paulistas, bem como o reconhecimento de sua existência por parte do Poder Público, ocorreu em fevereiro de 2001, por ocasião da "megarrebelião". O sucesso dessas ações contribuiu para a expansão do PCC, que passou a alcançar não só a grande maioria dos estabelecimentos penais paulistas como também grande parte das regiões urbanas do estado de São Paulo. Só então o governo do estado reconhece publicamente a existência do PCC[55]. Mesmo assim, Nagashi Furukawa, então secretário da Administração Penitenciária, destacou que "as organizações criminosas são minorias dentro dos presídios" (Souza, 2007: 56). Em junho de 2001, o PCC foi denunciado como "organização criminosa" pelo Ministério Público (id., 136). Mas, nesta época, os integrantes do PCC já não tentavam manter o *Comando* no anonimato e divulgavam a sigla o quanto podiam. Com o objetivo de dissipar uma sensação de insegurança na população e de tentar frear o crescimento do *Comando*, a menção à sigla PCC, do número 15.3.3[56] ou do nome Primeiro Comando da Capital fora abolida de alguns jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. Segundo Jozino, que à época trabalhava como repórter do *Diário de S. Paulo*, do grupo Globo, a diretoria do jornal

> proibiu a utilização da sigla PCC, do número 15.3.3. e também do nome "Primeiro Comando da Capital". A sigla foi proibida, por tempo indeterminado, de ser escrita nos textos, títulos, legendas, olhos, manchetes ou chamadas de primeira página. O jornal deveria se referir ao PCC apenas como "facção criminosa que domina os presídios paulistas", ou então "grupo criminoso", ou ainda "organização criminosa". A determinação foi estendida aos demais jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão do mesmo grupo de

> comunicação, com sede no Rio de Janeiro. Também a sigla CV e o “Comando Vermelho” foram proibidos (2004: 143-144).

Assim, durante alguns anos, o *Partido* atuou longe das páginas dos jornais ou das lentes das televisões.

Em novembro de 2002, o secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, divulgou em entrevista coletiva o organograma do PCC, que contava com postos de chefia, subchefia e pilotos. Ele havia se baseado no depoimento de um dos fundadores do PCC que havia sido *excluído* do *Partido*: *Geleião*. Neste mesmo ano, havia sido inaugurado o Presídio de Presidente Bernardes, de segurança máxima, que serviria para isolar as lideranças do *Comando*. De fato, onze dos presos citados no organograma foram transferidos para lá. O diretor do DEIC (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado), Godofredo Bittencourt, considerou essa transferência uma vitória: “O PCC é uma organização falida. Não posso dizer que está morta, porque é uma sigla forte, é como um câncer, fica sempre um pontinho. Mas é um câncer controlado, que vamos, com paciência, extirpar” (Souza, 2007: 226).

Entretanto, as ações do PCC continuaram. Em novembro de 2003, o *Comando* promoveu ao todo setenta atentados contra o poder público, principalmente contra as forças policiais, com o objetivo de pressionar o governo a tirar seus líderes do Presídio de Presidente Bernardes. Em 2004, 8 mil pessoas se reuniram à frente da Secretaria de Administração Penitenciária para uma manifestação contra as novas regras das visitas aos presídios.

Em maio de 2006, veio a ação mais contundente: a segunda “megarrebelião”, que envolveu um número maior de instituições penais – ao todo 84 instituições penitenciárias, das quais dez fora

do Estado de São Paulo – e resultou num total de 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos[57].

Isso posto, se ainda havia dúvidas em relação à presença do PCC fora das prisões, a amplitude dessas ações a colocou em evidência. O que se pensava só existir nas prisões ou nos bairros periféricos ganhou visibilidade, por meio da violência, nas regiões centrais das cidades. Intelectuais foram, então, chamados a dar alguma explicação para o que estava acontecendo. A onda de ataques de 2006, pela sua amplitude e pelas proporções que alcançou, impulsionou uma mobilização nas universidades em torno da necessidade de dar conta deste fenômeno. Essa mobilização foi condensada no lançamento do *Dossiê Crime Organizado*, pelo Instituto de Estudos Avançados da USP (Bosi, 2007).

No primeiro artigo do *Dossiê*, Fernando Salla e Sérgio Adorno retomam os ataques de 2006. Os autores sustentam que o sucesso destes acontecimentos foi garantido pela estrutura organizacional do PCC, “mantida por um quadro hierarquizado de ‘funcionários’, disciplinados e obedientes, capazes de executar ordens sem questioná-las” (2007: 9), mas também porque a confecção de leis e políticas não acompanhava as mudanças da sociedade. Além disso, para eles, a estrutura do PCC só pôde se consolidar em função do frouxo controle e da falta de rigor na coibição de suas práticas por parte do poder público. Por outro lado, contrariando muitos outros analistas, afirmam que “há fortes evidências de que o encarceramento em massa associado ao propósito de contenção rigorosa das lideranças dos grupos criminosos organizados tem produzido efeitos adversos”, como os ataques de maio de 2006,

classificados por eles como “momentos de efervescência social (Durkheim, 2000)” e, ao mesmo tempo, como “momentos de guerra (Foucault, 1997)”. Mesmo pensando as prisões como “ambiente em que as relações sociais são arranjos precários, carentes de reciprocidade”, veem esses eventos como ocasiões nas quais “a solidariedade entre ‘irmãos’ é reforçada, assim como os vínculos entre aqueles que se encontram encarcerados e o mundo exterior” (id., 24). Adorno e Salla afirmam que, para o PCC,

> O que está em jogo são interesses em torno de negócios [...]. Não têm projeto político para a construção de uma sociedade democrática; sua concepção de sociedade é tosca, fundada na lealdade entre ‘irmãos’ e na concepção do social como família extensa, constelação de interesses materiais e morais (2007:24).

No mesmo *Dossiê*, Santos enxerga o PCC como “grupo estruturado”, de acordo com classificação da ONU[58]. Para ele, constituem

> criminosos confinados que em nome de uma falsa solidariedade assumiram o comando dos presídios, por falta da presença do Estado. Por isso chamo de previdência das prisões. Como eles têm má-índole e a maioria é formada por condenados, vivendo numa situação quase patológica, eles se organizaram para continuar praticando crimes, fazendo uma falsa proteção de familiares de presidiários, no ambiente de proteção de gangues como o Primeiro Comando da Capital, o PCC, que virou até grife (id., 100-101).

Tanto em um caso como no outro, os autores enxergam o PCC como uma cópia malfeita do Estado, uma estrutura hierárquica dotada de uma cadeia de comando que, entretanto, é mais eficiente que a estrutura estatal porque não depende dos enlaces burocráticos a que está amarrado o Estado.

Essa imagem do PCC, de uma empresa de estruturação vertical (ou piramidal) assentada sobre bases hierárquicas, com interesses

puramente econômicos, imagem comum não só entre os intelectuais como também entre os operadores do Direito e a imprensa, destoa fundamentalmente daquela que os meus dados oferecem. Ao longo deste trabalho, apresentarei os dados que evidenciam tal dissonância e que oferecem um problema teórico que torna a noção de “crime organizado” inapropriada para tratá-los.[59] Estas diferenças começam pela composição do PCC e sua questão territorial, tema deste capítulo.

A seguir, apresentarei os tipos de instituições penais existentes no estado de São Paulo e os usos desses territórios pelos presos em seus percursos prisionais, em especial os que interferem na composição do PCC.

1.1. Territorialidades

De acordo com levantamento do Departamento Penitenciário Nacional, em dezembro de 2007, dos 422.590 presos que compunham a população carcerária do país, 153.056 estavam no estado de São Paulo. Para se ter uma ideia da magnitude deste número, o estado do Rio de Janeiro, que costuma ocupar um espaço de grande visibilidade nos noticiários policiais, tinha sob sua custódia 26.523 presos[60].

São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a criar, em 1993, uma secretaria destinada exclusivamente a administrar seu sistema carcerário. Hoje, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) coordena 34 Centros de Detenção Provisória (CDPs), 74 Penitenciárias, 22 Centros de Ressocialização, sete Centros de Progressão Penitenciária, dois Institutos Penais Agrícolas, cinco Hospitais e três Unidades de Segurança Máxima[61]. São, ao todo, 147 estabelecimentos penais[62].

Idealmente, os prisioneiros são distribuídos nessas unidades de acordo com a fase do cumprimento da pena na qual se encontram. Os CDPs, segundo o Decreto nº 44.708, de 10 de fevereiro de 2000, que trata de sua criação, são “destinados à custódia de presos provisórios”, ou seja, aqueles que aguardam julgamento. Os presos já sentenciados seriam encaminhados para as Penitenciárias, local para cumprimento da pena. Os Centros de Ressocialização (CRs) e os Centros de Progressão Penitenciária (ou *Colônias*, segundo meus interlocutores) são destinados a prisioneiros em fase final da pena (muitos em regime semiaberto), e as Unidades de Segurança Máxima são reservadas aos presos considerados perigosos ou que cometeram faltas disciplinares consideradas graves pela SAP[63].

Essa tipificação não impede, entretanto, constantes transferências de prisioneiros de uma instituição a outra. Nesse trânsito, os CDPs, onde realizei a maior parte de meu trabalho de campo, ocupam lugar de destaque, particularmente na cidade de São Paulo, onde o número de Penitenciárias é muito menor do que o número de CDPs e onde o número de condenados é bem maior que o número de vagas oferecidas pelas Penitenciárias. Embora tenham sido criados para custodiar detentos durante um curto espaço de tempo, na prática, muitos presos cumprem ali integralmente as suas penas. Alguns, quando chegam ao julgamento, já passaram na prisão o período equivalente à sua pena, caso sejam condenados. Ou seja, terminam por cumprir suas penas antes mesmo de serem julgados. Em outros casos, o preso que cumpre pena em alguma cidade do interior paulista requer na Justiça “aproximação familiar” e, diante do pequeno número de penitenciárias existentes na capital, acaba sendo transferido para um CDP. Existem casos, ainda, de prisioneiros que já cumprem pena por um crime, mas, como passam a ser julgados por outros delitos no foro da capital, são transferidos

para um CDP com o propósito de facilitar o comparecimento às audiências[64].

Os CDPs se revelam, assim, espaços bastante heterogêneos, capazes de abrigar, ao mesmo tempo, presos que estão em seus primeiros dias de privação de liberdade e aqueles que já cumpriram mais de uma década de pena, prisioneiros que já passaram por dezenas de unidades prisionais e os que estão tendo ali seu primeiro contato com o ambiente prisional, presos estrangeiros, portadores de deficiência física e mental, pessoas que respondem a pequenos delitos, mas cuja carreira criminal é bastante extensa, e aqueles que esperam ser julgados por crimes considerados graves sem sequer terem praticado os atos de que são acusados.

A maioria dos CDPs segue o mesmo modelo arquitetônico e é composta por oito pavilhões ou *raios*, numerados de 1 a 8, mais enfermaria, com capacidade total para 768 presos. Como já mencionei na “Introdução”, os *raios* são acessados por portas localizadas em um corredor chamado, pelos presos, de *radial*. A entrada do *raio* é um espaço fechado, cercado por grades, cujas portas para o pátio só são abertas após a porta que a separa do corredor ser trancada. O pátio, que geralmente possui duas traves e demarcação para partidas de futebol, dá acesso às portas das oito celas do *raio*.

Destinado a presos provisórios, seu modelo de arquitetura não prevê salas de aula ou espaços para trabalho remunerado, comuns nas penitenciárias. Seguindo a restrição espacial, atividades didáticas, laborais, culturais ou lúdicas muito raramente são oferecidas pela administração dessas unidades. Seus dirigentes possuem grande autonomia administrativa, conferida pelas leis que criaram e organizaram os CDPs. Uma dessas leis – o Decreto nº

44.708, de 10 de fevereiro de 2000 – prevê a elaboração de regimentos internos próprios, que devem dispor sobre:

I - direitos, deveres e regalias conferidos aos presos;

II - espécies e critérios de aplicação de penas disciplinares;

III - forma de atuação das unidades dos estabelecimentos;

IV - obrigações do pessoal penitenciário, inclusive administrativo, no tocante ao tratamento a ser dispensado aos presos;

V - outras matérias pertinentes.

Dessa forma, os CDPs não funcionam de maneira homogênea, mas sim de acordo com o que é determinado pelos seus diretores. Experimentei essas diferenças em meu trabalho de campo, particularmente no que se refere aos procedimentos para visitação, desde a relação dos documentos necessários para a confecção da "carteirinha" até o dia da semana em que eram realizadas as visitas. Tomando como exemplo as normas referentes à vestimenta dos visitantes, percebi que cada unidade possui seu próprio regulamento, expresso em proibições ou concessões não existentes nas outras unidades que conheci. Na Cadeia Pública de São Caetano, mulheres visitantes não podiam vestir-se com calças compridas; no CDP de Santo André, era permitido às visitantes calçarem tênis; no CDP de São Bernardo do Campo, era proibido vestir-se com qualquer roupa azul; no CDP da Vila Independência, o uso de calças jeans chegou a ser proibido.

As regras podiam mudar de uma semana para outra, fosse em decorrência de sansões impostas pela administração – como quando, após um preso encenar um vômito utilizando-se de um pedaço de chocolate em barra para colocar em ação seu plano de

fuga, o diretor do CDP proibiu a entrada de chocolates na unidade –, fosse como resultado de negociações travadas entre os prisioneiros e a administração. Dessa forma, além de não existir uma homogeneidade de funcionamento entre os CDPs, também não existe estabilidade do funcionamento de cada um deles ao longo do tempo. Como costumam dizer os presos, “cada cadeia tem um ritmo”. Esse *ritmo*, entretanto, é sempre passível de mudança.

A relação entre presos e agentes penitenciários, em todas as instituições que conheci, é tensa, com forte delimitação de fronteiras entre uns e outros, transparecendo a iminência, sempre presente e constante, de guerra. Quando o CDP de São Bernardo do Campo foi inaugurado, por exemplo, o corpo de funcionários incluía agentes jovens (aparentemente com menos de 30 anos de idade), muitos com sotaques que indicavam procedência de cidades do interior e cuja postura não revelava o recrudescimento que caracterizava os funcionários mais antigos. Embora o tratamento dispensado aos detentos e aos visitantes não fosse hostil, os presos trataram logo de delimitar e enfatizar a necessária fronteira entre eles e os funcionários. Nos CDPs, os agentes só entram nos pavilhões onde ficam os detentos para efetuar a contagem diária, para realização de revistas esporádicas, em casos de óbitos ou, quando acionados pelos presos, para prestar socorro a algum detento durante a noite (quando as celas estão trancadas). A observação dos presos pelos funcionários costuma ser restrita às portas dos *raios* e às câmeras de vigilância. Mas, certa vez, em São Bernardo, um agente entrou em uma das celas repentinamente e um dos presos que ali estava imediatamente se manifestou:

> – Ooop! Qual a fita[65], senhor?
> – Vim dar uma olhada nas celas...
> – Dar uma olhada nas celas?! Aê, chefão, você é novo no sistema?

– Sou...

– Funciona assim, chefão[66]: você chega na porta, pergunta quantos tem e a gente responde. Em cela de vagabundo, polícia não entra, não. Imagina se nós estivermos matando um aqui dentro? Ou se estivermos fazendo um tatu[67]? Você viu, então não pode sair vivo daqui. Aí vamos ser obrigados a matar você também. Então faz o seu serviço e vai embora pra casa numa boa. Funciona assim: você fica pagando sujeira[68] com ladrão, certo?... Ah, não pode entrar cola no sedex, proíbe uma camiseta no jumbo, chega visita e você fica pagando raiva[69] pra visita... Tá certo, você está seguindo ordem. Mas quando tem rebelião, senhor, quem deu a ordem pra você tá lá em cima, do outro lado da muralha. Quem vai estar aqui é você, com a corda no pescoço. Então, cumpre suas doze horas aê, chefão, e vai pra sua casa, pra sua mulher. Não fica pagando raiva, não[70].

Em outro CDP, um detento repreendeu o funcionário por ele ter utilizado seu *vulgo*[71] para se dirigir a ele:

– Que liberdade é essa aí, chefão?

– Como assim?

– Me chamou de [apelido]? Eu não chamo você por vulgo nenhum! O respeito é mútuo.

– É que eu vejo os outros chamando você de [apelido]...

– Não, senhor. Aqui dentro, pra ladrão[72], é uma fita. Funcionário é funcionário e ladrão é ladrão. Eu não dei essa liberdade pro senhor. Numa dessas aí, os caras podem interpretar errado aí minha pessoa e eu posso passar por safado na cadeia.

– Isso não tem nada a ver.

– Não tem nada a ver pro senhor, mas na cadeia o barato é louco. Respeito é bom e eu admiro, mas se não tiver um respeito da parte do senhor, aí a gente vai ter que correr atrás das providências.

Nesses casos, presos experientes ensinaram a funcionários novatos como “deve ser” o funcionamento de CDPs que, embora não tenham homogeneidade administrativa e comportem *ritmos* diferentes, seguem certo padrão em função de estarem todos norteados pela *disciplina do Comando*. Mas não são somente os

funcionários que passam por esse processo de aprendizagem da política local. Embora possam abrigar presos *antigos*, que estão *tirando cadeia igual Mandela*, os CDPs são os primeiros lugares para onde são enviados os recém detidos. Chamados pelos presos de *faculdade*, são o espaço-tempo de aprendizagem das teorias do universo prisional, onde os prisioneiros aprendem a racionalizar as práticas do cotidiano e passam a entender a importância da existência do *Comando*.

Muitos, durante o período de prisão, chegam a se *batizar*, ou seja, tornar-se *irmãos*, membros do PCC. Ao sair da cadeia, os *batizados* não deixam de ser *irmãos*, pois assumiram um *compromisso com o Comando*. Outros, ainda, faziam essa adesão *do lado de fora das muralhas*[73]. De um jeito ou de outro, territórios urbanos passam a ser também locais de atuação do PCC, onde vigora a sua *disciplina*.

Investigações policiais divulgadas pela imprensa[74] indicam que o PCC dividiu o território do estado de São Paulo em regiões e colocou um responsável à frente de cada uma delas. Esse mapa político de São Paulo, criado pelo PCC, não registra manchas de atuação do *Comando*, e sim a distribuição de todo o território do Estado. Mas será que isso implica a vigência da *disciplina do Comando* em todas as regiões de São Paulo? Embora meus dados não permitam confirmar essa divisão, uma experiência que vivenciei pode oferecer alguma contribuição para entender melhor esse mapeamento. Trata-se de uma onda de assaltos na rua onde eu morava, localizada em um bairro de classe média alta. Os assaltos eram caracterizados pelas agressões físicas dirigidas às vítimas, bem como pelas ameaças contra suas vidas. Quando soube que os assaltantes haviam avisado que nenhuma das casas daquela quadra seria poupada, logo tratei de comunicar meu interlocutor

preso. Pois, de acordo com a *disciplina do Comando*, não se investe contra familiares de presos; a sacralidade da visita é, neste aspecto, extensiva às ruas. Minha intenção era evocar a condição de parente de preso para frear as ações dos assaltantes.

Iniciou-se, a partir daí, um processo de busca da pessoa que *está na responsa* da minha *área*. Sabe-se que toda *área* ou toda prisão tem um *piloto*, mas a pessoa que ocupa essa posição não é conhecida de imediato. Para tanto, contatos são acionados em rede até alcançar a pessoa desejada, ou seja, até saber quem é o *piloto* daquela *área* (ou prisão). Neste sentido, o que mais importa não é tanto a pessoa, mas sim a função desempenhada[75].

Alguns dias depois, recebi a informação de que o *irmão* responsável pela região onde eu morava já estava sabendo do caso e que também estava à captura desses assaltantes; suspeitava-se que estariam ligados a facções rivais que tinham como objetivo tomar o ponto de comércio de drogas, e que com esses assaltos buscavam atrair a presença da polícia e imputar a culpa aos que *estavam na responsa* daquela área. Atuar em uma área que está sob *comando* de outro comando é considerado uma afronta, uma declaração de disposição para o confronto. Nessa situação, minha estratégia, de evocar a condição de parente de preso, poderia não ser suficiente para sair ilesa à ação desses assaltantes, principalmente se confirmado o confronto entre as facções. Recebi, então, um telefonema, no qual uma pessoa me informava de que o *irmão* responsável pela região havia me disponibilizado uma pistola 9mm para que eu pudesse, eventualmente, me defender da ação dos assaltantes. Obviamente recusei de pronto a oferta.

Meses depois, três rapazes foram presos, acusados da autoria desses assaltos. Eles moravam na mesma região onde residia o

irmão que me oferecera a arma para me defender. Suspeitei, na época, que essas apreensões haviam sido equivocadas, mas eles foram reconhecidos pelas vítimas. Questionei, então, junto aos meus interlocutores, as informações que haviam sido passadas para mim. Disseram-me que a história do comando rival era, na época, uma suspeita, mas que depois descobriram que quem praticava esses assaltos eram *noias*, viciados em crack. Disseram ainda que se evita *atravessar a correria* dos outros, ou seja, atrapalhar as atividades alheias, mesmo as dos *noias*, pessoas desprestigiadas e comumente desprezadas. Perguntei, então, sobre o que tem mais peso: respeitar a *correria* alheia ou respeitar a casa do preso. Responderam que ninguém é obrigado a saber de quem é a casa que se vai assaltar. É a vítima que tem que ser hábil, *desenrolar as ideias* e evitar a continuidade do assalto. Argumentei que, pelo que sabia, espancar as vítimas mesmo após ter obtido o bem de interesse é bastante mal visto, por ser um comportamento atribuído a policiais. Responderam-me: “Isso é... Mas lá é área de *boy*. Tem uns caras lá que correm com o Comando, mas como é que vai saber quem, né?”.

O desenrolar dessa situação, além de permitir verificar como se dão os processos de busca pelos responsáveis de determinada *área* da cidade ou de determinada prisão, revelou que a *disciplina do Comando*, embora sempre evocada em seu caráter norteador, se mostra mais objeto de circunstâncias do que algo duro, engessado e fielmente vivenciado. Revelou também que, embora cubra virtualmente todo o Estado, a *disciplina do Comando* depende de sua atualização[76] pelos que nela se orientam e que, de alguma forma, compõem o PCC.

Como veremos a seguir, além da composição do *Comando* não se restringir aos *irmãos*, ela multiplica seus participantes em posições sempre transitórias, avaliadas circunstancialmente.

1.2. Composições

Os CDPs são locais privilegiados para a construção de reputação dos presos[77], em sua passagem de *primários* a *residentes*. Estes termos, embora também sejam utilizados pelo poder público para diferenciar criminosos reincidentes dos outros, possuem para os presos uma significação própria, com caráter relacional. A princípio, um preso é *primário* quando é detido pela primeira vez, e passa a ser *residente* quando completa um ano de prisão ou quando é preso novamente. Mas ele pode ser *primário* frente a um detento que já havia sido preso anteriormente, e *residente* frente a um detento que acabara de ser preso. Ele pode, ainda, mesmo com mais de um ano de prisão, ser considerado *primário* em comparação com um preso que cumpre pena há mais tempo. Assim, alguém pode ser *primário* e *residente* ao mesmo tempo.

Quando o preso é considerado *primário* pelos outros em determinada situação, suas falhas costumam ser mais toleradas, pois ele está em fase de aprendizado, e a responsabilidade pelas suas faltas pode ser atribuída à incompetência dos *residentes* em orientá-lo. Mas como as categorias *primário* e *residente* são relacionais, elas podem ser manipuladas – quando, por exemplo, reivindicam o estatuto de *primário* para se eximir da culpa de uma falha cometida – ou disputadas – para decidir quem dormirá na *burra* (cama) e quem dormirá na *praia* (chão) – pelos presos. Como nos CDPs o número de presos de uma cela é maior que o número de *burras* disponíveis, muitos dos presos precisam dormir na *praia*.

Para determinar o direito de dormir na *burra*, são elaborados critérios que buscam coibir a venda de espaços e a extorsão de um preso por outro, bem como disputas violentas por esses espaços. Um desses critérios é a prioridade que o *residente* tem ante o *primário*. Até pouco tempo atrás, a prioridade era dos presos com maior tempo de cadeia, calculado a partir da soma dos períodos de reclusão de toda sua vida. Assim, alguns presos que já haviam cumprido outras penas, quando detidos novamente, não importa o período que passaram na rua, podiam *subir direto pra burra*. Com isso, outro preso que estava ocupando-a deveria voltar para a *praia*. Mais recentemente, para evitar a manipulação dessas categorias na disputa pelo direito de dormir na *burra*, definiu-se o critério de tempo ininterrupto de prisão. Ou seja, se uma pessoa for para o *Mundão*, não importa o tempo de permanência na *rua* (um dia é o suficiente), volta como *primário* nessa disputa. Afinal, "o mano já foi pra rua, gozou, aproveitou o Mundão. Não é justo que tire da burra o companheiro que tá no sofrimento já faz uns dias. É praia! Não é mérito pra ninguém tirar cadeia. O mais velho da cadeia é o boi[78]".

Essa solução, no entanto, não se propaga necessariamente para outras instâncias da vida prisional e esse mesmo preso, que já passou algum tempo na *rua*, pode ser visto como *residente* em outros contextos, como, por exemplo, nas tomadas de decisão de assuntos relacionados à política cotidiana da prisão ou na responsabilidade de instruir os *primários* (neste caso, aqueles que estão chegando à prisão pela primeira vez). A qualidade *residente*, aqui, não está tão ligada ao *sofrimento* atribuído ao período de reclusão, mas remete à experiência na vida prisional e a reputação do preso.

Mesmo que não haja uma definição precisa do que é o período inicial da prisão, ou seja, do período no qual os presos são considerados *primários*, é principalmente durante os primeiros meses de cadeia que sua conduta contribuirá para a construção de sua reputação; é quando os presos aprenderão, na *faculdade*, a jogar o jogo da política de reputações naquela socialidade, esforçando-se para que sejam bem avaliados pelos outros presos, para que sejam considerados *sujeitos homem*, *caras de proceder*[79].

Todo preso, seja *residente* ou *primário*, que fica no *convívio* de uma *cadeia do PCC*, que compartilha com os outros a mesma situação de encarceramento, é considerado *primo*. Existem, no entanto, pessoas que nem chegam a ser aceitas pelos demais presos nas *Cadeias do Comando*. Chamados de *coisa*, são aqueles que praticam crimes considerados inaceitáveis (como estupros, parricídios, infanticídios), que pertencem a outras facções, os *justiceiros*, *caguetas* ou os profissionais da justiça estatal. Estes prisioneiros são encaminhados para o *seguro*, espaço prisional apartado do *convívio*, destinado justamente a abrigar presos cujas vidas correriam risco entre os outros detentos. Tomei conhecimento, entretanto, da existência de um ex-policial que cumpria pena no *convívio* de um CDP. Quando questionei como isso foi possível, responderam-me que ele havia provado “correr lado-a-lado com o crime” e que, como ele já tinha “certa idade, merecia uma oportunidade”. Entretanto, disseram-me também que ele seria o primeiro suspeito, caso houvesse alguma *caguetagem*. Em outro caso, a filha de um prisioneiro contou-me por correspondência eletrônica a história de um rapaz que conseguiu ir para o *convívio* ao mostrar que a delação que cometera fora incontornável: uma sessão de tortura que envolveu seus filhos. Não é meu interesse

questionar ou atestar a veracidade dos fatos descritos abaixo, mas apurar a forma pela qual as pessoas são avaliadas como *caguetas*:

> Tenho um conhecido, ao qual vou dar o nome fictício de “Tiago”, ele é de família bem humilde, são pobres, [...]. Ele trabalha de forma ilícita, pois não teve oportunidade de estudar [...].
> Quinta-feira a polícia invadiu o barraco de Tiago sem mandato, 2 horas da manhã, quebraram o pouco que ele tinha lá dentro, destruíram cama, geladeira, quebraram muitos móveis à procura de entorpecentes. No exato momento ele dormia com sua esposa e filhos pequenos que acordaram assustados.
> Os policiais encontraram em seu barraco alguns tabletes de maconha. [...] Tiago assumiu de cara os entorpecentes, alegando que eram dele, que ele havia comprado em outro estado pro seu próprio consumo.
> Mas os policiais não se contentaram com esse depoimento e começaram a espancá-lo perante seus familiares. Uma das crianças que é deficiente começou a ter crise de convulsão, e a ficar roxa. A esposa de Tiago se desesperou, estava algemada e nada pôde fazer, pois os policiais nem sequer permitiram que ela acudisse a criança. Somente a avó da criança que estava sem as algemas pôde fazer algo.
> Os policiais queriam a todo custo saber pela boca de Tiago de quem era o entorpecente, de onde vinha e quem era o patrão dele no tráfico de drogas. Ele a todo o momento dizia que desconhecia a tese e alegava que o entorpecente encontrado no barraco era dele, e que ele mesmo fazia o uso daquele.
> Tiago foi torturado por mais de uma hora e meia com chutes, socos, sufocamento, etc... E mesmo assim continuava alegando que o entorpecente era dele pro próprio consumo.
> [...] o policial resolveu pegar uma das crianças no colo, a mais nova, de dois anos, e inserir em sua boca um revolver calibre 38, perguntando pela última vez se Tiago ia ou não levar os policiais até seu patrão.
> Tiago, vendo aquela cena, seguiu seu coração de pai, entrou em desespero. Claro, o policial talvez não fosse ferir a criança, mas a criança se mexia o tempo todo e chorava.
> Ao ver aquela cena Tiago não suportou aquilo. Talvez por medo de a arma disparar sem querer e por ver o desespero da mãe e dos irmãos da criança, entregou seu patrão à polícia.

> Ele poderia muito bem enganar os policiais, alegar que o patrão residia em outra cidade, ou em outro estado, mas ele estava praticamente sequestrado pelos policiais, que a todo momento espancavam a esposa de Tiago que estava algemada. Assim, o levaram dentro da viatura até a residência de seu patrão, enquanto outros policiais mantinham sua esposa em cárcere privado dentro do barraco.
>
> Chegando à residência do patrão com Tiago dentro da viatura, os policiais encontraram na residência muitos outros entorpecentes e armamentos e prenderam o patrão. Sendo assim, Tiago saiu como o "cagueta" da história.
>
> Avisados pelo rádio que o patrão já estava em poder dos policiais, os outros policiais tiraram a algema da esposa de Tiago e se retiraram do barraco como se nada tivesse acontecido.
>
> Tiago e seu patrão foram levados juntos para a delegacia.
>
> Agora, por um simples abuso de autoridade, Tiago se complicou perante o crime. O menino ponta firme que nunca cometeu falhas e que sempre ajudou o próximo, do dia pra noite é rotulado de cagueta na comunidade. [...]
>
> Tiago foi para o seguro de um CDP, pois sabemos que caguetagem é um ato imperdoável perante o crime e que os presos de unidades prisionais favoráveis[80] não aceitam conviver com caguetas.
>
> Os amigos de Tiago que ficaram a par da situação estão correndo atrás do prejuízo, já teve até reunião na comunidade pra discutir esse assunto, já tá quase tudo certo pra que segunda-feira ele desça pro convívio junto com outros presos, mas tudo depende do tal patrão, que talvez possa não concordar com essa hipótese já que ele foi o mais prejudicado da história por ser integrante do Crime Organizado e foragido da justiça.

A despeito de sua veracidade, esse relato mostra como os participantes do PCC elaboram suas avaliações. Neste caso, mesmo que outros *irmãos* avaliem que o ocorrido não interfere no *proceder* de Tiago, é o prejudicado pela delação quem tem a palavra final. É ele quem vai dizer se Tiago tem que *ser cobrado* ou não. Não tive acesso aos *debates* desencadeados por esse acontecimento, mas soube, depois, que Tiago foi para o *convívio* de uma *cadeia favorável*.

Esses casos, entretanto, são exceções. Para garantir que nenhuma das pessoas não aceitáveis no *convívio* habite as *Cadeias de Comando*, os *irmãos* fazem uma espécie de triagem com os presos recém-chegados. Essa triagem não segue nenhum roteiro definido, mas varia de acordo com as pessoas envolvidas e as circunstâncias que cercam a chegada dos novatos à cadeia[81]. Podem ser guiadas por sinais apresentados pelos novatos[82], pelo crime que ocasionou sua prisão ou, ainda, pelo reconhecimento de alguém que já está ali preso.

Antes de os novos prisioneiros *atracarem no convívio*, os funcionários da prisão, visando evitar confrontos entre detentos, perguntam se eles "têm algum problema com algum preso ali de dentro". Já a triagem feita pelos detentos tem como objetivo a distinção dos que têm *proceder* (conceito que condensa as injunções e prescrições que orientam toda a existência do preso) daqueles que não o possuem. Assim, o primeiro local para onde os presos recém-chegados à cadeia vão, ao entrar no *raio*, é para a cela da *faxina*. Ali, costuma-se perguntar qual crime os levou à prisão, de que *quebrada*[83] eles são, se conhecem alguém que está preso ali. Não se trata daquilo que, para Goffman (1999), caracteriza uma instituição total, ou seja, a interferência de rígidos procedimentos administrativos e institucionais no modo de viver dos prisioneiros, que alcançaria todos os aspectos de suas vidas. O poder não se exerce de forma descendente e tampouco é localizável. Em outras palavras, não é a relação com a instituição que está em jogo, mas antes de tudo a relação entre presos.

Proceder é o nome de uma relação travada por prisioneiros entre si, com funcionários e visitantes, e que dispõe sobre o comportamento esperado em cada situação de suas vidas, desde a alimentação até

o jogo de futebol, passando também pelos cuidados com sua higiene. Mais particularmente, abordo o *proceder* existente nas *Cadeias do Comando*, que não só alcança como também atravessa toda a experiência prisional de sua população. Essa dinâmica é apurada em profundidade por Marques (2006, 2009), que vê o *proceder* das prisões[84] como uma categoria capaz de operar uma divisão espacial entre *convívio* (destinado àqueles que mostram ter *proceder*) e *seguro* (local reservado aos presos que não conseguem sustentar seu *proceder*). A disputa em torno de quem tem *proceder* e de quem não tem pode ser travada em diversas instâncias da vida (na prisão ou nas *pistas*[85]) dessas pessoas e seu resultado depende de uma infinidade de fatores que podem ser acionados pelos disputantes nesse "direito outro" (Marques, 2007). Trata-se de disputas estratégicas, cujo vencedor nunca é conhecido de antemão. O *proceder* não é rígido ou estável; longe de ser uma propriedade, se aproxima mais da noção tardiana de "possessão"[86]. A possessão do *proceder* é um estado frágil, cuja estabilidade só existe se conquistada e mantida. Qualquer descuido, qualquer deslize, pode ser suficiente para a perda do *proceder* e a ida para o *seguro*.

Mas as disputas pelo *proceder* que podem resultar na ida de um prisioneiro para o *seguro* são proporcionalmente raras. Elas só ocorrem em situações que denotam uma falta grave, nas quais uma das partes fatalmente agiu contrariamente ao *proceder* e, geralmente, prejudicou ou pode vir a prejudicar outras pessoas. Na maior parte do tempo, existe um esforço conjunto para que todos os presos ajam em conformidade com o *proceder*, evitando assim a ida para o *seguro*. Por isso, são malvistos aqueles que *arrastam* outros presos, que prejudicam *sua caminhada*, por exemplo, induzindo-os a agir de forma contrária ao *proceder* ou, ainda, provocando um

debate que terminará com a ida de alguém para o *seguro*. Como é desejável manter os presos no *convívio* e, para tanto, eles precisam ter *proceder*, é responsabilidade dos *residentes instruírem* os *primários*[87], particularmente aqueles com quem passam a dividir o espaço da cela. Para tanto, alguns chegam a oferecer o que chamam de *palestra*, na qual abordam os tópicos que julgam mais relevantes para o "companheiro seguir sua caminhada de boa", ou seja, para que ele permaneça o período que for necessário na prisão sem se envolver em confusões. Um dos meus interlocutores residiu durante mais de um ano em uma cela e presenciou a chegada de dezenas de novatos. Nessa cela, cada novo preso que chegava era *instruído* com o que chamavam de *palestra*, tão detalhista que durava cerca de duas horas.

Da mesma forma como cada cadeia tem seu *ritmo*, cada *xis*[88] também tem o seu e, por isso, as instruções não são passadas aos novatos sempre neste nível de detalhamento. Sem dúvida, a *palestra* acima referida é a mais completa a que tive acesso. Talvez por isso alguns dos presos que, quando novatos, receberam essas instruções, após condenados e transferidos para outras instituições, entraram em contato com os antigos companheiros de cela (os que ainda não haviam sido transferidos ou libertos) para agradecer a orientação que foi passada e informar que, graças a ela, foram *batizados*, isto é, haviam se tornado *irmãos*, membros do PCC.

Não é esse, contudo, o objetivo da *palestra*, da mesma forma que não foram todos os presos que ouviram aquela *palestra* que se tornaram *irmãos*. Alguns nem conseguiram evitar o *seguro* como destino. As instruções oferecidas quanto ao *proceder* têm como finalidade uma boa convivência entre os presos. No entanto, esse conhecimento do *proceder* e do funcionamento da vida prisional é

um dos elementos avaliados antes do convite para o *batismo*, momento no qual o *primo* se torna *irmão*. Assim, quanto maior a experiência prisional, maior também a possibilidade de o *primo* tornar-se *irmão*. Talvez seja por essa razão que haja um pequeno número de *irmãos* em CDPs, locais destinados àqueles que aguardam julgamento e, portanto, pessoas sem muita experiência na vida prisional. Não há dados precisos que informem o número de membros *batizados* no PCC em relação à população carcerária total de um CDP, mas, considerando o número de presos por cela, o número de celas por pavilhão e a quantidade de *irmãos* em alguns pavilhões, arrisco afirmar que a proporção é de cerca de um *batizado* a cada cem detentos[89].

Se é pequeno o número de *irmãos* frente à população carcerária dos Centros de Detenção Provisória, essa proporção tende a ser diferente em Penitenciárias. Um dos motivos dessa diferença é a passagem dos prisioneiros pelo processo de aprendizado no CDP e a reunião de atributos requeridos para o *batismo*, ou seja, para se tornar um membro do PCC. Além disso, como ser *batizado* implica *assumir um compromisso com o Crime*, muitos presos só optam pelo *batismo* quando são condenados a uma longa permanência na prisão e são transferidos para Penitenciárias. Esta é uma decisão sem volta, já que, uma vez *batizado*, o preso não pode abandonar a *caminhada*, ou seja, não pode desistir de ser *irmão*, pois seria *cobrado* pelo *compromisso* que assumiu. Entretanto, se o *irmão ramelar*, ou seja, agir em desacordo com o que se espera, pode *tomar um gancho*, ou seja, ser suspenso de sua posição de *irmão*. Se o *irmão* já *tomou ganchos* de trinta e de sessenta dias e tornou a *ramelar*, poderá *perder o papel*, quer dizer, ser *excluído* da *Família* e deixar de ser *irmão*. Da mesma forma que existem casos nos quais *irmãos ramelaram* propositalmente para que fossem *excluídos*,

soube de vários *irmãos excluídos* que estavam “fazendo uma pra voltar pra caminhada”[90]. Malgrado essa possibilidade, evita-se ao máximo a *exclusão*. Por isso, os convites para *batismo* costumam ser dirigidos àqueles que têm bom conhecimento da vida prisional e do *Comando*, bem como capacidade oratória e de negociação. É desejável também que já tenha *representado o Crime*. Quando algum *primo* se destaca dos outros – seja em virtude de seu *proceder*, seja pelo modo como conduz as situações, seja por sua postura –, ou quando algum *irmão* já o conhece de outros lugares e atesta sua conduta, seu comportamento começa a ser observado e avaliado, com vistas a um futuro convite para *batismo*. A entrada no PCC só pode ser feita mediante convite e indicação de dois *irmãos*. Para que o convite aconteça, basta que eles tenham a iniciativa de fazê-lo. Isso pode ocorrer porque os *irmãos* consideram que, em função de suas atitudes, o *primo* já está apto a tornar-se *irmão*, ou após o *primo* oferecer uma demonstração de que “corre lado-a-lado com o Comando” (como uma participação em uma tentativa de fuga ou uma boa argumentação que revele que o *primo* é um bom conhecedor do funcionamento do PCC). Se a proposta for aceita, eles serão seus *padrinhos* e passam a se responsabilizar por seu ingresso no *Comando*. O *padrinho* não se torna responsável, entretanto, por todos os atos deste novo *irmão*, mas uma escolha malfeita, de alguém que não tem as aptidões para desempenhar o papel de *irmão* ou de alguém cujo passado faça dele *coisa*, *repercutirá*[91] para o *padrinho*. Devido a essa responsabilidade, os *irmãos* só costumam convidar alguém a se *batizar* se, após um cuidadoso processo de avaliação, o considerarem apto a assumir o papel de *irmão*. Para minimizar o risco de fazer um convite a alguém que no futuro possa oferecer problemas para seus *padrinhos*, é

comum que o preso seja convidado a *morar na faxina*, em meio a outros *irmãos*, que poderão observá-lo mais de perto.

Precisamente, o processo de aprendizagem pelo qual o *primo* passa coincide com o processo de construção do *irmão*. Pois, como procurei descrever, o *irmão* não está dado, mas é o resultado de um processo de construção que tem o *proceder* da vida prisional como uma verdadeira "tecnologia do eu"[92]. O convite para *batismo* dependerá do desempenho do preso durante esse processo e manter-se *primo* ou tornar-se *irmão* será o resultado da opção que fizer pela aceitação ou não do convite. Muitos dos que não aceitam o convite acabam ganhando, mesmo assim, em algumas circunstâncias (como em reuniões com os diretores da prisão) status de *irmão*. Nesses casos (que são bem pontuais), considera-se que o preso já tem todas as habilidades requeridas para ser *irmão* e o *batismo* acaba, aqui, ganhando status de uma mera formalização. Em todo caso, este preso ganha *reconhecimento*. O que não quer dizer, contudo, que ele ocupe uma posição hierárquica maior que a dos outros *primos*. Pois o *irmão* deve, sobretudo, ser *humilde*, encarar todos e a cada um como um *igual* e não se considerar mais ou melhor que os outros, característica consoante com o ideal de *Igualdade*, que será tratado no capítulo 2.3. A *humildade* é considerada ao mesmo tempo característica, habilidade, postura e atitude que todo *irmão* deve ter. Entretanto, *humildade* não se confunde com fraqueza, pois, se ele não é mais do que o outro, também não é inferior; sua "cabulosidade"[93] está em não se deixar oprimir, está em manter sua posição *de igual*.

Se por um lado a compreensão e a prática da *igualdade* constituem requisitos para tornar-se *irmão*, por outro, é necessário que o preso se sobressaia em face dos demais, que uma diferença se manifeste.

O *batismo* marca o fim do processo de construção do *irmão*, que parte de uma diferença (da ordem da prática, pois o convite para o *batismo* é feito a um preso que não é comum) em meio a uma *igualdade* (a do modelo nativo, evocada no lema do PCC). Se o ideal de *Igualdade* busca apagar as diferenças entre os presos, tornando-os todos *primos*, o tornar-se *irmão* só é possível a partir de uma diferenciação, à medida que o preso se destaque dos outros (*primos*) e seja convidado a se *batizar*. Trata-se, aqui, de uma diferença de capacidade e de habilidade política que costuma ser adquirida ao longo de sua estadia na cadeia[94]. Mas o *batismo* é um dispositivo que procura recuperar a *igualdade*, ou seja, desfazer a diferença que o tornou possível para igualar o sujeito *batizado* à mesma condição dos outros *irmãos* que, embora se distingam dos *primos*, não podem afirmar esta distinção.

O *irmão* é, em sua *humildade*, uma pessoa apta a travar relações de *igualdade*, tanto com outros *irmãos* quanto com os *primos*. Além disso, tem o dever de garantir a *igualdade* entre *primos*, entre *irmãos*, e entre *primos* e *irmãos*, embora esse dever, por si só, seja um marcador de diferença.

Por mais paradoxal que pareça, existe um estatuto de *igualdade* entre *primos* e *irmãos*. É em nome dessa *igualdade* que um *irmão* repreendeu outro que não estava distribuindo os doces fornecidos pela instituição equitativamente[95]. Ao se deparar com o *irmão* reservando a maior parte dos doces para a *faxina*, disse: “Que fita é essa, irmão? Por que está separando os doces? Vai mandar de bonde pra rua? Cadê a igualdade? Tem que distribuir igual pra todo mundo, não tem essa, não. É de igual!”[96]. Noutro caso, um *primo* que residia na *faxina* solicitou a outro *primo* que descesse de sua *burra* para dar lugar a um *irmão* que acabara de chegar. O *primo*

que já estava havia algum tempo naquela *burra* respondeu: “Não entendi nada agora! Cadê a igualdade? Faz o seguinte, então... Vou arrumar minhas coisas e mudar lá pro xis 8 e deixar a faxina pros irmãos aê”. Outro *irmão*, que já havia *tirado cadeia* com este *primo* em outro CDP, pediu, em conversa reservada, para que ficasse:

> – Ô, mano... Não vai, não. Fica aqui comigo. Você é o único daqui que eu conheço.
> – Não... Eu vou pra lá mesmo. Você tá aqui com seus irmãos.
> – Eles são meus irmãos, mas nunca tirei cadeia com eles. Você eu conheço. E, na cadeia, não dá pra confiar em ninguém.
> – Tá bom, eu fico.

O *irmão*, imediatamente, e dirigindo-se a todos os companheiros de cela, se desculpou pela atitude daquele *primo* e pediu que ele permanecesse naquela *burra*[97].

O processo de constituição do *irmão* como uma tentativa de construção de *igualdade*, mas que necessariamente parte de uma diferença no seio de outra escala de *igualdade*, revela, assim, uma tensão permanente entre igualdade e diferença. Mesmo com todos os esforços dos presos de buscar a *igualdade*, vemos emergir diferenças por todo lado.

A partir de uma breve historiografia sobre o PCC, procurei neste capítulo apresentar a forma pela qual seus participantes ocupam territórios nas prisões e nas *ruas*. Vimos também que as categorias atribuídas a seus participantes (*primário*, *residente*, *primo*, *irmão*) conferem uma composição singular às *Cadeias do Comando*, permeada pela tensão entre igualdade e diferença. Essa tensão se infiltra e percorre todo o exercício político dos *irmãos*, tema do próximo capítulo.

45 Este número é controverso. Presos que sobreviveram ao “Massacre” relatam um número bem maior de mortos, cujos corpos teriam sido retirados da instituição por caminhões destinados à coleta de lixo antes da contagem que determinou o número oficial.

46 Por meio da Lei nº 8.209, de 4 de janeiro de 1993.

47 Segundo Wacquant, o crescimento da população carcerária é uma tendência mundial. O autor vê a Europa e América Latina na esteira da política de encarceramento em massa dos Estados Unidos, onde a população penitenciária praticamente triplicou em um intervalo de quinze anos (de 740 mil presos em 1985 para cerca de 2 milhões em 1998 [2001: 81]).

48 Fonte: www.sap.sp.gov.br.

49 Conforme Decreto nº 46.669, de 8 de abril de 2002, que lista as unidades prisionais existentes à época ao tratar das alterações na classificação institucional da SAP.

50 De acordo com informações da SAP, entre 1995 e 2005 foram desativadas 174 carceragens. Furukawa, ex-secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, afirma que “nas carceragens das delegacias, havia muitas fugas mesmo, de 1995 a 1998 cerca de 20 mil detentos fugiram dessas carceragens. É um número fantasticamente alto”. (2008: 39)

51 A relação entre o “Massacre” e o nascimento do PCC é colocada pelos próprios prisioneiros, em um *salve* (comunicado) enviado para todas as unidades prisionais no final de 2006: “Tudo começou e nasceu no cárcere após 1992, com o fato mais bárbaro, cruel e covarde, um massacre contra os presos, a morte de ‘111’ presos no Carandiru, SP, por policiais militares, a mando do governo e segurança pública de SP”. Marcola, em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas, também coloca o “massacre do Carandiru” como um dos motivos do nascimento do PCC: “Relacionado ao que aconteceu no Carandiru, a princípio. Só que o diretor do Carandiru foi para Taubaté, e lá ele impôs a mesma lei do espancamento. Então, quer dizer, juntou a situação do Carandiru com a de Taubaté, deu o PCC” (fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf.)

52 Cf. Jozino (2004: 44).

53 *Decisão na faca* é uma luta travada entre dois oponentes, da qual, muitas vezes, só um sai com vida.

54 Note que à época em que Pastor Adair ofereceu esta declaração, ainda havia divergências a respeito do ano de surgimento do PCC.

55 Conforme declarações à imprensa: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22556.shtml e http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22527.shtml. Acesso em 25/01/2009.

56 Este número segue o "Alfabeto Congo", segundo o qual as letras são numeradas de acordo com sua posição no alfabeto. Nesse sistema, o P corresponde à décima quinta letra e o C, à terceira letra. Desta forma, o número 15.3.3. é o equivalente numérico à sigla PCC.

57 Conforme balanço divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo em 22/05/2006. Fonte: http://www.ssp.sp.gov.br/home/noticia.aspx?cod_noticia=8284.

58 A "Convenção de Palermo", criada pela ONU, será abordada no início do capítulo 3.

59 Esta questão será tratada ao longo do capítulo 3.

60 Dados disponíveis no site do Ministério da Justiça: www.mj.gov.br/depen.

61 De acordo com informações disponíveis no site da SAP: www.sap.sp.gov.br, extraídas em 10/01/2009.

62 A SAP prevê a inauguração de mais 45 unidades prisionais até 2010, o que corresponde a 36 mil novas vagas no sistema prisional paulista (fonte: http://g1.globo.com/Notícias/SaoPaulo, extraído em 17/01/2009).

63 Uma interessante problematização acerca da questão do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), vigente em muitas das unidades de segurança máxima, pode ser encontrada em Marques (2008).

64 Esses casos são provenientes de relatos etnográficos colhidos à sorte dos encontros. Não posso mensurar a recorrência de nenhum deles, nem mesmo seu caráter de exceção dentro dos procedimentos jurídicos que envolvem a execução penal.

65 “Qual a fita?”, nesta situação, é o mesmo que “o que está acontecendo?”.

66 *Chefão* é o termo utilizado pelos prisioneiros para se dirigirem aos funcionários.

67 *Tatu* é como os presos chamam os túneis que escavam para tentar fugir.

68 *Pagar sujeira*, neste caso, é o mesmo que dificultar a vida, ser rígido com relação às normas institucionais.

69 “Pagar raiva” é o mesmo que provocar a ira.

70 As discussões e reflexões acerca do método pelo qual obtive os dados que serão expostos neste trabalho encontram-se na Introdução.

71 O mesmo que apelido, segundo meus interlocutores. Optei por não criar nenhum apelido fictício, pois qualquer um que eu criasse poderia coincidir com o *vulgo* de algum preso.

72 Embora as prisões reúnam presos com as mais diversas carreiras criminais, eles se autorreferenciam como *ladrões* (e são assim referenciados pelos funcionários).

73 Não possuo dados acerca desse tipo de adesão além dos *salves* que abordam essa possibilidade. Há alguns anos, o *batismo* nas *ruas* era considerado uma expressão do *crime original*, e aqueles que faziam essa opção eram valorizados por fazê-la sem estar *em choque*, ou seja, assustado com o ambiente prisional. Depois, os *batizados* no *Mundão* passaram a não ser mais permitidos, pois avaliou-se ser necessário conhecer o *sofrimento* para poder fazer parte da *Família*.

74 Algumas das reportagens que noticiaram essa divisão podem ser encontradas nos sites: http://diplo.uol.com.br/2006-12,a1461 e http://www.estado.com.br/editorias/2006/08/10/cid-1.93.3.20060810.63.1.xml.

75 Esta questão, sobre as posições políticas dos participantes do PCC, será retomada no capítulo 2.1.

76 Nos termos de Deleuze e Guattari (1995), o virtual não se opõe ao real, mas é o que não está atual, embora possa ou não vir a se atualizar.

77 Para o processo de construção de reputação em outro contexto, ver Bailey (1971).

78 *Boi*, na linguagem dos presos, é o banheiro da cela.

79 *Caras de proceder* são pessoas que sabem se comportar de acordo com a etiqueta da prisão. Essa questão será aprofundada adiante, mas uma abordagem mais acurada sobre o *proceder* nas prisões pode ser encontrada nos trabalhos de Marques (2006, 2009).

80 *Unidade favorável*, neste caso, é o mesmo que *Cadeia do PCC*.

81 Autores de crimes que tiveram grande repercussão na imprensa, por exemplo, muitas vezes têm suas vidas ameaçadas pelos detentos antes mesmo de *cair no convívio*. Na maioria das vezes, esses presos são enviados ao *seguro*. Em alguns casos, entretanto, não são aceitos nem pelos presos do *seguro* e sua alocação passa a constituir um problema para a SAP, pois é dela a responsabilidade pela vida dos presos sob sua custódia. O registro de um desses casos pode ser encontrado em Marques (2009).

82 Como tatuagens, que podem indicar o pertencimento a outras facções, ou a falta de um dedo, que identifica os participantes da Seita Satânica (outro comando existente em prisões do estado de São Paulo).

83 *Quebrada* é um termo que corresponde a local de moradia, que pode ser atual, no caso dos que estão *em liberdade*, ou pode ser aquele em que reside sua família. Em alguns casos também se refere ao local onde morou no passado e com o qual mantem algum vínculo (afetivo ou financeiro, *quando fecha com os caras de lá*, ou seja, são parceiros nas atividades criminosas).

84 *Proceder* não é uma palavra usada exclusivamente pelos prisioneiros. Ela é utilizada também em outros domínios, como o dos pixadores (ver Pereira, 2005) ou o do futebol de várzea (ver Hirata, 2006).

85 *Pistas* é o mesmo que *ruas*: local de liberdade.

86 Para Tarde (2007), a possessão está diretamente relacionada com o desejo das mônadas de possuírem umas às outras. A possessão, neste sentido, é frágil e provisória, pois resulta de um constante embate de forças movidas por desejos.

87 Neste caso, como mencionei anteriormente, o critério para definir quem é *residente* é o conhecimento da vida prisional.

88 As celas também são chamadas pelos presos de *xis* ou de *barraco*.

89 Cabe lembrar que o número apresentado não obedeceu a uma mensuração baseada em qualquer metodologia, mas é exclusivamente fruto de uma percepção proveniente da pesquisa de campo.

90 Entretanto, quando a falta cometida é muito grave, além de *excluídos*, os *irmãos* são também *repudiados*, ou seja, são *decretados* à morte.

91 *Repercutir* é o verbo utilizado pelos presos para indicar que poderá haver *consequências* do ato em questão. O uso desta palavra implica deixar em aberto suas decorrências. Quando um preso diz que algo *repercutirá*, ele não está julgando a pessoa, imputando-lhe qualquer culpa ou responsabilidade. Apenas afirma que poderá ser objeto de avaliação mais acurada.

92 Para Foucault, são as "técnicas de si que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender a um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade" (1988: 785). Para uma genealogia da produção do indivíduo moderno, ver Foucault (1996).

93 "Cabulosidade" é a substantivação do atributo *cabuloso*, da qual Marques (2010) lançou mão para, relacionando-a com a *humildade*, discutir a *Igualdade* no *Comando* a partir do depoimento de Marcola à CPI do Tráfico de Armas. *Cabuloso*, por sua vez, é aquele que não deixa ninguém subjugá-lo, *entrar em sua mente*. É aquele que, em suma, é senhor de si.

94 De fato, como notou Jorge Villela em comunicação pessoal, a habilidade política que produz diferença é proveniente mesmo do ambiente carcerário.

95 Como veremos no capítulo 2, os *faxinas* são responsáveis pela distribuição entre as celas dos alimentos fornecidos pela instituição.

96 A expressão *é de igual* é utilizada pelos presos para evocar o estatuto de *igualdade*.

97 Este acontecimento mostra que pode haver associações entre prisioneiros que não passam pela esfera do PCC. Os arranjos produzidos por essas associações são, na maioria das vezes, transitórios, circunstanciais, fluídos; muito próximos daqueles existentes entre os garotos de Bogotá, tal como descritos por Menier (1978). Embora atravesse a existência dos participantes do PCC, esses arranjos não são o foco de minha pesquisa.

2
A POLÍTICA NAS *FACULDADES*

> Se os marinheiros insultaram seu piloto ou os enfermos ao médico, se dedicariam a outra coisa que pôr em prática os meios para salvar a tripulação, o primeiro, e para curar aos que estão sob tratamento, o segundo?
>
> Marco Aurélio

O PCC sofreu grande transformação ao longo de sua existência. Após seu nascimento, a liderança era centralizada nos fundadores, que estavam no topo de uma estrutura hierárquica piramidal que contava com postos de generais e uma divisão por escalões[98]. Jozino (2004) narra as disputas pelo poder no interior do *Partido*, e o modo pelo qual antigos líderes morreram ou foram excluídos do PCC. Mas a grande mudança no PCC veio quando Marcola, que sempre rejeitou o título de líder, distribuiu a liderança que conquistara com a *exclusão* de Geleião e Cesinha e desfez a estrutura hierárquica piramidal adotada pelos fundadores[99]. Os depoimentos de Marcola e Geleião à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Armas confirmam o que venho

observando em trabalho de campo. Suas relações de inimizade não impedem que, no que toca ao assunto “liderança”, seus depoimentos convirjam. O depoimento de Geleião só vem reforçar a declaração de Marcola, de que atualmente “não existe um comandante” no PCC:

> [...] Porque [Marcola] na realidade não é uma pessoa que procura uma liderança. Eu podia até querer falar alguma coisa, mas eu jurei aqui falar a verdade. Então, eu acredito que, apesar de ele ser meu inimigo, mas eu não confio que ele está como cabeça das coisas. [...] Hoje automaticamente o PCC está sem comando, na realidade. Todo mundo está mandando. [...] De primeiro existia um comando, porque a palavra final era nossa. Todo mundo podia optar, mas quem dava a palavra final era só nós. [...] Ele passou uma ordem para o sistema que quem quisesse fazer rebelião faria, cada um assumiria os seus atos. Isso não faz papel de um líder. [...] Então, não existe uma liderança. Você está fugindo da liderança, porque, se todo mundo vai fazer, assumir, não precisa consultar um líder.[...] Não. No nosso tempo nunca teve esse sistema de rodízio. Nós éramos os fundadores, nós éramos as últimas palavras e os outros eram os pilotos. E eram pilotos mesmo, obedeciam ao que nós mandávamos fazer. Não tinha que ficar dois, três, quatro consultando vinte opiniões. A palavra final era nossa (*apud* Marques, 2010).

O movimento de dissolução da hierarquia foi reforçado pela incorporação da *Igualdade* ao lema *Paz, Justiça e Liberdade*[100]. Essa mudança, como as demais, não foi sentida de imediato, de forma homogênea, em todas as unidades prisionais. Existem grandes desníveis, grandes variações de *ritmo* entre uma cadeia e outra. Sejam de grande, sejam de pequena expressão, as mudanças que chegam a uma unidade nem sempre chegam a outras ao mesmo tempo. Exemplo disso é a alteração dos critérios para definição do direito de *subir para a burra*, exposta no capítulo anterior, que, embora já vigorasse em uma unidade, ainda não era conhecida em outra. Com isso, um detento que fora transferido da

primeira para a segunda unidade, ao notar que o funcionamento dessa sistemática ali divergia da *disciplina do Comando*, acionou seus contatos com a unidade de origem para que os *irmãos* de lá pudessem *passar a caminhada*[101] para os *irmãos* da prisão onde se encontrava. Mesmo a transformação do lema *Paz, Justiça e Liberdade* em práticas concretas, ou seja, a transformação dessas palavras em ato, é considerada pelos prisioneiros uma grande realização. Um *salve* enviado para as unidades prisionais *favoráveis* (*cadeias do PCC*) no final de 2006 discorre sobre a conquista da *Paz*:

> Hoje, através da paz (no Crime – cárcere), as facas se transformaram em gancho para fuga, o crack foi expressamente proibido nos presídios, os presos "malandrões" que cometiam os assaltos, extorsões, estupros e conflitos foram assassinados e outros foram mandados para cadeia de seguro e estão fora do crime que corre pelo certo (jurados de morte).
> Essa foi uma das nossas primeiras revoluções no Crime e em prol de todos. Por isso a importância da paz e seu significado no sistema penitenciário.

De acordo com o mesmo *salve*, *Paz, Justiça e Liberdade*, "essas três palavras são fortes pilares como lema para seguirmos em frente e muitos já foram sacrificados no combate por esse lema".

Da mesma forma, o ideal de *Igualdade* não passou a vigorar de um dia para o outro em todas as *Cadeias do PCC*. Mesmo após ter sido adicionada ao lema, eu ainda encontrava, em pesquisa de campo, referência a generais, a soldados, enfim, à antiga estrutura hierárquica. Somente após outra ocorrência de "amnésia coletiva", fenômeno já mencionado no capítulo anterior, a *Igualdade* foi definitivamente adicionada ao lema. Tal como nos outros casos de "amnésia", repentinamente tudo passou a funcionar como se essa coexistência, esse período de transição nunca tivesse existido. Depois de seu estabelecimento, a *igualdade* foi tão disseminada e

passou a ter tamanha importância que prisioneiros estrangeiros, que sequer falavam português, recorriam frequentemente à expressão *é de igual*, pois sabiam que era utilizada para evocar o estatuto de *igualdade*.

A plena incorporação da *Igualdade* nos *ideais do PCC*, entretanto, não significa que ela seja imune a tensões. Essa adição provocou uma mudança de agenciamento que tornou a política do PCC mais complexa, pois o princípio de *igualdade* entra em conflito com práticas políticas que estão no limiar do exercício de poder de uns sobre outros. Nesse sentido, ter a *Igualdade* como *ideal* no âmbito de um *Comando* instaura uma tensão que infiltra e percorre as capilaridades desta coletividade, implicando formações e supressões simultâneas de focos de poder, ao lado de construções e dissoluções simultâneas de hierarquias. Em outras palavras, a adição da *Igualdade*, com todas as tensões que carrega, é capaz de formular as capilaridades que produzem este coletivo. Com isso, uma série de mecanismos e estratégias é acionada para a construção de um *Comando* entre *iguais*, instaurando tensões que ficam patentes quando observamos a dimensão política presente na existência do PCC, tema deste capítulo.

Descreverei, a seguir, uma dessas tensões, presente nas posições políticas responsáveis pela atual dinâmica de funcionamento do PCC. Veremos as responsabilidades e expectativas em torno de cada uma dessas posições e como a dinâmica de sua ocupação procura retirar o peso hierárquico de suas atividades políticas.

2.1. Posições políticas

Na dinâmica do PCC existem posições políticas específicas que exacerbam e colocam em evidência as habilidades dos *irmãos*. Trata-se das funções do *piloto*, do *faxina* e a figura da *torre* que, longe de constituírem postos vitalícios ou atributos definitivos, como ocorre quando, após o *batismo*, o *primo* se torna *irmão*[102], são ocupadas de forma transitória, o que lhes confere certa instabilidade e maleabilidade. Ao examinar o funcionamento dessas posições políticas, o que notamos é sua independência em relação aos seus ocupantes, isto é, a permanência das posições frente às constantes mudanças de quem as ocupa.

Dessa forma, a escolha do termo “posição” se deve à persistência das funções políticas perante a intensa fluidez dos ocupantes dessas posições. Em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas, Marcola tenta convencer os inquiridores de que não ocupa a posição de líder máximo do PCC e que, por isso, não detém este poder: “Não tem [por que] simplesmente me matar para dizer que me matou, sendo que o poder já está na mão de outras pessoas, que faz tempo que não vem para a minha mão”. Ao mesmo tempo em que seu depoimento instaura uma “complexa dificuldade de comunicação” (cf. Marques, 2010) entre ele e os deputados, suas assertivas reforçam as informações que meus dados oferecem. Neste caso, ele confirma a questão da transitoriedade das posições políticas dentro do PCC.

A posição mais acionada e, por isso, mais presente no cotidiano de um CDP é a *faxina*, que é o nome tanto da cela que reúne os presos que cuidam da administração interna do pavilhão (tal como entrega de comida, abertura e fechamento das celas, resolução de litígios) quanto o nome dado aos moradores dessa cela, que geralmente

são *irmãos*, mas podem também ser *primos* que, na maioria das vezes, estão prestes a ser convidados para o *batismo*[103]. Os *faxinas* atuam também como uma espécie de porta-vozes dos presos perante os funcionários, e destes perante os detentos, pois são os únicos no pavilhão que falam com funcionários. Assim, quando um preso tem algum problema cuja solução requer entrar em contato com a administração da cadeia, ele se reporta ao *faxina*. Um dos *faxinas*, por exemplo, costuma ser responsável pelo pedido de remédios à instituição. Cada prisioneiro que precisa ser medicado envia um *pipa*, ou seja, um bilhete, para esse *faxina*, que o encaminha à administração da unidade. Os funcionários, então, encaminham os medicamentos para esse *faxina*, que os distribui aos solicitantes.

Se esses problemas envolvem toda ou grande parte da população carcerária (como fornecimento de comida ou água, horário de abertura e fechamento das celas etc.), os presos da *faxina* os reportam aos *pilotos de raio,* que carregam a responsabilidade pelo funcionamento do pavilhão e respondem pelos atos dos presos os quais são encarregados de dirigir. Os *pilotos de raio*, então*, passam a caminhada* aos *pilotos do prédio*, que montam uma comissão para se reunir com a direção da instituição a fim de discutir os problemas e assim tentar chegar a um acordo. Seguindo o mesmo caso anterior, é recorrente a queixa dos prisioneiros de receberem sempre o mesmo medicamento (ácido acetilsalicílico) para qualquer sintoma apresentado. Dizem que “se você tem febre, mandam aspirina; se você tem tuberculose, mandam aspirina; se tem dor de barriga, mandam aspirina. Aqui aspirina serve até pra tratar AIDS”. Esse é um caso no qual os *pilotos* podem ser acionados para reivindicarem medicamentos apropriados às enfermidades apresentadas pelos detentos. Outro assunto bastante recorrente,

que pode acionar uma reunião entre a direção da instituição e os presos, são as queixas sobre a revista íntima feita aos visitantes, como as que foram descritas na Introdução.

As negociações travadas pelos *pilotos* ou pelos *faxinas* costumam ter como objetivo garantir aos presos o que eles chamam de um "cumprimento digno de sua pena", mas também garantir à instituição a ordem e o controle da população carcerária, tal como enfatiza o detento já citado anteriormente (ver capítulo 1) que adverte o funcionário sobre as consequências que o tratamento que dispensa aos presos pode trazer. Dizia, pois, que se ele não respeita os presos, eles podem se rebelar e os *pilotos* nada poderão fazer para evitar essa situação, pois "o respeito tem que ser mútuo".

Em outras palavras, os *pilotos* são os responsáveis pelo funcionamento da unidade prisional, garantido pelo *respeito* e resultado do que é negociado junto aos presos e junto à equipe de funcionários. Muito raramente os *pilotos* (*de cadeia* ou *do raio*) residem na *faxina*, pois, em caso de qualquer motim, rebelião ou tentativa de fuga (ou suspeita da instituição de planejamento desses atos), são os *faxinas* que costumam *ir de bonde*, ou seja, ser transferidos pela direção do presídio, para outra unidade.

Se é a habilidade de negociação dos *pilotos* o que garante o bom funcionamento da prisão, essa é uma qualidade esperada de todos os *irmãos*. Isso porque todos os membros do PCC são *pilotos* em potencial, em função das frequentes transferências de presos entre uma cadeia e outra, mas também em decorrência do modo pelo qual ele é escolhido. Quando um *piloto* é transferido, os *irmãos* promovem uma eleição para definir um novo *piloto*. Dessas eleições só participam os *irmãos*, seja para votar, seja para se eleger. Ela é realizada em uma rápida reunião entre os *irmãos*, na qual um deles

geralmente é indicado por algum outro *irmão*, e os demais expressam sua concordância ou não com a indicação. Uma dessas eleições fora descrita por um de meus interlocutores. Após um dos *pilotos ir de bonde*, fizeram uma reunião entre todos os *irmãos* que estavam naquela cadeia. O *piloto* que permanecera na unidade tomou a palavra:

> – Salve, meus irmãos. Como todos sabem, o irmão Diógenes, que tava de piloto, foi de bonde. Agora tem que ver aí, na visão de vocês, quem vai ficar na frente[104] aí, certo? Olha, eu acho que tem o César. O irmão já tem dez anos de Comando aí, certo? Já faz uns dias que tá aqui na cadeia, aqui, certo? Tem uma visão[105] da hora. O irmão aí é desembaraçado, bola ideia, conversa. Ele tem uma visão. Eu fecho nele. Qual é a sua visão[106], irmão?
> – Pra você chegar lá em cima e bolar ideia com o cabeça branca[107], tem que ter cabeça. Porque, se precisar debater alguma ideia ali na frente, o cara tem que saber debater. Não tô falando que não tem malandro aqui, todo mundo aqui é malandro, mas tem que ter uns caras democratas aí na frente. O cara tem que saber dialogar, tá ligado, irmão? Tem uns caras que são meio nervosos, que vão chegar aí na frente e não vão saber dialogar. Eu fecho no irmão César que você falou aí, irmão. E você, irmão, qual a sua visão?
> – Eu fecho no irmão Aurélio. O irmão é novo, se batizou esses dias aí, mas merece uma oportunidade.
> – Ô, irmão! Veja bem: nós estamos no progresso[108] aí na cadeia, você está ciente. Colocar um menino novo nessa hora não é bom não. Não é desmerecendo o irmão, entendeu, irmão. Tá uma fita de mil graus[109] aí, entendeu? Aí coloca o menino aí na frente e dá algum pepino[110]. Aí vamos dizer que o menino vai pra tranca[111], irmão? E aí? Você tá ligado que repercute, né? Pode dar uma repercussão pra cima de nós. Eu fecho no Cícero. Certo, irmão? Tá uns dias na caminhada, tem uma visão... O menino tem umas ideias boas aí, irmão. Ele sabe debater... Não é todo mundo que sabe debater... O menino tem umas palavras bonitas.

Cada *irmão*, então, expressou sua opinião e o mais votado passou a ser *piloto*. Disseram-me que era necessário ter ao menos três candidatos que, geralmente, não são voluntários. São indicados

pelos outros *irmãos* em função de sua reputação. Perguntei, então, se o indicado poderia não aceitar a candidatura. Responderam-me: “Candidataram o cara, o cara não pode correr. Vai correr de responsa?! Aí tá fácil!”. Sobre o impasse em torno da candidatura do *irmão* que tinha sido *batizado* há pouco tempo, explicaram-me as consequências que tal decisão poderia trazer:

> Tem um progresso em andamento e cai. Se uma fita dessas acontece, vão chegar pra gente e perguntar: “Vocês não viram que o moleque era novo, não? Progresso na cadeia e colocaram o menino lá de frente! Ele não soube desembolar as ideias e tá lá na tranca. E agora, quem é que vai segurar? Quem teve essa ideia de colocar ele lá de frente?” Aí, esse aí pode ser excluído.

O *irmão* eleito atua como *piloto* até sua saída daquela prisão, acontecimento que aciona um novo processo eleitoral. Assim, quem é *piloto* em uma cadeia pode ser transferido para outra onde não o será.

Raramente, apenas na ausência de *irmãos* no interior da unidade prisional ou do pavilhão, os *primos* assumem a função de *pilotos*. No entanto, este é um procedimento transitório, acionado apenas durante essa ausência, pois os *primos* não possuem interesse em assumir o posto, cuja ocupação carrega grande responsabilidade, e o fazem apenas para manter a *disciplina* da unidade prisional. Um exemplo de *primos* que assumiram o posto de *pilotos*, devido a ausência de *irmãos* na unidade, é a inauguração de um CDP. Os primeiros *bondes* que chegaram à unidade recém-construída não levaram para lá nenhum *irmão*. Na primeira *tranca*, ou seja, na primeira noite que passaram naquela unidade, conversaram sobre a criação da *faxina*. Precisavam definir quem a comporia. Dentre as indicações levantadas aleatoriamente, estava um *primo* que já estava preso há alguns anos, outro *primo* que já tinha sido *setor*[112]

em outra cadeia, um *irmão excluído* (que, em outras circunstâncias, não poderia ficar na *faxina*). As vagas não foram disputadas. Pelo contrário, em um primeiro momento, a maioria não mostrou interesse e o número de voluntários foi menor que a quantidade de vagas existentes. Mesmo assim, conseguiram reunir os nove presos que, no dia seguinte, se mudaram para aquela cela. Estes detentos passaram então a executar as atividades concernentes aos *faxinas*: *rapa* (limpeza), distribuição da *boia*, solicitação de remédio. Esses *primos-faxina* permaneceram à frente da população carcerária daquele CDP por cerca de dois meses, até a chegada de *bondes* com alguns *irmãos*. Assim que os *irmãos atracaram no raio*, *passaram a caminhada* para eles e entregaram os postos políticos de *faxina*[113]. Ao recordar esse momento, disseram que "foi um alívio, uma sensação de missão cumprida".

Vimos com isso que essa situação, na qual *primos* assumem as posições políticas no interior da unidade prisional, é pontual e transitória. Não foi pela força bruta que os *irmãos* conquistaram os postos políticos. Eles não precisaram lutar pela conquista desses postos, não houve resistência porque os *primos* não concebem suas relações com os *irmãos* em termos de dominação, de subjugação, tal como costumam interpretá-las os estudiosos da área[114]; como os próprios prisioneiros dizem, eles *correm lado-a-lado* uns com os outros.

De fato, nas situações que exigem negociações entre os presos e os funcionários da instituição, são os *faxinas* ou os *pilotos* que impõem condições aos agentes em benefício de outros detentos, mas que também se responsabilizam pelos atos dos demais presos. Pude verificar esta dinâmica ao longo das negociações travadas durante uma rebelião ocorrida em 2006, no CDP de São Bernardo

do Campo, situação cujo desenrolar acompanhei pessoalmente. Era dia de visita e eu passava pela revista íntima quando o prédio onde eu me encontrava fora cercado pelas forças policiais como forma de impedir a fuga de prisioneiros que, ali, fizeram alguns funcionários reféns. Nesse episódio, a primeira preocupação dos prisioneiros foi tranquilizar os visitantes que estavam no prédio cercado e garantir sua segurança:

> Um rapaz vestido de agente acabou abrindo a porta da cabine onde estávamos e perguntou se havia algum funcionário conosco. Diante da resposta negativa e notando nosso nervoso, procurou tranqüilizar-nos, tentando demonstrar que tinha o controle da situação. Disse que alguns presos tentaram fugir, alguns conseguiram, outros não, e que estava tudo bem, tudo sob controle. Não me lembrava de ter visto aquele agente em minhas visitas anteriores. Cheguei a desconfiar que ele fosse preso, mas seu discurso dava margens para dúvida, e poderia ser facilmente atribuído tanto aos agentes quanto aos presos. Mas minha suspeita foi reforçada quando reconheci um preso vestido de agente, andando de um lado para o outro, conduzindo alguma situação. Fechamos novamente a porta da cabine e notamos, observando por uma pequena janela próxima ao teto, que havia alguma movimentação incomum também do lado de fora do prédio.
>
> Alguém gritou: “Tem funcionário aqui?”, possivelmente se referindo à cabine onde estávamos. Outro respondeu: “Não, aí só tem visita”. Os homens com roupas de agentes prisionais abriram a porta da cabine, se identificaram como presos e disseram que não a fechássemos mais, para não sermos confundidos com funcionários. Isso acabou confirmando minha suspeita: os homens vestidos com uniforme de agentes prisionais eram, na verdade, detentos.
>
> Passamos a entender melhor o que estava acontecendo [...]. Fomos orientados pelos presos a nos agrupar fora da cabine, em um canto considerado por eles “mais seguro”, por estar fora do alcance direto de tiros que poderiam vir da janela (diário de campo, 23/04/2006).

Iniciaram-se as negociações para que os presos que não conseguiram fugir retornassem ao pavilhão. Aparentemente, tratava-se de uma negociação inútil, pois todos – funcionários e detentos –

queriam chegar ao mesmo fim: o retorno aos *raios*. Mas os presos precisavam garantir que os agentes das muralhas não atirariam enquanto eles atravessassem o pátio que separava o prédio onde nos encontrávamos e a *radial* que dava acesso aos *raios*. Já os policiais e o diretor do CDP precisavam garantir a integridade física dos funcionários feitos reféns, e que nenhuma arma fosse levada ao interior do pavilhão.

A negociação foi tensa, principalmente porque os policiais ocupavam uma extremidade do prédio enquanto os agentes prisionais ocupavam a outra e, entre eles, não havia consenso sobre como a operação deveria ser conduzida. Enquanto alguns presos conversavam com os policiais, outros conversavam com os agentes. Quando uns presos transmitiam o resultado da negociação aos outros, constatava-se que as exigências dos policiais eram diferentes das dos agentes. Mesmo o objetivo da negociação (o retorno ao pavilhão) tardou a ser compreendido. Ela só teve início efetivo após um dos presos gritar: “Senhor, não sei por que isso; a gente só quer voltar pro pavilhão, senhor!”.

A discussão passou a girar, então, em torno da vestimenta, ou da nudez. Os policiais queriam que os presos tirassem toda a roupa para poder voltar ao pavilhão e eles se recusavam, pois alegavam não poder ficar nus diante das mulheres que estavam em visita: “Você tá louco? Senhor, tem visita lá, senhor! A gente não pode ficar pelado!”. Queriam também que os agentes, inclusive as femininas, tirassem suas camisetas, o que também foi rejeitado pelos presos: “Senhor, elas são agente, mas são mulheres. Não é certo ficar sem roupa, não. Tem que ter um respeito”. Foi proposto, então, que os presos vestissem apenas roupas íntimas, mas eles voltaram a afirmar “Mas tem visita lá, senhor!”, como se fosse óbvio o

impedimento e certa a compreensão, por parte dos agentes, da argumentação apresentada[115].

Combinou-se, então, que os presos ficariam sem calças e calçados, mas com camisetas e roupas íntimas, e que as agentes femininas ficariam vestidas. Por fim, os presos pediram para que os guardas das muralhas fossem avisados que os rebelados estariam a caminho do pavilhão e que, portanto, não seria necessário atirar. Para garantirem que não seriam executados nesse percurso, usariam os funcionários reféns como escudo, comprometendo-se a libertá-los na chegada à *radial*. Os agentes exigiam, no entanto, a libertação dos reféns.

Diante da dificuldade de se chegar a um acordo, aparentemente decorrente da desconfiança por ambas as partes com relação ao cumprimento das condições que estavam sendo negociadas, um dos presos tentou evocar a responsabilidade que decorre de sua posição política para tentar ganhar a confiança dos policiais: “Aqui é o Piloto da Cadeia, é responsa total!”. Com isso, ele queria afirmar que bastava a palavra dele para garantir o cumprimento do trato. Afirmava, assim, que era dele a responsabilidade pelo cumprimento do trato, tanto por ele quanto pelos demais presos. Como já mencionei na Introdução, não tenho acesso aos funcionários para saber até que ponto partilham esses códigos e categorias, mas a atuação do *piloto* é orientada para que receba esse reconhecimento. O *piloto* não aparentava duvidar que a mensagem fosse compreendida pelos agentes. Afinal, eles conhecem o exercício político dos *pilotos* e o peso que é dado à sua palavra[116]. Entretanto, os policiais pareciam ignorar o que estava sendo dito, como expressa um dos presos: “Esse seu discurso de Piloto não tá

adiantando nada. Eles não tão nem aí pra você. Isso não vale nada pra eles".

Após mais algum tempo de negociação, os presos retornaram ao prédio dos pavilhões, levando os agentes reféns consigo e libertando-os logo após a travessia do pátio.

A *radial*, me relataram depois, estava sob controle dos presos, que mantinham outros funcionários reféns e que, assim, puderam abrir tanto as portas que dão acesso aos *raios* quanto aquelas que separam um pavilhão do outro. Ao retornarem a este prédio, um dos *faxinas* se deparou com os registros de água quebrados. Pediu então explicações a um grupo de presos, que argumentaram terem, com isso, colocado fim ao poder dos agentes sobre o fornecimento de água, recorrente objeto de disputa. O *faxina* repreendeu-os, afirmando que não poderiam ter feito aquilo. Quando perguntei por que a repreensão, me disseram: "Porque é dano ao patrimônio". Achei estranho zelarem pelo patrimônio da cadeia, e perguntei: "E daí?". A resposta, para mim surpreendente, foi: "Dano ao patrimônio não pode, é crime". Confessei não estar entendendo, e tive como resposta que existe um *salve*, ou seja, uma orientação do PCC contrária à destruição física das cadeias, para evitar que os *irmãos* sejam encaminhados para prisões com regime mais severo. Vieram-me à mente imagens de cadeias destruídas em rebeliões, e questionei essa informação, obtendo como resposta que as coisas já funcionaram daquele jeito, mas que isso havia mudado. Posteriormente, voltei a ver em noticiários imagens de cadeias destruídas pelos presos; mas é importante lembrar que *salves* não são leis, que as orientações mudam de acordo com as situações e que os efeitos que produzem dependem do resultado de sua incorporação ao ritmo local.

Os *pilotos* orientam e dirigem as ações dos presos, mas também defendem os interesses deles, além de responderem pelos seus atos frente à administração da prisão. Tais atribuições nem sempre são nitidamente distintas; muitas vezes um simples movimento pode acionar todas elas, como quando alguns *faxinas*, nesta mesma rebelião, impediram que outros presos ferissem os funcionários. Ao se deparar com alguns detentos enlaçando um cinto no pescoço de um funcionário, um dos *irmãos* imediatamente os repreendeu, dizendo que nenhum dos funcionários deveria ser ferido: “E aê, ladrão? Que porra é essa que vocês estão fazendo? Tão amarrando o cara pelo pescoço?! Vocês tão loucos? Deixa o frango aí, malandro! A cadeia não tá nesse pé, não, caralho!”. Perguntou, então, se o funcionário estava bem – “E aê, senhor? Firmão?” – e, em seguida, dirigiu-se para outro *irmão*: “Aê, irmão? Esses ladrão fazendo essas fitas, pegando o frango pelo pescoço!”. Depois, voltou-se para os detentos que haviam cometido a falha e explicou: “Nós estamos de frente na porra da cadeia. Qualquer fita que você fizer aqui repercute pra nós. Que setor você está? Que raio?”. Diante da resposta: “Não estou em setor nenhum, não...”, gritou para outro *irmão*: “Aê, irmão. Não é nem setor, os caras da população tão dando uma dessas aqui, tão fazendo umas cagadas aê, irmão!”. A solução oferecida pelo *irmão* foi restringir o acesso à radial: “Aê! Quem não for setor, volta pros raios! Aqui só fica os setores e os irmãos! Tem visita no prédio, hein, caralho! Olha a disciplina do Comando!”.

Este funcionário é o mesmo que foi repreendido pelos presos por ter entrado repentinamente na cela (pp. 83-84). De fato, os *faxinas* agiram em concordância com o que haviam avisado anteriormente, de que o tratamento que os agentes despendiam aos presos no dia-a-dia seria avaliado durante uma rebelião. Nessa linha, logo

libertaram outro funcionário, mais velho, que tinha a fama de tratar os presos com “mais humanidade”.

Ao impedirem que o funcionário fosse ferido, exercendo seu comando sobre os presos, os *faxinas* evitaram que fossem prejudicados com as consequências da infração, que poderiam ser diretas, na forma de processos penais, mas que também poderiam alvejar toda a população carcerária, na forma de um revide da administração do CDP. Além disso, eles demonstraram à instituição que mantêm o controle sobre os outros presos, confirmando que podem se responsabilizar pelos atos dos outros justamente em virtude desse controle. Procuraram ainda mostrar que, embora pudessem ter permitido a infração, preferiram impedi-la, mas que a vida de um dos agentes pode depender desse controle que exercem sobre os presos. Com isso, provaram-se merecedores de certa confiança por parte dos agentes da instituição. Essa confiança (não em sua benevolência, mas em sua liderança) é fundamental para que eles tenham poder de barganha em suas futuras negociações. Por fim, eles evitaram ter que prestar esclarecimentos às *torres*, que certamente exigiriam conhecer os motivos para um assassinato não autorizado previamente.

As *torres* são as posições políticas das quais partem as diretrizes, comunicados e recomendações do *Partido* para todas as suas unidades, os chamados *salves*. Além de posições, as *torres* são também territórios políticos. Embora geralmente estejam localizadas em penitenciárias, onde se encontram presos que já “tiraram mais cadeia”, soube de um CDP que, durante algum tempo, foi *torre*. Também não é correto afirmar que todos os *salves* partem das *torres*; uma interlocutora que visitava seu marido em uma das *torres* contou-me sobre um importante *salve* que não havia chegado ali.

Meu trabalho de campo, limitado a algumas instituições prisionais, não permite o acesso direto às *torres* para elaborar uma abordagem acurada sobre seu funcionamento. Contudo, é possível verificar os efeitos que produzem nos CDPs. As orientações gerais que ali chegam costumam vir das *torres*, nunca de atores individuais. Sempre que busquei saber quem havia passado tal ou qual orientação, tive como resposta: as *torres*. E não é à toa que não consigo obter nomes: existe uma proibição pelo PCC (ou melhor, pelas suas *torres*) de sua divulgação. Provavelmente o motivo para essa proibição é evitar que as pessoas que ocupam esses postos sofram sanções da justiça estatal. No entanto, ela acaba contribuindo para ocultar o mecanismo pelo qual são produzidas as orientações e as políticas da prisão. Tudo se passa como se uma força não identificável e não localizável fosse responsável pela tarefa específica de conduzir o modo de operação ou de exercício dos poderes que circulam nas prisões[117]. Nesse sentido, pouco importa qual prisioneiro está ocupando essa posição. Mesmo porque um preso que a ocupa hoje pode deixar de ocupá-la amanhã, quando outro o substituirá sem alteração do modo de funcionamento desta mesma posição política. Os presos dos CDPs não veem os *salves* como ordens de pessoas que estariam hierarquicamente acima deles. Para eles, os *salves* vêm das *torres*, não de pessoas. Quanto aos prisioneiros que exercem a função de *torre* e, com isso, operam as *torres*, eles costumam ser referenciados como "*irmãos* que já estão no sofrimento faz uns dias, que já passaram muito veneno, muito sofrimento". São *irmãos* com ampla experiência na vida prisional e cujo *proceder* fora sustentado por muito tempo, motivos de *reconhecimento*, *respeito* e *solidariedade* de seus *companheiros* dos CDPs. Mas eles são

também, e principalmente, teóricos do universo prisional, teóricos políticos do cotidiano das prisões.

Em seguida, veremos quais são as práticas políticas colocadas em operação pelos ocupantes das posições descritas, ou seja, como ocorre o exercício de uma política que não pode contar com referências pessoais senão como ocupantes, sempre temporários, de determinadas posições.

2.2. Exercício político

Não obstante haja raras exceções[118], as posições políticas descritas acima são ocupadas por *irmãos*. Como já mencionei, essas posições não estão atreladas a pessoas específicas e, assim, todo *irmão* está sujeito a ocupar qualquer uma delas. Por isso, todo *irmão* há de estar apto a exercer qualquer posição sem *ramelar*, ou seja, sem prejudicar o coletivo. Isso reforça a importância de uma avaliação cuidadosa dos *primos* antes de eles serem convidados a se *batizar*, já que os atributos desejáveis aos *irmãos* correspondem àqueles que são esperados dos *faxinas*, dos *pilotos* e das *torres*. Dessa forma, o exercício político dos *irmãos* consiste numa peça fundamental para o entendimento da política do PCC. Para analisar o seu papel na existência do PCC, abordarei a reivindicação e a atribuição da responsabilidade pelo funcionamento da cadeia que os cercam. Como mencionei acima (ver capítulo 2), as negociações travadas pelos *irmãos* costumam girar em torno do que entendem como o "cumprimento digno da pena". Essas negociações podem ser consideradas mecanismos de contenção de uma crise em um campo político, nos termos de Swartz *et al.* (1966). A prisão, nesse sentido, constituiria uma arena política onde são travadas disputas por objetivos que são públicos e na qual a produção do PCC está intimamente ligada à seguinte pergunta: qual é o papel desempenhado pelos *irmãos* quando assumem as negociações travadas entre os presos e os funcionários, atores que possuem interesses diversos, intervindo em situações de conflito, buscando algum acordo?

A antropologia processualista procurou dar conta dos conflitos políticos ao estabelecer uma conceituação das relações patrão/cliente, das mediações e das intermediações em unidades de

análise não mais encaradas como grupos fechados e estáveis. A atenção se voltou para os processos de mudança e as dinâmicas de resolução de conflitos em sua dimensão política. Swartz *et al.* (1966) apresentam os “árbitros”, “mediadores” e “intermediários” como mecanismos de intervenção para a solução de uma crise[119].

Tomando como cenário os CDPs onde realizei trabalho de campo, os *irmãos* são responsáveis por colocar em relação (em uma relação específica, mas não unidirecional) a população carcerária e o corpo administrativo do CDP. É tentador, para aqueles que tomam contato com este coletivo, classificar tal atuação como uma relação de “mediação” ou, como o poder público costuma fazer quando atribui aos *irmãos* a responsabilidade por algum crime, como uma relação de “liderança”. O próprio conceito de “facção”, como o PCC costuma ser classificado pelo poder público, remete à existência de “lideranças”. Segundo Nicholas (1977), facções são grupos políticos (que podem, no entanto, servir a interesses privados) que se caracterizam pela instabilidade de seus membros, pela incerteza de sua duração, pela falta de organização formal e, sobretudo, pela existência de um líder pessoal. De acordo com o autor, as facções geralmente são formadas em situações de conflito pela disputa de poder e têm suas existências sustentadas pela figura do líder, cuja ausência implicaria na dissolução da facção. Em outro registro, Palmeira aborda as facções como “unidades de conflito, cujos membros são arregimentados por um líder com base em princípios variados” (1996: 54). A adesão às facções, para o autor, é uma forma de situar-se socialmente. Pode ser que, no passado – quando era intensa a disputa do espaço prisional com outros agrupamentos e quando possuía em seu quadro postos hierárquicos definidos –, o PCC pudesse ser classificado como “facção”. No entanto, essa classificação parece já não ser apropriada ao PCC de hoje (o PCC

que adicionou a *Igualdade* ao seu lema). Em primeiro lugar, porque as disputas pelo espaço prisional são hoje inexpressivas; em segundo lugar, porque *primos* e *irmãos correm lado-a-lado* e não constituem lados distintos a que se possa aderir, enquanto os funcionários não são um lado passível de adesão por parte dos presos das *Cadeias do PCC*; e, em terceiro lugar, porque sua formação não depende da existência de um líder pessoal.

De fato, os termos “líder” ou “liderança” não são encontrados na gramática utilizada pelos prisioneiros e, pelo que a pesquisa de campo me relevou, não se trata de um recurso para driblar as acusações do poder público: são outras as razões que levam os prisioneiros a suprimirem esses termos de sua gramática, principalmente em suas relações cotidianas com outros presos (ver capítulo 2). De fato, estes termos carregam um peso bastante acentuado, pois implicam relações hierárquicas entre os intervenientes, quando não relações de dominação (ou mando) e obediência. A política exercida pelos *irmãos*, por sua vez, não é garantida pela ocupação de posições hierarquicamente superiores – ela é legitimada pelo *respeito* conquistado por meio de sua habilidade nas negociações.

Em experiências de campo, colhi relatos nos quais os presos questionavam a capacidade e habilidade dos *irmãos* nas negociações junto à direção e comparavam-nas com as de outros *irmãos*. No Centro de Detenção Provisória de Diadema, por exemplo, narraram-me a existência do que os presos chamavam de *choque da casa*, em alusão à Tropa de Choque, grupo da Polícia Militar do Estado de São Paulo acionado em casos de conflito e conhecido pela violência de suas ações. São comuns nas unidades prisionais as chamadas *blitze* da Tropa de Choque, revistas

minuciosas nos detentos e nas celas à procura de drogas, armas e telefones celulares. No CDP de Diadema, os próprios funcionários se incumbiam desta tarefa: protegidos por capacetes, máscaras e escudos, entravam nos pavilhões batendo com os cassetetes nos escudos, lançavam bombas de efeito moral para dissuadir qualquer tipo de enfrentamento e ordenavam aos detentos que se despissem e formassem filas. Tal como a Tropa de Choque, não dispensavam as agressões, mesmo que os presos estivessem obedecendo às suas ordens. Batiam-lhes com os cassetetes e com os escudos enquanto eles estavam se dirigindo às filas, formando o que costumava se chamar de *corredor polonês*. Essa violência institucional, por mais absurda que possa parecer aos olhos dos não-presos, não é questionada pelos detentos. A culpa das agressões e dos abusos institucionais é atribuída pelos detentos à má gestão do funcionamento da cadeia pelos *irmãos*. Segundo os presos, se eles tivessem maior habilidade de negociação, esses abusos não ocorreriam.

A legitimidade da atuação dos *irmãos* frente aos demais presos, bem como sua representatividade nas relações com os funcionários, revelam-se inconstantes e oscilantes, sendo construídas localmente e circunstancialmente. Embora os *irmãos* atuem como interventores em momentos de crise entre os atores e possam se beneficiar e influenciar a qualidade da relação, entre os presos e a administração das instituições carcerárias não existe uma troca de favores, um interesse de aliança ou uma expectativa de ajuda mútua[120]. Qualquer ação nesse sentido contrariaria as recomendações do *Partido* de fazer oposição ao *Sistema* e, com isso, colocaria em risco a legitimidade da posição política do *irmão*, que poderia até ser acusado de traição e ser *excluído* do *Comando*. Antes do surgimento do PCC era comum que os funcionários

oferecessem vantagens a presos em troca de favores[121], mas com o advento do *Partido* esse tipo de relação passou a ser evitado com a canalização do contato entre presos e funcionários por meio dos *irmãos*. Segundo meus interlocutores, isso evita que presos, em troca de favores pessoais, possam prejudicar seus pares, resultando em situações bélicas no interior das prisões.

Em vez de troca de favores, interesses de aliança ou expectativas de ajuda mútua, o que existe é uma disputa por recursos entre as duas partes da negociação, ou melhor, a tentativa constante de refreamento do poder alheio[122]. Desse confronto, resultam frágeis acordos, que podem ser dissolvidos a qualquer momento. Os acordos decorrentes das negociações travadas não podem ser confundidos com troca de favores, pois estão inseridos num campo de lutas. Eles são firmados como solução de uma crise sem que envolvam obrigações futuras, podendo ser desfeitos com o surgimento de uma nova crise, o que denota seu caráter provisório e a necessidade de serem não só alimentados, mas constantemente refeitos ou remodelados. Daí que as relações travadas entre os prisioneiros não podem também ser explicadas pela tese do controle de recursos, recorrentemente utilizada na literatura sobre patronagem e política eleitoral e cujos problemas foram destacados por Villela:

> Em primeiro lugar, porque desemboca necessariamente numa topologia do poder cristalizada no monopólio ou controle dos recursos por uma classe ou grupo de pessoas (tese da oligarquia). Em segundo, por reduzir a uma relação diádica uma multiplicidade de fatores que ligam patrões e clientes (tese do binarismo). Em terceiro, por submeter todas essas relações à circulação de bens e serviços e traduzir no idioma da reciprocidade as diversas motivações que mantêm vivas as solidariedades entre patrões e clientes (tese troquista) (2004: 269).

Vimos que muitas das noções utilizadas na literatura antropológica não dão conta da especificidade das relações travadas nas prisões, nas quais os *irmãos* são uma das partes envolvidas no conflito, ao mesmo tempo em que exercem posições políticas legitimadas por sua habilidade nas negociações. Mesmo que a atuação dos *irmãos* seja garantida mais por sua legitimidade do que por qualquer imperativo hierárquico, ela carrega em seu seio uma tensão permanente entre *igualdade* e exercício político. A seguir, descreverei como essa tensão se manifesta e quais os mecanismos acionados para com ela lidar.

2.3. Igualdade e exercício político

A responsabilidade do *irmão* pelo funcionamento da cadeia não se restringe às negociações travadas com a administração; ela abrange também a regulação das relações entre os presos. Espera-se que ele evite extorsões, estupros e agressões; quando existe algum descontentamento da população carcerária, são os *irmãos* que levam suas reivindicações ao conhecimento da instituição; são eles também que garantem o cumprimento da *bandeira branca*, ou seja, a proibição de qualquer motim, levante, rebelião[123]. Espera-se, sobretudo, que ele faça tudo isso sem, no entanto, lançar mão de qualquer autoridade, superioridade ou exercício de poder sobre o outro, em consonância com o *ideal de Igualdade*.

É nesse sentido que as agressões entre presos passaram a ser um recurso último na resolução de conflitos internos. Antes da introdução da *igualdade*, as agressões entre *primos* já haviam sido coibidas; nessa época, elas eram um recurso monopolizado pelos *irmãos*. Atualmente, em consonância com o *ideal de Igualdade*, a iniciativa de agressões não é permitida nem aos *primos*, nem aos

irmãos. Elas só ocorrem em situações muito pontuais e específicas, como desfecho de conflitos cujos meios diplomáticos são incapazes de solucionar. É nesses casos que uma das partes envolvidas não consegue sustentar seu *proceder* e, muitas vezes, após sofrer a agressão, acaba indo para o *seguro*.

O recurso diplomático que anuncia a iminência dessas situações extremas (agressões ou envio para o *seguro*) é o que os presos chamam de *esticar o chiclete*. Essa expressão pode ser grosseiramente traduzida como "levar às últimas consequências". Mas, observando cuidadosamente seu uso em contextos e situações diferentes, podemos ver que ela reflete muitas outras coisas. *Esticar o chiclete*, antes de tudo, implica dar prosseguimento a uma discussão, levá-la adiante; trata-se de conflitos que não tiveram um desfecho consensual. Quando um preso diz ao outro que vai *esticar o chiclete*, ele está afirmando que está disposto a levar o *debate* adiante e até sua conclusão, seja ela qual for.

Foi o caso de Sérgio, detento que havia passado algum tempo no seguro de uma *cadeia do CRBC*[124] e que depois fora transferido para uma *cadeia do Comando*. Ali, os *irmãos* sugeriram que, como ele havia passado por uma *cadeia de oposição*, ele poderia ser *coisa*. Sérgio sentiu-se ofendido e decidiu *esticar o chiclete*. Como de praxe, *passaram a caminhada* ao *piloto do prédio* que, por coincidência, conhecia Sérgio: "Vocês estão loucos, *irmão*? Ele é meu *parceiro*". Neste ponto, o conflito poderia ser encerrado. No entanto, Sérgio insistiu em levá-lo até o fim: "*Irmão*, tá tudo certo agora porque você está de *piloto* aqui. Imagina se você não estivesse? Eu poderia ter passado como errado". Não tive acesso aos meandros desse *debate*, mas soube que "o irmão apaziguou a situação" e que "colocaram uma pedra em cima do bagulho" (que

quer dizer que a situação é encerrada, mas não esquecida, ou, em outros termos, “passa batida, mas não despercebida”).

Em outro caso, Silas telefonou para seus familiares e disse que deveria pagar uma determinada quantia ao PCC, pois caso contrário seria assassinado. Um de seus companheiros de cela ouviu o teor do telefonema e, sabendo que o dinheiro que pedia não era para pagar ao PCC, mas para quitar uma dívida com drogas, *esticou o chiclete*[125]: *passou a caminhada* para a *faxina*, que chamou Silas a se explicar. Aquele que *passou a caminhada* também participou do *debate*, no qual estavam presentes todos os *irmãos* do *raio*.

Estamos, aqui, no campo da argumentação oral. No entanto, o *chiclete*, quando está sendo *esticado*, pode, a qualquer momento, se romper, e eis aqui uma das peculiaridades desta expressão: o *chiclete* se rompe do lado de quem não sustentou a posição em suas argumentações. Perde o *debate* aquele que fica sem argumentos diante do outro ou aquele que cai em contradição. Depois de exposto o motivo pelo qual todos se reuniram e tendo os envolvidos exposto suas versões, resolveram pedir a Silas que telefonasse para sua mãe, com o telefone celular no viva-voz, e perguntasse a ela se tinha feito o depósito que ele havia solicitado: “E aí, mãe, fez o depósito?”. A resposta da mãe confirmou a acusação: “Ainda não consegui, filho, estamos sem dinheiro. Eles já bateram em você?”. *Esticar o chiclete*, portanto, supõe a possibilidade, bastante concreta, de sua ruptura, que representa a quebra de uma relação, não só entre os presos envolvidos, mas de um dos lados envolvidos com todo o coletivo.

Antes da ruptura, porém, o *chiclete*, ao ser esticado, torna-se mais fino, possibilitando a visualização do que antes estava em seu interior. Essa maior visibilidade proporcionada por sua estica revela

que, quanto maior a exposição das coisas, maior a possibilidade de ruptura. Pois um *chiclete* não rompe se não é *esticado*. Diante da resposta da mãe de Silas, um dos *irmãos* tomou o telefone de suas mãos e disse a ela:

> Boa tarde, senhora. Seu filho contraiu essa dívida com droga. Não faz parte da disciplina do Comando extorquir preso algum. Ninguém aqui está ameaçando seu filho. Olha, essa fita já era, não vamos nem cobrar mais, mas seu filho ficará interditado: ninguém mais pode vender droga pra ele, dar droga pra ele ou usar com ele. Porque não tá certo tirar dinheiro da boca da família pra usar com droga.

Em *debates* como esse, busca-se chegar ao mais tênue dos estados: a total *transparência* sem a ruptura. Mas quando ocorre a ruptura, consequências são exigidas, geralmente na forma de sanções. Silas, além de ter sido *interditado*, sofreu humilhação pública. No centro do pátio, um dos *irmãos* discorreu sobre o caráter de Silas:

> Salve, população! Tá vendo aê, esse aqui é um picareta. Esse cara aqui é sem qualidade! Sempre no meio de nós tem umas maçãs podres. Esse aqui é um. É um sem futuro, picareta. Esses malucos que ficam aqui pra atrasar o nosso lado. Ele não tem palavra, fez dívida com droga e depois foi falar que o Comando tava extorquindo ele. Ele tava metendo multa na família, tirando da boca da família pra usar com droga. Tava extorquindo a família. Tá pegando o maior axé[126] do Comando, porque se fosse outra época arrancava a cabeça dele fora.

Isso criou uma situação na qual a *igualdade* foi prejudicada. Mesmo que a decisão não tenha sido *isolada*, a sanção aciona uma desigualdade entre quem promove a *consequência* e quem a recebe. Eis o paradoxo: como *cobrar* sem abalar o estatuto de *igualdade*? Em primeiro lugar, o termo “punição” não faz parte da gramática dos participantes do PCC, posto que implique uma necessária distinção entre detentores do poder de punir e aqueles

que são sujeitos a punições. Mais do que isso, implica também a existência de juízes e réus, termos próprios a uma dinâmica distinta do que chamam de *esticar o chiclete*. Os intervenientes não falam em termos de punição, mas em termos de *consequência* e de *cobrança*. Não se trata, contudo, de uma simples troca de expressão, pois se retira a autoridade de uns sobre os outros para depositar na pessoa toda a responsabilidade por seus atos. Mais uma vez, como dizem, “nada é proibido, mas tudo vai ter consequência”, mesmo que a *consequência* venha em forma de *cobranças* que visam lembrar a pessoa de sua lealdade ao *Comando*.

Quando surge a necessidade de *cobrar* alguém, outro movimento é lançado, na tentativa de retirar dos *irmãos* a detenção da *disciplina do Comando*. Nesses casos, recorre-se a outra instância avaliadora: as *torres*. Qualquer sanção só pode ser aplicada com o *aval* das *torres*, que podem autorizar sua realização imediata ou, quando a *bandeira branca* está vigente, autorizam sua execução para a *melhor hora*, que é quando a *bandeira branca* cai, ou em rebeliões. Caso os *irmãos* apliquem a *cobrança* sem *passarem a caminhada* às *torres*, podem ser acusados de terem *tomado atitude isolada* e, neste caso, costumam *tomar um gancho* (suspensão da condição de *irmão*)[127].

Mesmo que a atuação dos *irmãos* seja local e que assuntos considerados importantes sejam necessariamente repassados para a avaliação das *torres* (que acabam prescrevendo inclusive a *consequência* dos erros dos intervenientes), os participantes do PCC negam a existência de hierarquia nessas relações e vêem essa dinâmica noutros termos: cuidado para não tomar *decisões isoladas*, busca de *consenso*. Não se trata, portanto, de uma transferência de

decisões que estabelece outras instâncias hierárquicas. Mas isso também não significa que os participantes do PCC tenham se livrado do fantasma da hierarquia sem dificuldades. Para decidir, por exemplo, por quem deveria ser enviada uma importante informação para as *torres*, uma interlocutora me explicou:

> – É mais fácil falar direto com Fulana, que visita em [nome da unidade prisional]. Porque se passar o *salve* para Beltrana, ela vai passar para o marido dela, que está na [nome de outra unidade]. E aí ele vai ter que *chegar* na [nome da primeira unidade].
> – Mas tem que *chegar* na [primeira unidade]?
> – É que os meninos de lá são mais... Mais... [silêncio]. Olha: Todo *salve* vai ter que *chegar* lá mesmo.

Ela evitou dizer que os presos de determinada unidade (considerada uma das *torres*) sejam mais que os outros, mesmo afirmando que toda informação deve chegar a eles[128]. Mas se se evita, a todo custo, o aparecimento da hierarquia, o que dizer dos *salves* ditados pelas *torres* e colocados em prática nos CDPs? Embora essa dinâmica se assemelhe bastante às estruturas hierárquicas a que estamos acostumados, mesmo os *salves* não são concebidos como ordens pelos presos, sejam eles *primos* ou *irmãos*.

O termo *salve* é utilizado em diversas circunstâncias: para se referir a um aviso (“qualquer coisa, me dá um salve”), como saudação (“diga a ele que mandei um salve”), para chamar alguém (“salve do boi!”[129]), para responder a um chamado (neste caso, a pessoa que, por exemplo, está no *boi*, responde simplesmente “salve!”), como recado (“passa esse salve pra ele”). Em todos os seus usos, o *salve* não carrega peso hierárquico algum. Mesmo quando os prisioneiros de um CDP acatam os *salves* das *torres*, seu conteúdo é fundamentalmente distinto de termos como lei, ordem, regra ou decreto.

Não é à toa que o modelo de funcionamento do PCC resulte em tantos equívocos por parte daqueles que tentam entendê-lo. Em depoimento à CPI da Câmara dos Deputados sobre Tráfico de Armas, Marcola nos oferece, de acordo com Marques, uma singular "conceituação de liderança", que "responde a um problema contextual" e instaura uma "complexa dificuldade de comunicação" entre inquiridores e depoente. Marcola "multiplica" o "Ás de liderança" sugerido pelos deputados, "apresentando um baralho completo de prisioneiros anônimos" (2010). Ele chega a afirmar que o que buscam é o *consenso* entre a população carcerária:

> Um consenso. [...] Alguém dá uma ideia, por exemplo. Alguém pensa, raciocina e fala: "Ô, gente, o que que vocês acham de a gente abolir o *crack* dentro da prisão?" Isso é mandado pra todas as penitenciárias, todas as penitenciárias do Estado. [...] Aí os presos de todas as penitenciárias vão expor suas opiniões, contrárias ou a favor. Se a maioria for a favor de abolir o *crack*, o *crack* vai ser abolido, conforme o caso. A maioria foi a favor de se abolir o homossexualismo. [...] O cara estuprar outro preso. Isso aí tinha muito dentro do sistema penitenciário de São Paulo, e o Estado jamais teve condições de suprimir isso. Aí veio essa organização, raciocinou que isso era algo que afrontava a dignidade humana [...] (*apud* Marques, 2010).

Das *torres*, tal como dos *pilotos*, dos *faxinas* ou dos *irmãos*, são retiradas quaisquer manifestações individuais. O que está em jogo não é a vontade ou a iniciativa de uma pessoa específica. Como posição política, a *torre* se desvincula dos presos que a operam. Com isso, as decisões vindas das *torres* não refletem decisões individuais, mas são entendidas como manifestações do coletivo.

Para evitar que o *Comando* seja vinculado a uma pessoa específica, nenhuma decisão pode ser tomada por apenas um *irmão* ou, como dizem os presos, *decisões não podem ser isoladas*. Para tanto, as *cadeias do PCC* chegaram a contar com ao menos dois *pilotos do prédio* cada uma. Essa é uma maneira de evitar *atitudes isoladas*

que anunciariam que alguém deseja *ser mais do que o Comando*. A responsabilidade atribuída (por presos *batizados* ou não) aos *irmãos* não é a de governar a prisão, mas de ali instaurar e fazer cumprir os *ideais do Comando*.

De fato, se os presos delegam aos *irmãos* a responsabilidade de negociar as condições do cárcere para o cumprimento de sua pena, é porque os prisioneiros alimentam a expectativa de serem beneficiados com sua atuação (dinâmica semelhante à descrita por Swartz *et al.*, 1966). Mas os benefícios que os presos esperam decorrem mais das diretrizes estabelecidas pelo PCC do que propriamente da atuação do *irmão*. Este é apenas um representante e operador do PCC, cuja existência aparece como autônoma, independente da atuação de seus membros. Sendo assim, cabe ao *irmão*, por meio de suas habilidades pessoais, conseguir instaurar as recomendações do *Partido*, não sendo permitido que suas vontades pessoais se revelem. Se o *irmão* abusa de sua autoridade, oprime ou dá ordens aos outros presos, ele é acusado de não obedecer aos *valores do Comando*[130] e deixa de ser reconhecido como operador do PCC[131]. O depoimento de Marcola à CPI do Tráfico de Armas ilustra essa questão:

> Deputado Paulo Pimenta: Foi tu quem distribuíste o poder para os caras, os caras te respeitam.
> Marcola: *Risos.*
> Deputado Paulo Pimenta: Não é?
> Marcola: Me respeita... Me respeita...
> Deputado Paulo Pimenta: Quem delega poder pode pegar de volta quando quiser.
> Marcola: Me respeita até o momento que eu respeite a *(ininteligível).* A partir do momento em que eu começar a citar nomes, pessoas, acabou o respeito, acabou eu também.

É também nesse sentido que um preso, repreendido por não ter cumprido o trato de vender um rádio para outro, evocou essa questão: “Eu não sou obrigado a nada, não é, irmão?”. Essa pergunta foi colocada em forma de ameaça, não uma ameaça de agressão física, mas que colocava em risco a legitimidade do *irmão*, possível por ser ele um representante local dos *ideais do PCC* que, por sua vez, proíbem a submissão de um preso por outro, submetendo todos ao poder do *Comando,* que tem como característica a *igualdade*. Esse enunciado é exemplar para expressar algo que é sempre reafirmado: a ausência de obrigações, pois estas implicariam uma relação de desigualdade.

Mesmo quando disse, antes, que os *faxinas* “são os únicos no pavilhão que podem falar com funcionários”, o que está em jogo não é uma proibição ou obrigação. Qualquer outro preso pode falar com funcionários, mas esse ato certamente terá *consequências*. Ou, nas palavras dos próprios detentos: “Ninguém aqui é obrigado a nada, nada é proibido. Mas tudo vai ter consequência”.

Toren (2000) se depara com um tipo de chefia parecida em Fiji, onde está presente uma tensão permanente entre igualdade e hierarquia. Para ela, as eleições representam necessidades estruturais, expressões de uma política na qual a hierarquia instituída e a igualdade competitiva são mutuamente constituídas e devem ser entendidas como aspectos uma da outra, uma implicando a outra. A eficácia e continuidade do sistema de chefia requerem que hierarquia e igualdade mantenham-se em tensão uma com a outra como opostos e também como aspectos das relações sociais. Essa tensão, para a autora, é possível devido aos pares de pares que compõem uma totalidade, dualidade presente também na noção de pessoa, de parentesco, das instituições do Estado. O

chefe supremo é escolhido pelo povo em virtude do desempenho de suas obrigações, e sua eleição o impele a continuar desempenhando-as, sob o risco de ser destituído. Logo, as eleições oferecem condições para a existência de um dualismo que tem como base o cumprimento de obrigações mútuas.

Se o que está na base da tensão entre igualdade e hierarquia em Fiji é o cumprimento de obrigações mútuas (cf. Toren, 2000), o que está na base da tensão entre a *igualdade* e o exercício político no PCC é a inexistência de obrigações. É esta especificidade que confere uma flexibilidade à relação entre os presos, oferecendo margens para o aspecto dinâmico de sua política. Os não-membros que estão no *convívio* das cadeias do PCC são presos que "correm lado-a-lado" com o *Comando*, pois quem não *corre com o Comando corre contra, é oposição*, cujo local apropriado é o *seguro* ou alguma prisão que esteja sob influência de outro comando. Mas o reconhecimento que o PCC recebe dos prisioneiros só ocorre se nas atuações cotidianas os *irmãos* obtiverem êxito na construção desta relação. O sucesso na formação do *Comando* se dá no refreamento das ações indesejadas de outros atores; é evitando maus tratos por parte dos agentes, proibindo a subjugação de um preso por outro, impedindo a depredação do prédio, que os *irmãos* adquirem seu poderio de negociação e, com o sucesso nessas negociações, o reconhecimento de sua atuação e o êxito na construção do PCC. O reconhecimento da atuação do C*omando*, assim, é fruto de uma conquista que é incessantemente buscada e que está em constante risco, principalmente quando o que se pretende fundar é um *Comando* entre *iguais*, ou melhor, um *Comando* sem comando.

Com o objetivo de minimizar esses riscos e atenuar a tensão entre o princípio de *Igualdade* e o exercício político, são criadas teorias – digamos, políticas – nativas que oferecem coerência (e inteligibilidade) entre as práticas políticas e o princípio de *Igualdade* e evitam o exercício de poder de uns sobre outros. Este será o mote da próxima sessão.

2.4. Teoria política

As tensões existentes na política das prisões são, por um lado, acentuadas e, por outro, pulverizadas. Logo, não diferem da política eleitoral tal como notada em pesquisas recentes[132], pois a política das prisões não é determinada por uma suposta fonte detentora de poder que ditaria ou manipularia sua prática. Ela é, sobretudo, resultado das conexões, interações, associações e dissociações de todos os envolvidos. Encontramos aqui uma disputa local em que estão presentes muitas outras localidades que também são campos de lutas[133], tornando impossível pensar uma hierarquia entre essas localidades, ou o englobamento dessas relações por outras dimensões que seriam superiores a elas.

De fato, o PCC parece estar diluído em todo lugar, mas em nenhum lugar específico. Esta abordagem sobre o PCC se aproxima da que Latour (2005) oferece sobre o “social”, que, segundo o autor, não é um contexto que engloba os atores e atua como uma força que os impulsionaria a determinadas ações, e também não constitui uma fonte explicativa para os aspectos residuais das análises dos estudiosos[134]. Ao sugerir uma redefinição do social, da sociedade e da sociologia, Latour propõe a substituição do que chama “sociologia do social” pela “sociologia das associações”. Pois o social não designaria uma coisa em comparação a outra, mas sim o

tipo de conexão entre coisas que não são sociais por si mesmas, o movimento peculiar de reassociação e reagrupamento; a sociologia, assim, deixaria de ser pensada como “ciência do social” para ser considerada um “traçado de associações” (Latour, 2005: 5), mudando o foco dos estudos dos termos para as relações.

Viveiros de Castro (2002) já havia apontado para esse rumo ao abandonar os modelos explicativos dicotômicos, afirmando não existir unidades de análise puras, objetos dados ou conceitos exteriores a eles; afirmando, assim, que a antropologia deve buscar entre os nativos os seus problemas e as ferramentas (conceitos) que utilizam para enfrentá-los, sem tentar atribuir de antemão conceitos prontos às coisas, ou problemas seus ao objeto. O que parece apontar para o que Latour chama de “explicações sociais”, próprias da “sociologia do social”, que seriam contraproducentes, pois, ao invés de fazer prosseguir o movimento de associações, interrompem-no abruptamente, limitando a forma, o tamanho, a heterogeneidade e a combinação das associações.

Latour nega a comparação com os pós-modernos e defende que dispersão, destruição e desconstrução não são os objetivos a serem alcançados, mas obstáculos que devem ser superados; é mais importante verificar quais são as novas instituições, procedimentos e conceitos disponíveis para coletar e para reconectar o social (2005: 11). Para tanto, ele (e, de certa forma, Viveiros de Castro também) sugere outorgar aos atores a habilidade de elaborar suas próprias teorias sobre a construção do social, não sendo objetivo dos antropólogos impor alguma ordem, mas “seguir os próprios atores”. De fato, sobrepor uma ordem externa às práticas adotadas pelos *irmãos*, bem como às teorias e métodos empregados por eles para se unirem no que denominaram PCC, remeteria aos resultados

obtidos pelos “sociólogos do social”, que vêem o PCC como decalque do Estado ou de empresas capitalistas e descartam os dados que não se enquadram neste esquema. É por tal razão que preferi manter os conceitos nativos *consequência* e *responsa*[135] para descrever seus conteúdos e as reflexões que os permeiam, em vez de sobrecodificá-los com os conceitos de punição e liderança.

Com efeito, é possível perceber uma reflexão contínua, pelos presos, de suas práticas e da formulação de suas diretrizes, convergindo com a assertiva de Latour, na qual os atores são conscientes e construtores das relações que travam. Essa perspectiva se aproxima da proposta de Gabriel Tarde (2007) de substituir o verbo “ser” pelo “haver”, visando não interromper o movimento. Ao abrir as mônadas de Leibniz, Tarde tornou-as interpenetráveis, conectáveis e modificáveis umas pelas outras, em movimento de cooperação ou exclusão, atuando para possuírem umas às outras. Pensando as mônadas como elementos autônomos, não é a semelhança que as aproxima, mas seu desejo de possessão, que preenche e move todos os seres, tornando possíveis as associações. A estabilidade só é possível com a repressão das ambições dos seres, mas a qualquer momento elas podem explodir na criação de uma novidade. A ordem, nesse sentido, é vulnerável e finita. Segundo o autor, “existir é diferir” (Tarde, 2007: 98), sendo o social um princípio de conexões entre heterogêneos.

Se é a possessão mútua a característica por excelência das associações, isso lhes confere um caráter transitório e fluido, restando ao observador apurar quais são os mecanismos utilizados para tornar possível essa possessão recíproca. Para Latour (2005), isso implica aprender com os nativos o que a existência coletiva

vem a ser para eles, que métodos eles têm elaborado para estar juntos, que cálculos podem melhor definir as novas associações que têm estabelecido. Essa postura conduz a conceder alguma autonomia e racionalidade aos atores. As elaborações linguísticas utilizadas pelos presos para pensar o estatuto de *comando* mostram-se interessantes para se refletir acerca desta racionalidade, pois evidenciam os constantes esforços e tentativas de racionalizar seus processos e desenvolver uma filosofia nativa acerca dos sentidos da *Igualdade* que, como mencionei acima (ver capítulo 2), fora incorporada ao lema “Paz, Justiça e Liberdade” e passou a fundar a diferença entre o PCC e o Comando Vermelho.

No decorrer do meu trabalho de campo, houve algumas mudanças nos nomes que os detentos atribuíam aos personagens que lideravam as celas, os pavilhões e a unidade prisional. Se no ano de 2004 deparei-me com uma estrutura hierárquica aparentemente rígida, composta por posições bem definidas (Biondi, 2006a), com o decorrer do tempo as relações entre os presos e os *irmãos* passou (e ainda está passando) por um processo de tentativa de supressão da autoridade. O *piloto da cela*, por exemplo, havia sido substituído pelo *voz* e, hoje, qualquer tipo de liderança está extinta no interior da cela. A justificativa que obtive para essa ausência é que já existem os *ideais do Comando* para serem seguidos e, diante disso, não há a necessidade de uma autoridade no interior de cada cela. Já a noção de *piloto de pavilhão*, que também havia sido substituída pela de *voz*, voltou a ser utilizada recentemente. Hoje o PCC evita a noção de *voz* por considerá-la totalizante a ponto de calar as múltiplas vozes que deveriam compô-la. Quando perguntei o porquê do abandono da noção de *voz*, um dos presos me respondeu “É que não dá pra falar de uma voz só... Olha quanto preso tem nesse xis [cela]! Se um é o voz, parece que só ele fala, mas olha só quanta

gente aqui tem pra falar!". Isso explicita a consciência de meus interlocutores acerca da não existência de consensos. Esses atores passaram, então, a dar preferência ao uso do termo *piloto* e *Comando*, mesmo com todas as implicações presentes, a saber, a existência de comandados que estariam submetidos a comandantes. A justificativa para esta escolha é que o *piloto* ou o *comandante* têm responsabilidades diferentes dos que meramente os seguem. Se a noção de *piloto* guarda certa autoridade, ela vem acompanhada pela responsabilidade de *dirigir* rumo ao caminho certo, levando consigo os demais presos que estão sob seu comando; e essa questão posicional ofereceria, segundo meus interlocutores, todas as compensações necessárias para chegar ao pretenso igualitarismo[136].

Esse esforço dos presos no sentido de tentar refrear forças autoritárias no âmbito linguístico (e, nem por isso, menos prático e concreto), evitando o termo *voz* por considerá-lo uma forma de supressão de uma multiplicidade, demonstra a busca pela racionalização de suas práticas e reforça a possibilidade, sugerida por Latour, de conferir ao nativo a visibilidade de suas próprias teorias e mecanismos que colaboram para a manutenção do coletivo. Segundo o autor, os atores possuem sua própria metalinguagem, elaborada e completamente reflexiva, mas que costuma ser emudecida pelos termos sofisticados utilizados pelos "sociólogos do social" (Latour, 2005: 30).

No PCC, é evidente a existência de movimentos autorreflexivos sobre as mais diversas instâncias da vida de seus participantes que engendram mudanças relevantes em sua dinâmica de funcionamento. A título de exemplo, podemos citar as reflexões, já mencionadas no capítulo anterior, sobre o direito de dormir na *burra*

e sobre a realização de *batismos* dentro e fora da cadeia. Além dessas, destaco as reflexões que resultaram, em meados de 2006, na aceitação de *monas* (homossexuais) no *convívio*. Antes disso, somente os que provavam "ter representado no Crime" caíam para o *convívio*. Os presos costumavam dizer que "ladrão de verdade tem que ser sujeito homem". No entanto, consideraram que "tem mona que é mais criminosa que muito ladrão aí", deixaram de colocar a orientação sexual como um determinante para a seleção de quem vai para o *seguro* e destinaram uma das celas do *convívio* para as *monas*. Depois de alguns meses, outro *salve* reconsiderava a necessidade de as *monas* morarem em celas apartadas e recomendava a distribuição dos homossexuais entre as demais celas, afirmando que "se é de igual, não pode fazer distinção". Não sei como os prisioneiros das outras cadeias reagiram a esse *salve*, mas ele não foi bem recebido nos CDPs onde realizei pesquisa de campo. Os presos resistiram em receber as *monas* em suas celas e um dos argumentos era que elas teriam que dormir sozinhas na *burra*, porque nenhum *ladrão* faria *valete*[137] com uma *mona*. Afirmavam também que elas não poderiam dormir na *praia*, em meio aos outros homens e, prosseguindo a argumentação, não seria justo uma *mona* "tirar da burra dois presos que passaram por muito sofrimento para poder subir da praia". Ademais, como os detentos diziam com frequência, "elas são do crime, mas não são o crime, porque o crime não dá o cu". Por fim, a cela das *monas* foi mantida e, embora aceitos no *convívio*, os homossexuais não participavam da tomada de decisões ou da vida coletiva nas prisões, permaneciam em suas celas nos dias de visita e utilizavam pratos, copos e talheres exclusivos (pois os demais presos se recusavam a compartilhar com eles objetos pessoais).

Vimos que, além de os participantes do PCC elaborarem teorias que dirigem o funcionamento do *Partido*, uma série de reflexões questiona essas teorias a todo momento e em diversas instâncias. Com isso, impedem a criação de um postulado sobre a vida prisional e, consequentemente, a consolidação de uma teoria. Isso ficou ainda mais evidente quando, no final do ano de 2006, um *salve geral* foi transmitido pelos *faxinas* a toda a *população* da unidade prisional em que eu fazia pesquisa de campo. Como em todos os dias, quando da abertura das celas, os presos aguardavam saber, dos *faxinas*, se "o dia estava normal" ou se em alguns minutos haveria oração ou algum *salve*. Informados da existência de um *salve*, a *população* se reuniu no pátio da prisão para ouvir o que os *faxinas* tinham a dizer.

Naquele dia, o *salve* havia sido mais longo e imediatamente meu marido imaginou que seu conteúdo me interessaria. Por isso, logo após sua exposição, procurou os *irmãos* para pedir uma cópia do documento que havia sido lido para os detentos. Com a autorização deles, pediu auxílio aos outros presos de sua cela para copiar o *salve*. Foi assim que tive acesso a um documento manuscrito de mais de vinte páginas, escritas com grafias e cores de tintas diferentes, evidências das colaborações com as quais pude contar. Esse documento fora redigido em novembro de 2006, ano em que ocorreram "os ataques do PCC", evento que, como já mencionei no capítulo 1, abriu um campo de debates que reuniu especialistas de segurança pública, gestores governamentais, acadêmicos, membros de organizações não-governamentais, imprensa e a chamada opinião pública. Muito se cogitou sobre os motivos dos *ataques*, mas as atenções estavam mais voltadas para a busca dos responsáveis, diretos ou indiretos, bem como para as medidas necessárias para evitar que tais eventos voltassem a ocorrer. O documento a que me

refiro está inserido nesse campo de debates, mas com uma particularidade: constitui a expressão dos próprios autores dos "ataques"[138]. Trata-se de um movimento autorreflexivo, que repassa a trajetória que antecedeu esse acontecimento, avalia as próprias ações, seus resultados e efeitos, além de propor diretrizes para movimentos futuros. Por um lado, a reflexão sobre o passado, sua avaliação, e por outro, o planejamento de estratégias futuras; mas, sobretudo, "por uma geração consciente". A *cartilha*, como o documento se autointitula, é endereçada a "toda população carcerária do estado de São Paulo" e inicia-se com a descrição de seus propósitos políticos e reflexivos:

> Espero que esta cartilha sirva como um trampolim para um salto em busca de águas tranquilas, mas, havendo correntezas fortes, que a conscientização ajude a todos a navegar em busca de solução. Aqui fica o pedido a todos da importância de debates e falar abertamente para a população carcerária sobre o conteúdo dessa cartilha. Pedimos que todos conversem, se expressem e através do aprendizado consigamos conquistar um futuro. Palestrar até mesmo em dia de visita nos presídios, pois assim nossos familiares entenderão com mais facilidade os motivos de nossas lutas para também nos apoiar conscientemente. É através desse novo texto que de uma maneira simples e direta, seguindo uma linguagem que todos possam entender, compreender, refletir e pensar, que buscaremos o caminho para agirmos e superarmos esse momento de nossas vidas. E que a partir desse novo trabalho, com mais certeza, possamos seguir nossa jornada com fé e coragem para os próximos dias e futuro aperfeiçoamento de nossas deficiências e edificando nossas carências.
>
> A parte educativa é fundamental e em primeiro passo vamos explorá-la até mesmo para termos um entendimento melhor sobre nossa luta.

A *cartilha* apresenta, então, a história de lutas do PCC, tomando como eixo as palavras que compõem seu lema. Quanto aos "ataques de maio", a *cartilha* os concebe como uma reação às provocações do governo do estado, que teria incitado revoltas para, depois, demonstrar sua força ao controlá-las. De acordo com essa

avaliação, as “provocações” fariam parte de um método utilizado pelo governo do estado para fins eleitoreiros:

> O Governo do Estado, a Segurança Pública, Administração Penitenciária, o Serviço de Inteligência formado por promotores, o GARRA, o DEIC; [...] o que eles fazem de forma direta e conjunta (mancomunada) é trabalhar para não acabar com as injustiças sociais; [...]; perseguem os presos de várias formas para os prejudicarem; não fazem nada para melhorar o sistema, só para dificultar; [...]. Só alimentam cada vez mais a violência e quando querem algo específico, como o voto, nos provocam, promovendo mais injustiça e opressões dentro dos presídios, esperando nossas reações de revolta. Com isso, aparecem como salvadores da Pátria, sempre usando a força e a violência descontrolada dentro dos presídios para acabar com revoltas; revoltas estas que eles próprios causaram. Em seguida usam o poder da mídia também contra nós. Precisamos urgentemente aprender a lutar contra essas provocações e conhecer as formas que essas autoridades usam contra nós. Só assim os superaremos: conhecendo os seus métodos de agir.

Os “ataques do PCC” foram marcados pela violência de suas ações. Da mesma forma, os que não participam do PCC concebem-no como um coletivo que se expressa por meio da violência. Com efeito, a maioria dos meus interlocutores cometeu algum tipo de violência que os levou à prisão e permitiu que participassem do PCC. Muitos deles certamente continuarão cometendo crimes violentos[139]. Entretanto, essas práticas criminosas ou violentas constituem seus *corres*, as atividades por meio das quais obtêm recursos financeiros. Os intervenientes não as consideram inseridas nas relações que compõem o PCC: os *corres* são atividades privadas. Lembremos que não é *bem visto* interferir ou *atravessar a correria* dos outros, mesmo que essa *correria* vá de encontro a algum imperativo do *Comando* (p. 87). As atividades decorrentes da participação no PCC são de outra ordem, dizem respeito à coletividade e têm objetivos coletivos. A violência, nesse sentido, é apenas uma das expressões do PCC, justamente a que lhe confere

visibilidade. Em outras palavras, embora o *Comando* seja operado intermitentemente e esteja presente nas capilaridades das relações entre prisioneiros, ele (só) ganha visibilidade nos momentos em que se expressa pela violência. Ela é uma das formas pelas quais fazem política e costuma ser utilizada quando se faz necessário ganhar visibilidade[140]. A *cartilha* evidencia essa consciência e propõe uma tentativa de alcançar visibilidade por outros meios:

> Como fazer para lutar e superarmos nossas dificuldades e conquistarmos nossos direitos como presos? Usando as mesmas armas que eles usam contra nós, a propaganda da divulgação, a mídia. Vamos maciçamente nos expressar à Sociedade e mostrar esse lado esquecido e cenário de tantas injustiças e violência. [...] Temos que fazer todos entender que não somos esses monstros que a mídia divulga. Precisamos urgentemente mostrar à Sociedade que somos usados pelos políticos e que só queremos o que é nosso por direito, queremos ser tratados como seres humanos e não como animais como somos tratados.

A utilização de meios violentos é atribuída por Marcola, em depoimento à CPI do Tráfico de Armas, ao antigo líder do PCC, Geleião:

> Ele é uma pessoa bem mais inculta também, não é? Então, ele sempre acreditou piamente que a violência seria um fator que resolvesse todos os problemas. E a gente sabe que não é assim. A gente com a violência pode trazer violência pra gente também e fazer a repercussão dessa violência se voltar contra a gente também. E era esse o meu ponto de vista nessa situação. Que a violência que ele queria colocar traria muito mais prejuízo pra gente do que algum benefício.

Já as reivindicações apresentadas na *cartilha* são as mesmas que costumam aparecer em outras ocasiões, seja em protestos públicos, seja no cotidiano das prisões. Elas estão relacionadas com o que os presos chamam de “cumprimento digno da pena”, que seria garantido pela Lei de Execuções Penais (LEP):

> Nossos objetivos e metas são conseguirmos, através de nossa união, juntamente com o apoio de nossos familiares, um sistema carcerário humanizado e que conceda nosso direito integralmente. [...] Nós não queremos regalias no sistema; queremos um sistema humanizado, com quadros profissionalizantes e educativos com profissionais sérios; setores judiciários justos, ativos e eficientes; queremos nossas famílias junto de nós; saúde adequada e necessária. Temos todos esses direitos, mas não os recebemos. Os únicos direitos que impõe o sistema são os castigos, as perseguições pessoais, o abuso de poder, a violência e os maus tratos.

Como a reivindicação do cumprimento da LEP pelo Poder Estatal aparece recorrentemente no discurso dos participantes do PCC, a defesa do cumprimento da LEP em uma prisão pode ser associada ao pertencimento ao PCC, tanto por parte dos presos, quando por parte dos funcionários e dos visitantes. Com efeito, outro momento da rebelião descrita (ver capítulo 2) mostra que as ações criminosas não são as únicas expectativas alimentadas em relação aos *irmãos*. Depois que os presos retornaram ao pavilhão, eu, curiosa, caminhei até a porta que dá acesso ao pátio que fica entre um prédio e outro, localizada no espaço reservado para a submissão das visitas ao detector de metais. Deparei-me com um grupo de policiais do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), com escudos, capacetes com viseira, portando armas de grosso calibre, todas apontadas para mim. Enquanto entravam no prédio, gritaram para mim: “Quantos têm aí?”. Imediatamente levantei as mãos, pedindo calma, e dizendo que ali só havia visitas. Não satisfeitos com a resposta, indagaram novamente “quantos são?”. Respondi pausadamente, ainda com os braços erguidos: “Calma. Vocês não precisam entrar aqui desse jeito [com aquela brutalidade], porque aqui dentro só tem visita”. Nesse espaço estavam somente eu e cerca de dez homens da força tática. Eles repetiram a pergunta pela terceira vez, sem deixar de apontar as armas para a minha cabeça. Por considerar a pergunta feita a mim um tanto ampla, fiz questão de enfatizar que as

pessoas que estavam ali eram visitantes, cuidando para que não houvesse interpretações que resultassem em uma invasão violenta do prédio: "**Visitas**? Não sei ao certo, acho que **somos** umas quarenta". Caminhando em minha direção, ainda sem baixar as armas nem os escudos, alguns policiais me acuaram até que eu me encostasse na parede, enquanto outros foram verificar se o que eu havia falado era verdade. Contornando a parede, localizaram os outros visitantes, todos agachados em um canto, próximos uns aos outros, como que se protegendo. Fomos encaminhados em fila ao pátio, onde deveríamos aguardar a autorização para ir embora. Passamos todos por revista para poder deixar a prisão. Fui uma das últimas e, ao sair, tive uma recepção inesperada do lado de fora. A rua estava repleta de pessoas, que me cercaram, perguntando se sou *cunhada*[141] e agradecendo pela minha coragem ao "enfrentar" os policiais. Todas celebravam a fuga de cerca de sete presos, como que narrando um feito heróico, e apontavam um senhor que os teria delatado aos policiais, sugerindo que eu tomasse providências para repreendê-lo. Devido a minha tentativa de diálogo com os policiais, me consideraram defensora e representante do coletivo, atribuições próprias de quem faz parte do PCC.

Essa atribuição de função ao membro do PCC difere muito do que é veiculado no senso comum. Não foi por ter praticado algum delito que fui confundida com seus membros. A atuação de um membro junto aos outros presos e à administração da instituição prisional extrapola a questão criminal para adotar uma função política que, como procurei mostrar, é fruto de reflexões teóricas ininterruptas.

Neste capítulo, procurei descrever a política do PCC no interior das prisões, exercidas por posições políticas que não são atreladas aos seus ocupantes, mas que carregam uma grande responsabilidade:

dirigir a *população* e colocar em prática os *ideais do Comando* sem, no entanto, estabelecer qualquer relação hierárquica. A tensão entre o exercício político e a prática da *igualdade* resulta em uma produção incessante de teorias políticas que se ocupam não só das políticas externas do PCC, mas de toda a existência dos prisioneiros que *correm com o Comando*.

Essa produção incessante está diretamente relacionada com a labilidade de sua *disciplina*, que será tratada no capítulo seguinte, no qual abordarei o modo de funcionamento de um coletivo que procura aniquilar de suas relações qualquer manifestação hierárquica, de um *Comando* sem comando. A seguir, descreverei o meio pelo qual prisioneiros que *correm lado-a-lado* chegam ao seu destino.

98 Adalton Marques, em comunicação pessoal, dissera-me que, de acordo com a memória de alguns de seus interlocutores, essa estrutura não nasceu com o PCC. Ela veio depois que “o poder subiu à cabeça de alguns fundadores”. Os diferentes pontos de vista acerca da história dos comandos em São Paulo foram trabalhados em Biondi e Marques (2010).

99 À CPI do Tráfico de Armas, Marcola declara: “Eu não tenho uma liderança. A partir do momento que eu distribuí, entenda, a partir do momento que foi dividido... acabou a [estrutura] piramidal. A partir daquele momento que acabou, a minha liderança também acabou [...]”. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf.

100 Segundo meus interlocutores, é a *Igualdade* que distingue o PCC e o Comando Vermelho (coletividade existente no Rio de Janeiro). Mais recentemente, uma interlocutora carioca declarou a preferência pelo “junto e organizado”, pois, para ela, o “misturado vira bagunça”. A oposição entre o “misturado” e o “organizado” poderia ser tomada como resultado da distinção gerada pela *Igualdade* que permite a *mistura*.

101 *Passar a caminhada*, neste caso, é o mesmo que informar. A distinção entre *caguetar* (delatar) e *passar a caminhada* é sempre tênue e avaliada circunstancialmente.

102 Sobre *batismo*, ver capítulo 1.2.

103 Neste caso, como já mencionei no capítulo anterior, a convivência em uma mesma cela intensifica o processo de avaliação do *primo* pelos *irmãos*.

104 As pessoas que ocupam posições políticas no PCC são também chamadas de *frente*.

105 Para meus interlocutores, tem *visão* aquele que reúne algumas qualidades: inteligência, perspicácia, bons conhecimentos da vida prisional e do PCC, senso de justiça. Aqueles que não têm essas qualidades, diz-se que “não têm visão” ou que têm “visão de jatobá”.

106 Neste caso, *visão* já não diz respeito a atributos, mas corresponde, aproximadamente, à opinião.

107 *Cabeça branca* é como o diretor da instituição é chamado pelos prisioneiros.

108 *Progresso*, neste caso, é o trabalho desenvolvido com objetivo de fuga, como, por exemplo, um *tatu* (túnel).

109 O número de *graus* indica a importância da atividade, da *responsa*, da *fita*.

110 *Dar um pepino* é o mesmo que ocorrer um problema, uma complicação.

111 *Tranca* ou *pote* é o castigo no qual o preso é mantido na *solitária*, uma cela muito menor do que as existentes nos *raios*. Ao contrário do que o nome sugere, o prisioneiro divide a *solitária* com outros presos, sem direito a banho de sol.

112 Para meus interlocutores, *setor* corresponde ao exercício de atividades laborais dentro da cadeia, como a *faxina*.

113 A inauguração deste CDP será retomada no capítulo 4.1.

114 Como, por exemplo, Adorno e Salla (2007).

115 Os presos não exibem seus corpos diante das visitantes. Em *dias de visita*, nenhum deles é visto sem camisa, e uma das instruções que devem passar para seus visitantes é tomar extremo cuidado para que nunca sua camiseta seja levantada a ponto de mostrar alguma parte de seu corpo. Isso pode *arrastar* o preso, ou seja, levá-lo a ter seu *proceder* questionado e, em última instância, fazer que seja *cobrado*. A recíproca, neste caso, também é verdadeira: as visitantes não podem usar vestimentas que deixem seus joelhos ou ombros à vista, bem como roupas justas, transparentes ou decotadas.

116 É frequente ouvir prisioneiros dizendo: “Minha palavra é um tiro de fuzil, não faz curva, não”.

117 Esta questão será retomada no capítulo 4.

118 A inauguração do CDP descrita acima (ver capítulo 2.1) é uma dessas exceções.

119 Segundo os autores, o “árbitro” é alguém que, não estando envolvido na disputa, oferece uma decisão que deve ser aceita por ambas as partes do conflito. Já os “mediadores” são pessoas não envolvidas no conflito, cuja solução depende de sua habilidade para fazer com que as partes cheguem a um acordo. Os “intermediários”, por sua vez, são pessoas que representam seus grupos devido à impossibilidade de confronto face a face entre os líderes (Swartz *et al.*, 1966).

120 Este aspecto da atuação dos *irmãos* os diferencia dos "*brokers*", noção forjada na literatura sobre clientelismo como uma forma de conexão entre patrões e clientes, caracterizada por uma relação assimétrica na qual os envolvidos possuem interesse em se aliar um com o outro, com o propósito de troca de favores ou de ajuda mútua (cf. Landé, 1977).

121 Referências a essa relação podem ser encontradas em Jocenir (2001), Zeni (2002) e, no contexto prisional do Rio de Janeiro, em Barbosa (2007).

122 Enquanto os funcionários detêm o controle sobre o fornecimento da água, da comida, da assistência médica, os presos detêm o poder de romper a ordem desejada pelos funcionários, fazendo estourar revoltas e rebeliões.

123 Dias (2008) presenciou a vigência da *bandeira branca* durante sua pesquisa. Essa condição teria sido negociada com o Poder Público em troca da transferência de alguns *irmãos* de prisões regidas pelo Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) para outras penitenciárias do Estado. A autora relata que o domínio do *Partido* é amplamente reconhecido nas instituições carcerárias, tanto pelos presos quanto pelas equipes dirigentes. Marcola também fala da bandeira branca durante o seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas: "Ele [Nagashi, então secretário da Administração Penitenciária de São Paulo] foi pedir para que eu conversasse com outros presos, para que houvesse uma conscientização; e, para que ele pudesse fazer algo por nós, a gente tinha que dar uma demonstração de paz. Foi quando... ficou, acho, dois anos sem mortes, sem assassinatos". Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf.

124 CRBC é a sigla do Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, comando rival ao PCC.

125 A iniciativa de *esticar o chiclete* pode ser unilateral, ela não depende da concordância do(s) outro(s) envolvido(s). Por isso, nunca se propõe ao outro *esticar o chiclete* (algo do tipo "vamos esticar o chiclete?"), pois da mesma forma que *ninguém é obrigado a nada*, o preso pode *esticar o chiclete* quando quiser, não depende da aceitação do outro. No entanto, para demonstrar que estão *pelo certo*, os presos costumam dizer "se quiser esticar o chiclete, demorou!".

126 Para meus interlocutores, quem recebe um *axé* está recebendo uma chance, uma atenuação de uma falta.

127 Sobre *gancho*, ver p. 99.

128 Essa é a mesma unidade prisional a qual me disseram não ter recebido um dos *salves* (p. 123).

129 “Salve do boi!”, embora não seja dito com entonação, tem caráter de pergunta. A finalidade é saber se alguém está no banheiro.

130 Nota-se, novamente, a impessoalidade dessas recomendações, diretrizes e *valores do Comando*.

131 A questão da má avaliação dos *irmãos* voltará a ser trabalhada no capítulo 3.2.

132 A título de exemplo, destaco as pesquisas de Palmeira e Heredia (1995), Bezerra (1999), Goldman (2006), Marques e Villela (2006).

133 Essa percepção só foi possível graças às discussões sobre multilocalidade e a dimensão do global no local, travadas com a colega Anna Catarina Morawska Vianna, aluna do PPGAS da USP, que me concedeu o privilégio de ler seus manuscritos.

134 Como se sabe, Latour (2005), assim como Tarde (2007), não considera o social como unidade *sui generis* e critica sua utilização para explicar algo que os estudiosos não conseguiram alcançar em suas análises (resíduos).

135 Marques (2010) atribui grande importância à noção de *responsa* ao afirmar que, quando Marcola diz, no depoimento à CPI, que o sistema (os presos) está com o grupo (o PCC) porque o grupo representa o sistema, essa relação se faz muito mais por uma “responsividade” – que nossos interlocutores descrevem melhor como *responsa* – do que por uma teoria rousseauniana.

136 Este exemplo apenas ilustra a consciente produção do social pelos atores. Não quero dizer que houve um processo que culminou no estabelecimento do termo *piloto* no interior das prisões. Essa condição pode (e eu diria até que tende a) mudar em virtude de ser fruto de relações travadas cotidianamente e de reflexões acionadas incessantemente.

137 *Valete* é o nome de uma carta do baralho que ilustra a posição na qual dormem os presos que dividem a *burra* com outros: ambos deitados de barriga para cima, um com a cabeça em uma extremidade da *burra* e outro com a cabeça

em outra extremidade, de modo que os pés de um ficam ao lado da cabeça de outro.

138 Cabe enfatizar que os *salves gerais* não são secretos; são expostos publicamente, no centro dos pátios das prisões e na presença de funcionários. Não se trata, portanto, de um acesso privilegiado a esses dados.

139 Marcola, em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas, afirma que não conhece *ladrões* que tenham abandonado a *vida do crime* em função da punição a que foram submetidos e prevê para eles um fim precoce: “Porque a vida também é muito curta até para o traficante de arma também. Não pensa que ele vai viver vinte, trinta anos usufruindo desse tipo de coisa. Tudo que é ligado à violência, a tendência é morrer pela violência”.

140 Uma problematização a respeito da relação entre violência e tráfico de drogas é elaborada por Cunha (2007).

141 Denominação atribuída às companheiras dos *irmãos*.

3
A POLÍTICA DA IMANÊNCIA

> Essa ideia não é apenas desagradável aos biologistas enquanto homens de ciência. Ela se choca contra nossa tendência humana a crer que toda coisa real no universo atual era necessária, e isso desde sempre. Devemos estar sempre em guarda contra esse sentimento tão poderoso do destino. A ciência moderna ignora toda imanência. O destino se inscreve na medida em que se cumpre, não antes.
>
> Jacques Monod

Como vimos ao longo do capítulo 2, depois que o PCC inseriu a *Igualdade* em seu lema e passou a tê-la como guia para as relações que lhe concernem, uma tensão se instaurou em toda a sua existência, percorrendo todas as capilaridades de suas relações. A proposta de estabelecer um comando entre iguais, um *Comando* sem comando, traz muitas implicações à forma de funcionamento do coletivo. O que exige repensar a pertinência de classificá-lo como “crime organizado” e “organização criminosa”.

A delineação do conceito de “crime organizado” ou “organização criminosa” já rendeu grandes esforços por parte de juristas, sociólogos, cientistas políticos, analistas de segurança e antropólogos. A Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 1998, um comitê para elaborar uma convenção internacional para enfrentar o “Crime Organizado Transnacional”. O produto desse trabalho, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, chamado também de Convenção de Palermo, foi adotado pelas Nações Unidas em 2000. O Brasil aderiu ao documento por meio do Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. O artigo segundo da convenção define “grupo criminoso organizado” como:

> Grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.

Mas, segundo Santos (2007), o Brasil ainda precisa elaborar uma definição legal a partir dessas recomendações da ONU. Mingardi apresenta cinco características recorrentes na literatura que aborda “crime organizado”: hierarquia; previsão de lucros; divisão do trabalho; planejamento empresarial; simbiose com o Estado (2007: 56).

Entretanto, alguns autores colocam em questão a própria expressão “crime organizado” ou “organização criminosa”. É o caso de Misse, para quem essas noções conduzem a muitos equívocos, pois escondem mais do que revelam “as pequenas nuanças e as grandes diferenças da diversidade de atores, redes e práticas que caem sob a acusação social (e o respectivo processo de incriminação) por infringir, regular e articuladamente, artigos do Código Penal e de Leis Especiais” (2007: 140). Ao expor essas nuances, Barbosa examina o tráfico de drogas do Rio de Janeiro a

partir de sua segmentaridade[142] e mostra que, apesar das formas empresarial ou estatal estarem presente nos Comandos, existem ao mesmo tempo mecanismos que expulsam essas formas, reajustam os Comandos e colocam-nos em movimento. Com isso, vislumbra a "organização" atribuída ao tráfico de drogas de modo distinto daquela que é comumente concebida e propõe a concepção alternativa de "organização" como "processo", como "movimento" (2001: 177). Assim, Barbosa desloca a figura daquela "imagem fantasmática" que costuma acompanhar a noção de "crime organizado", aquela do "poder paralelo" capaz de subjugar e aterrorizar populações, "contra o qual só resta a estratégia de guerra" (Telles, 2007: 187). Imagem esta também criticada por Misse (2006), de um "sujeito onipresente e onipotente que responde pelo nome de Violência Urbana e que unifica conflitos, crimes, delitos cotidianos, comportamentos, fatos e eventos os mais disparatados" (*apud* Telles, 2007: 176).

O PCC, quando visto sob o prisma do "crime organizado", aparece revestido por essa figura fantasmática, que, além de não revelar muito acerca de seu funcionamento, é capaz de esconder uma grande variedade de nomes, rostos, histórias, gestos, palavras, vontades, mas também condutas, embates, estratégias, lutas, planos, guerras. Mais do que isso, esse enfoque leva a atribuir ao PCC uma estrutura e um modo de funcionamento condizente com as características do "crime organizado" citadas acima (hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial, simbiose com o Estado) e, com isso, equivocadamente, o aproxima de um "Estado paralelo" ou de uma "empresa capitalista".

No entanto, meus dados revelam que não é por contar com sólida "hierarquia" e "planejamento empresarial" que o PCC consegue

mobilizar tantas pessoas e recursos. Como, então, é possível uma "organização", nos termos em que é pensada, sem comando, sem "hierarquia", sem "líder", sem planejamento? O que, em suma, faz o *Comando* funcionar? Estas questões serão abordadas a seguir, em uma descrição do modo pelo qual os participantes do PCC se movimentam em um plano não esquadrinhado por linhas pré-definidas.

3.1. Projetos, acasos, estratégias, improvisos

Marques, em artigo que trata da *pilotagem* e *faxina* como "dispositivos prisioneiros capazes de pôr em exercício um poder singular que (re)organiza a prisão", oferece-nos outra perspectiva acerca do nascimento do PCC, pela qual o PCC teria surgido como resposta a uma demanda gerada pela ineficácia dos antigos *faxinas* em "desempenhar uma representação na negociação com a administração prisional e uma intermediação nos litígios entre presos". Com efeito, a realização dessas atividades pelos novos *faxinas*, agora em plena vigência das diretrizes do PCC, passara a efetuar uma dupla política, respectivamente: *guerra com os polícias* e *paz entre os ladrões* (2008: p. 289). Vimos, no capítulo anterior, que essas atividades não só continuam sendo desempenhadas pelos *irmãos*, como ocupam papéis centrais na existência do PCC.

Existem, portanto, dois projetos que orientam a existência do PCC dentro das prisões: a paz interna e a guerra contra o fora; ou ao menos contra um dos foras possíveis. Antes de prosseguir, é necessário deter-me brevemente na distinção que faço entre "projeto" e "estratégia", pois não os considero termos intercambiáveis. Longe de tomar o primeiro como representação e o segundo como prática, considero ambos acontecimentos dotados de

diferentes velocidades, intensidades, alcances, distribuições[143]. Estratégias são meios que implicam maior alcance e acionam inúmeras práticas, enquanto projetos são acontecimentos de outra ordem. Os projetos são, em suma, orientações que estão imbricadas ao sentido de existência do PCC; estão mais próximos do que, na terminologia militar, é chamado de "propósito da guerra" (Clausewitz, 1976: 177). Esses projetos são abertos a quaisquer tipos de estratégias, comportam tantas estratégias quantas a criatividade puder oferecer[144]. Os projetos subsistem independentemente das estratégias que são lançadas, ou seja, elas não são elementos constituintes dos projetos. Assim, sem que o projeto de *guerra com os polícias* mude, a estratégia pode ser tanto um acordo com um secretário de Estado quanto ataques a bases da PM, passando por rebeliões, tentativas de fuga e enfrentamentos verbais cotidianos. Da mesma maneira, sem que o projeto de *paz entre os ladrões* se altere, as estratégias podem ser desde *apaziguar* um *debate* entre dois presos até a guerra pela conquista e manutenção de espaços prisionais[145]. As estratégias aparecem aqui, portanto, como planos de execução desses projetos e comportam inúmeras táticas, que defino como dispositivos por meio dos quais se pretendem colocar as estratégias em operação. Contudo, a mobilidade do solo pelo qual caminhamos não permite que fixemos tais ou quais atos como estratégias ou táticas. Não é difícil, como veremos, uma tática passar a comportar planejamentos e se transformar em estratégia que, a partir daí, comportará outras tantas táticas.

Isso posto, uma rebelião pode ser entendida como uma estratégia que tem como norte o projeto *guerra com os polícias*. Vejamos o caso da rebelião ocorrida no CDP de São Bernardo do Campo (ver capítulo 2), a qual foi precedida por meses de planejamento e

ensaios[146]. O objetivo era a fuga, mas para alcançá-la seria necessário *tomar a cadeia*, ou seja, fazer uma rebelião. A primeira providência que tomaram foi a obtenção de quatro armas[147], uma para cada *raio*. O plano era simular, durante um *dia de visita*, o desmaio de um preso. Os outros detentos que participariam da fuga pediriam socorro médico à instituição e renderiam, com a arma, os funcionários que viessem acudir ao preso "desmaiado". Durante meses, um dos *faxina* simulou o desmaio e os outros ensaiaram o pedido de socorro, a rendição dos agentes, a *tomada da cadeia*. O que ocorreria dali para diante não foi planejado:

– Nós ficamos uns dois meses ensaiando.
– Nossa, sério?
– Sério, tô falando sério. Ensaiando mesmo. Pra sair perfeito. Ensaiamos.
– Mas só até pegar o funcionário?
– Não, até a enfermaria[148].
– Mas vocês tinham planejado o que seria depois disso?
– Não.

As ações a serem encaminhadas após a tomada da cadeia seriam pautadas naquilo que encontrariam. Como não era possível prever o que aconteceria, sabiam já que suas ações seriam pautadas no que, naquele momento, era desconhecido. Só o encontro com as situações futuras poderia fornecer parâmetros para a definição das ações seguintes. Sabiam, contudo, que o tempo disponível para definir as próximas ações seria muito curto. Qualquer resultado seria possível, desde o sucesso na fuga até um revide dos funcionários que resultaria em sua morte. Nesses casos, consideram necessário *meter o louco*, que, nessas circunstâncias, quer dizer tentar a sorte, arriscar.

Se as estratégias se encerram ao se deparar com o imprevisível, existe ainda outro fator que não cessa de nelas interferir, que as

acompanha como uma sombra e que, a qualquer momento, pode obstruir o objetivo: o acaso. Foi o que encontraram na véspera da data marcada para a execução do plano: o prisioneiro que tanto havia ensaiado seu desmaio *foi de bonde*. A data não poderia mais ser adiada. Uma das armas que estava em outro *raio* já havia *caído*, ou seja, havia sido encontrada por policiais em uma *blitz* de rotina. Isso aumentava a chance de novos *bondes* e de novas *blitze* encontrarem as outras armas. Diante desses dois acasos – a transferência do preso e a perda de uma das armas –, e reconhecendo a existência do acaso, restou improvisar e *meter o louco*. Mesmo assim, alguns cuidados foram tomados. Disseram-me que, naquele *raio*, mesmo entre os *faxinas*, poucos sabiam do plano de fuga[149]. A ocultação de informações costuma ser um mecanismo de precaução contra eventuais delações. Busca-se, com isso, delimitar o imprevisível e minimizar o aparecimento de acasos. Por mais rigoroso que possa ser o processo de escolha dos *irmãos* e dos *faxinas*, por mais que se diga que "tem que haver transparência" entre os presos, a desconfiança está sempre presente entre eles. Como costumam dizer, não colocam "a mão no fogo por ninguém" porque sempre uma "maçã podre" pode se revelar[150].

Em um *dia de visita*, por volta das 12h, um dos *irmãos* recebe um telefonema do *irmão* que está no outro *raio*: "Já tomamos os funcionários, os funcionários já estão aqui dentro, já tô com a roupa do funcionário, vou sair pra radial. Pega aí também o cara aí. Pega aí". Em seguida, outro telefonema: "Já pegamos a gaiola do meio também. O meio já está tomado. Já estamos com as roupas dos funcionários. Estamos no meio aqui. Falta o de vocês agora, é a hora!". A tomada do *raio* 2 era fundamental para que os outros raios dessem andamento ao seu plano de fuga, pois seriam os prisioneiros do *raio* 2 que, em função de sua proximidade, poderiam

abrir os dois *chapões* (portões que os prisioneiros teriam que transpassar para sair do prédio dos *raios*).

Um prisioneiro cortou seus próprios lábios com uma lâmina de barbear e simulou (mesmo sem ensaio) um desmaio. Os outros presos, conforme ensaiado, carregaram-no até a *viúva* (porta do *raio*) e pediram socorro aos agentes de plantão: “P. S.! P. S.[151]! Tem um preso passando mal!”. O agente abriu a porta e eles saíram do *raio*, carregando o “desmaiado”. Conseguiram, então, sair para a *radial*. Como previsto, o funcionário pediu para que retornassem ao *raio* e, como ensaiado, *perrecaram*[152]:

> – Não vamos deixar o irmão sozinho, não... Não vamos deixar o irmão sozinho, não... Quando o irmão acordar, aí nós deixamos ele, mas antes, não.
> – Pode deixar...
> – Não vai deixar, senhor. Não vai deixar, não vai deixar... Se acontecer alguma coisa com ele, vou perder a minha cabeça, senhor. O senhor é louco? Não vou deixar, senhor! Pode me quebrar na madeira, senhor, que eu não vou deixar.

Conseguiram, então, convencer o funcionário a deixá-los acompanhar o preso desmaiado até a enfermaria. Com isso, estaria garantida a passagem pelo primeiro *chapão*. Termina aqui o campo das previsões, dos ensaios, dos planos, e entra-se no terreno do imprevisível, onde os presos precisam responder rápida e estrategicamente a cada configuração que se formar. Os participantes do PCC parecem desenvolver constantemente a habilidade de improvisar. O preso mais bem sucedido é aquele que consegue reagir adequadamente e com maior rapidez a situações imprevistas. Isso confere maior segurança quando ele está *metendo o louco*, pois, mesmo que esteja arriscando, confia em sua habilidade de improvisar, do que depende o sucesso na empreitada. Encontrei referências a essa habilidade também como um fator do

qual depende o sucesso do *corre*, da ação criminosa que almeja obtenção de bens ou dinheiro. Tal como a prática do boxe descrita por Wacquant, mesmo que o processo de aprendizado seja longo e penoso, na execução (da luta, do roubo ou da fuga) “tudo é mandado por reflexos, em algumas frações de segundo. É que a cabeça está no corpo e o corpo está na cabeça” (2002: 274). Nessa linha, o improviso envolve ao mesmo tempo o domínio do corpo e do discurso, as faculdades sensoriais[153] e a capacidade de raciocínio. Corpo, mente e sentidos são, aqui, indissociáveis à construção de uma habilidade que é reativa, mas que também é aprendida, trabalhada, fruto de treinamento, criatividade, imitação, intuição e muita prática. Ou, como lembra a *Cartilha* citada anteriormente, que circulou nas prisões paulistas, “Sem preparação e superioridade não haveria iniciativa própria e nem criatividade nos momentos de crise”.

A primeira situação da ordem das imprevisíveis, que exigiu o primeiro improviso, foi a abertura do *chapão*:

> Porque fica um cara do outro lado do chapão. Quando o cara abriu, ele ficou com medo de abrir, tal, porque tinha muita gente... Mas ele abriu, deixou uma brecha. Foi quando enfiei a mão. Aí da mão, enfiei o braço, que aí não tem como fechar mais. Aí o irmão já sacou a arma: “É tudo nosso! Cala boca! Pianinho!” Aí puxamos o funcionário pra dentro, já tiramos a roupa dele...

A camisa deste funcionário foi destinada a um *irmão*, o que se configuraria como um problema, pois, nas palavras do preso que relatou a rebelião, esse irmão

> é tipo Jô Soares, tá ligada? O irmão... Aí foi botando a camiseta, o umbigo ficou pra fora... “Meu Deus! Não vai passar...”, pensava comigo, mas ficava quieto, né? Eu não posso falar nada também... Uma pá de tatuagem.

Antes, ainda, de sair da *radial*, outro imprevisto atravessou a trajetória desses presos: um grupo de visitantes aguardava ao lado

de fora do *chapão* para entrar na *radial*, rumo aos *raios* onde seus parentes se encontravam:

– Tem muita visita aqui do lado pra nós sairmos correndo.
– Se visita tomar um tiro, nós vamos nos fuder! Caralho!
– Então deixa entrar, vai.
– Disfarça, disfarça!

Vestidos como agentes, procuraram se comportar como tais e abriram a porta da *radial*:

– Boa tarde.
– Mas você não é preso?
– Pode entrar, senhora, pode entrar.
– Mas eu preciso assinar aqui.
– Não precisa assinar nada, não, senhora. Pode entrar. Faz favor. Entra, entra...
– Eu não sei onde tá meu filho...
– Tá, tá... Entra...

Depois que encaminharam os visitantes, os presos abriram as grades que separam um pavilhão do outro, na *radial*. Foi quando souberam que um *irmão* do *raio* 7 havia revelado o plano de fuga para todos os presos do pavilhão:

O irmão Lucas, do 7, abriu a porta do pavilhão... O pavilhão inteiro saiu pra radial, que tava sem visita. O único pavilhão de visita que foi tomado era o nosso, porque precisava tomar a frente ali. Aí saiu todo mundo do pavilhão 7. Puta que pariu! Aí os irmãos:
– Volta, volta, volta!
Aí até os irmãos [do raio 7] voltaram correndo...
– Você não, irmão! Você não! Vamos aê!

Disseram-me que não podiam permitir a participação de todos aqueles detentos na fuga, pois pretendiam fugir com a roupa dos funcionários sem serem surpreendidos e aquela multidão fatalmente chamaria a atenção dos guardas. Neste caso, a *Igualdade* foi

prejudicada ao impedirem a participação daqueles detentos na fuga. Igualmente prejudicada havia sido a *transparência* quando ocultaram o plano de fuga dos outros prisioneiros do *raio*. Ambas as transgressões, entretanto, foram praticadas em nome do *ideal de Liberdade*, como atitudes imprescindíveis ao sucesso da fuga. Isso não exime os transgressores de futuras *repercussões*, caso alguém que tenha se sentido prejudicado (não importa se *primo* ou *irmão*) decida *esticar o chiclete*. Mesmo conscientes de que poderiam ser *cobrados*, confiavam em seus motivos, em suas justificativas e prosseguiram com a fuga, abrindo o outro *chapão*, porta que dava acesso ao exterior do prédio, espaço sem cobertura, cercado por muralhas com guardas armados e que separa o prédio dos *raios* daquele onde as revistas íntimas e de alimentos eram feitas. Este prédio seria também o local do escritório, por onde os presos pretendiam atravessar até o outro lado do prédio, um espaço aberto que antecedia a portaria, também cercado por muralhas com guardas armados. Combinaram formar, ainda na *radial*, grupos de seis presos, que se preparavam para, de dois em dois, com o intuito de não gerar desconfiança nos guardas das muralhas, atravessar esse espaço. No entanto, o segundo grupo[154] se deparou com a porta do escritório fechada e os presos não viram outra alternativa senão tentar transpor esse prédio pelo espaço utilizado para revistas dos visitantes. Os primeiros seis presos conseguiram fugir pela porta da frente, vestidos com uniformes de agentes penitenciários. Os detentos do segundo grupo, entretanto, foram surpreendidos por tiros disparados pelos guardas das muralhas e pelas portas que os separavam do exterior do prédio fechadas. Isso os levou a interromper a fuga e permanecer no prédio das revistas, onde ocorreram as negociações descritas no capítulo 2.

Os acasos são tão presentes que chegam a ser vistos como inevitáveis para a execução das estratégias. Eles até se misturam e se confundem com as táticas, fazendo parte delas, de forma que os improvisos são criados estrategicamente. Se considerarmos a fuga como uma estratégia e examinarmos a parcela de previsibilidade de sua execução, veremos que sua maior parte é constituída de improvisos frente ao imprevisível. Esses improvisos, contudo, são pautados no projeto inicial e na estratégia lançada que, por sua vez, já os prevê. Assim, podemos dizer que estratégias e improvisos se constroem mutuamente – em suma, as estratégias são dotadas de improvisos, mas os improvisos são adotados estrategicamente, contêm sua estratégia.

A imprevisibilidade e o acaso, acoplados ao modelo político pautado na *Igualdade*, conferem ao PCC uma dinâmica que se distancia muito do que se entende por "organização", mas também produzem efeitos no segundo projeto do *Comando*: a *paz entre ladrões*.

É importante frisar que a manutenção dessa *paz* é direcionada aos presos que estão no *convívio*, local destinado àqueles que demonstram ter *proceder* (Marques, 2009). Como mencionei no capítulo 1, para ser considerado um *homem de proceder* em *cadeias do Comando*, não basta seguir o Estatuto do PCC, mas faz-se necessário atender a uma vasta lista de orientações, a qual interfere nos mais sutis gestos, palavras e condutas que permeiam toda a existência do preso na instituição penal.

A existência de injunções e prescrições que orientam toda a existência dos presos, condensadas no que os presos costumam chamar de *proceder*, ou, no caso das *Cadeias do PCC*, na *disciplina do Comando*, já foi considerada como um mero deslocamento do panoptismo de uma instituição total, onde quem exerceria a

vigilância não seria o corpo de funcionários, mas os próprios prisioneiros, em uma distribuição desigual de poder, na qual o "comando, bem como a união dos presos nessa organização, não se dão a partir do interesse coletivo ou da liberdade de associação dos indivíduos, mas sim por meio da ameaça, do medo e da imposição" (Dias, 2008: 285). No entanto, o que meu trabalho de campo aponta são situações nas quais entrevemos uma grande flexibilidade dessa *disciplina*, efeito também da adição da *Igualdade* aos preceitos do PCC, como lembra um *salve* que circulou pelas prisões de São Paulo:

> A igualdade também significa a valorização da vida humana (no crime). Porque foi através dela que foi conquistado o direito de falar e ouvir, a oportunidade de expor o certo e a verdade, o errado e a mentira...

A *disciplina do Comando* existe como estratégia que almeja o estabelecimento da *paz entre ladrões*, mas em nome desta mesma *paz*, muitas das prescrições são suspensas, muitos dos imperativos são torcidos, manipulados e disputados em movimentos de improvisos estrategicamente adotados. Quero dizer, por fim, que o projeto *paz entre ladrões* não só garante como estratégia a *disciplina do Comando*, como também impede a cristalização desta *disciplina*.

Vimos, no decorrer do relato sobre a fuga, como as *disciplinas* no interior das prisões são lábeis. Outro exemplo desta labilidade é quando os presos têm que decidir se algo deve ser informado à *faxina*, obedecendo ao princípio da *transparência*, ou se deve ser resolvido no *xis* (cela), obedecendo à premissa na qual "o que acontece na cela deve ficar na cela". Um episódio em que esse dilema se impôs foi quando Túlio agrediu Carlos no *xis*. A agressão entre os presos é *mal vista* pelos prisioneiros, pois é relacionada ao período que precedeu o surgimento do PCC, a *época dos*

malandrões, quando não havia ordem, prescrições ou interdições externas, quando as vantagens e privilégios eram conquistados à força. A agressão é vista, hoje, como uma evocação a essa época e, portanto, como uma afronta ao PCC. Por isso, deveria ser relatada aos membros da *faxina*, representantes do *Partido* que garantem a existência dessa ordem. No entanto, é desejável que os presos adquiram uma ética condizente aos princípios do *Comando* e tenham, assim, autonomia para resolver os conflitos existentes entre eles sem precisarem recorrer sempre à *faxina*. Afinal, essa autonomia está ligada à prática da *liberdade*, presente nos preceitos e no lema do PCC.

De fato, seria impraticável uma situação onde todos os pequenos acontecimentos, de cada cela, fossem reportados à *faxina*. Criar-se-ia um ambiente propício ao surgimento de *perrecos*, intrigas e mal-entendidos. Ademais, cada *xis* é chamado de *família*, que agrega todos os moradores do *barraco* e, como os presos costumam dizer, “os problemas da família são resolvidos na própria família”. No caso em questão, criou-se um impasse: qual dos imperativos deveria ser adotado, em detrimento de que outro[155]? Isso foi objeto de ampla discussão entre os presos do *barraco*. Neste mesmo *debate*, discutia-se também o motivo da agressão. Segundo me relataram, Túlio só chegou às vias de fato porque Carlos agia como se a *querer testar a febre do ladrão*, ou seja, provocando-o a ponto de despertar sua ira. Como tal comportamento se atribui a agentes penitenciários, policiais, promotores e juízes, é amplamente repudiado. Além disso, com o repúdio às agressões, evita-se qualquer manifestação que possa incitar a violência entre os presos.

Assim, se Túlio desobedeceu à *disciplina do Comando* quando praticou a agressão, Carlos também a teria desobedecido, ao *testar*

a febre do ladrão. Considerou-se, então, que, dadas as circunstâncias, informar a *faxina* sobre o ocorrido poderia trazer consequências para todo o *barraco*, que provavelmente passaria a ser *malvisto*. Acordaram, então, que Carlos já havia tido como *consequência* de seus atos a agressão, mas que deveria se comprometer a não mais *testar a febre do ladrão*, ou seja, não repetir tais tipos de provocações, e ficaria sob observação. Túlio, por sua vez, seria *cobrado* por meio da perda do direito de dormir na *pedra*[156] e com a obrigação de *pagar o boi*[157] por uma semana. Foi o terceiro homem daquele *xis* que havia "descido para a praia" como *consequência* de um *debate*.

Quando Eduardo, um dos presos que sugeriu tais cobranças, foi ao fórum, Túlio, Vinícius e José, os três detentos que haviam sido *cobrados*, aproveitaram sua ausência e se articularam para *passar a caminhada* para a faxina. Disseram que Eduardo estava "pagando de malandrão[158] no barraco, de xerife da cela", pois os havia tirado da *burra* (cama). Quando Eduardo retornou do fórum, o *irmão* Hugo o chamou pra conversar:

> Irmão Hugo: Que fita é essa aê, mano? Você mandando os outros descerem da burra? Isso aí é fita de malandrão, mano!
> Eduardo: Malandrão, irmão? Como você usa uma palavra dessa, irmão? Malandrão? Espera aí, quem está esticando o chiclete lá?
> Irmão Hugo: São os meninos ali que estão falando.

Imediatamente, Eduardo iniciou sua defesa, traçada improvisadamente, mas nem por isso desprovida de sagaz estratégia:

> Eduardo: Ah... Pergunta por que ele desceu da burra, então, irmão. Depois a gente chega nessa fita de malandrão.
> Irmão Hugo: Fala aí porque você desceu da burra!
> Vinícius: ...

Eduardo: O cara pediu o chinelo pra ele, irmão, o chinelo que estava embaixo do colchão, ele pegou o chinelo e atacou na cara do cara. Certo? Quem é o outro, irmão? Chama ele aqui.
O irmão Hugo chamou José e diante dele, Eduardo prosseguiu: A fita foi a seguinte, irmão. Tava os dois mulando[159] um com o outro ali, certo? Passou pasta de dente na cara do cara que estava dormindo, não sei o que mais lá. Aí, de manhã, o cara foi mular com ele. O cara tinha mulado à noite, certo? Ele foi então mular com ele. Aí ele desceu da burra e foi pra cima do cara, já pra bater no cara. Aí os caras do barraco separaram, pra ele não bater no outro, certo, irmão? Foi pra decisão dentro do barraco, irmão!
Irmão Hugo: Ele não passou essa fita pra mim...
Eduardo: Tá vendo, irmão? E o outro, chama ele aqui, irmão.

Quando Túlio chegou, Eduardo continuou sua defesa:

Ah... O Túlio. Ele foi o seguinte: O cara chegou, começou a levar uma com ele e ele foi e agrediu o cara. Ele quis perreco com o cara, o cara foi, retrucou e ele agrediu o cara. Que era malandro, pá e pum, e agrediu o cara. E aí, certo? Como vocês mesmo falaram: o que der pra resolver dentro do barraco, nós resolvemos, certo?
Irmão Hugo: Mas essa fita de descer da burra não é muito certa...
Eduardo: Veja bem, irmão: o que eu aprendi, aprendi com os seus irmãos. O que estou falando pra você, foram os seus próprios irmãos que falaram pra mim.
Irmão Hugo: Mas que irmão falou isso aí?
Eduardo: Anota aí o nome deles... Sei até onde eles estão, para você ligar lá e ver se procede ou não procede.
Irmão Hugo: Isso era antigamente que acontecia.
Eduardo: Não é antigamente, não, irmão. Tá rolando assim no Dakar 7, em Pinheiros, em São Bernardo.

O *irmão* Hugo, então, passou a repreender os presos que haviam se queixado das atitudes de Eduardo:

– Tá vendo aí, Túlio, você é o maior vacilão, rapaz! Veio isqueirar[160] o cara aqui, falou que o cara é malandrão, mas o cara é bandido. Tá vendo, Vinícius? Me admira você, malandro! Tirando uns dias já e agredindo os caras na cela, mano?! Essa fita aí não convém, mano. Malandro porra nenhuma...

> Porque vocês não batem em mim? Bate em mim! Bate de chinelo em mim! Porque não pede decisão pra mim?

O *irmão* Hugo foi, então, até a cela, expôs a "caminhada que foi passada" e confirmou com a *família* a versão fornecida por Eduardo. Ressaltou que "essas fitas não convêm, tá passando por cima da palavra do Comando", mas que "essas fitas que o irmão passou ali, essa fita de descer da burra não tá certa, não, é fita de malandrão". Eduardo entendeu que estava sendo chamado de *malandrão* e reagiu, levando a discussão novamente pra *faxina*:

> Irmão Gilson: O que foi, Eduardo?
>
> Eduardo: O cara lá me chamando de malandrão, na frente da família[161], ainda?
>
> Irmão Hugo: Não, falei que era fita de malandrão.
>
> Eduardo: Se eu estou fazendo essa fita, eu sou o que, então? Malandrão. Só que como quem falou isso pra mim foi os seus irmãos, vou botar eles na linha, aí...
>
> Irmão Gilson: Você está querendo falar o que com essas palavras aí, mano?
>
> Eduardo: Ué, se está me chamando de malandrão porque fiz uma fita que quem falou pra mim foi os seus irmãos, então está chamando os seus irmãos de malandrão também.
>
> Irmão Hugo: Eu não tô falando isso, eu não chamei irmão nenhum de malandrão, não. Olha as suas palavras!
>
> Eduardo: Irmão, quem me ensinou isso aí, como eu já falei, foram os seus irmãos. Dakar 7 tá assim, Pinheiros tá assim, São Bernardo tá assim, só aqui que não tá. Quer que eu faça o quê? Eu já falei pros seus irmãos daqui, se quiser seguir lá as ideias, segue lá, irmão. Mas essa palavra "malandrão" pra mim, não convém. Faz um tempo já que tô correndo lado-a-lado com o Comando, tô representando e não tem reconhecimento, pô!

Depois dessa discussão, os irmãos Hugo e Gilson voltaram para a cela onde Eduardo residia e *retiraram a palavra*. Eduardo conseguiu, ainda, com o apoio da *família*, que os três prisioneiros que haviam se queixado de sua conduta fossem transferidos para outras celas:

– Irmão, como você falou, o que der pra resolver na cela, a gente resolve na cela, o que for fita de mil graus, aí... Aí resolvemos na cela, certo? Já tava em paz. Vocês têm fitas aí de mais de mil graus pra resolver. Não vou ficar trazendo todo perrequinho pra vocês. Aí vem aquele outro, a gente já tinha dado o maior axé de não ter trazido o bagulho pra cá... Já era e tal... Pra não ficar chato pra ele mesmo. Se ele passar como errado e o cara pede cobrança à altura? Você tá ligado, né, irmão? O cara foi agredido. E o cara é bandido. Tá ligado? Ele é criminoso, entendeu, irmão? O cara foi agredido na cela e pede cobrança à altura. É um direito que ele tem, irmão. É de igual, né? Aí o cara lá toma uns tapas... Cobrança à altura... Mas o cara também é bandido, irmão. E toma uns tapas, é desagradável pra ele. Então resolvemos ali, botamos uma pedra no bagulho e já era. Aí o cara vem isqueirar aqui e falar que sou malandro grande? Não confio em um cara desse pra morar comigo, não.
– Nem eu!
– Eu também não confio!

Eduardo foi hábil ao lidar com o emaranhado a que chamam *disciplina do Comando*. A mesma habilidade usada ao lidar com os imprevisíveis da fuga é também um recurso que permite operar a *disciplina do Comando*. Ele havia sido pego de surpresa quando, depois de voltar do fórum, recebeu as acusações. Não teve tempo para preparar a sua defesa. Precisou improvisar estratégias a cada configuração que se formava e conseguiu inverter a situação a ponto de colocar os *irmãos da faxina* em uma situação delicada perante seus *irmãos* de outros CDPs. Os *irmãos* também improvisaram novas estratégias a cada mudança de configuração, flutuaram sobre a *disciplina do Comando* e tiveram sucesso em manter a *paz entre ladrões*.

A *disciplina do Comando*, longe de constituir um centro rígido de poder, pulveriza-o, pois permite que sua articulação dependa somente do próprio prisioneiro, de sua capacidade[162]. A labilidade que o improviso confere à *disciplina* não interfere no

compartilhamento dos códigos, que são considerados paradigmáticos pelos presos. Na prática, o que vemos são esses códigos recorrentemente manipulados, ajustados, disputados e torcidos, não só para não prejudicar os projetos como para garantir sua execução. Novamente, temos uma estratégia (*disciplina do Comando*) dotada de improvisos, misturada a eles. Como veremos adiante, a construção mútua de estratégias e improvisos é possível graças a um elemento que, em suas variações, os potencializa: a *disposição*.

3.2. Vontades, *apetites* e *disposições*

Em novembro de 2007, uma organização não-governamental de Presidente Prudente promoveu uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, para reivindicar melhorias no sistema penitenciário brasileiro e, sobretudo, o cumprimento da Lei de Execuções Penais. Durante a manifestação, uma comissão formada por parentes de presos e advogados entregou um documento à CPI do Sistema Carcerário, cujo texto descrevia as condições dos cárceres e apresentava as reivindicações dos manifestantes. O evento reuniu caravanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás. Da região metropolitana de São Paulo, saíram 22 ônibus e diversos automóveis. O trajeto que percorri para que conseguisse embarcar em um desses ônibus foi cortado por mudanças de data, por negociações necessárias à minha aceitação em um desses ônibus, pelo esgotamento das vagas, reabertura de vagas, mais negociações, abordagem policial, longas esperas, debates sobre o teor de minha pesquisa, mudança de veículos, impedimentos decorrentes de questões relativas a gênero, entre outras coisas.

Tudo se passava como se o evento não fosse acontecer. Para começar, a data da manifestação, quando era definida, logo em seguida era desmarcada e voltava a ser desconhecida. Não havia informação ou organização centralizada. Inquietava-me o fato de não ter com quem falar para saber de detalhes sobre o planejamento, pois não havia ninguém que tivesse as informações. Eram todas fragmentadas, descontinuadas, muitas vezes inconsistentes, incoerentes e contraditórias. Mesmo no dia marcado para saída do ônibus, não sabia ainda para onde eu deveria me dirigir, onde encontraria a pessoa que intermediava minha ida a Brasília. Depois, mesmo tendo encontrado tal pessoa, mantinha a impressão de que a manifestação não vingaria. Pois ninguém sabia quem, onde e quando iria. Numa rua sem saída de uma *quebrada*, centenas de pessoas aguardavam os ônibus que tardavam a chegar. De fato, eles não chegaram. Aquelas pessoas foram distribuídas em outros ônibus, localizados em diversas regiões da cidade. Eu mesma passei horas percorrendo vários lugares da cidade de São Paulo para conseguir embarcar.

Finalmente, pude ver outros veículos saírem da cidade em direção a Brasília. Dois ônibus não tiveram a mesma sorte; foram impedidos pela polícia de seguir viagem. Todos os outros vinte veículos procuraram não chamar a atenção das forças policiais, pois supunham que, se soubessem do motivo da viagem, “dariam um jeito de impedir”. As pessoas que embarcaram nesses ônibus não tinham pendências com a justiça, o que era um requisito para sua aceitação na listagem de passageiros. Não havia motivos explícitos para considerarem o risco de ter a viagem impedida pela polícia. Havia também um grande esforço de desvincular o PCC da manifestação. No entanto, como o *Comando* está presente em mais de 90% das prisões de São Paulo, e como os manifestantes eram,

em sua maioria, parentes de prisioneiros e ex-presos (grande parte fatalmente proveniente de *Cadeias do PCC*), estabelecia-se assim uma relação entre os participantes da manifestação política e o "crime organizado". Em algum momento de suas vidas, eles haviam mantido relações de algum tipo com o PCC, mesmo que nenhum deles fossem membros *batizados* no *Partido*. Logo, todo o caminho percorrido pelos manifestantes foi permeado por um receio de terem suas práticas políticas criminalizadas. Essa previsão de uma investida policial acabou auxiliando na aceitação de meu nome e do nome de Adalton Marques (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, que desenvolve pesquisa sobre o *proceder* prisional) na lista dos passageiros, pois, como disse um dos presos que estava coletando o nome de interessados em participar da manifestação entre os parentes de prisioneiros do CDP onde se encontrava, "polícia pensa duas vezes pra mexer com estudante".

Mesmo com todos os percalços que apareceram no caminho, aconteceu a manifestação. E mais: consegui acompanhá-la. Na volta, comentei com um interlocutor: "Com tudo o que aconteceu, achei que só chegariam lá meia dúzia de pessoas, mas chegaram 2 mil. Como pode?". Sua resposta foi reveladora: "Não tem segredo. Pensa: cada uma daquelas pessoas queria estar lá, ué!". Isso ressoou de maneira contundente em minha pesquisa. Foi como se essa resposta iluminasse muitos dos pontos que meu modo de pensamento teimava em obscurecer. De fato, havia ainda outra instância de imanência que, acoplada a outras tantas, contribuía para o formato que o PCC veio a ter. Tornou-se necessária, então, uma reavaliação de minhas análises que fosse capaz de rever os momentos nos quais eu encobrira a potência oriunda das vontades e impulsos dos que compunham a multidão a que chamo de presos.

Essas vontades, expressas pelos prisioneiros em termos de *disposição* ou *apetite*, alimentam suas ações e permitem a elaboração de estratégias, o desenho de projetos, a construção de objetivos que, em sua execução, não são abandonados quando se deparam com imprevistos, percalços, erros, impasses. *Disposição* e *apetite* são termos utilizados pelos prisioneiros para indicar a intensidade e o alcance de suas vontades, em seus mais variados formatos, expressões ou manifestações. Desta forma, permitem a criação de contornos, torções, soluções improvisadas que contam muitas vezes com o acaso para sua execução. Ademais, ao adquirir velocidade, são capazes de oferecer resistência ao poder que incide sobre os corpos, aquele que modula e limita.

A narrativa de um prisioneiro sobre a situação que permitiu que um pequeno número de detentos “ganhasse a cadeia para o PCC” evidencia essas *disposições* como uma das forças propulsoras das ações dos prisioneiros. Disse-me que fora informado pelos *faxinas* que havia chegado seu *bonde*, que era para preparar suas coisas. Imediatamente, solicitou aos companheiros de cela que telefonassem aos seus familiares e informassem que estava bem, mas que havia sido transferido para outra cadeia[163]. O *bonde* que o conduziu a outra unidade prisional não fugiu à regra: levou mais presos que sua capacidade comporta e demorou muito tempo para chegar ao seu destino:

> Aí vai... Pega o bonde... Um monte de gente em pé... Caindo, desmaiando, vomitando... Meu Deus! Que coisa horrível! É... Um bando de bicho... Tratam nós como se fôssemos bicho. O cara se perdeu, ficamos no sol, dentro da lata, jogou spray lá dentro. O bagulho foi doido... [...] Um tosse, tosse... Arde, arde o olho... Deve ter sido [spray de pimenta]... Não, foi feio o negócio... Os caras falaram:
> – Aê, senhor, abre aqui pra nós respirarmos, senhor!
> – Cala a boca!

– Cala a boca o caralho, seu filho da puta!
Aí começou uma pá de perreco...

O processo de transferência durou o dia inteiro: o aviso do *faxina* havia sido transmitido às seis horas da manhã e a chegada à prisão de destino (ambas dentro da região metropolitana de São Paulo) só ocorrera à noite, em horário que o prisioneiro não soube precisar. As condições desse percurso não destoam das outras narrativas que tenho acerca de *bondes*. O depoimento de Marcola à CPI reforça essa recorrência na descrição das condições das transferências de presos (já condenados) entre penitenciárias. Segundo o "ponto de vista" de Marcola, as condições dos *bondes* foram um dos fatores que desencadearam os "ataques do PCC", em maio de 2006:

> Ali dentro, o gás carbônico era brincadeira... O cara, se estiver doente e ficar ali, ele morre, simplesmente. Não tem condições de respirar, o senhor entende? [...] E o calor? Aquilo ali é lata pura. Bate o sol, aquilo vira uma chapa, para esquentar mesmo. (Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf.)

O *bonde* narrado acima, aparentemente dissociável do que viria a seguir (a tomada de uma cadeia pelo PCC), foi lembrado como parte integrante dos acontecimentos.

Ao chegar ao CDP de destino, os presos passaram pela inclusão, onde respondem a um questionário para preenchimento de ficha e têm seus pertences revistados. Neste *bonde*, não havia nenhum *irmão*; era composto inteiramente por *primos*. João, um deles, ao ver o agente penitenciário impedir a entrada de um de seus objetos, questionou:

João: O que é isso aqui? Não vai poder entrar?
Agente Penitenciário: Não, não vai poder entrar porque é azul.
João: O que tem a ver?
Agente Penitenciário: É que a cadeia aqui é azul, não pode ter azul.

João: Nada a ver, nada a ver, senhor. Pára! Se eu quiser tinta nesse lugar aqui eu me viro pra mandar... Oh, pára, senhor!
Agente Penitenciário: Não, não vai entrar...
Chefe de disciplina: Aê, ladrão! O que tá reclamando aê?
João: Reclamando de nada, senhor. Só quero meus bagulhos, só. O maior veneno pra mandar os negócios, pro meu povo trazer, pra chegar aqui e ficar aqui na inclusão.
Chefe de disciplina: Tá falando demais, hein! Quer inaugurar o castigo?
João: Quero inaugurar nada, não, senhor. Quero meus barato, né? É meu...
Diretor do CDP: Do que ele tá reclamando?
Agente Penitenciário: Da escova de dente.
Diretor do CDP: Ah... Dá a escova de dente pra ele, vai...

Perguntei a João se toda aquela discussão havia sido motivada por uma simples escova de dente e ele me respondeu: “Lógico! Eu queria a escova, como é que vou escovar o dente? Precisava da escova pra escovar meus dentes”. A questão não era o tipo de objeto que estava sendo apreendido, mas a resistência ao cerceamento de liberdade por meio de restrições que eram consideradas abusivas, pois impostas de maneira excessiva. Isso contribuía para aumentar o nível de tensão já alto em um processo de transferência de instituição, iniciado pelo *bonde*.

Enquanto esperavam em uma fila para responder ao questionário da inclusão, ouviram um detento, proveniente de outro *bonde*, responder “segurança” à pergunta “profissão?”. Os prisioneiros de *Cadeias do PCC* costumam ver os seguranças com desconfiança, pois, dizem, “eles correm com a polícia”, ou seja, são aliados dos policiais em ações que colaboram para a prisão dos ladrões. Salvo raras exceções, os seguranças são considerados *coisa*. Por isso, ao ouvir aquele detento dizer que era segurança, João e Rodrigo se olharam, com expressão de estranheza, mas decidiram verificar isso depois: “Ê, caralho?! Bom, depois nós resolvemos essa fita. Nós

vamos debater o que na frente dos caras [agentes penitenciários], né? Então depois a gente conversa. Deixa o frango".

João e Rodrigo foram os primeiros prisioneiros do *bonde* que passaram pela inclusão e foram encaminhados ao *raio*:

> "Cadê a faxina?", fiquei pensando. [A gente] procura muito a faxina essas horas. Aí abriu a viúva, aí eu fui entrando na viúva e os caras já vão fechando a porta... Sabe? Eles puxam aquele negócio assim e fecha a porta... Mas os caras abrem e aquela bandeira do CRBC!

CRBC é o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, um dos poucos comandos que disputam territórios prisionais com o PCC. Seus integrantes, bem como os presos que estão nas cadeias sob seu comando e, portanto, *correm com eles*, são considerados *coisa*. Mesmo sem haver ali nenhum *irmão* e mesmo que não houvesse nenhum membro do CRBC (não possuo dados acerca de como se dá o ingresso no CRBC), a situação que se instaurava era de um encontro entre presos provenientes de *Cadeias do PCC* (que, portanto, *corriam* com o *Comando*) e presos ligados ao CRBC (ligação evidenciada pela bandeira que havia sido hasteada), provenientes de *Cadeias de Coisa* ou de *seguro(s)*. Esse encontro fatalmente conduziria os intervenientes a uma guerra, pois se, por um lado, *presos do CRBC* não são aceitos no *convívio* entre *presos do PCC*, os *presos do PCC*[164], por sua vez, também não são aceitos no *convívio* de uma *Cadeia do CRBC*. Mas a situação, para os dois detentos que chegaram àquele *raio*, era delicada, pois estavam em grande desvantagem numérica em relação aos *presos do CRBC*. Eles calcularam que, se entrassem naquele *raio*, seriam mortos. Por isso, bateram de frente com os funcionários, se recusando a entrar:

> – Que diabo é isso? Vou entrar na faca, vou morrer nessa desgraça aqui!
> – Ooooô... Não vou entrar aqui, não!

– Vai...
– Não, não, não, não vou entrar!
– Não! Não vai fechar, não! Você é louco?
– Você é louco, filho da puta?

Antes que a porta se fechasse por completo, João enfiou seu braço no vão que ainda restava: “Pode quebrar o meu braço, mas não vai trancar essa porra, não!”. Enquanto isso, Rodrigo esmurrava o vidro blindado por onde os agentes observavam o interior do *raio*, localizado ao lado da porta: “Abre essa desgraça!”.

Os detentos, então, avistaram algumas vassouras. Rodrigo pegou uma vassoura, quebrou-a no meio, de forma que a madeira de seu cabo formasse pontas, e disse a João: “Pode soltar essa desgraça... Vou matar meia dúzia”. Dirigindo-se ao funcionário, gritou: “Então fecha essa desgraça, vai! Vou morrer, mas vou MATAR! VOU MATAR!!!!”. João tratou também de pegar uma vassoura, quebrou-a e ambos avançaram contra as grades das celas onde os detentos do CRBC estavam.

“Aaaaaah...! Caraaalho! Eles vão matar nós! Ô, funcionaaaário!”, gritavam os prisioneiros do CRBC. João arrancou a bandeira do CRBC: “Desgraçados! Vocês vão morrer!”. Os presos do CRBC estavam aparentemente apavorados, não paravam de gritar: “Não vai entrar aqui dentro, não! Aaaaah! Funcionário!”.

Um funcionário, então, entrou na *viúva* e perguntou o motivo daquele tumulto. Os detentos responderam:

– Senhor, que porra é essa, senhor? Nós estávamos em Cadeia do Comando e colocam a gente com CRBC?! Abre essa porra aí, senhor!
– Se nos colocarem pra dentro, a gente vai matar! Nós vamos matar! Eu não tô nem vendo, senhor. Vou tirar trinta mesmo. Quem tira trinta, tira cinquenta. Não tô nem vendo.

Nem João, nem Rodrigo tinham previsão de trinta anos de pena; falaram aquilo apenas para intimidar os agentes, ou, em seus termos, *deram um psicológico*. Mas isso não quer dizer que não estivessem dispostos a matar seus inimigos, se fosse preciso. O funcionário, então, tirou-os do *raio*. Na *radial*, cercados por funcionários munidos de cassetetes, soltaram os cabos de vassoura e conversaram com o diretor da instituição, que se comprometeu a tirar os *presos do CRBC* daquele *raio*. Rodrigo e João tiveram que voltar para a *inclusão*, onde os outros detentos, preocupados, perguntaram o que havia acontecido. Diante da resposta de João – "Não, mano! Tá uma pá de CRBC aí, os caras tem até bandeira lá. Você é louco, mano?" –, os outros detentos iniciaram outro tumulto: "Ê senhor, que fita é essa?". O diretor precisou novamente garantir que aqueles prisioneiros do CRBC seriam retirados do *raio* antes da entrada deles. Desconfiados, combinaram que os primeiros a chegar ao *raio* gritariam, assobiariam, se recusariam a entrar, caso encontrassem ali os presos do CRBC. Rodrigo e João foram os últimos a entrar novamente no *raio*, que desta vez só abrigava os *primos* que vieram com eles no *bonde*. Eles haviam "ganho a cadeia para o Comando".

Vimos que a conquista de uma cadeia pelo PCC, ao contrário do que se poderia presumir, nem sempre é resultado de planos previamente arquitetados e colocados irretocavelmente em prática. A atuação de João e Rodrigo não foi direcionada para a conquista de um território. Não haviam planejado *ganhar a cadeia* nem mesmo como improviso no decorrer da disputa. O que permitiu esse resultado foi o *apetite* de suas ações, na luta pela sobrevivência.

A *disposição* ou o *apetite* são impulsos que nem sempre possuem um caráter finalista. Seu alcance varia tanto de acordo com sua

intensidade quanto conforme os encontros travados ao longo da *caminhada*. Porque, se por um lado existem encontros que o potencializam, existem outros prontos para barrá-lo. A transposição das eventuais barreiras depende da intensidade do movimento e da capacidade de resistência, da blindagem dessas barreiras.

Essa dinâmica está presente em qualquer dimensão da existência do PCC. O encontro dos dois ônibus com as forças policiais, por exemplo, barrou sua partida de São Paulo rumo à manifestação de Brasília. Já o encontro dos *primos* com os *presos do CRBC* potencializou a intensidade do movimento e terminou com a conquista de um território. O "ponto de vista" de Marcola sobre como aconteceram os "ataques de maio de 2006" está absolutamente afinado com esse modo de funcionamento:

> Eu acho que começou com essa revolta de Venceslau. Na minha opinião, começou com essa revolta de Venceslau, com os presos pedindo socorro para os bandidos que estavam na rua, e a coisa foi tomando proporções incontroláveis, justamente por não ter uma liderança, o senhor entende? Por não ter uma pessoa ali pra falar "pára" ou "faz isso" ou "faz aquilo". Então, a coisa se generalizou. Esse é um ponto de vista meu. Posso estar enganado, o senhor entendeu? Mas o meu ponto de vista é isso, fugiu ao controle total de todo mundo, justamente por não ter tido um controle. Foi uma coisa... Um ligou daqui, outro ligou de lá, outro ligou de lá, quer dizer, foram várias ligações para várias pessoas, que saíram... Essa é a minha opinião.
> [...]
> Da forma que foi feito, da forma que começou e da forma que parou, a impressão que fica é que foi alguma coisa orquestrada mesmo. Só que eu garanto ao senhor que não, porque justamente foi uma revolta generalizada. (Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-marcos_camacho.pdf.)

Mesmo na relação entre dois prisioneiros, como as descritas na primeira seção deste capítulo, existe uma tentativa de *dar um psicológico*[165], *invadir a mente* do outro para vencer o *debate*, para

convencer o outro e fazer de sua opinião um *consenso*. Mas, ao mesmo tempo em que se procura *invadir a mente* do outro, busca-se *blindar* a própria mente para impedir que seja *invadida*. O jogo de possessões e resistências se dá de acordo com o *apetite* dos intervenientes e o resultado desse jogo depende do grau de sua *disposição*. Com efeito, os *irmãos* considerados "sem disposição" costumam ser mal avaliados pelos outros *irmãos* e pelos *primos*, que chegam a acusá-los de *sem futuro*, de estarem *gozando a cadeia*, de *gostarem de tirar cadeia*. Como mencionei antes (ver capítulo 2), existem habilidades que interferem na avaliação do *irmão* por outros *irmãos* ou pelos *primos*. Mas o sucesso do reconhecimento do *irmão* é pautado pela potência de suas vontades, medidas por meio do *apetite*, da *disposição* com que suas habilidades são atualizadas.

A dinâmica resultante dessas variações de *apetite* nem de longe se aproxima do conceito de "crime organizado". O funcionamento do PCC, como vimos, embora comporte a existência de projetos e estratégias, é permeado por acasos e improvisos e potencializado pela *disposição* de seus participantes. Existe, contudo, uma força que garante que uma formação aparentemente tão frágil, em função de sua instabilidade, perdure. Trata-se do PCC como força exterior, capaz de produzir *disposições* e associações. Essa capacidade do PCC de atuar como uma força exterior é o tema do próximo capítulo.

142 O conceito de segmentaridade utilizado por Barbosa é inspirado na discussão traçada por Deleuze e Guattari, que, por sua vez, tomam a noção emprestada dos etnólogos que a construíram “para dar conta de sociedades ditas primitivas, sem aparelho de Estado central fixo, sem poder global nem instituições políticas especializadas” (1996: 84). Segmentaridade, nesse sentido, pretende dar conta das relações entre heterogêneos que são traçadas de múltiplas maneiras, sem determinantes ou domínios de base.

143 Os intensos diálogos travados com o colega Adalton Marques muito contribuíram para que eu chegasse à clareza descritiva dessa distinção.

144 Os participantes do PCC concebem a criatividade como uma de suas armas. Na cartilha, já mencionada acima, elegem a criatividade como um dispositivo capaz de encontrar meios de ganhar visibilidade: “A criatividade é infinita”.

145 Esses espaços são o que se costuma chamar de *Cadeias do PCC*, espaços para a prática da *paz* entre os presos que *correm com o Comando*.

146 As informações que seguem, a respeito desta rebelião, são provenientes do relato de um dos presos envolvidos na tentativa de fuga.

147 Não tive acesso aos meios pelos quais as armas entraram na instituição e, mesmo que esse acesso fosse concedido, eu o recusaria.

148 Um croqui do CDP encontra-se ao final deste trabalho.

149 Tal postura vai de encontro ao *princípio de transparência*, descrito no capítulo 2.3. Entretanto, em outro *raio*, como veremos adiante, todos os prisioneiros do pavilhão sabiam do plano de fuga, divulgação que colocava em risco o plano. Esta falta de homogeneidade nas decisões e avaliações dos participantes do PCC evidencia as variações de ritmo entre os *raios* e indica a labilidade de sua disciplina, como veremos ainda neste capítulo.

150 Como procurei descrever na Introdução, esta desconfiança é propagada para as visitantes, que recebem orientação de respeitar as outras sem, no entanto, confiar em ninguém, sem esperar que as outras as respeitem.

151 Abreviação de “pronto-socorro”, esta sigla é usada pelos prisioneiros para pedir ajuda médica.

152 *Perrecar* é o mesmo que *arrumar perreco*, o que, para os presos, significa iniciar alguma confusão, conturbação, tumulto ou discussão.

153 As faculdades sensoriais, neste caso, não coincidem com sua abordagem biológica. Não é raro ouvir de um preso que está “sentindo cheiro de maldade” ou que diz ser preciso “ouvir os instintos”.

154 Não tive acesso às narrativas de presos do primeiro grupo, que conseguiram fugir.

155 Esse mesmo tipo de impasse perpassa as relações entre *faxina* e *torre*: se por um lado as *torres* precisam ser informadas do que acontece nos CDPs, por outro, é impraticável relatar tudo o que acontece. Uma solução que alguns *irmãos* encontraram foi relatar apenas o que for necessário para dividir suas decisões, como um mecanismo que procura dissolver a autoridade e evitar a tomada de *decisões isoladas*.

156 Nome dado pelos presos à cama, construída com cimento.

157 O mesmo que lavar o banheiro.

158 *Malandrão*, para os prisioneiros, não é somente o aumentativo de *malandro*. Enquanto *malandro* é um atributo valorado positivamente, de um homem que sabe lidar com as situações adversas, *malandrão* é aquele que se comporta como os presos *de antigamente*, que, antes da existência do PCC, extorquiam, abusavam sexualmente e oprimiam outros presos.

159 *Mular* é o mesmo que brincar. O verbo “brincar”, entre os presos, possui conotação sexual e não é utilizado para se referir a relações jocosas.

160 *Isqueirar* é o mesmo que criar intrigas, motivar desavenças.

161 *Família*, neste caso, diz respeito aos moradores da cela.

162 As reflexões de Marques acerca dos “debates envolvendo S e R” apontaram para problematizações bastante próximas às que apresento: “S e R são exímios auto-advogados dessa *teoria do direito outro*, chamado ‘proceder’, porque compreendem que a verdade se dá (acontecimento) como efeito provocado por rituais [...] Com efeito, os ‘debates’ em questão, nos quais as provas judiciárias não são fundamentadas por confissão, constituem fóruns nos quais o ritual da *verdade/ prova* (prescrita ao acontecimento que se produz) – distinta da prática

jurídico-científica que fundamenta uma epistemologia da *verdade/constatação*, na forma do conhecimento – dá a tônica dessas relações de poder" (2007: 26).

163 A administração das unidades não costuma avisar aos familiares do preso sobre sua transferência. Geralmente, eles só recebem essa informação no *dia de visita*, por meio dos antigos companheiros de cela ou, ainda, pelo próprio detento, por meio de correspondência ou de telefonema a partir de aparelho celular eventualmente existente em sua nova cela.

164 Neste caso, "presos do PCC" não é uma referência somente aos *irmãos*, mas a todos os prisioneiros provenientes dos convívios das *Cadeias do PCC*.

165 Sobre o *psicológico* acionado pelos prisioneiros, ver Marques (2009).

4
A POLÍTICA DA TRANSCENDÊNCIA

> Entre muitas outras coisas, tu eras para mim uma janela através da qual podia ver as ruas. Sozinho não o podia fazer.
>
> Franz Kafka

Já na Introdução deste trabalho, anunciei que não tomaria a existência do PCC como *a priori*, como uma totalidade coesa e estável ou como uma força que molda os indivíduos que a integram. Evitei tomar como ponto de partida aquela "imagem fantasmática" do "crime organizado"[166] a fim de retirar o holofote que obstruiria a visão do funcionamento do *Comando* e procurei realizar uma descrição que não precisasse recorrer a qualquer coisa que fosse exterior ao que era vivido por meus interlocutores. Nos termos do debate promovido por Ingold (1996), deixei de atribuir ao PCC, de início, um caráter transcendente. No entanto, a referência ao *Comando* como uma força exterior, como uma figura autônoma, permeou toda a minha descrição.

É essa existência que torna possível a presença do PCC nas unidades da Fundação CASA, onde não são encontrados membros *batizados*; que viabilizou a autorização de minha pesquisa sem que fosse necessário torná-la de conhecimento de todos os *irmãos* ou recorrer a estruturas hierárquicas[167]. Os *salves* elaborados pelas *torres* e passados às demais unidades prisionais, como descrevi no capítulo 2, são descolados de seus produtores e ganham uma impessoalidade quando passam a ser propriedade de um PCC autônomo. É assim também que o *Comando* passa a ter uma *disciplina* que lhe é própria, como advertiu o *irmão*: “Olha a disciplina do Comando!” (p. 122). Os *irmãos* não são detentores ou guardiões da *disciplina do Comando*; eles não só nela pautam as suas ações, como devem, principalmente, *ser exemplo* para outros presos de como se vive de acordo com essa *disciplina*. A *disciplina* não é propriedade de nenhum dos participantes do PCC e sua existência é percebida por eles como independente de suas ações ou vontades. Por isso, como descrevi no capítulo 2.3, embora o *irmão* tenha sentido vontade de arrancar a cabeça de Silas, não o fez em respeito ao *Comando*. Ou, nos termos do *irmão*, porque Silas estava “pegando o maior axé do Comando”. Para cobrar Silas, o *irmão* recorreu às *torres*, cujas decisões, como mencionei (p. 138), são consideradas manifestações do coletivo. Estejam os *irmãos* nos CDPs, nas penitenciárias ou nas *torres*, sua tarefa é instaurar e fazer cumprir os *ideais do Comando*. Mas é desejável que a existência da *disciplina* e dos *ideais do Comando* não dependam dos *irmãos*, que estes princípios estejam tão presentes que os demais presos não precisem recorrer aos *irmãos* para solucionar qualquer litígio[168].

O que torna possível a teorização e a prática política existentes no *Comando* é a ressonância de vontades, em suas mais variadas

expressões, por corpos que, *juntos e misturados*, *correm lado-a-lado*, estão em *sintonia*. É como se uma iniciativa, ideia, ato ou enunciado de alguém acionasse uma cadeia imitativa que ressoasse, não sem resistências e adaptações, entre os que estão *na mesma caminhada*. Como esse processo é desencadeado sem atribuição de autoria ao elemento desencadeante, seu domínio passa a ser da ordem do público, do coletivo, do *Comando*. Mesmo que a *disciplina do Comando* não constitua um centro rígido de poder, que ela seja articulada de acordo com a agência dos prisioneiros, ela é sempre uma *disciplina* que é do *Comando* e não de qualquer prisioneiro. Neste sentido, o PCC possui um *ideal*, uma *disciplina* capaz de orientar e promover a ação de seus participantes.

Se as *disposições*, em seus mais variados alcances e intensidades, alimentam as ações de meus interlocutores, uma questão se impõe: o que as produz? O que faz que milhares de pessoas que, na maioria das vezes, não se conhecem, façam parte da mesma *caminhada*? O enfoque nas relações interpessoais, sozinho, não ilumina essa questão, pois as relações travadas entre os participantes desse coletivo são em sua maioria circunstanciais e transitórias, não implicam elo estável ou duradouro. Podemos dizer que, por um lado, os elementos que percorrem e atravessam os corpos dessa multidão são as forças que constituem o PCC. Por outro lado, o *Comando*, movido pela força desses elementos, é o que mantém esses corpos *sintonizados*, *juntos e misturados*. Como, afinal, essa formação é capaz de ser produto e produtora dessas *disposições*? O que acontece, então, para que uma formação cujos elos são aparentemente tão frágeis, constituídos pelo simples compartilhamento de uma *caminhada*, perdure?

A questão que se coloca é: como definir o PCC, figura que aparece como uma força exterior dotada de autonomia em relação aos seus participantes? Embora seja uma alternativa válida inventar um novo conceito que permita dar conta do que estou descrevendo, prefiro elaborar uma torção do conceito de transcendência, pois ele guarda grande proximidade com o PCC que abordo. A escolha que faço, além de parecer mais promissora para o meu problema, é uma aposta na renovação deste conceito, em sua reinserção nos trabalhos daqueles que estão procurando se livrar dos apriorismos, mas também uma retomada da discussão que está intimamente ligada ao debate em torno de uma antropologia pós-social (que, como exposto na Introdução, propõe superar o conceito de "sociedade"), cuja influência de Deleuze e Guattari já é bem conhecida[169]. Os autores lembram que, da mesma forma que existem rizomas em raízes, existem formações arborescentes em rizomas (Deleuze e Guattari, 1995a). Distinguindo-os ao mesmo tempo em que reforçam sua definição, os autores afirmam que:

> O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos; um age como modelo e como decalque transcendentes, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro age como processo imanente que subverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico (Deleuze e Guattari, 1995a: 31-32).

Levar essa concepção às últimas consequências remete a considerar a possibilidade da existência da transcendência na imanência. Não se trata, novamente, de um dualismo, mas de uma mútua penetração que forma um meio que compreende a ambas.

É certo que não podemos falar da existência de apenas um conceito de transcendência, uma vez que já houve diversos usos. De acordo com Lalande (1999), "transcendência" pode significar: (1)

“Característica daquilo que é transcendente”; (2) “O ser em direção ao qual tende o movimento de transcendência”; (3) “Movimento pelo qual o eu individual [...] alcança a existência de um ser diferente dele próprio e de um poder superior ao seu”; (4) “Existência de realidades transcendentes”. Este último significado é relacionado pelo autor à “Doutrina da Transcendência”, desmembrada em três vertentes: “Doutrina segundo a qual existem relações fixas, de direito e de verdade, que dominam os fatos e não dependem deles”; “doutrina segundo a qual há por trás das aparências sensíveis ou dos fenômenos ‘substâncias’ permanentes ou ‘coisas em si’ de que elas são a manifestação”; e doutrina teológica segundo a qual Deus é, nas palavras de Leibniz, “aquilo que um inventor é para a sua máquina, aquilo que um príncipe é para os seus súditos” (Lalande, 1999: 1150).

No entanto, a transcendência que é evitada pelos antropólogos conhecidos como pós-sociais é aquela produzida pelo conceito durkheimiano de “sociedade”, a qual remete a uma totalidade pré-existente (e última) que atribui a moldura aos indivíduos que a compõem[170]. E é esta que pretendo torcer para dar conta do PCC, ou melhor, submeter à “corrupção idiomática” suscitada pela confrontação de teorias nativas e repertórios antropológicos.

Ao afirmar que existe uma transcendência na dinâmica do PCC, não são resíduos da análise que procuro atribuir a algo que é exterior ao objeto, voltando ao que Latour (2005) chama de “sociologia do social”. A questão é que identifiquei uma força que não se confunde com os participantes da formação social, mas que é responsável pelas suas associações, movimentos e *disposições*, ao mesmo tempo que é produzida por esses elementos. Estaríamos, com isso, nos aproximando do movimento acionado por Leibniz quando

atribuiu a Deus a força propulsora de todas as mônadas? Não é bem isso, pois ao mesmo tempo que apresento a existência desta força, descrevo sua construção[171]. Enxergo a transcendência como produto e produtora de *disposições*, capaz de atuar de modo autônomo e independente aos que dela participam, mas cuja existência se dá graças a esses participantes que a produzem.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo examinar como é construída uma forma transcendente que funciona como produtora de *disposições* e é, por isso, capaz de agregar pessoas em torno de si, em *sintonia* umas às outras graças a essa forma.

4.1. A desindividualização para a construção da transcendência

Para Foucault (1996), o indivíduo não é um pressuposto, mas um efeito de poder/saber característico das sociedades disciplinares do século XIX. O autor tomou como ponto de partida as reflexões e discursos que envolveram o nascimento da prisão, bem como sua reforma (contemporânea ao seu nascimento), para revelar a produção do indivíduo moderno. Para ele, estudar o processo metamórfico dos métodos punitivos é estudar a tecnologia política do corpo, a emergência de um poder individualizante e especificador que inclui a produção meticulosa dos corpos e de sua obediência, além de uma série de saberes que surgem dessas práticas e as alimentam. A singularização da pena e a incidência das disciplinas sobre os corpos resultaram na concepção do corpo como unidade. Diante do quê, indivíduo não é nem causa, nem explicação; essa noção nasceu em determinado momento da história por meio de mecanismos que estavam presentes em toda parte (inclusive nas prisões) e são grandes responsáveis pelos jogos de imaginação que substancializam a existência do indivíduo. Para Foucault, indivíduo é um

> átomo fictício de uma representação "ideológica" de sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a "disciplina". [...] Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade (Foucault, 1996: 161).

Instrumentos dessa tecnologia de poder, os dispositivos individualizantes (classificação, exame, disciplina, norma) estão reunidos no aparelho prisional tal como concebido por seus idealizadores e reformadores. Foucault (id.) dirigiu sua atenção à *episteme* (intimamente ligada ao nascimento das ciências humanas) que surgira com as prisões, enfatizando os enunciados que

possibilitaram a produção da ilusão, bastante real, do indivíduo moderno. A prisão teria sido, de acordo com essa perspectiva, um local de intensidade dessa produção.

Embora não estejamos mais em uma sociedade disciplinar[172], muitos daqueles enunciados se assemelham aos enunciados atuais, em uma busca contínua por remediar os problemas que surgiram com o nascimento da prisão, oferecendo-a como remédio para ela mesma. Encontramos, ainda, dispositivos individualizantes nos projetos prisionais e o conceito de indivíduo, efeito daquele poder disciplinar, permeando as ciências humanas. Mas não é minha intenção estabelecer essas correlações entre formações históricas distintas, o que me conduziria a examinar detidamente os enunciados sobre prisão e seus aparelhos/efeitos. Minha intenção, desde o início, é deslocar a atenção da instituição prisional e seus operadores aos prisioneiros e o campo de lutas que constroem – não se trata apenas da distinção entre formações históricas, mas, principalmente, entre perspectivas. Não é meu intuito, com tal deslocamento, contestar a obra de Foucault, que, como ressaltou Adalton Marques em comunicação pessoal, tratou de “sociedades disciplinares”, nunca de “sociedades disciplinadas”. Estas, talvez, nunca tenham existido. Afinal, para Foucault, não há exercício de poder sem resistências.

O que me interessa é que considerar o caráter ficcional do indivíduo exposto por Foucault possibilita tomar como ponto de partida as práticas prisioneiras para poder enxergar, com maior nitidez, fenômenos contrários ao da produção do indivíduo, mesmo entre os ainda existentes – e persistentes! – dispositivos individualizantes. Com isso, pretendo oferecer uma crítica ao conceito de indivíduo, fantasma que ainda assola as ciências humanas, a partir da

descrição das resistências aos processos de individualização que parecem operar, como veremos no decorrer da exposição, por meio do que chamarei de “processos de desindividualização”. Existem muitos aspectos da dinâmica do PCC que tornam esses processos visíveis e que desembocam em um enunciado que é recorrentemente proferido não só pelos *irmãos*, mas também por *primos*, visitantes e por outras pessoas que, de alguma forma, *somam com* eles: *estamos juntos e misturados*. Quando ouvi esta expressão pela primeira vez, perguntei o que significava e responderam-me: “É assim, sabe quando tá mais do que junto? Quando tá tão junto que mistura, tipo café com leite?”. Sei, é quando não conseguimos distinguir as unidades, quando não sabemos quando termina um e começa o outro.

A relação entre os presos e suas companheiras já mostra esta indistinção. Como adiantei na Introdução, existe uma série de imperativos, recomendações e restrições colocados pela etiqueta a que estão submetidas as companheiras dos presos. Ao mesmo tempo em que a elas é direcionado um tratamento diferenciado, existe também uma expectativa de que adotem certos comportamentos ou condutas. Não é recomendado que a mulher frequente festas ou eventos onde possa ser assediada por homens que não saibam quem é seu marido. Porque quem o conhece, ou melhor, quem sabe que ele é preso, sabe do respeito que deve dirigir à sua companheira. Em um ambiente onde estarão presentes outros *irmãos*, esse respeito esperado é, em teoria, garantido, pois todos têm ciência dessa orientação de conduta, o que confere uma confiança mútua. É por isso que, quando combinavam ir a alguma festa ou evento, uma *cunhada* disse à outra: “Vai estar cheio de irmão lá. Aí ele deixa eu ir”. O que está em jogo não é a mulher em si, mas sua relação com o preso. Conhecer essa relação e, mesmo

assim, transgredir os imperativos de interdição, constitui antes uma afronta ao preso do que uma ofensa à dita sacralidade da mulher[173]. Trata-se, portanto, de uma relação entre *irmãos* ou *primos* que passa pela mulher[174].

Pude experimentar esse tipo de relação em um trabalho de campo que fiz com um colega (homem) antropólogo junto a alguns ex-presidiários. Foi interessante o modo como eles tomavam precauções extremas para me evitar, visando não criar uma ofensa ao meu marido. Em diversas ocasiões, mensagens dirigidas a mim eram transmitidas, na minha presença, a Adalton Marques, meu colega antropólogo. A mediação de uma pessoa *da sociedade*[175] constituiu uma solução ao impasse criado pelos impositivos de gênero, pois minha relação com meu colega era de outra ordem daquela que eu travava com eles, ou melhor, da que eles travavam com o meu marido, por meu intermédio. Não obstante, em nenhum momento minha parceria com o colega fora problematizada, pois constituía uma relação alheia àquela socialidade, já que não obedecia ao caminho preso-mulher-preso. Foi possível notar nessas experiências a operação de um desmembramento do meu ser. Eu não deixava de ser “mulher de preso”, mas era também uma “estudante da sociedade”. Fui desmembrada e avaliada a partir da relação em questão. É possível perceber, nessa experiência, uma des-substancialização da noção do indivíduo associado a um corpo. Pude, assim, sentir como essas noções mostram-se produzidas. Pois o que estava em jogo não era o indivíduo singular, a Karina-pesquisadora ou a Karina-mulher-de-preso, mas as relações das quais participo ou que me atravessam. Esse aspecto reforça o que eu havia descrito no capítulo 3.1, já que as condutas deixam de obedecer a uma rigidez, pois são adotadas circunstancialmente,

resultantes de cálculos, avaliações e valorações entre as partes desmembradas, ou melhor, entre as relações.

Igualmente interessante foi a troca de percepções que meu colega antropólogo e eu travamos. Coisas que passaram despercebidas por um foram retidas por outro, e vice-versa, muitas em decorrência da questão de gênero que cortava transversalmente todo o nosso trabalho de campo. Essas relações de gênero que permearam as experiências que vivi em trabalho de campo permitiram que eu enxergasse os processos de desindividualização presentes na dimensão política do PCC. Enquanto as relações de gênero das *visitas* fragmentam o indivíduo, seus fragmentos passam a se *misturar* ao coletivo. Trata-se de dois processos – um que fragmenta e outro que *mistura* – que também se misturam.

Vimos no capítulo 2 que a adição da *Igualdade* ao lema *Paz, Justiça e Liberdade* resulta em uma tensão que se torna constitutiva à própria existência do PCC. Com isso, uma série de mecanismos e estratégias são acionados para a construção de um *Comando* entre *iguais*, instaurando tensões que ficam patentes quando observamos a dimensão política presente na existência do PCC. Vimos também que as atividades desempenhadas pelos *irmãos* no interior das prisões estão intrinsecamente ligadas a reivindicações e atribuições de responsabilidade pelo funcionamento da cadeia, e devem ser desenvolvidas sem revelar qualquer autoridade, superioridade ou exercício de poder sobre o outro, em consonância com o *ideal de Igualdade*. Nesse sentido, aos *irmãos* é conferido um estatuto de *igualdade* à medida que falam e fazem pelo *Comando*, que, este sim, está *acima de todos*. Para anular diferenças que emergem por todos os lados, os participantes do PCC lançam mão de mecanismos que acionam processos de desindividualização por

meio da repressão de qualquer manifestação individual dos *irmãos* (estejam eles atuando como *faxinas*, *pilotos* ou *torres*). Individualidades não podem aparecer, para que se coloquem em prática as ideias “ninguém é mais que ninguém” e “um por todos e todos por um”.

Como mencionei antes (ver capítulo 2), as decisões não podem ser tomadas por um só *irmão* ou, como dizem os presos, “decisões não podem ser isoladas”. É por isso que as prisões contam sempre com mais de um *piloto* e é também por tal razão que recorrem às *torres* nos casos de decisões consideradas importantes. Essa é uma forma de evitar *atitudes isoladas* que anunciariam que alguém deseja *ser mais do que o Comando*. O fato de os *irmãos* ou as *torres* não serem, no exercício de suas funções, considerados atores individuais, conjura a existência de hierarquia entre os participantes do PCC. Se, idealmente, ninguém pode se sobressair aos outros, e muito menos ao *Comando*, podemos dizer que um processo de desindividualização é lançado, por um lado, em nome da *igualdade* entre os presos e, por outro, em nome da superioridade do *Comando*. Afinal, como dizem, estão todos *juntos e misturados*.

Em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas, Marcola pulveriza os indivíduos a quem os inquiridores procuram atribuir alguma liderança do PCC. Segundo ele, os fundadores e antigos líderes do PCC não foram “repudiados” por supostas atuais lideranças, mas “pelo resto da população carcerária”, ou seja, “pelo sistema penitenciário”. Quando o inquiridor pergunta se não foi pelo grupo, referindo-se ao PCC como um agrupamento de alguns presos segregados do restante da população carcerária, Marcola responde:

> Não, pois o grupo simboliza o sistema, porque o sistema é o grupo. [...] Porque tudo que o grupo faz, ele não faz aleatoriamente. Ele faz tudo

> conversando com o sistema. O sistema apoia o grupo. Isso aí o senhor pode ter certeza.
> (Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/20060708-Luiz_camacho.pdf.)

Marcola negou ter sido ele quem exigiu a troca da cor do uniforme dos prisioneiros ao dizer que “o sistema inteiro repudiava aquele uniforme amarelo” e afirmou que não existe alguém que “decide os que morrem”, pois essa é uma decisão da “população carcerária”. As decisões, seja pela abolição do consumo de crack no interior das prisões[176], seja pelo desencadeamento e encerramento dos “ataques de maio”, são por ele atribuídas ao “sistema”, à “população”; são fruto de *consenso*. Aqui não há indivíduo, não há grupo. O que existe é uma *mistura*. Não é meu objetivo apurar se as manobras de desindividualização acionadas por Marcola são movimentos que visam esquivar-se de incriminações. O que nos interessa para este trabalho são os efeitos que tais manobras produzem, ou seja, mesmo que seu objetivo seja esse, ele é um dos componentes deste movimento de desinvidualização e despersonalização das decisões.

A partir do momento em que o indivíduo é esvaziado a favor do *sistema* ou da *população*, em que se dissolve o individual no coletivo, a questão da liderança deixa de fazer sentido. De fato, aos *irmãos* não cabe liderar, mas zelar pelo cumprimento dos *ideais do Comando*. Atuando em nome do *Partido*, os *irmãos* aparecem como meros operadores do PCC, que toma a forma de uma força que é reificada e ganha autonomia e superioridade em face dos seus produtores.

Essa reificação fica mais evidente quando notamos que, se antes do nascimento do PCC cada preso era o único responsável pelas suas ações, se os presos eram proprietários de bens dentro da cadeia e

podiam exercer o seu poder sobre o outro ou dominar territórios em seu próprio nome, hoje nenhuma iniciativa pode ser tomada se não for em nome do PCC, com sua autorização ou conforme suas orientações. Não se esperam autorizações de pessoas, mas do *Comando*. Decerto existem pessoas que operam essa máquina, mas são necessariamente anônimas.

Essa sistemática se reflete também na questão da propriedade. A cela, que antes era propriedade de alguns presos e, portanto, objeto de venda, hoje é vista como um bem de uso coletivo. Como costumam dizer, *tudo é nosso e nada é nosso*. Ou, de outra forma, se tudo é da *população*, é do *sistema*, nada é de propriedade individual. Contudo, todos esses processos de desindividualização só são possíveis por rebater sempre no *ideal do PCC*, na *disciplina do Comando*.

Para garantir a mistura produzida pelos processos de desindividualização e conjurar a cristalização de hierarquias, a adição da *Igualdade* aos *ideais do PCC* reforçou a coibição dos roubos, extorsões, estupros e agressões entre prisioneiros, práticas que expressavam o poder de uns sobre os outros. Com isso, as *cobranças* de dívidas morais ou financeiras (que também têm sua implicação moral) contraídas no *Mundão* não são permitidas na cadeia. Isso produz um efeito que meus interlocutores veem como negativo: muitas vezes presos deixam de se responsabilizar por seus atos em função dos esforços do PCC em manter a *paz entre ladrões*. Ou seja, para assegurar a *paz*, acabam sendo aceitos (ou simplesmente não *cobrados*) certos atos que, anteriormente, resultariam em disputas internas. Com isso, fala-se de uma diminuição na responsabilidade de cada um por seus atos, protegidos que estão pelo projeto do PCC de *paz entre ladrões*.

Assim, aos olhos de alguns interlocutores, o PCC aparece como *uma mãe*, um guardião dos presos e, portanto, uma *fábrica de moleques*.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o PCC pode parecer uma *fábrica de moleques* enquanto o *irmão* é firmeza, o *irmão* pode ser considerado *sem futuro* ou *sem visão* e o PCC ser imaculado. Mesmo que para isso seja necessário, algumas vezes, individualizar[177]. É o caso da atribuição de responsabilidade aos antigos fundadores do PCC pelas *opressões* que ocorriam dentro do *Partido*. Se para alguns o caminho tomado pelo PCC que estava sob liderança de Geleião não deixava outra opção senão fundar outro comando, para outros a solução foi *escorraçar* aqueles líderes que não se adequavam aos *ideais do Comando*. Para estes últimos, o problema não estava no PCC, mas nas pessoas (agora individuadas) que estavam operando-o. Henrique, que estivera preso e fora *batizado* ainda *no tempo do Geleião*, disse-me que "aqueles caras eram sem futuro. Ainda bem que conseguimos fazer uma limpeza e nos livrar daquelas maçãs podres. O Quinze é muito mais do que eles... O PCC não merecia estar nas mãos deles." Para Marcola, "as pessoas ligadas a essa liderança se embriagaram com esse sucesso todo. E acabaram cometendo atrocidades pior do que aquelas que eles vieram para coibir. [...] Abuso de poder". A exclusão dos antigos líderes não garantiu a inexistência de *irmãos* "vaidosos", que "querem se aparecer", que "tentam mandar", que "querem ser mais que o Comando". Se a *igualdade* conduz à *mistura*, aqueles que não *são de igual* deixam de ser a *população*, de estar *misturados*, para serem individualizados. De fato, nesses casos, eles deixam de fazer parte do *sistema*, da *população*, para serem individualizados e responsabilizados por suas posturas. "Esse irmão é um sem futuro, ele não vale nada, não tem uma visão

do que é o Comando", reclamou um preso que achava que o *irmão* estaria abusando de sua autoridade: "Faz um tempo já que tô correndo lado-a-lado com o Comando, tô representando e não tem reconhecimento, pô!".

Para meus interlocutores, seguir a *disciplina do Comando* nada tem de obrigação ou de imposição. Corresponde a *correr lado-a-lado*, ser um *aliado*, estar na mesma *sintonia*. Mas *fechar com o Comando* não quer dizer *fechar* com tal ou qual *irmão*. Porque, dizem, existem *irmãos sem visão*, cujos atos não condizem com as diretrizes do PCC. Assim, mesmo diante de um dissenso entre os presos de determinada cadeia, o *Comando* não é colocado em questão. Se as coisas não vão bem, a culpa não é do *Partido*, mas dos *irmãos* que não conseguem *representar o Comando*. Por isso, mesmo diante de uma suposta má gestão da cadeia, aqueles que ali se encontram não deixam de *correr lado-a-lado* com o *Comando*.

Se alguém não é *sujeito homem*, um *cara de proceder*, não é culpa do *Partido*. Ele mantém uma certa independência em relação aos seus participantes, que o veem como superior e, de certa maneira, inquestionável. Isso faz parecer que a existência do PCC independe da atuação dos *irmãos* e parece contradizer o que afirmei acima: que eles são um ponto fundamental para a existência do *Comando*. Mas isso revela a questão central deste texto, pois o PCC aparece como uma existência autônoma aos seus membros, mesmo que sua existência seja sustentada pela atuação dos *irmãos*. Cada um deles se considera responsável pelo *Comando* e afirma ser sua a *obrigação de dar o exemplo*, pois o PCC, ali, são eles. Eles são a voz do *Comando*, que fala por meio deles e, por isso, depende deles para se fazer ouvir. São também os instrumentos que o colocam em ação, que firmam a sua presença nos territórios. Em outras

palavras, não existe PCC sem a existência de *irmãos*. Sua atividade, portanto, não é anulada, pois o PCC só é reconhecido pelos presos e só interfere nas suas ações e nas dos funcionários da prisão se, nas atuações cotidianas, os *irmãos* obtiverem êxito na construção dessa relação, ou melhor, na produção do PCC. O reconhecimento da atuação do C*omando*, assim, é fruto de uma conquista que é incessantemente buscada, mesmo que essa atuação não seja atribuída aos seus operadores. Os frutos dessa conquista, neste sentido, são colhidos pelo *Comando* e não pelos *irmãos*, pois eles não são pessoas dotadas de individualidade e manifestações próprias; eles são, idealmente, operadores do PCC.

Esse processo de desindividualização ocorre, portanto, em nome da construção de um ente superior. Ou, dito de outro modo, a construção de um PCC-transcendência ocorre na medida em que seus participantes são desindividualizados. Temos, assim, o PCC como uma figura de existência autônoma, como algo que não consiste na soma de seus membros, mas que, no entanto, é produzido por eles, ou melhor, mediante a *mistura* deles.

Todavia, não devemos confundir esse fenômeno com a fundação da soberania na forma de criação do Leviatã, exposta por Thomas Hobbes (2008). O advento do Estado soberano é concomitante ao aparecimento do indivíduo e da sociedade; além de oferecer as condições para esse aparecimento, a existência do Estado depende da existência do indivíduo e da sociedade, numa condição de dependência recíproca[178]. O Estado soberano instaura um poder descendente, concentrado na figura do soberano que atua sobre os seus súditos. No PCC, não temos a figura de um soberano, nem a de súditos, mas de uma transcendência que é tão somente o resultado de um embate de forças que se dá imanentemente à

própria associação. Donde decorre que o poder não é descendente. Pois não é o caso, como no contrato social de Hobbes, de indivíduos que abrem mão de suas prerrogativas pessoais em favor do Estado, em troca da paz e segurança. O poder tampouco é ascendente, uma vez que o PCC, como transcendência, não é localizável, nem passível de ser alvejado. O *Comando* só existe como resultado de (des)indivíduos *juntos e misturados*. Ao mesmo tempo em que é resultado, é a garantia de sua existência, é o que permite a continuidade dos processos de desindividualização. Em outras palavras, embora ganhe autonomia e superioridade sobre os seus membros, o PCC não é dissociável de seus produtores. Imanência e transcendência estão, também, *juntas e misturadas*.

O PCC, neste aspecto, é ao mesmo tempo o nome de uma transcendência e o nome de um coletivo que não comporta individualizações em seu interior. Mais precisamente, trata-se de uma transcendência que nasce como efeito de processos de desindividualização, mas que – e este é o tema da próxima seção – também garante a persistência de um coletivo sem vínculos territoriais ou pessoais estáveis.

4.2. A transcendência como componente para a desterritorialização

Se a existência do PCC é concebida independentemente das manifestações individuais e transferida ao plano transcendente, isto a exime de vínculos territoriais. O que explica por que o PCC pode estar presente mesmo na ausência de *irmãos* ou de territórios prisionais, embora a conquista de territórios e o aumento do número de *batizados* constituam estratégias de sua atuação. O que ocorre é que na medida em que temos uma transcendência como produtora e acionadora de vontades em suas mais diversas manifestações, expressões, alcances e intensidades, vínculos territoriais estáveis são absolutamente desnecessários para o compartilhamento dessas vontades. Assim, seus participantes são livres para transitar por quaisquer lugares sem que, com isso, deixem de fazer parte da *caminhada*. Ademais, os *irmãos* só se conhecem à medida que seus destinos se cruzam, seja em função de suas *correrias*, seja porque residem na mesma *quebrada*[179], seja em consequência das constantes transferências entre os estabelecimentos penais.

Entretanto, mesmo *irmãos* que são da mesma *área* ou que já *tiraram cadeia* juntos podem não se conhecer. É o caso de Otávio, um dos *irmãos* que autorizaram minha pesquisa e cujo contato foi perdido com a transferência de meu marido para outra unidade prisional. Como ele havia se colocado à minha disposição para colaborar com a pesquisa, seria para mim muito importante encontrá-lo. Tentei saber seu paradeiro junto a uma interlocutora que mora na mesma região que ele. Como ela não o conhecia, me apresentou dois *irmãos* que também eram daquela *área*. Imaginei não ser tão difícil localizar Otávio, já que antes de ser preso ele

estava *de frente na quebrada*, ou seja, era um dos *pilotos* daquela região e por isso – eu pensava – seria conhecido dos outros *irmãos*.

– Estou precisando rastrear o irmão Otávio. Ele tirou uns dias com meu marido, mas acabaram perdendo contato.
– Irmão Otávio... Pô, será que é ele? Daniel, você conhece o irmão Otávio?
– Irmão Otávio? Ah... Agora de nome não tô lembrado, não...
– Não é o finado irmão Otávio, que explodiu com armamento num barco?
– Podes crer, é ele mesmo. É um gordão, cheio de tatuagem, não é, senhora?

Não conhecia as características físicas do *irmão*, pois, quando falava com os presos, raramente sabia seus nomes. Só vinha a saber seus nomes depois, quando e se meu marido fazia alguma referência a um ou a outro. Contudo, os *irmãos* pareciam estar convictos de ser aquele o *irmão* Otávio que eu estava procurando:

– Olha, senhora, ele faleceu numa fita num barco. Parece que tava com armamento pesado que explodiu.
– Mas tem certeza que é o mesmo irmão?
– Se é o irmão Otávio da [nome da quebrada], só pode ser ele.

No *dia de visitas* seguinte, informei meu marido sobre a morte do *irmão* Otávio. Ele perguntou se eu tinha certeza e eu respondi: “O irmão Otávio não é um gordão cheio de tatuagem?”. Ele me respondeu: “Não! Esse não é o irmão Otávio, ele é pequeninho, magrinho”. Ou seja, mesmo que o *irmão* Otávio tenha ficado de *piloto* em sua *quebrada*, os *irmãos* que também eram daquela *área* não sabiam quem ele era. Em compensação, ao mencionar seu nome em uma cidade a cerca de 400 quilômetros de sua *quebrada*, os *irmãos* imediatamente reconheceram-no e me disseram que seria muito difícil encontrá-lo, pois estava foragido. Nunca mais tive notícias dele; não sei se foi preso novamente, se continua foragido ou se faleceu. O mesmo aconteceu com a *irmã* Maria, que após os primeiros contatos havia me passado seu número de telefone para

que mantivéssemos contato para a pesquisa. Falei com ela apenas mais uma vez, quando me pediu um exemplar de um livro que lhe interessava. Dez dias depois, telefonei para tentar marcar um encontro para que eu levasse o livro, mas outra pessoa atendeu e disse que aquele número não era da pessoa que eu procurava.

A perda do contato não ocorre, porém, apenas em função das frequentes mudanças de número de telefone. Sônia, uma *cunhada* que já estava na *caminhada* há mais de vinte anos e cujo marido estava à época como *torre*, além do número de seu telefone celular, forneceu o número do telefone de sua casa. Conversamos algumas vezes por telefone, chegamos a combinar um encontro que não deu certo e, de uma semana para outra, todos os seus telefones deixaram de ser válidos; uma mensagem informava que o número não existia.

Esses desencontros são tão recorrentes quanto os encontros inesperados. Quando Sebastião saiu da cadeia, mudou-se com sua família para uma cidade do interior paulista. Ao caminhar pela rua, ouviu: “Salve, [apelido]!”. Aquele era um apelido que fora dado a Sebastião dentro da prisão. Ninguém do *Mundão* o conhecia por aquele *vulgo*. De fato, quem o reconheceu foi Bernardo, que tinha *puxado cadeia* com ele na capital do estado e estava no interior “dando um tempo pra baixar a poeira de uma fita de mil graus”, ou seja, esperando passar o calor do momento de algo que havia feito e que provavelmente o colocaria em alguma confusão. Bernardo e Sebastião trocaram algumas palavras, se despediram e nunca mais se encontraram. Relatos de situações como essa são numerosos.

Só com a libertação de meu marido é que vim a saber que pessoas que eu já conhecia há algum tempo já haviam *tirado uns dias* ou tinham algum *conhecimento no Comando*. Esses assuntos nunca

haviam sido acionados porque essas pessoas não sabiam que eu era *visita* de um preso e, portanto, não havia motivos para se relacionar comigo nesses termos.

Temos, com isso, situações nas quais pessoas que se conhecem perdem o contato, nas quais ex-presos que haviam perdido o contato se encontraram ao acaso, nas quais *irmãos* não conhecem outros que se pressupunha conhecer, nas quais *irmãos* conhecem outros que não se imaginava conhecer, pois não há motivo aparente que influenciasse essa possibilidade. É como se uma linha, ora acoplada – quando *misturada* –, ora concorrente – quando individuada – à outra, se desviasse de sua rota e seguisse outro caminho a perder de vista, sem deixar rastros; e, sem qualquer motivo aparente, sem nenhum planejamento prévio, essas linhas voltam a se alinhar, se acoplar ou se cruzar adiante.

O que permite que pessoas em diferentes lugares, que muitas vezes não se conhecem, compartilhem sua pertença a esse coletivo é a existência de um PCC-transcendência. Construída por seus participantes, essa transcendência é que garante a presença do PCC mesmo onde não encontramos seus membros *batizados*, como na já descrita inauguração de um CDP (ver capítulo 3). O *Comando* não estava instaurado naquela unidade prisional, mas as ações dos presos que *ganharam a cadeia* para o PCC acionavam e atualizavam essa transcendência[180]. Aqueles prisioneiros, depois da primeira *tranca*, ou seja, durante a primeira noite que passaram no CDP, refletiram sobre a necessidade de montar a *faxina*:

> A fita foi a seguinte, ó: Nós chegamos ali e tinha uma pá de coisa lá[181]. Aí tumultuou, demos uma entrada na mente lá e tiramos os coisas lá de dentro. Só que tirou os caras de lá e os caras estavam na cadeia, tava no seguro mas estava na cadeia, certo? Vamos imaginar... O setor espalhado ali, uma pá de primário, uma pá de moleque que não tem atitude de nada. Não tem faxina. Aí

os caras enquadram os funcionários e falam: “Aê, chefão, põe a gente de novo lá pra nós conversarmos com os caras”. Aí os caras põem um monte de coisa lá pra dentro lá e uma pá de primário bunda-mole lá na frente, lá no primeiro xis lá... Não sabe debater ideia, não sabe porra nenhuma... E aí? Aí à noite, nós já começamos a conversar ali pela capa mesmo:

– Salve!

– Salve!

– Temos que montar a faxina!

– É... Você viu, né?

– É mesmo.

– Tá vendo...

– Ê, Luiz, cola na capa!

– Fala!

– Salve, ladrão!

– Solta a voz!

– Aê, Luiz! Nós temos que ver o bagulho da faxina!

– Que bagulho?

– A faxina, montar a faxina, mano! Os caras estão falando pra botar você na faxina aqui.

– Me erra!

Aí os caras vão... E pula pra um, pula pra outro... Acabou montando.

– Vamos amanhã resolver essa fita aê.

Perguntei se ninguém queria ir e meu interlocutor respondeu: “Os caras não queriam ir, mas acabaram indo. Já pensou, perder a cadeia do Comando?”. No dia seguinte, o funcionário foi distribuir o café da manhã e os presos disseram que isso não poderia ser feito sem antes fazer o *rapa*, ou seja, a limpeza do pavilhão. Para tanto, era necessário montar a *faxina*, pois são os presos que a integram que fazem a limpeza do *raio* antes da distribuição das refeições. Depois que montaram a *faxina*, evocaram novamente o PCC para conseguir mantê-la destrancada durante o dia. Depois do café da manhã, quando o funcionário foi trancar as celas, Luiz defendeu que a cela da *faxina* não deveria ser fechada porque ali era uma *Cadeia do Comando*:

– Vai ficar aberto que... Faxina tem que ficar na frente aí... Porque que nem no dia que chegamos e tinha uma pá de coisa aí, certo? Então vai deixar esse bagulho aí aberto aí pra gente ficar de olho em quem o senhor vai colocar aqui dentro. Imagina o senhor põe um caminhão de coisa aqui dentro, aqui? Nós não sabemos qual é que é, aí vamos entrar tudo na faca. Não... Então nós temos que ficar de frente da cadeia pra ver quem é que vai entrar na cadeia, chefão... Aqui é Cadeia de Comando.
– Não, eu vou trancar...

Encaminhados para falar com o chefe de disciplina, Luiz e Adolfo sustentaram sua opinião:

– Senhor, já faz uns dias que estamos todos trancados. Pelo menos a faxina agora tem que ficar aberta, porque se não ficar, pode dar bonde em nós. Se for trancar, dá o bonde em nós, já era! E já tem uns meninos escolhidos pra ficar no nosso lugar e pode ter certeza que eles vão bater na mesma tese.
– Não... Eu quero uma cooperação... Só não quero rebelião, esses negócios assim.
– Libera o espaço pra nós aí, então. Porque você chega e coloca alguém na cadeia, nós temos que saber quem é a pessoa, certo? Se é primário, nós temos que dar uma orientada. Tem que saber o B.O. dele também, certo? Se o senhor põe um cara pra dentro e depois nós descobrimos que é estuprador, nós matamos!

Com isso, aqueles prisioneiros conseguiram instaurar a *faxina* e mantê-la aberta para o exercício político que decorre da existência do *Comando*. Portanto, foi a existência do PCC-transcendência que tornou possível o desencadeamento de todos esses atos e que permitiu fazer território onde não havia *irmãos*.

Para meus interlocutores, o PCC não está localizado nem em seus participantes, nem em territórios específicos; está *acima*[182] deles e é a ligação de cada um com essa força que torna possível a existência dos laços que os unem. Como dizem, “o Comando está acima de tudo; tamo junto e misturado”.

A existência de posições políticas que não dependem de personagens específicas contribui para a permanência do PCC mesmo diante do intenso trânsito a que seus participantes são submetidos (no caso das frequentes transferências entre unidades prisionais) ou de que se valem (em função dos locais dos *corres* [crimes] ou da necessidade de despistar a polícia, no *Mundão*). Com isso, vemos que essa transcendência constitui um componente para a desterritorialização, tornando possível uma existência condizente com os frequentes abandonos de território, de pessoas que assumem um "compromisso com o Crime", compromisso que implica necessidade de invisibilidade, de "não ser visto para não ser lembrado", de não ser investigado ou capturado. Documentos, empregos, carteira de trabalho assinada, são coisas de *Zé Povinho*. É por isso que um ex-preso, flagrado por outro em seu atual exercício de profissão (legal e com carteira assinada), pede a ele para guardar segredo quanto a sua opção de sair da *vida do crime*: "É que não quero passar por aquele veneno de novo". Em outro caso, um ex-preso, também flagrado por outro em seu ambiente de trabalho, fingiu não conhecê-lo. Tal postura revela não ser desejável que alguém *do crime* se estabeleça, tenha vínculo, participe do *Sistema*. Tanto é que, ao se *batizar*, dizem que estão assumindo um *compromisso com o Crime*, que é exterior ao *sistema* da mesma forma que as pessoas da *sociedade* não estão *em sintonia* com o PCC, ou seja, não participam de seu regime de relações.

Isso, entretanto, não os impede de fazer território, pois toda desterritorialização implica necessariamente em uma reterritorialização. É imprescindível, contudo, estar preparado para fugir a qualquer momento; não convém criar vínculos, fincar raízes. Mesmo a *quebrada*, local de vínculo, frequentemente precisa ser abandonada, ainda que depois se retorne a ela. Se é *correria*, tem

que fazer os *corres*, saquear e *vazar*. Não se pode ficar parado, é preciso ser nômade, tanto no que se refere aos territórios quanto no que concerne às relações pessoais ou posses materiais, mas nunca se pode esquecer do compromisso com o *Comando*.

Os participantes deste coletivo cobrem os territórios que atravessam, algumas vezes imperceptivelmente, outras vezes marcando fortemente sua passagem. Seus rastros se desfazem na medida em que avançam. Muitas vezes eles tornam a se encontrar, mas mesmo que isso não ocorra, pois o reencontro nunca é garantido, existe o amparo da forma transcendente do PCC, que os mantêm em *sintonia*, *juntos e misturados*. É esse elo que permite grande mobilidade sem, com isso, resultar em dissolução do coletivo.

166 Criticada por Misse (2006) e Telles (2007). Sobre essa crítica, ver capítulo 3.

167 Sobre a presença do PCC nas FEBEMs e a autorização para a pesquisa, ver Introdução, p. 52.

168 Sobre a decisão quanto ao que informar à *faxina*, ver p. 172.

169 Uma reflexão sobre a importância da obra desses autores para a antropologia pós-social pode ser encontrada em Viveiros de Castro (2007).

170 Abordagens críticas sobre o conceito durkheimiano de "sociedade" podem ser encontradas em Donzelot (1994), Latour (2005), Strathern (1996), Toren (1996) e Vargas (2000, 2007), entre outros.

171 Cabe lembrar que Foucault (1996), por mais que mostrasse o caráter ficcional do indivíduo, nunca negou sua existência.

172 Conforme reconheceu o próprio Foucault (1994b). A esse respeito ver também Deleuze (1992) e, desde um ponto de vista próximo, Negri e Hardt (2006).

173 Os presos costumam afirmar que a "visita é sagrada". Segundo eles, essa sacralidade se justifica pelo "sacrifício" a que as visitas se submetem ao se sujeitarem a enfrentar todas as etapas exigidas para que possam entrar na instituição.

174 A relação entre dois homens por meio de outras pessoas, objetos ou animais não é uma especificidade deste coletivo. Villela (2004) nos mostra como a destruição de bens, ataques a clientes ou sequestro de animais no Sertão do Pernambuco tinham como objetivo prejudicar, ofender ou afrontar o inimigo. O autor ainda cita obras que abordam formas parecidas de ofensa em outros cenários etnográficos (: 121, nota de rodapé 11).

175 Neste caso, *sociedade* é usada em sua concepção nativa. Como veremos adiante, os presos não se veem vivendo na *sociedade*.

176 De acordo com a *cartilha*, já citada no capítulo 2.4, "A maior parte [dos] abusos, conflitos e covardias era gerada em consequência da droga (crack), mas o principal motivo mesmo era a ignorância, a falta de conscientização da luta. Antes você chegava na prisão, fora as injustiças das 'justiças' que você tinha que superar, você tinha que lutar no dia-a-dia pela sobrevivência e moral, arriscando-

se a matar ou morrer a todo instante". Podemos dizer, de acordo com a *cartilha*, que a formação de um *consenso* veio junto com a "conscientização da luta".

177 No contexto português, Cunha (2002) descreve práticas de individualização como estratégias prisioneiras para escapar da coletivização das condenações coletivas impetradas pela Justiça portuguesa.

178 Para Lebrun, "foi apenas graças à tutela de um poder único e centralizador que o 'indivíduo' se viu capaz de compensar o seu isolamento, e de reivindicar a sua condição de indivíduo" (1983: 45). Além disso, sem a existência da "força absoluta" do poder político, "sequer seria possível falar em 'societas'" (id., 46).

179 Como mencionei no capítulo 1 (p. 95, nota 83), *quebrada* corresponde ao local de moradia passada ou da família do preso.

180 Embora a transcendência tivesse que ser, nesse momento, atualizada, ela não constitui uma virtualidade, que nos termos de Deleuze e Guattari (1995a) não se opõe ao real, mas pode ou não ser atualizada. O conceito de transcendência de que faço uso não só é passível de atualização como também tem agência: ela mesma pode atualizar, por exemplo, dinâmicas que só existem porque nela se respaldam.

181 Neste caso, *coisa* é como os presos chamam aqueles que participam de outros comandos.

182 Quando os prisioneiros afirmam que o *Comando* está *acima* deles, querem dizer que o PCC é superior (aqui se instaura uma relação hierárquica) em importância, é único. É por isso que, como penalização pelo comportamento da companheira na fila para visita, ao *irmão* foram dadas duas alternativas: agredi-la ou ser *excluído* (expulso) do PCC. Nesta discussão, argumentava-se que "o Comando está acima de tudo" (inclusive das relações pessoais) e que "mulher você encontra um monte por aí, mas o Comando é um só" ou, ainda, "mulher é igual biscoito: puxa um, vem dezoito".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Eu não pinto a guerra, porque não sou o tipo de pintor que, como um fotógrafo, vai à cata de um tema. Mas não há dúvida de que a guerra existe nos meus quadros.
>
> Pablo Picasso

No decorrer deste trabalho, procurei descrever o modo de funcionamento do PCC, começando por sua composição e o modo pelo qual ocupa territórios. Vimos que a disposição territorial do PCC está intimamente ligada à sua formação, na medida em que os corpos que o compõem não são atrelados de maneira estatutária a funções políticas definidas. E foi por terem me parecido sempre transitórias (e circunstancialmente ocupadas) que as tratei como "posições políticas"[183]. Isso confere a possibilidade de seus participantes transitarem por territórios e posições sem que estabeleçam qualquer relação que os vincule definitivamente a eles. Assim, por exemplo, *primário* em determinada circunstância poderá ser *residente* em outra; alguém que é *piloto* hoje poderá deixar de sê-lo amanhã; uma *cadeia do PCC* pode não ter nenhum *irmão*. Da mesma forma, não existe *torre* (posição política) fora das *torres*

(território). Entretanto, uma prisão que hoje é *torre* pode deixar de sê-lo amanhã e com isso quem é *torre* nessa cadeia também deixará de sê-lo, ainda que isso não os impeça de voltar a sê-los futuramente.

Uma análise sincrônica poderia enxergar no PCC um poder descendente, uma estrutura hierárquica que teria as *torres* em seu topo, logo abaixo os *pilotos*, seguidos pela *faxina* e, por fim, a *população carcerária*. E tal abordagem não seria totalmente equivocada se a imagem não estivesse congelada, se não estivéssemos tratando de um *movimento* composto por protagonistas que estão vivendo suas *caminhadas*. Se quisermos entender melhor o PCC, não podemos descartar sua fluidez constitutiva. O *Comando* é todo fluxo, é trânsito, circunstância, *movimento*, *situação*; só pode ser entendido em um plano diacrônico, ou melhor, como um acontecimento.

Reuni, neste trabalho, os diversos planos nos quais políticas são operadas no PCC, planos que possuem diferentes intensidades e velocidades, que às vezes atuam como linhas de fuga umas em face das outras e entre as quais os presos se movimentam. O *ideal de Igualdade* atravessa todos esses planos e pode ser considerado um grande responsável pela manutenção do PCC em movimento. É o *ideal de Igualdade* que concede aos participantes do PCC certa liberdade de manifestar suas vontades justamente quando retira o estatuto de obrigação[184] que limita os impulsos criativos. Na medida em que uns não podem limitar as ações dos demais sem prejudicar o *ideal de Igualdade*, estabelece-se uma concessão para diferir. Mas, se por um lado, permite-se diferir, por outro lado, acionam-se mecanismos para compensar as diferenças que não cessam de aparecer. Um desses mecanismos é a desindividualização das

decisões, que, como descrevi no capítulo 2.3, “não podem ser isoladas”. Opera-se um descolamento, uma dissociação das posições políticas de quem as está ocupando, quando as decisões não são atribuídas a este ou àquele *irmão*, mas às *torres*, ao *Comando*. Temos, com isso, decisões que não são resultado de iniciativas individuais, mas de manifestações coletivas que se expressam por meio das políticas do PCC divulgadas por meio dos *salves*. Com isso, *irmãos* atuam como operadores de um PCC que lhes é superior e no qual espelham suas ações.

O efeito desses mecanismos é a produção de uma força que não se confunde com os participantes do PCC, que é dotada de certa autonomia e que denominei transcendência[185].

Se por um lado essa transcendência é produzida na imanência, é ela que garante a manutenção deste coletivo ao passo que reúne cada um de seus participantes a partir da ligação com tal figura autônoma, num estado de coisas que independe de vínculos interpessoais ou territoriais estáveis. Contudo, a transcendência só permanece porque realimentada continuamente pelas forças moleculares que trabalham incessantemente em sua produção.

Com efeito, vimos ao longo de todo este trabalho referências ao *Comando* como uma potência apartada de qualquer individualidade. Vimos enunciados que remetiam ao PCC como uma força transcendente capaz de atuar dissociada, autônoma e independentemente dos que ocupam as posições políticas do *Partido*. Ao descrever o tracejado das linhas que formam a imanência do PCC, deparamo-nos a todo momento com a referência ao PCC-transcendente. A imanência do *Comando* funciona na medida em que rebate em sua forma transcendente. Concomitantemente, o PCC-transcendência só existe porque tem

como base a imanência que o garante. Uma não só constrói a outra como também uma só funciona com a outra na medida em que se exigem, se solicitam mútua e incessantemente.

Essa transcendência opera processos de desindividualização ao mesmo tempo em que é resultado desses processos[186]. Já vimos (ver capítulo 2) que, para um prisioneiro *cobrar* a outro, as decisões são despersonalizadas em nome da *disciplina do Comando.* Esta sistemática, ao mesmo tempo em que dilui a hierarquia, desindividualizando seus operadores, relega à transcendência suas potências hierárquicas. Tal dinâmica não é senão resultante de mecanismos contra-Estado acionados com a incorporação da *Igualdade* aos *ideais do PCC*.

O Estado a que me refiro aqui não é o *Sistema* a que o PCC faz oposição em seu projeto "guerra contra os polícias", mencionado no capítulo 3.1. Trata-se do Estado-dentro, aquele do qual a adição da *Igualdade* procurou se livrar. Entretanto, o risco de adotar para si a forma-Estado ainda permanece: embora seja evidente a tentativa de consolidar uma formação contra-Estado, as invasões são constantes, as fronteiras são porosas e sementes da forma-Estado não param de brotar no interior do PCC. Entretanto, ao mesmo tempo em que brotam estas sementes, novos mecanismos de inibição são criados para diluí-las, o que instaura uma tensão constante entre um Estado pronto para nascer no interior do PCC e sua resistência a esse Estado. Faz parte dessa resistência, por exemplo, a escolha de quem é convidado a *batizar-se*[187]. Pois é da capacidade e da habilidade política deste *irmão* que depende não só a luta contra o Estado-fora, mas principalmente a luta contra o Estado-dentro. Afinal, se as sociedades ditas "primitivas" abordadas por Clastres (2003) não haviam experimentado a formação

estatal[188], o PCC conheceu bem essa forma. Em primeiro lugar porque, como afirma Barbosa, “nunca se está mais dentro do Estado do que numa prisão” (2001: 173); em segundo lugar porque o PCC já viveu a forma-Estado quando era liderado por seus fundadores, particularmente por Geleião[189]. Mesmo que o PCC de seus fundadores tenha sido já uma transcendência, tratava-se de uma transcendência sem garantias da imanência. O regime promovido por Geleião, diferente daquele que o sucedeu, não dependia do contra-Estado para existir e talvez por isso comportava toda a rigidez hierárquica que o colocava em funcionamento.

Os participantes do PCC tanto conhecem a forma-Estado que se mostram cônscios de suas consequências, como nos revela um trecho da *cartilha* que circulou nas unidades prisionais do estado de São Paulo, mencionada no capítulo 2.4:

> Onde houver dominação, haverá sempre lutas pela libertação, onde houver exploração humana, haverá sempre combates pelo fim da opressão, onde houver violação dos direitos, haverá sempre resistência em nome da dignidade.

É por isso que o PCC arduamente elabora mecanismos para se livrar dessa forma. Se o *Comando* nasceu pretendendo-se um decalque da forma-Estado[190], a dissolução da estrutura piramidal promovida por Marcola e a adição da *Igualdade* aos seus *ideais* proporcionaram uma mudança de agenciamento que conduziu o PCC a uma formação contra-Estado, com todos os seus mecanismos que conjuram o retorno do Estado. Entretanto, essa derrubada de regime levou o PCC a um novo regime que, como tal, contém sua forma-Estado. Com efeito, pudemos ver ao longo deste livro que ao mesmo tempo em que o PCC possui uma forma contra-Estado, ele também opera forças sobrecodificadoras. Entretanto, mesmo suas forças sobrecodificadoras não são estanques, pois são

fluxos que jorram linhas de fuga e aceleram seu movimento. Afinal, a particularidade da formação promovida por este novo regime é a sua produção pela imanência e a garantia que esta forma-Estado confere ao contra-Estado operante na imanência. Em outros termos, ao mesmo tempo em que o PCC-transcendência é produto e produtor de vontades, ele também constitui um poder que incide sobre os corpos de seus participantes, que sobrecodifica suas relações. Em certa medida, não deixa de ser o Estado como remédio contra o Estado. Mas mesmo essa relação é capaz de imprimir velocidade, inscrevendo no PCC a sua singularidade: comportar uma transcendência que não está em outro plano que o da imanência, produzindo-a e por ela sendo produzida. Uma não é anterior à outra; pelo contrário, uma só funciona com a outra. É como se tudo se desse de pronto, tudo *junto e misturado*.

183 Sobre posições políticas, ver capítulo 2.1.

184 A questão da obrigação foi abordada no capítulo 2.3.

185 A respeito do PCC como transcendência, ver capítulo 4.

186 Sobre os processos de desindividualização, ver capítulo 4.1.

187 A descrição deste processo pode ser encontrada no capítulo 1.2.

188 O desconhecimento do Estado pelas sociedades primitivas é questionado ao mesmo tempo em que, de certa forma, é justificado por Deleuze e Guattari, que afirmam que “conjurar é também antecipar” (1997b: 121) e oferecem positividade ao “pressentimento de algo que não existe ainda” ao mostrar que “o que não existe já age sob uma outra forma que não aquela de sua existência” (id.). Para Clastres (2003), a experiência dessa formação seria irreversível: a partir daí, as sociedades primitivas não mais se livrariam do Estado.

189 As transformações decorrentes da exclusão de Geleião encontram-se no capítulo 2.

190 Esta abordagem está ancorada no ponto de vista dos meus interlocutores. Adalton Marques, em comunicação pessoal, contou-me que possui relatos que mostram outras perspectivas acerca do formato existente no PCC quando fundado. Essa conversa nos motivou a escrever um artigo a respeito desses diversos pontos de vista (Biondi e Marques, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. 2007. “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61, p. 7-29.

BAILEY, F. G. 1971. *Gifts and poison. The politics of reputation.* Oxford: Basil Blackwell.

BARBOSA, Antônio Rafael. 2001. ”Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. *Alceu*. v. 2, nº 3, Rio de Janeiro. p. 166-179.

_____. 2007. “Um levantamento introdutório das práticas de violência física dentro das cadeias cariocas” In: MARQUES, Ana Claudia. *Conflitos, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores. p. 129-172.

BARBOSA, Gustavo Baptista. 2004. “A *Socialidade* contra o Estado: a antropologia de Pierre Clastres”. *Revista de Antropologia USP*, v. 47, nº 2, São Paulo. p. 529-576.

BARROS, João de. 2006. “A construção do PCC”. *Caros Amigos*, São Paulo, edição extra, ano X, nº 28, p. 3-13.

BEZERRA, M. O. 1999. *Em nome das Bases. Política, favor e dependência pessoal.* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BIONDI, Karina. 2006a. “Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais”. In: GROSSI, M. P.; HEILBORN, M. L.; MACHADO, L. Z. (orgs.). *Antropologia e Direitos Humanos 4*. Florianópolis: Nova Letra, p. 303-350.

_____. 2006b. “Paz, Justiça e Liberdade - Caminhos para pensar o PCC”. In: 25a Reunião Brasileira de Antropologia: saberes e práticas antropológicas - desafios para o século XXI, 2006, Goiânia. CD-ROM, v. 2.

BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. 2010. “Memória e historicidade em dois “comandos” paulistas”. *Lua Nova*, São Paulo, n° 79, p. 39-70.

BOSI, Alfredo (ed.). 2007. “Dossiê crime organizado”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61.

CANCELLI, Elizabeth. 2005. “Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, nº 42, p. 141-156.

CLASTRES, Pierre. 2003 [1974]. *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify.

CLAUSEWITZ, Carl von. 1976. *On war*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

CUNHA, Manuela Ivone. 2002. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.

_____. 2007. “A violência e o tráfico: para uma comparação dos narco-mercados”. In: Marques, Ana Claudia. *Conflitos, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações, 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI; Félix. 1976. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago

_____. 1995a [1980]. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1*. São Paulo: Ed. 34.

_____. 1995b [1980]. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2*. São Paulo: Ed. 34.

_____. 1996 [1980]. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3*. São Paulo: Ed. 34.

_____. 1997a [1980]. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4*. São Paulo: Editora 34.

_____. 1997b [1980]. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5*. São Paulo: Editora 34.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. 2008. *A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão.* São Paulo: Humanitas.

DONZELOT, Jacques. 1994. *L’Invention du Social: essai sur le declin des passion politiques*. Paris: Fayart.

DURKHEIM, E. 2000. *O suicídio. Estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. 2005 [1976]. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. "'Ser afetado', de Jeanne Favret-Saada". Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de campo*. nº 13, p. 155-161.

FELTRAN, Gabriel de Santis. 2007. "Trabalhadores e bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos". *Revista Temáticas*, ano 30, v.15, p.11-50.

_____. 2008. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo.* Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP.

FOUCAULT, Michel. 1994a. Les Techniques de soi. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, Vol. IV, p. 784-813 (Tradução de Wanderson Flor do Nascimento e Karla Neves disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/techniques.html>. Acesso em 09/03/2009.

_____. 1994b [1978]. "La Société disciplinaire en crise". In: Daniel Defert e François Ewald (orgs.). Dits et Écrits III. Paris: Gallimard. p. 532-533.

_____. 1996. [1975]. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1997. *Il faut défendre la société*. Paris: Gallimard.

FURUKAWA, Nagashi. 2008. "O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo". *Novos Estudos – CEBRAP*, nº80, p. 21-41.

GOFFMAN, Erwin. 1999. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

_____. 2006. *Como funciona a femocracia. Uma teoria etnográfica da política.* Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2006. *Império*. Rio de Janeiro: Record.

HERZFELD, Michael. 1997. *Cultural intimacy: social poetics in the nation-state*. New York/London: Routledge.

HIRATA, Daniel Veloso. 2006. "No meio de campo: o que está em jogo no futebol de várzea?" In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas.

HOBBES, Thomas. 2008. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martins Fontes.

INGOLD, Tim (Org.). 1996. *Key debates in Anthropology*. Nova York: Routledge.

JOCENIR. 2001. *Diário de um detento: o livro*. São Paulo: Labortexto Editorial.

JOZINO, Josmar. 2004. *Cobras e lagartos*. Rio de Janeiro: Objetiva.

JULLIEN, François. 1997. *Figuras da imanência. Para uma leitura filosófica do I Ching, o clássico da mutação*. São Paulo: Ed. 34.

LALANDE, André. 1999. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Fátima Sá Correa *et alii* (Trad.). 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.

LANDÉ, Carl H. 1977. "Introduction: The dyadic basis of clientelism". In: SCHMITH, W.; GUASTI, L.; LANDÉ, Cl; SCOTT, J. 1977. *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism.* Berkeley: University of California Press. p. 506-510.

LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the Social – An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.

LEBRUN, Gérard. 1983. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense,

LEIRNER, Piero de Camargo. 1997. *Meia volta volver*. Rio de Janeiro. Ed. FGV.

MARQUES, Adalton. 2006. "*Proceder": "o certo pelo certo" no mundo prisional*. Monografia (Graduação em Sociologia e Política). Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

_____. 2007. "'Dar um psicológico': estratégias de produção de verdade no tribunal do crime". In: VII Reunião de Antropologia do Mercosul, 2007, Porto Alegre. VII Reunião de Antropologia do Mercosul – Desafios Antropológicos (CD-Rom), v. 1.

_____. 2008. "'Faxina'" e 'pilotagem': dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional". *Lugar comum – Estudos de mídia, cultura e democracia (UFRJ)*, v. 25-26. p. 283-290.

_____. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro – Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia, FFLCH – USP.

_____. 2010. "'Liderança', 'proceder' e 'igualdade': uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital". *Etnográfica*. Vol. 14 (2), p. 311-335

MARQUES, Ana Claudia. 2002. *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, J. L. M. 2005. "O que se diz, o que se escreve". *Revista de Antropologia USP*, v. 48, nº 1, São Paulo. p. 37-74.

MEUNIER, Jacques. *Os moleques de Bogotá*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

MINGARDI, Guaracy. 2007. "O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado". *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 51-69.

MISSE, Michel. 2006. "O Fantasma e seu duplo". In: *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de

Janeiro: Lumen Juris. p. 269-272.

_____. 2007. “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 139-157.

NICHOLAS, Ralph W. 1977. “Factions: a Comparative Analysis”. In: S. W. Schmidt, L. Guasti, C. H. Landé & J. C. Scott (org.). *Friends, followers, and factions: a reader in political clientelism*. Berkekey, Los Angeles e Londres: University of California Press. p. 55-73.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. 2000. [1873]. “Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral”. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. In: Coleção *Os Pensadores*. p. 51-60.

PALMEIRA, Moacir. 1996. “Política, facções e voto”. In: GOLDMAN, Márcio; PALMEIRA, Moacir. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. p. 41-56.

PALMEIRA, M. G. S.; HERÉDIA, B. 1995. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico*, v. 94, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 31-94.

PEEL, J. D. Y. 1996. “1989 debate. The concept of society is theoretically obsolete. The presentations: against the motion (1)”. In: Tim Ingold (org.). *Key debates in Anthropology*. Londres: Routledge, p. 67-71.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. 2005. *De “rolê” pela cidade: os “pixadores” em São Paulo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia, FFLCH – USP.

RAMALHO, José Ricardo. 1979. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

SACRAMENTO, Paulo. 2003. *O prisioneiro da grade de ferro: autorretratos*. Produção: Olhos de cão produções cinematográficas. São Paulo. 123 min, cor, Mini-DV, 35 mm, 1:1,85, Dolby Digital (Arquivo Digital).

SALLA, Fernando. 2007. “De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, Ed. 1. p. 72-90.

SANTOS, Getúlio Bezerra. 2007. “A hora e a vez de derrotar o Crime Organizado”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 99-105.

SOUZA, Fátima. 2007. *PCC, a facção*. Rio de Janeiro: Record.

STRATHERN, Marilyn. 1996. “1989 debate. The concept of society is theoretically obsolete. The presentations: for the motion (1)” In: INGOLD, Tim (ed.). *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 60-66.

SWARTZ, M. J., TURNER, V. e TUDEN, A. (eds.). 1966. *Political Anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company.

TARDE, Gabriel. 2007 [1895]. “Monadologia e sociologia”. In: VARGAS, Eduardo Viana (org.) *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify. p. 51-131.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. 2007. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 21, nº 61. p. 173-191.

TOREN, Christina. 1996. “The concept of society is theoretically obsolete. The presentations: for the motion (2)” In: INGOLD, Tim (ed.). *Key debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 72-76.

_____. 2000. “Making the Chief: an examination of why Fijian chiefs have to be elected” In: PINA-CABRAL, J.; LIMA, A. P. (orgs.). *Elites: choice, leadership and succession*. Oxford: Berg, p. 113-129.

VARGAS, Eduardo Viana. 2000. *Antes Tarde do que nunca – Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

_____. 2006. “Uso de drogas: a alter-ação como evento”. *Revista de Antropologia USP*, v. 49, nº 2, São Paulo. p. 581-623.

_____. 2007. (org.) *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaify.

VELHO, Otávio. 2007. *Mais realistas do que o rei. Ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. 2004. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar; MARQUES, Ana Claudia. 2006. “Municipal Elections: favor, vote and credit in Pernambucan Sertão of Brazil.” *The Latin Americanist.* v. 49, nº 2, p. 25-64.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O Nativo Relativo”. *Mana*, vol. 8, nº 1. Rio de Janeiro: UFRJ. p. 113-148.

_____. 2007. “Filiação intensiva e aliança demoníaca”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 77, São Paulo. P. 91-126.

WACQUANT, Loïc. 2001. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2002. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe.* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WAGNER, Roy. 1981. *The invention of culture*. Chicago: The University of Chicago Press.

ZENI, Bruno. 2002. *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto Editorial.

POSFÁCIO

Em 2012, o Estado de São Paulo vivenciou o que foi chamado de uma “onda de violência”. Após anos consecutivos de queda no número de homicídios[1], a capital paulista apresentou um aumento de 40% com relação ao ano anterior. No total, foram 4.836 mortes no Estado de São Paulo, 1.495 só na capital[2], com destaque para 111 policiais e 19 agentes penitenciários[3]. Especialistas foram rapidamente convocados pela imprensa a explicar o que estava acontecendo e o por quê da guinada na curva dos gráficos estatísticos. Foram diversas as explicações apresentadas, mas a grande maioria apontava para um confronto entre as forças policiais paulistas e o PCC.

Justamente durante esse período eu estava em trabalho de campo para minha pesquisa de doutorado. À época, transitei por algumas das regiões apontadas como locais desse confronto e me deparei com situações tão díspares que faziam com que eu me sentisse incapaz de oferecer qualquer explicação sobre o que estava acontecendo. Para ilustrar a diversidade que encontrei em pesquisa de campo durante essa “onda de violência”, apresentarei o que chamei de cinco cenas, todas compostas por materiais etnográficos e trechos de reportagens da época. Em seguida, oferecerei um

tratamento para esses dados que não só requisitam as reflexões presentes neste livro como também me fazem levá-las adiante. A abordagem que apresento será, então, relacionada com a própria singularidade da disciplina antropológica, de maneira que faça aparecer, sob outra perspectiva, a relação entre Estado (e suas ciências) e PCC.

Cena 1: Na conta da polícia

Iniciei minha pesquisa em uma cidade do litoral paulista em dezembro de 2011, com visitas esporádicas que visavam conhecer os *ladrões* da região e negociar com eles as condições nas quais eu desenvolveria meu trabalho de campo ali. Em abril de 2012, a imprensa passou a noticiar uma "onda de violência" na região:

> A nova onda de violência começou no dia 10, quando o PM Rui Gonzaga Siqueira, 46, foi morto a tiros quando fazia um "bico" de segurança no Jardim Castelo. Depois da morte do PM, cinco moradores de bairros da região conhecida como Zona Noroeste, na divisa entre Santos e São Vicente, foram assassinados por homens encapuzados que estavam em motos ou carros escuros. (...) Para investigadores, os últimos assassinatos podem ter sido cometidos como retaliação pela morte do PM.[4].

As execuções não cessaram, e outras foram frequentemente noticiadas na mídia, com destaque para os assassinatos de cantores de funk. No entanto, mesmo com todo o alarde da imprensa, o cotidiano da *quebrada* parecia pouco ter mudado. Dias depois, em conversa com Edivaldo, um dos *irmãos* de lá, uma colega tocou no assunto que diariamente era noticiado pela imprensa:

> – Então, e essas mortes todas?
> Edivaldo riu.
> – É a polícia que tá matando, não é? – insistiu minha colega.

> Edvaldo olhou para as demais pessoas presentes e, ainda rindo, respondeu:
> – Ah! Se tão colocando na conta da polícia, tá bom.

Cena 2: O salve chegou!

O mês de julho de 2012 teve início com matérias jornalísticas sobre uma "onda de violência" no Estado de São Paulo que teria começado em meados de junho:

> Os números da onda de violência que atinge São Paulo, que já dura 20 dias, não param de crescer: até a tarde desta terça-feira (3), 17 ônibus foram incendiados no Estado e 11 bases de forças de segurança – dez da Polícia Militar e uma da Guarda Civil Municipal – foram atacadas a tiros. (...) As investigações não descartam a possibilidade de que os ataques sejam uma represália da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) a uma operação da Rota em maio, no qual seis supostos integrantes do grupo morreram – um deles foi morto à queima roupa, após sofrer tortura. A polícia trabalha com a possibilidade de os ataques serem uma resposta à transferência de um dos chefes do PCC para outra penitenciária.[5]

Dia após dia, novas matérias denunciam a continuidade dessa "onda de violência", apresentando números que, embora divergentes, apontavam a gravidade do que estava ocorrendo. Ainda que as reportagens não oferecessem uma data precisa (ou consensual) do início dessa "onda", todas já contabilizavam as perdas e mencionavam a suspeita de que esses ataques teriam partido do PCC. Mesmo diante desse quadro, defini o início de estadia em campo para o dia 14 de julho. Afinal, a *quebrada* para onde eu seguiria parecia estar no seu *ritmo* habitual. Antes de seguir para lá, enquanto lia sobre o saldo atualizado dos ataques, um programa televisivo mostrava imagens de todos eles como se naquele dia o PCC tivesse iniciado uma ofensiva aos órgãos de segurança pública. Sabendo que as imagens mostradas não eram

daquele dia, não me preocupei. Telefonei para a interlocutora que me receberia para avisá-la que estava a caminho e ela disse:

– Não vem não... Você não pode vir. O bagulho tá doido!
– Do que você tá falando? É o que tá passando na televisão? – perguntei.
– É, chegou o salve. O bagulho vai endoidar.
– Mas isso que tá passando não é de hoje. Vem acontecendo faz uns dias – ponderei.
– Não é só isso, não. Tô falando pelo que chegou aqui. Não é só a televisão, não. É uns negócios que fiquei sabendo por aqui. Chegou o salve!

Cena 3: Salve de 15 dias

As notícias sobre a "onda de violência" continuam sendo diariamente veiculadas pela imprensa e o número de ataques a policiais e de civis assassinados continua aumentando. Diante, por um lado, da recusa por parte da minha interlocutora em me receber em sua *quebrada* naquele momento e, por outro, da urgência dos prazos para defender meu doutorado, fui em busca de outro lugar onde eu pudesse realizar a pesquisa de campo. Felizmente, na semana seguinte uma amiga me apresentou uma *quebrada* onde fui muito bem recebida e a realização da pesquisa foi aceita com empolgação. Na conversa com o *ladrão* com quem combinei as condições da pesquisa, perguntei sobre os ataques que, conforme eu lia na imprensa, continuavam acontecendo intensamente:

– E o salve pros ataques?
– Não tem mais.
– Mas chegou o salve?
– Chegou, mas acabou. Foi só 15 dias.

Cena 4: Os irmãos sumiram

Em outra *quebrada*, puxei conversa com um *correria* que não era *irmão*:

> – Tô sabendo que chegou um salve pros ataques...
> – Então! Parece que o salve tinha chegado só até a quebrada Z, não chegou até aqui, não – me disse ele.

Fiquei pensando de que direção teria vindo o *salve* e qual teria sido o caminho percorrido para ter parado naquela *quebrada*, mas logo percebi que essa questão é descabida para tempos em que todos usam telefones celulares. Perguntei, então:

> – Quer dizer que o salve não chegou aqui?
> – Ah! Antes de chegar, os irmãos sumiram. Eles sabiam que mais cedo ou mais tarde o salve chegava, porque já tinha chegado na quebrada Z. Então eles deram no pé.

Dois meses depois, ainda com os *irmãos* sumidos, a imprensa noticiou o assassinato de um policial na *quebrada*.

Cena 5: É fita pessoal

No final de maio de 2012, os jornais anunciavam: “Rota mata seis e PMs são presos suspeitos de execução”[6]. No mês seguinte, outras matérias noticiavam a morte de policiais naquela região:

> Três policiais militares foram mortos a tiros na zona leste de São Paulo em apenas sete dias. (...) Existe a suspeita de que as mortes dos três PMs tenham sido retaliação da facção criminosa PCC contra a operação da Rota (tropa de elite da PM) que matou seis homens no fim de maio, também na zona leste de São Paulo.[7]

Em meados de agosto de 2012, soube que saíra da cadeia um interlocutor que mora na região em que o tiroteio aconteceu. Fui ao seu encontro e, durante a conversa, comentamos sobre o que ocorrera:

– Ah, então, doutora! Eu cheguei lá e perguntei: “O que aconteceu, que fita foi aquela que morreu os caras”. Daí me disseram que os polícias chegaram lá atirando. O bagulho foi doido...
– Mas depois disso, eu fiquei sabendo que rolou um salve pra matar os polícias – comentei.
– Não, isso não é do Comando, não. Não teve salve. Foi um cara ou outro que se revoltou e resolveu ir atrás. É fita pessoal, de quem acha que não tá certo, que se revoltou com os polícias. Os polícias tão matando pra caramba, doutora.
– Mas me disseram que chegou salve lá na quebrada X, na quebrada Y...
– Ah, mas aqui não chegou, não.

• • •

Policiais assassinados onde o *salve* não chegou, mortes “na conta da polícia”, um *salve* que só chegou depois de um mês do início da “onda de violência”, justamente quando, em outro lugar, ele já havia perdido sua data de validade, *irmãos* que fogem do *salve*: diante dessas cinco cenas, como oferecer alguma explicação no seio de um debate que colocava os acontecimentos em termos de uma guerra entre duas forças coesas, duas unidades monolíticas? Ainda que eu já houvesse tecido reflexões sobre a multiplicidade constitutiva do PCC, sentia dificuldade em assimilar as informações que acessava durante a pesquisa de campo.

A mesma dificuldade que tive para assimilar aquilo que a imprensa chamou de “onda de violência” de 2012, tive também com relação à escrita da minha tese, pois o material etnográfico coletado não se diferenciava, em termos de coerência, das cenas apresentadas acima. Como conciliar dados tão díspares, que parecem contradizer uns aos outros, e dispô-los na forma de um texto acadêmico?

O primeiro passo que dei foi assumir que a questão não era que os próprios *irmãos* com quem falei não soubessem o que estava acontecendo. Eles não só sabiam, como eram eles mesmos os que vivenciavam o que, posteriormente, era notícia na imprensa. Em outras palavras, eles faziam tudo aquilo acontecer. É o que um *ladrão*, após ser preso, evidencia durante interrogatório feito por policiais:

> Policial civil – Explique desde o começo como foi a “caminhada” (as missões a serem cumpridas).
> Léo Gordo – O salve (a ordem) chegou pra mim. Eu já tinha ciência do salve. Eu recebi o salve e passei pros *irmão* concluir (matarem). O salve é das injustiça que tava tendo, que a Rota tava matando e forjando. E a caminhada é que cada região tá concluindo um PM.
> Policial civil – E qual era o prazo que vocês tinham para executar os PMs?
> Léo Gordo – Era dez dias. Só que nisso aí foi brecado o salve devido aos cara tá matando muita gente inocente. Até faleceu PM que trabalhava na parte interna. Tavam dando tiro na viatura, coisa que não era pra acontecer.
> Policial civil – O que era para ser feito? Qual era a missão, então?
> Léo Gordo – As ideia não era essa. As ideia era cada injustiça que a Rota fosse fazer. Não atitudes isoladas e pegar PM fazendo bico. A caminhada era pra atingir a Rota. Não pra atingir os PMs que trabalham na parte interna e fazendo bico e nem PM nenhum fardado.
> Policial civil – Quando você fala (ao telefone, que está grampeado) que o prazo tá vencendo que já tá vindo cobrança e você fala, vamos catar qualquer pingaiada (qualquer policial) que tá por aí...
> Léo Gordo – Eu me lembro dessas ideia, só que não foi eu que falei essa situação. Essa situação chegou em mim e eu até brequei. Falei, não é desse jeito, não.
> Policial civil – Se era pra matar um por quebrada porque vocês estavam atrás pra matar mais?
> Léo Gordo – Não. Eu tava na ordem do salve correto. Que chegou até nós. Era um só.[8]

Essa poderia se somar às cenas expostas acima e, ainda assim, só adicionaria mais uma disparidade. Embora o que a imprensa (e,

talvez – porque não ficou claro na reportagem – a polícia) tenha extraído seja uma “confissão da falta de comando”, o que essa fala mostra com clareza é a consciência e a certeza do depoente com relação ao que estava fazendo. Para ele, aquilo nada tinha a ver com falta de comando, mas sim com a circulação de ideias divergentes. Não parecia haver também lacunas na informação, algo que só faz sentido quando o que se espera é encontrar totalidades coesas. Para os *ladrões*, eles não habitam nenhuma totalidade desse tipo, mas compõem um *movimento*.

Movimento

De fato, *movimento* é uma das formas como os *correrias* se referem ao PCC. Como tal, ele não se conforma a espaços ou a intervalos de tempo, pois não tem origem e nem fim definidos. Em decorrência disso, o *movimento* não se limita às trajetórias das pessoas, mesmo às dos *irmãos*. Mais do que isso, ele é formado por vários movimentos simultâneos, todos atravessando – e deixando para trás ao mesmo tempo em que marcam seu rastro – territórios, tempos e pessoas. Isso porque as coisas não concorrem, todas juntas, em caminhos definidos rumo a uma missão ou objetivo comum. Longe de constituir uma unidade monolítica, o *movimento* não só comporta como também é constituído por vários movimentos que apresentam diversas formas, calibres, velocidades e rumos.

Não é à toa que, durante a realização da pesquisa posterior à publicação deste livro, não importa onde eu me posicionasse, nunca conseguia enxergar nenhum dos movimentos em sua plenitude. Mesmo com todos os meus esforços para criar meios pelos quais eu pudesse acompanhá-los, eu nunca conseguia visualizá-los plenamente. Minha busca por movimentos foi acompanhada pela

sensação de que perdi alguma parte da história ou de que ela estava muito mal-contada, de que não estava entendendo algo, de que só possuía dados incompletos, oriundos possivelmente de uma má qualidade dos dados proveniente de uma pesquisa deficiente. Essa sensação me levou à busca de alternativas de pesquisa e a diversas guinadas nos procedimentos de trabalho de campo, mas os dados que eu coletava, ao invés de preencherem as lacunas que me causavam desconforto, só aumentavam meu repertório de movimentos apreendidos apenas parcialmente. Se em um primeiro momento isso foi motivo para angústia, posteriormente pude perceber que, assim como eu, meus interlocutores também não contemplavam os movimentos por inteiro. Mais do que isso, para cada um deles ele se apresentava de forma singular, a forma que seu próprio ponto de vista era capaz de conferir. As cenas expostas acima oferecem um bom exemplo disso: cada uma é a descrição de um movimento que, junto a outros, compõe o que se chamou de “onda de violência”. Do ponto de vista de meus interlocutores, não se tratava de visões parciais de um todo ou de informações cheias de lacunas. O que eles expressavam era o movimento que eles próprios vislumbravam ao mesmo tempo em que o compunham.

Assim, a composição, o formato e a extensão que o movimento adquire depende do ponto de vista que está sendo adotado. Ele não é, portanto, uma unidade natural pronta a ser apreendida, parcialmente ou em sua totalidade, seja por mim, seja por meus interlocutores. As visões dos movimentos mencionadas acima não são visões parciais de uma suposta totalidade inapreensível, pois a composição do movimento depende ela própria da perspectiva que está sendo adotada. Se ele não tem origem ou fim definidos é porque ele é exatamente o que se faz dele a partir da visão que se tem desse e de outros movimentos. Mais do que isso, seja qual for a

forma como é percebido, o movimento só ganhou existência graças aos que o constituíram. E cada um tentava conduzi-lo à sua maneira, imprimir uma direção distinta. Nesse sentido, não só a "onda de violência" como também cada movimento que a compôs podem ser caracterizados como resultados desses esforços, desses jogos de força. Disso decorre que a minha visão do movimento não é nem mais e nem menos completa do que a visão de qualquer um de meus interlocutores.

Sendo assim, é impossível alcançar visões, entendimentos ou percepções totais – ou totalizantes – do *movimento*, justamente porque não há totalidade a ser apreendida. Já sinalizado neste livro, durante pesquisa posterior isso não só ficou ainda mais nítido para mim como também se revelou um aspecto importante do PCC a ser sublinhado. Encará-lo como *movimento*, ou melhor, como uma composição de incontáveis movimentos, longe de desdizer o que expus neste livro, permite conferir mais clareza ao que foi descrito, particularmente à questão da transitoriedade do que chamei de "posições políticas" ou da labilidade das *disciplinas* e até mesmo dos *ideais* do PCC.

Ideias

Outras dinâmicas apresentadas neste livro também podem ser iluminadas por algo que está presente em cada um dos movimentos: as *ideias*. Longe de ser somente um elemento ou um dos componentes do movimento, as *ideias* chegam a se confundir com ele. O que talvez possa diferi-los é que o movimento é a *ideia* somada a tudo o que ela mobiliza, a tudo o que ela permite ou a tudo com o que a ela se acopla: *quebradas*, *ladrões* presos ou em liberdade, objetos, palavras, *brechas*, outros movimentos, outras *ideias*. Se, invariavelmente, esses elementos vêm acompanhados (ou à reboque) das *ideias*, elas são constantemente criadas, produzidas e mobilizadas pelos *ladrões* a fim de manter, nutrir, conduzir, fortalecer, propagar, alterar os movimentos.

A atenção à dinâmica do que os *ladrões* chamam de *ideias* pode oferecer outra abordagem para o que caracterizei aqui como "amnésia coletiva",

> ocasiões em que debates intensos e fervilhantes, de uma hora para outra, por motivos tão diversos quanto as razões que os desencadeavam, eram encerrados, ou melhor, deixavam de ser travados, como se nunca tivessem existido[9].

Amnésia coletiva foi o nome que dei não só ao modo como as várias histórias acerca do nascimento do PCC se apagaram das narrativas dos presos e deram espaço para uma única versão, como também à maneira como a versão vitoriosa passou a vigorar, como se tivesse sido sempre a única existente, como se as demais nunca tivessem existido. Lancei mão da expressão também para descrever a maneira pela qual a *igualdade* passou a vigorar nas *cadeias do PCC*:

> o ideal de *igualdade* não passou a vigorar de um dia para o outro em todas as *Cadeias do PCC*. Mesmo após ter sido adicionada ao lema, eu ainda encontrava, em pesquisa de campo, referência a generais, a soldados, enfim, à antiga estrutura hierárquica. Somente após outra ocorrência de “amnésia coletiva” [...] a igualdade foi definitivamente adicionada ao lema. Tal como nos outros casos de “amnésia”, repentinamente tudo passou a funcionar como se essa coexistência, esse período de transição nunca tivesse existido[10].

Em pesquisa posterior, notei o mesmo fenômeno em outros movimentos: *ideias* que em um dia eram tratadas como *de mil grau*, no outro dia simplesmente desapareciam. Contudo, pude ver que esse desaparecimento era resultado das forças empenhadas para fazer a *ideia morrer*, para enterrá-la. Pude enxergar também o esforço dos *ladrões* para manter ativa uma *ideia*, para fazê-la vencer, para fortalecê-la, mas também as estratégias implicadas na (e para) desativá-las ou retomá-las. Pude, sobretudo, notar que, entre os *ladrões*, a noção de *ideia* nada tem a ver com pensamento, formulação ou invenção. Nunca se diz, na *malandragem*, “eu tive uma ideia”. É somente quando se tornam manifestas que passam a ganhar existência, e apenas quando se desprendem de seus locutores e tomam rumos diversos aos dele (quando se tornam movimentos), que passam a ter importância entre os *ladrões*. Em outras palavras, *ideias* só existem quando em fluxo pelo mundo, quando compartilhadas. Nesse ponto, elas passam a ser, ao mesmo tempo, centros de convergência de forças que disputam seus rumos e as fontes que oferecem direção e conferem atributos aos movimentos. Nesse sentido, elas assumem uma existência própria: sem deixar de ser resultado das forças que incidem sobre elas, são também capazes de constranger essas forças.

Nas cenas apresentadas acima, e principalmente no depoimento do *ladrão* preso veiculado na imprensa, é possível notar as *ideias* no momento de seu embate, antes de qualquer estabilização de uma

delas. Particularmente, nessa ocasião da “onda de violência” não houve *ideia* vencedora. Todas as que compuseram essa “onda”, posteriormente, *morreram*.

É importante sublinhar que, se as *ideias* ganham importância a partir de sua manifestação, é com sua *repercussão* que elas se mantêm vivas. Para tanto, é indispensável que esforços sejam engajados nesse sentido. Afinal, nenhuma *ideia* sobrevive por inércia. Nem mesmo o próprio PCC, que, nesse sentido, obedece a essas mesmas dinâmicas. Como as ideias, do mesmo modo como o PCC referencia cada um dos movimentos (e, por conseguinte, cada uma das *ideias*), é também incessantemente alimentado ao passo que é expresso nas falas e nas ações mais triviais, mais cotidianas. Ou, como procurei descrever neste livro, em sua imanência.

Ritmo

Se sua existência está condicionada à sua *repercussão*, cada vez que expressada a ideia recebe as marcas da ocasião em que isso ocorre, daquilo que mobiliza para compor um movimento. Mais do que isso, sobre elas incidem forças que influenciam sua manutenção, transformação, fortalecimento; ela é o resultado desses embates. Disso decorre que, em primeiro lugar, as *ideias* sempre comportam mudanças; trazem consigo a possibilidade sempre iminente de transformação. Em segundo lugar, as manifestações das *ideias* não ocorrem sem imprimir nelas suas condições situacionais.

A cada manifestação, a *ideia* é revestida pelas condições situacionais nas quais ocorre e, por conseguinte, sofre uma variação com relação à manifestação anterior. Assim, até as *ideias* mais gerais, como a *paz*, a *igualdade* ou o próprio PCC, recebem as

marcas das condições locais de sua manifestação e variam de acordo com essas condições. Às variações apresentadas, os *ladrões* denominam *ritmo*, nome dado também às próprias condições que revestiram a *ideia* e fizeram-na variar. *Ritmo*, assim, diz respeito tanto às condições particulares que se acoplam às *ideias* quanto à variação resultante, que passa a ser ela própria a nova situação particular que pode fazer outras *ideias* variarem.

As cenas acima exemplificam muito bem a (co)existência de *ritmos* muito variados. E essa variação não se deve exclusivamente ao modo pelo qual uma *ideia* é incorporada ao *ritmo* local, mas também a quais *ideias* chegam a ele, ou seja, à chegada de algumas *ideias* enquanto outras não chegam. Em outras palavras, estão nos próprios *ritmos* as condições de possibilidade para a chegada de uma *ideia*. Quando partimos dessa perspectiva, é possível colocar em outros termos (que não os da falha, da desordem ou da falta de comando) as diferenças apresentadas nas cenas acima com relação à chegada e encaminhamento dos *salves*. Isso descarta definitivamente a definição de *salve* como “ordem” ou como “lei”, como já assinalado neste livro: “é importante lembrar que *salves* não são leis, que as orientações mudam de acordo com as situações e que os efeitos que produzem dependem do resultado de sua incorporação ao *ritmo* local.”[11]. Contudo, o *salve* para os “ataques” oferece mais um elemento: nesse caso, não há apenas um *salve* que é recebido de acordo com o *ritmo* local, mas vários *salves* (ou *ideias*) que, ao *repercutirem*, se transformam.

Hierarquia

Quando retiramos todo o estatuto de mando ou de ordem do *salve*, somos remetidos à questão da hierarquia, amplamente discutida neste livro, mas nem sempre bem recebida ou bem assimilada. Cabe, aqui, deixar claro que em nenhum momento eu afirmei que não existe hierarquia no PCC; ela não para de acontecer. Entretanto, sempre que aparece, encontra forças contrárias à sua cristalização. De qualquer forma, é muito diferente afirmar que existem focos de hierarquia que, antes de se consolidarem em relações de mando e obediência, tornam-se alvos de conjuração e que existe uma estrutura hierárquica. A hierarquia, no *Comando*, não remete a estruturas hierárquicas.

A concepção do PCC como um movimento e a dinâmica das *ideias* que a ele está imbricada podem reforçar essa questão. Imbricadas nos movimentos, as *ideias* assumem diferentes alcances, mobilizam mais ou menos pessoas, são objetos de *debates* com diferentes intensidades, sofrem variadas resistências, passam por momentos de estabilização e, no decorrer de todo esse percurso, podem definhar até sua morte ou ganhar força e permanência. Seja como for, é na medida que os outros a *abraçam*, que a *ideia* passa a *repercutir*. Nesse instante, ela deixa de ser a *ideia* de um para se tornar algo compartilhado. Com isso, ela se *fortalece* na medida em que *repercute*, em que se faz movimento e se mantêm viva mediante o engajamento de esforços nesse sentido. As forças empenhadas durante esse percurso se associam à própria sorte das *ideias* e, com isso, tencionam a força e a projeção dos próprios *ladrões* que as empenham. Isso porque, ao mesmo tempo em que estes ganham força na medida em que suas *ideias repercutem* e se fortalecem, suas *ideias* se revestem da força que eles têm. Por outro

lado, se os *ladrões* se envolvem em *ideias erradas*, eles perdem força e, consequentemente, suas *ideias* também enfraquecem. Nesse sentido, a força do *ladrão* e de suas *ideias* andam sempre juntas: a força de quem a manifesta é impressa na própria *ideia*, que ganha mais força e continua *repercutindo* e, por outro lado, um *malandro* que não consegue fazer *repercutir* suas *ideias* perde sua força. Assim, não é raro ver que o *malandro* fortalecido pelas mesmas *ideias* que se empenhou em fortalecer assuma uma posição de destaque que, por sua vez, é indissociável de suas habilidades em lidar com as *ideias*. O que se chama *hierarquia*, aqui, se distancia de seu sentido tradicional e se atrela às dinâmicas que envolvem as *ideias*.

É notória a existência de *ladrões* que conseguem impor seu *ritmo* e levar suas *ideias* adiante, ao passo que outros, mesmo que tentem, acabam por seguir *ritmos* impostos. Entretanto, esse arranjo nunca é estável: há *ladrões* que, ao se envolver em *ideias erradas* (como a tentativa de imposição de *ideias*) perdem sua força e, assim, a força de suas *ideias*. É importante destacar que a imposição de um *ritmo* nada tem a ver com impor *ideias*, mas com a semeadura de *ideias* no âmago do *ritmo* vigente. Isso porque, para que uma *ideia* seja *abraçada* e, por conseguinte, *repercutida*, ela precisa ser atraente e vantajosa. Ela precisa, em outras palavras, ser *lançada* a partir das próprias condições situacionais correntes, de forma que pareça vantajosa e, assim, seja sedutora. Não é todo *ladrão* que tem essa habilidade (que requer, entre outras coisas, o conhecimento das condições locais) e aqueles que têm sucesso na *repercussão* de suas *ideias* ganham destaque entre os demais. Se para que as *ideias* se mantenham vivas elas precisam *repercutir* continuamente e isso só ocorre quando são interiores às próprias circunstâncias nas quais se manifestam, e se qualquer imposição de *ideias* é vista

como algo que não se convém *abraçar* e acaba sendo rejeitada, só *ideias* (feitas) imanentes ao próprio *ritmo* são capazes de alterá-lo. Essa dinâmica conduz à rejeição de qualquer relação de mando, que por suposto indica a incidência de *ideias* exteriores às correntes.

A atenção à inexistência de uma figura hierárquica capaz de impor *ideias*[12] (já que a própria tentativa de imposição enfraquece o *ladrão*) ou de um centro de poder de onde partiria um único e inequívoco *salve*, bem como à dinâmica por meio da qual cada manifestação das *ideias* implica uma transformação (ao se acomodar e se incorporar ao *ritmo* local), faz com que não fiquemos mais tão perplexos com relação às disparidades apresentadas nas cenas acima.

Antropologia

Dificilmente minha perspectiva satisfaria aqueles que procuram explicações. Mesmo porque, como Villela[13] afirma na introdução a este livro, não me é “legítimo, como antropóloga, asseverar e nem sequer postular um problema que não aflige aqueles que foram a sua fonte dos dados da pesquisa” e, definitivamente, formular explicações sobre o que estava acontecendo não estava no escopo dos meus interlocutores. É impressionante como uma abordagem tradicionalmente antropológica, já exposta por Lévi-Strauss em 1958 e consagrada em escritos antropológicos sobre os mais diversos temas, causa estranhamento, indignação e até acusações morais quando empregada em um trabalho sobre tema tão controverso, tão presente no cotidiano e, por isso, de interesse comum não só para variadas áreas do conhecimento como também para diversos setores da sociedade.

Como forma de singularizar a disciplina, Lévi-Strauss afirma que, diferentemente da sociologia (mas também de outras ciências sociais), que “se esforça em fazer a ciência social do observador, a antropologia procura, por sua vez, elaborar a ciência social do observado”[14]. Essa diferenciação traz implicações (ou, como diriam os *ladrões*, *consequências*) muito importantes. Por um lado, isso implica levar à cabo uma importante precaução metodológica: reconhecer que aqueles sobre os quais discorro tecem ricas reflexões acerca de suas próprias existências e elaboram teorias que sustentam ou orientam suas vidas. Por outro lado, isso exige que eu foque o PCC sem ter como metas apontar falhas ou tecer propostas para políticas de segurança pública, sem sobretudo ter como molde para minha descrição um ideal de Estado de Direito a partir do qual eu classificaria o que está e o que não está em conformidade. Essas metas (e todos os vaticínios que não raro as acompanham) são próprias de uma “ciência social do observador”. De uma perspectiva antropológica, ainda que tivessem como objeto de pesquisa o PCC, esses trabalhos teriam muito mais a dizer sobre o próprio “Estado de Direito” ou sobre sua “segurança pública” do que sobre o PCC propriamente dito. Isso porque, por um lado, para apontar falhas ou criar propostas para as políticas de segurança pública, é preciso fazer do PCC um objeto de característica estatal (é o que se vê quando o classificam como “organização criminosa”). Só assim é possível lançar um olhar estatal sobre ele. Por outro lado, para criticar ou denunciar como perversidade as próprias práticas daqueles sobre quem se escreve, é necessário cotejar os dados coletados em pesquisa com eventuais ideais democráticos. De um lado ou de outro, o procedimento é inserir na análise elementos que não condizem com o objeto que se pretende explicar. As explicações, nesse sentido, advém muito mais desses elementos

(do “observador”) do que do próprio tema de pesquisa. Trata-se, em suma, de uma ciência social do (e sobre o) observador.

Dentro e fora

Ironicamente, a neutralidade e isenção que essa postura costuma reivindicar para si não impedem que sua produção passe a fazer parte da composição do próprio PCC. É como se, em algum momento, ela fosse engolida pela dinâmica do *Comando* e acabasse fazendo parte da formação do *Movimento*. Afinal, sem se preocupar com limites prescritos, não é de se estranhar que os movimentos que compõem o PCC possam incorporar tudo o que lhes for pertinente ou imperativo. Nesse sentido, políticas de segurança que resultam das abordagens “do observador”, seja na direção do recrudescimento das penas (como maior isolamento e penas mais longas), seja no seu abrandamento (como a atenção aos direitos garantidos em lei) ou, ainda, em medidas contingenciais (como transferências de supostos líderes) acionam a criação de novos movimentos, com direções diversas das anteriores e, com isso, passam não só a moldar *ritmos* como também a contribuir para a composição do PCC que desses movimentos emerge. Mas o que se diz, noticia e se escreve sobre o PCC também passa a compor movimentos, como no caso da cena 2, exposta acima, ou na centralidade do livro *Cobras e lagartos*[15] como aporte material para a estabilização de uma das *ideias* sobre o nascimento do PCC.

Até mesmo as ações policiais acabam compondo movimentos ao imprimir rumos e moldar *ritmos*. Situações muito diversas encontradas em trabalho de campo entre outubro e novembro de 2012, quando notícias sobre toques de recolher pautavam os noticiários, exemplificam bem essa questão. Em uma *quebrada*, os

moradores relatavam que a polícia estava fazendo incursões à favela várias vezes ao dia (e não somente durante horários delimitados por eventuais “toques de recolher”) e, em algumas ocasiões, “humilhavam os moradores”. Segundo eles, em uma dessas incursões, despiram completamente alguns garotos e os fizeram andar nus pelas vielas enquanto espancavam-nos. Em seguida, quatro deles tiveram suas costas marcadas com um “x” desenhado com navalha. Com uma metralhadora na cabeça de um garoto, fizeram-no beijar a boca de outro e, por fim, revistaram uma menina de 12 anos, tateando demoradamente suas partes íntimas. A *quebrada* estava *moiada* e, obviamente, os *irmãos* não a frequentavam durante esse período. Em outra *quebrada*, a situação era muito diferente. Os *irmãos* estavam presentes e, de acordo com os moradores, a *quebrada* estava em *paz*. Uma delas descreveu a situação com poucas palavras: “Aqui tá seguro. A gente até dorme de porta aberta. A polícia só passa lá na avenida”. As ações policiais produziram, por um lado, uma *quebrada moiada* e, por outro uma *quebrada tranquila*, em *paz*. Isso deixa claro como até as atuações da polícia contribuem para a definição dos *ritmos*. Com efeito, quando se trata de um *Movimento* que é composto por inúmeros movimentos, dentro e fora deixam de ser tão evidentes.

• • •

Ao encarar o material de que dispunha sobre a “onda de violência” de 2012, pude conceder positividade ao que se poderia chamar de contraditório, de fragmentado, de falta de controle ou de informação. E enfrentar esse material implicou, sobretudo, abandonar qualquer tentativa de oferecer explicações para me deter em sua descrição. Esse procedimento me levou, em primeiro lugar, a considerar que

fazer uma etnografia do *Movimento* em um "campo" que é movimento, requer uma etnografia também em movimento. Com efeito, ao conduzir minha pesquisa em diversas regiões de São Paulo, pude ver vários PCCs diferentes. Ao transitar de uma região a outra, mais um PCC surgia aos meus olhos, com características bastante diversas daquele que até então eu procurava etnografar. Em segundo lugar, a preeminência da descrição me levou a conferir importância às diferenças apresentadas, ao passo que evitou que eu reduzisse esses vários PCCs a um, ao aniquilar as singularidades que emergiam a cada posição que eu tomava. Se neste livro me esforcei para mostrar que a existência do PCC só se dá na medida em que acontece[16], o que acabei de expor me leva a adicionar que existe um PCC para cada ponto de vista que possa incidir sobre ele e que cada um desses pontos de vista acabam compondo, eles mesmos, o PCC.

1 De 35,27 por 100 mil habitantes em 1999, para 10,08 por 100 mil habitantes em 2011.

2 Conforme divulgado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

3 De acordo com dados da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia Legislativa de São Paulo SOBRINHO, Wanderley Preite. 2013. “Três meses após promessa, famílias de PMs assassinados estão sem indenização”, *Último Segundo*, IG, São Paulo, 28/01/2013. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-01-28/tres-meses-apos-promessa-familias-de-pms-assassinados-estao-sem-indenizacao.html>. Acesso em 23/01/2016.

4 CARAMANTE, André. 2012. “Baixada enfrenta nova onda de violência”, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18/04/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/37872-baixada-enfrenta-nova-onda-de-violencia.shtml>. Acesso em: 14/01/2016.

5 UOL. 2012. “Em 20 dias, 17 ônibus e 11 bases são atacadas em SP; 30 PMs e suspeitos são mortos”, UOL, São Paulo, 03/07/2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/07/03/em-20-dias-17-onibus-e-11-bases-sao-atacadas-em-sp-30-pms-e-suspeitos-sao-mortos.htm>. Acesso em 23/01/2016.

6 JOZINO, Josmar. 2012. “Rota mata seis e PMs são presos suspeitos de execução”, *Agora*, São Paulo, 30/05/2012. Disponível em: <http://www.agora.uol.com.br/saopaulo/ult10103u1097654.shtml>. Acesso em: 23/01/2016.

7 CARAMANTE, André. 2012. “Três PMs são mortos em uma semana na zona leste”, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22/06/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/50327-tres-pms-sao-mortos-em-uma-semana-na-zona-leste.shtml>. Acesso em: 17/12/2015.

8 DELPHINO, Plínio. 2012. “PCC também perde o controle dos comandados”, *Diário de São Paulo*, São Paulo, 23/11/2012. Disponível em: <http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/38491/PCC+tambem+perde+o+controle+dos+comandados>. Acesso em: 23/01/2016. As informações entre

parênteses são intervenções feitas pelo editor da reportagem; não compõem a fala do depoente.

9 BIONDI, Karina. 2010. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. 1a edição. São Paulo: Terceiro Nome. p. 69

10 *Ibid*, p. 108.

11 *Ibid*, p. 121.

12 O que corresponderia a mandar *salves*, caso esses pudessem ser definidos como ordens.

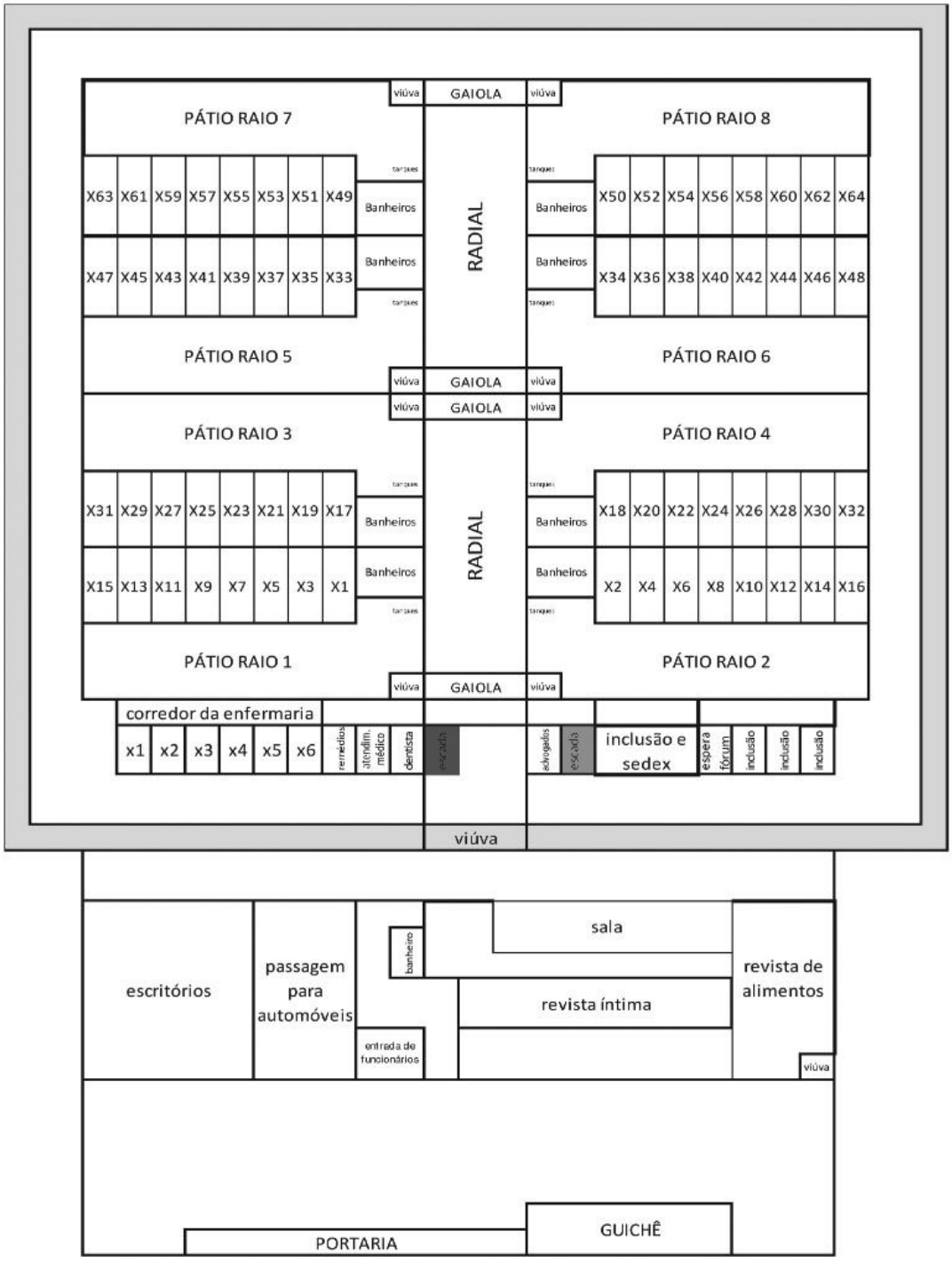
13 VILLELA, Jorge Mattar. 2010. “Apresentação”, *in*: BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC*. 1ª. edição. São Paulo: Terceiro Nome.

14 LÉVI-STRAUSS, Claude. 2003 [1958] “Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino”, *In: Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 404.

15 JOZINO, Josmar. 2004. *Cobras e lagartos*, Rio de Janeiro: Objetiva.

16 É impossível não me remeter, aqui, a Jacques Monod, que chamou atenção para a centralidade dos acasos: “O destino se inscreve na medida em que se cumpre, não antes”. MONOD, Jacques. 1976. *Acaso e necessidade*. *Ensaio sobre a filosofia natural da biologia moderna*. 3. ed. Trad. Bruno Palma e Pedro P. de S. Madureira. Petrópolis: Vozes, p. 163.

CROQUI DO CDP DE SÃO BERNARDO DO CAMPO



Legendas:

- muralhas
- escada para piso 2 (castigo à direita; salas de funcionários à esquerda)
- escada para piso 2 (acesso ao seguro)

GLOSSÁRIO DE TERMOS NATIVOS

Antigos: Presos que cumpriram suas penas há muitos anos.
Arrastar: Levar alguém a se prejudicar.
Atracar: Chegar, aparecer.
Atravessar correria: Atrapalhar atividades.
Aval: Autorização.
Axé: Chance; atenuação de uma falta.
Bandeira branca: Proibição de qualquer motim, levante, rebelião.
Barraco: Cela.
Batismo: Passagem de “primo” para “irmão”.
Blindar (a mente): Não se deixar “levar psicológico”.
Boi: Banheiro.
Bonde: Transporte de presos de um lugar a outro. Em certas ocasiões, pode se referir também a movimentação de objetos.
Burra: O mesmo que cama.
Cabeça branca: Diretor da unidade prisional.
Cabuloso: Aquele que não deixa ninguém subjugá-lo, “entrar em sua mente”. É aquele que, em suma, é senhor de si.
Cadeia do Comando: O mesmo que “Cadeia do PCC”.
Cadeia do PCC: Prisão orientada por diretrizes e pela disciplina do PCC.
Cadeia favorável: O mesmo que “Cadeia do PCC”.
Cagueta: Derivado de alcaguete, é um termo utilizado pelos prisioneiros para se referir aos delatores.
Caiu: Diz-se geralmente quando algum objeto não autorizado foi surpreendido por funcionários ou policiais.

Caminhada: (1) Histórico (“Qual a sua caminhada?”). (2) Série de procedimentos a serem cumpridos (“Me ensinou a caminhada”).

Cara de proceder: Aquele que demonstra agir de acordo com o “proceder”.

Chapão: Porta de ferro.

Chefão: Termo pelo qual os presos se dirigem aos funcionários.

Cobrança: Diferente de punição, diz respeito a uma das “consequências” possíveis dos atos de alguém, na qual se lembra do compromisso de agir de acordo com a “disciplina do Comando”.

Coisa: Inimigo, categoria utilizada para se referir tanto aos presos de outras facções quanto aos funcionários da segurança pública.

Colega: Forma como as visitantes chamam as pessoas que também visitam parentes nas cadeias.

Colônia: Centro de Progressão Penitenciária.

Comando: O mesmo que PCC.

Consequência: resultado, efeito de atos ou palavras.

Convívio: Espaço destinado aos que mostram ter “proceder”.

Corre: Forma de ganhar dinheiro.

Correr com: Ato de quem está “lado-a-lado”.

Corre contra: Fala-se de quem faz oposição ao PCC.

Correria: Atividade.

Crime: Conceito utilizado não só para fazer referência aos atores que praticam crimes, mas também a uma ética e uma conduta prescrita.

Crime original: Valoração positiva do “Crime”.

Cunhada: Companheira do “irmão”.

Dar a palavra: Endossar conduta.

Dar um pepino: Aparecer um problema.

Dar um psicológico: Intimidar ou persuadir.

Debate: Discussão.

Decisão: Chamar para briga, geralmente realizada no pátio e que pode resultar na morte de um dos envolvidos.

Decisão na faca: Briga com o uso de facas.

De igual: Expressão utilizada pelos presos para evocar o estatuto de “Igualdade”.

Deselegante: Conduta que não obedece à etiqueta prisional.

Desenrolar: Esclarecer.

De toca: Estado de quem não enxerga o que está diante dos olhos, algo que se considera ser óbvio.

Dia de visita: Dia em que é permitida a entrada de visitantes na unidade prisional.

Disciplina do Comando: Condutas recomendadas aos participantes do PCC.

Em choque: Espantado, sem ação, com medo, assustado.

Entrar na mente: O mesmo que “dar um psicológico”.

Estado: Poder público.

Esticar o chiclete: Procedimento que objetiva o esclarecimento de situações.

Exclusão: Perda do atributo de “irmão”.

Faculdade: Prisão.

Família: (1) Moradores de uma cela. (2) O mesmo que PCC.

Faxina: (1) Cela onde moram presos responsáveis por funções políticas e administrativas no interior de um pavilhão. (2) Nome dado aos moradores da cela “faxina”.

Fechar: Unir-se a; concordar.

Fita: Ação, tarefa ou situação.

Frente: Espécie de representante.

Gaiola: Espaço cercado por grades.

Gancho: Suspensão da condição de “irmão”.

Ganhar a cadeia pro PCC: Conquistar território prisional para o Comando. Fazer da prisão uma “Cadeia do PCC”.

General: Posto hierárquico que existia no PCC antes da incorporação da “Igualdade” ao seu lema.

Gozar cadeia: Demonstrar prazer por estar recluso.

Humildade: Comportamento de quem considera os outros iguais.

Ideais do PCC: Orientações de base do PCC.

Igualdade: Ideal incorporado ao antigo lema do PCC (Paz, Justiça e Liberdade) e que supõe que um preso não é mais, melhor ou maior que o outro.

Inclusão: Procedimento de entrada na unidade prisional.

Instruído: Ensinado.

Interditado: Pessoa a quem não se podem vender drogas e com quem não se podem consumi-las.

Invadir a mente: Ação que visa convencer ou persuadir alguém; o mesmo que “dar um psicológico”.

Irmão: Membro “batizado” no PCC.

Isqueirar: Incitar intrigas ou brigas.

Jumbo: Conjunto de itens levados pelas visitantes aos prisioneiros. Pode ser composto por mantimentos, produtos de limpeza, medicamentos, materiais

para artesanato e o que mais for permitido pela instituição.

Junto e Misturado: Quando não é mais possível distinguir as unidades.

Justiceiro: (1) Aquele que comete homicídios em troca de dinheiro. (2) Quem mata “ladrões”.

Lado-a-lado: Qualidade da relação entre duas ou mais pessoas, na qual existe uma cooperação desprovida de hierarquia.

Ladrão: Quem se reconhece e/ou é reconhecido como fazendo parte do “Crime”, independente de sua especialidade criminosa.

Lagarto: Aquele que se deixa ser mandado por outro, faz o que o outro manda ou assume crimes cometidos por outras pessoas.

Lançar: O mesmo que criar.

Malandro: Alguém que sabe lidar com situações adversas.

Malandrão: Preso típico da época que antecedeu a existência do PCC, caracterizada pela exploração financeira e sexual de outros presos.

Mancada: Falha.

Melhor hora: Diz-se de um embate adiado para quando a “bandeira branca” cair, ou em rebeliões.

Meter o louco: Arriscar.

Mil graus: O número de *graus* indica a importância da atividade.

Mona: Homossexual.

Moscar: Vacilar, demonstrar falta de malícia, de atenção e de astúcia.

Mula: Brincadeira.

Mundão: O exterior das cadeias; o local da liberdade.

Mular: O mesmo que brincar. O verbo “brincar”, entre os presos, possui conotação sexual e não é utilizado para se referir a relações jocosas.

Muralhas: Muros altos, dotados de guaritas, onde funcionários armados policiam as fronteiras da cadeia.

Noia: Viciado em drogas.

Oposição: Prisioneiros ligados a outros comandos que não o PCC.

P.S.: Pronto Socorro.

Padrinho: “Irmão” que propôs o “batismo” de outro “irmão” e que carrega a responsabilidade por trazer este novo membro ao PCC.

Pagar o boi: Fazer a limpeza do banheiro.

Pagar raiva: Provocar a ira.

Pagar simpatia: Querer agradar os outros.

Pagar sujeira: Dificultar a vida, ser rígido com relação às normas institucionais.

Palestra: Orientações e instruções quanto ao “proceder”, oferecidas aos recém-presos.

Partido: O mesmo que PCC.

Passar a caminhada: Informar.

Pedir seguro: Recorrer à administração da prisão e solicitar que seja protegido dos demais presos.

Pedra: O mesmo que “burra”, cama.

Pelo certo: Em concordância com o “proceder”.

Perder o papel: Ser “excluído” do PCC, deixar de ser “irmão”.

Perreco: Discussão, intriga.

Piloto: Posição política exercida por presos.

Pipa: Bilhete.

Pistas: Ruas, locais exteriores à prisão.

População (carcerária): Modo de se referenciar aos presos.

Pote: Cela destinada ao cumprimento de castigo determinado pela administração da prisão.

Pousar: Prestar atenção em conversa ou atos alheios; espiar.

Praia: Centro da cela.

Praiano: Quem dorme no chão.

Primário: Quem está na cadeia pela primeira vez e ainda não cumpriu um ano de reclusão.

Primo: Presos que residem no “convívio” de cadeias comandadas pelo PCC, mas que não são seus membros “batizados”.

Proceder: Comportamento esperado de um prisioneiro, por meio do qual ele é avaliado pelos outros presos.

Progresso: Trabalho que faz parte de um plano de fuga, geralmente escavação de buracos.

Puxar cadeia: Cumprir pena.

Quebrada: Local de moradia atual ou passada, com a qual se estabeleceu uma relação afetiva.

Quinze: PCC.

Radial: Corredor que dá acesso aos pavilhões de uma cadeia.

Raio: O mesmo que pavilhão.

Ramelar: Errar ou agir em desacordo com o que é esperado.

Rapa: O mesmo que limpeza.

Reconhecimento: Prestígio.

Repercutir: Verbo utilizado pelos presos para indicar que poderá haver "consequências" do ato em questão. O uso desta palavra implica deixar em aberto suas decorrências.

Repudiado: Fala-se do "irmão" que, em razão da gravidade de suas faltas, além de ter sido "excluído" do PCC, teve sua morte decretada.

Representar o Comando: Firmar a adesão ao PCC.

Residente: Quem está preso há mais de um ano, ou que já esteve preso anteriormente.

Responsa: O mesmo que responsabilidade.

Retirar a palavra: Voltar atrás.

Ritmo: Particularidade.

Rua: Local da liberdade; o exterior da prisão.

Salve: (1) Forma de chamar alguém; (2) Comunicado; (3) Recado; (4) Saudação.

Salve geral: Comunicado a ser amplamente divulgado.

Seguro: Espaço destinado aos presos cujas vidas são ameaçadas por outros prisioneiros.

Sem futuro: Pessoa sem "proceder".

Senhor: Polícia ou funcionário (e somente eles).

Senhora: Familiar do preso.

Setor: Concernente a atividades laborais no interior da prisão.

Sintonia: Regime de relações que permite que uma iniciativa, ideia, ato ou enunciado de alguém acione uma cadeia imitativa que ressoe, não sem resistências e adaptações, entre os que estão "na mesma caminhada".

Sintonizados: Aqueles que estão "em sintonia" uns com os outros.

Sistema: (1) Presos. (2) Sistema penitenciário (instituições privativas de liberdade e seus funcionários). (3) Sistema capitalista. (4) Poder Público.

Sociedade: Categoria que faz referência aos que não são do "Crime", não estão "em sintonia", não participam do PCC.

Sofrimento: Experiência vivida na prisão.

Somar: O mesmo que "correr lado-a-lado".

Subir: O mesmo que morrer.

Subir a praia: Acordar pessoas que dormem no chão.

Subir pra burra: Deixar de dormir no chão para passar a dormir na cama.

Sujeito homem: Homem de "proceder", que age em conformidade com o "proceder".

Talarico: Quem se envolve afetivamente ou sexualmente com esposa ou companheira de preso.

Tatu: Buraco escavado com finalidade de fuga.
Testar a febre: Provocar a ira.
Tirar cadeia: Cumprir pena.
Tirar cadeia como Mandela: Cumprir pena durante muitos anos.
Toca atolada: Pessoa que não enxerga e demonstra não querer enxergar o que está diante de seus olhos.
Tomar a cadeia: Neutralizar os funcionários.
Torre: Posição política existente no PCC, responsável pelos “salves” que orientam as ações dos presos.
Tranca: Fechamento das celas.
Transparência: Ausência de segredos.
Vacilão: Pessoa que sempre repete os mesmos erros.
Valetes: Duas pessoas que dormem na mesma cama, com as cabeças opostas.
Visão: Conhecimento aliado à clareza de raciocínio, lucidez.
Visita: Como os presos costumam chamar os visitantes.
Viúva: Espaço cercado por grades; o mesmo que “gaiola”.
Voz: Posição política que existia em cada cela (voz do barraco), em cada pavilhão e em cada cadeia.
Vulgo: Apelido.
Xis: O mesmo que cela.
Zé Povinho: Quem não participa do regime de relações do PCC, mas também não é “coisa”.